

A Nossa
Universidade

Colégio dos Jesuítas
Rua dos Ferreiros - 9000-082, Funchal

Tel: +351 291 209400
Fax: +351 291 209410
Email: gabinetedareitoria@uma.pt

TD

Avaliação e Desenvolvimento dos Locais
de Prática de Desporto de Natureza e Turismo Ativo
Estudo caso da paisagem protegida da Serra de Montejunto
Carlos Filipe Pinto Rebelo



**Avaliação e Desenvolvimento dos Locais
de Prática de Desporto de Natureza e Turismo Ativo**
Estudo caso da paisagem protegida da Serra de Montejunto

TESE DE DOUTORAMENTO

Carlos Filipe Pinto Rebelo
DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS DO DESPORTO


UNIVERSIDADE da MADEIRA
A Nossa Universidade
www.uma.pt

abril | 2015

DIMENSÕES: 45 X 29,7 cm

PAPEL: COUCHÊ MATE 350 GRAMAS

IMPRESSÃO: 4 CORES (CMYK)

ACABAMENTO: LAMINAÇÃO MATE

NOTA*

Caso a lombada tenha um tamanho inferior a 2 cm de largura, o logótipo institucional da UMa terá de rodar 90° , para que não perca a sua legibilidade|identidade.

Caso a lombada tenha menos de 1,5 cm até 0,7 cm de largura o laoyut da mesma passa a ser aquele que consta no lado direito da folha.



**Avaliação e Desenvolvimento dos Locais
de Prática de Desporto de Natureza e Turismo Ativo**
Estudo caso da paisagem protegida da Serra de Montejunto

TESE DE DOUTORAMENTO

Carlos Filipe Pinto Rebelo

DOUTORAMENTO EM CIÊNCIAS DO DESPORTO

ORIENTAÇÃO

Luís Alberto Dias Carvalhinho

CO-ORIENTAÇÃO

Jorge Alexandre Pereira Soares

ÍNDICE GERAL

Agradecimentos	
Lista de Siglas e Abreviaturas	
Resumo Geral	13
General Abstract	14
Resumem General	15
Résumé Général	16
Introdução Geral	17
Objetivos da Investigação.....	19
Pertinência do Estudo.....	20
Metodologia Geral.....	22
 Estudo I - O potencial da paisagem protegida da Serra de Montejunto para a prática de atividades de Desporto de Natureza e Turismo Ativo.....	 26
1.1 Resumo.....	27
1.2 Introdução.....	28
1.3 Áreas Protegidas.....	29
1.3.1 Definição.....	29
1.3.2 Classificação das Áreas Protegidas.....	31
1.4 Turismo de Natureza.....	33
1.4.1 Enquadramento concetual da atividade turística e os seus impactes.....	33
1.4.2 Turismo de Natureza: potencialidades e riscos.....	35
1.5 Enquadramento legal das Áreas Protegidas em Portugal.....	38
1.6 Caracterização da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto.....	40
1.6.1 Ocupação Humana.....	41

1.6.2 Geologia.....	42
1.6.3 Fauna.....	43
1.6.4 Flora.....	45
1.6.5 Ordenamento do Território.....	46
1.7 Metodologia.....	50
1.7.1 Campo de Estudo.....	52
1.7.2 O instrumento – Entrevista semiestruturada.....	53
1.7.3 Construção e validação do guião de entrevista.....	56
1.7.4 Metodologia de aplicação da entrevista.....	58
1.7.5 Técnicas de análise e tratamento de dados.....	59
1.7.6 Sistema categorial.....	60
1.8 Resultados.....	61
1.9 Considerações Finais.....	83
1.10 Bibliografia.....	87
 Estudo II - Caracterização e avaliação dos Locais de Prática de Desporto de Natureza e Turismo Ativo da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto.....	 99
2.1 Resumo.....	100
2.2 Introdução.....	101
2.3 Gestão de Áreas Protegidas.....	102
2.4 Desporto de Natureza.....	104
2.4.1 A Natureza como agente potenciador da prática desportiva.....	106
2.4.2 Locais de Prática de Atividades de Desporto de Natureza: Capacidade de Carga.....	108
2.4.3 Aspetos a considerar na escolha de locais de prática de atividades de desporto de natureza.....	114
2.5 Metodologia.....	115
2.6 Resultados.....	119

2.6.1 Escalada	119
2.6.2 Percursos Pedestres	127
a) Trilho Quinta da Serra	129
b) Trilho da Biodiversidade	130
c) Trilho dos Currais e Calçada	132
d) Trilho dos SS	135
2.7 Considerações Finais.....	136
2.8 Bibliografia.....	139
 Estudo III - Classificação de espaços de Desporto de Natureza e Turismo Ativo da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto.....	148
3.1 Resumo.....	149
3.2 Introdução	150
3.3 Classificação dos Turistas.....	151
3.4 Classificação de recursos turísticos naturais.....	156
3.5 Metodologia.....	176
3.6 Resultados	181
3.7 Considerações Finais	187
3.8 Bibliografia.....	190
 Estudo IV - Propostas para a (re)qualificação de locais de prática de Desporto de Natureza e Turismo Ativo no âmbito do turismo, do desporto e da sustentabilidade	198
4.1 Resumo.....	199
4.2 Introdução.....	200
4.3 O Paradigma do Desenvolvimento Sustentável em Áreas Protegidas.....	201
4.3.1 Desenvolvimento e turismo Sustentável.....	204
4.4 Áreas Protegidas e Turismo Natureza: gestão e minimização de impactes.....	210
4.4.1 Estudos e modelos de gestão em Áreas Protegidas.....	212

4.4.1.1 Estudo de caso: os Impactes do pedestrianismo.....	216
4.5 Propostas de gestão e (re)qualificação de paisagens protegidas através do turismo.....	219
4.5.1 Sistemas de Incentivo e Apoio ao desenvolvimento das Áreas Protegidas	223
4.5.2 Metodologias de planeamento em Áreas Protegidas.....	226
4.5.3 Planeamento de infraestruturas de apoio ao turismo.....	229
4.6 Metodologia	231
4.7 Propostas de Desenvolvimento de locais de prática de desporto de natureza e turismo ativo para a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto.....	232
4.8 Considerações finais.....	243
4.9 Bibliografia.....	245
Conclusões Gerais.....	255
Limitações	259
Recomendações.....	261
Anexos.....	263
Anexo I – Guião da Entrevista.....	264
Anexo II – Transcrição da Entrevista – CM1.....	266
Anexo III – Transcrição da Entrevista – CM2.....	272
Anexo IV – Transcrição da Entrevista – E1.....	280
Anexo V – Sistema categorial – Análise de Conteúdo.....	284
Anexo VI – Modelo de Ficha de Caracterização de Percursos Pedestres.....	301
Anexo VII – Modelo de Ficha de Avaliação de Percursos Pedestres...	305
Anexo VIII – Modelo de Ficha de Caracterização dos Setores de Escalada.....	310
Anexo IX – Modelo de Ficha de Avaliação dos Setores de Escalada...	315

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1	Crescimento de áreas protegidas em todo o mundo (UNEP-WCMC, 2003)	30
Figura 1.2	Enquadramento e limite da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto (fonte: (Fonseca, 2009)	43
Figura 1.3	Setores de Escalada do Montejunto Velho – Penha do Meio Dia (Fonte: Grupo de Montanha e Escalada de Sintra, 2008)	65
Figura 1.4	Setor IsaPaulo (Fonte: Grupo de Montanha e Escalada de Sintra, 2008)	65
Figura 1.5	Setor Eucaliptus (Fonte: Grupo de Montanha e Escalada de Sintra, 2008)	65
Figura 1.6	Setores Música no Coração e Natanifo (Fonte: Grupo de Montanha e Escalada de Sintra, 2008)	66
Figura 1.7	Impressões digitais (29) e Cogumelo Mágico (30) (Fonte: Grupo de Montanha e Escalada de Sintra, 2008)	66
Figura 1.8	Montejunto Novo – Setor dos Anões (de 1 a 8), Setor dos Dementes (de 9 a 32) (Fonte: Grupo de Montanha e Escalada de Sintra, 2008)	67
Figura 2.1	Exemplo de sinalização colocada ao longo do Trilho da Biodiversidade	131
Figura 2.2	Placa de Sinalização de início do percurso do Trilho dos Currais e Calçada	133
Figura 2.3	Troço do Trilho dos Currais e Calçada que necessita de manutenção	134
Figura 2.4	Troço pedregoso do Trilho dos SS	135

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.1	Sistema categorial.....	61
Tabela 1.2	Oportunidades de prática desportiva existentes na PPSM.	62
Tabela 1.3	Número de vias e intervalo de cotação por cada setor de Escalada na PPSM	64
Tabela 1.4	Atividades de carácter pontual desenvolvidas na PPSM em 2013 (Fonte: Município do Cadaval)	69
Tabela 2.1	Número de vias de cada setor e respetivo grau de dificuldade	121
Tabela 2.2	Localização e principais características técnicas de cada setor do Montejunto Velho – Penha do Meio Dia	122
Tabela 2.3	Número de vias de cada setor e respetivo grau de dificuldade	125
Tabela 2.4	Localização e principais características técnicas de cada setor do Montejunto Novo – Penha/Escarpa do Relvio	126
Tabela 3.1	Nível de atrações turísticas (adaptado de Priskin, 2001; Alaeddinoglu & Can, 2011)	177
Tabela 3.2	Infraestruturas de suporte (adaptado de Priskin, 2001; Alaeddinoglu & Can, 2011)	178
Tabela 3.3	Degradação ambiental (adaptado de Priskin, 2001; Alaeddinoglu & Can, 2011)	179
Tabela 3.4	Acessibilidade (adaptado de Priskin, 2001; Alaeddinoglu & Can, 2011)	180
Tabela 3.5	Estatística descritiva do nível de atrações turísticas	182
Tabela 3.6	Classificação global das atrações de turismo de natureza .	182
Tabela 3.7	Estatística descritiva das infraestruturas de suporte	183
Tabela 3.8	Classificação dos locais com base nas infraestruturas de suporte	184

Tabela 3.9	Estatística descritiva da degradação ambiental	184
Tabela 3.10	Classificação dos locais com base na degradação ambiental	185
Tabela 3.11	Estatística descritiva da acessibilidade dos recursos naturais	186
Tabela 3.12	Classificação dos locais com base na acessibilidade	186
Tabela 4.1	Modelos de Planeamento para Áreas Protegidas (Fonte: baseado em Inskeep, 1991; Boo, 2002; McNeely et al, 1992)	227

Agradecimentos

A conclusão do curso de Doutorado em Ciências do Desporto é o resultado de um percurso de três anos de convivência com saberes da instituição na qual fui discente. Com este trabalho termina mais uma etapa da minha vida, que me enriqueceu para além das minhas expectativas. Deste modo, pretendo aqui expressar os meus sinceros agradecimentos a todos os que, direta ou indiretamente, permitiram que este trabalho se tornasse numa realidade.

Antes de mais, gostaria de agradecer a toda a minha família, por todo o apoio que me prestaram ao longo destes três anos, assim como a total compreensão em relação a todas as decisões e opções por mim tomadas. Muitas vezes abdiquei dela em prol deste trabalho. Mesmo estando longe, estiveram sempre perto.

À minha namorada, um especial agradecimento pelo carinhoso incentivo, pelo apoio, acompanhamento e paciência que teve, possibilitando-me uma boa estabilidade para ultrapassar as etapas que me foram sendo impostas.

A todos os meus amigos que, de uma forma ou outra, me ajudaram a concluir este trabalho.

Ao meu Orientador, Professor Doutor Luís Carvalhinho e ao meu Coorientador, Professor Doutor Jorge Soares, pelos contributos importantíssimos que deram para a realização das diversas fases dos trabalhos e que em cada momento ajudaram com a sua experiência, saber científico e apoio demonstrados. Também pelo *forcing* final.

A todos os professores do Curso, pelos ensinamentos transmitidos.

Aos meus colegas, pela troca de experiências, especialmente ao Paulo Rosa.

A todos, os meus mais sinceros agradecimentos.

Lista de Siglas e Abreviaturas

A

AMO – Associação de Municípios do Oeste

AP – Área Protegida

B

BTT – Bicicleta Todo o Terreno

C

CRAS – Centro de Recuperação de Animais Selvagens

E

EDC – Estratégia de desenvolvimento para o concelho do Cadaval

F

FCMP – Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal

G

GPS – *Global Positioning System*

I

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IES – International Ecotourism Society

L

LAC – Limits of Acceptable Change

M

MASTEC – Multiple Attributes Scoring Test for Capacity

O

OMT – Organização Mundial do Turismo

P

PDM – Plano Diretor Municipal

PENT – Plano Estratégico Nacional de Turismo

PPSM – Paisagem Protegida da Serra de Montejunto

PITER – Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante e Base Regional

PNTN – Programa Nacional de Turismo de Natureza

POAP – Plano de Ordenamento das Áreas Protegidas

R

RNAP – Rede Nacional de Áreas Protegidas

ROS – Recreational Opportunity Spectrum

S

SAD – Sistema de Apoio à Decisão

SIG – Sistemas de Gestão da Informação

SIG – Sistema de Informação Geográfica

SIVETUR – Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica

T

TT – Todo o Terreno

TOMM – Tourism Optimisation Management Model

TOS – Tourism Opportunity Spectrum

TUIK – Turkish Statistical Institute

U

UC – Unidade de Contexto

V

VAMP – Visitor Activity Managemet Process

VERP – Visitor Experience and Resource Protection

VIM – Visitor Impact Management

W

WTO – World Tourism Organization

WC – Water Closet

Resumo Geral

As áreas protegidas, pela sua diversidade de recursos, assumem um papel relevante no contexto do desenvolvimento local atual. Para além de se constituírem como locais privilegiados de biodiversidade, são também os espaços eleitos para a recreação e lazer. Assim, estas carecem de intervenções especializadas ao nível do planeamento e da gestão, no sentido de tirar o melhor partido dos seus recursos para as comunidades locais e, ao mesmo tempo, promover a sua sustentabilidade.

As atividades de desporto de natureza e de turismo ativo identificam-se como um segmento do turismo capaz de atrair cada vez mais visitantes aos espaços naturais, constituindo um fator potencial de desenvolvimento económico, especialmente para as áreas protegidas. No entanto, este potencial só poderá ser devidamente explorado se garantirmos a sua conservação e a sua sustentabilidade.

A presente investigação pretendeu abordar as grandes temáticas da prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo em áreas protegidas. Com base nisto, este estudo caracteriza a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto e identifica o potencial desta área protegida para a prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo. Posteriormente, caracteriza, avalia e classifica os locais destinados à prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo identificados nesta área e apresenta, por fim, propostas de (re)qualificação desta área, no âmbito do turismo, do desporto e da sustentabilidade. A metodologia utilizada incluiu diversos métodos distinguidos em cada um dos estudos efetuados.

Os resultados obtidos nesta investigação podem constituir uma importante ferramenta para os processos de planeamento, gestão e desenvolvimento turístico nesta área protegida.

Palavras-chave: áreas protegidas; locais de prática; Paisagem Protegida da Serra de Montejunto; desporto de natureza; turismo ativo; classificação; (re)qualificação.

General Abstract

Because of the diversity of resources, natural protected areas play an important role in the context of local development. They are places of important biodiversity and also elected spaces for recreation and leisure. For these reasons there is a need for specialized planning and management in order to make the best use of its resources for local communities and at the same time promote sustainable interventions.

Nature based sport activities and active tourism establish itself as a segment of tourism able to attract more visitors to natural areas, constituting a potential factor of economic development, especially for protected areas. However, this potential can only be fully exploited if there is insurance for their conservation and sustainability.

The present investigation aimed to address the major issues of the practice of nature – based sport and active tourism activities in protected areas. On this basis, the present study characterizes the Protected Landscape of the Serra de Montejunto and identifies their potential for the practice of nature – based sport and active tourism activities. The study characterizes, evaluates and ranks the sites for the practice of nature- based sport and active tourism activities that have been identified in this area. The ultimate target is to present proposals for (re)development of this area in the context of tourism, sport and sustainability.

The evaluation included several methods distinguished in each of the studies conducted. The results of this research can provide an important tool for tourism planning and management for protected area.

Key words: protected areas; practice places; sport- based nature, active tourism, rating, (re) development

Resumen General

Protegido por su diversidad de recursos, áreas desempeñan un papel importante en el contexto del desarrollo local actual. Para además de ser lugares privilegiados de la biodiversidad, también son elegidos espacios para la recreación y el ocio. Por lo tanto, estas requieren especialista en la planificación y el nivel de gestión con el fin de hacer el mejor uso de sus recursos para las comunidades locales y al mismo tiempo promueven sus intervenciones de sostenibilidad.

La naturaleza de las actividades deportivas y de turismo activo establecen sé cómo un segmento del turismo que puede atraer a más visitantes a los espacios naturales, lo que constituye un factor potencial de desarrollo económico, sobre todo para las áreas protegidas. Sin embargo, este potencial sólo puede aprovecharse plenamente si aseguramos también su conservación y sostenibilidad.

La presente investigación apunta a abordar los principales problemas de naturaleza práctica de deportes de la naturaleza y actividades de turismo activo en las áreas protegidas. Sobre esta base, el presente estudio caracteriza el Paisaje Protegido de la Serra de Montejunto e identifica el potencial de esta área protegida para la práctica de deportes de naturaleza y actividades de turismo activo. Más tarde, caracteriza, evalúa y califica a los sitios para la práctica del deporte de la naturaleza y actividades de turismo activo identificados en esta área y, finalmente, se ha propuesto la (re)cualificación dentro del área de turismo, del deporte y de la sostenibilidad. La evaluación incluyó varios métodos que se distinguen en cada uno de los estudios realizados.

Los resultados de esta investigación pueden proporcionar una herramienta importante para la planificación, la gestión y el desarrollo del turismo en esta área protegida.

Palabras clave: áreas protegidas; sitios de práctica; deporte en la naturaleza; turismo activo; clasificación; (Re)calificación.

Résumé Général

Protégé par la diversité de ses ressources, les zones jouent un rôle important dans le contexte du développement local en cours. Pour plus d'être des sites privilégiés de la biodiversité, sont également élus espaces de loisirs et de détente. Ainsi, ceux-ci exigent spécialiste à la planification et à la gestion afin de faire le meilleur usage de ses ressources pour les communautés locales et en même temps la promotion de leurs interventions en matière de durabilité.

Les sports nature activités et de tourisme actif s'imposer comme un segment du tourisme peut attirer plus de visiteurs vers les zones naturelles, ce qui constitue un facteur potentiel de développement économique, en particulier pour les zones protégées. Cependant, ce potentiel ne pourra être pleinement exploité que si nous assurons la conservation et la durabilité.

La présente enquête vise à répondre aux grandes questions de la pratique d'activités sportives de la nature et d'activités de tourisme actif dans les zones protégées. Sur cette base, la présente étude caractérise le paysage protégé de la Serra de Montejunto et identifie le potentiel de cette zone protégée pour la pratique des sports de nature et des activités de tourisme actif. Plus tard, caractérise, évalue et classe les sites pour la pratique du sport de la nature et des activités de tourisme actif identifiés dans ce domaine et a finalement proposé zone de (re)qualification dans le tourisme, le sport et la durabilité. L'évaluation comprenait plusieurs méthodes distinguées dans chacune des études menées.

Les résultats de cette recherche peuvent fournir un outil important pour la planification, la gestion et le développement du tourisme dans cette zone protégée.

Mots-clés: les aires protégées; sites de pratique; sport nature; tourisme actif; classification; (Re)qualification.

Introdução Geral

À medida que a população urbana aumenta, verifica-se cada vez mais uma procura pelo turismo de natureza e uma maior preocupação com a realização da atividade física nos períodos de lazer. Emergem assim, os desportos de natureza e turismo ativo, que conciliam a atividade física com o usufruto dos espaços naturais.

A incerteza e a competição são constantes na atualidade. As grandes cidades e os ritmos constantes que daí resultam são cada vez mais intoleráveis e em nada favorecem a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida das populações. Esta realidade proporciona um forte contributo para que as necessidades e motivações do homem sejam cada vez mais exigentes e diversificadas.

Com um crescimento tão acelerado tem sido necessário encontrar cada vez mais respostas, no sentido de oferecer novos e diferentes produtos. Uma dessas respostas poderá ser a união do desporto, do turismo e da natureza.

O turismo de natureza e o desporto têm apresentado uma evolução paralela, por distintas razões, mas ambos com um significativo crescimento nas últimas décadas, acompanhando os novos paradigmas das sociedades modernas. O turismo de natureza tem-se assumido, progressivamente, como uma ferramenta de conservação dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, gerador de benefícios às populações locais.

Este novo tipo de turismo, englobando o desporto de natureza, integra-se no conceito de turismo sustentável, que procura conciliar os objetivos económicos com os recursos naturais.

O turismo realizado em espaços naturais passa a distinguir-se do turismo convencional, quer pelas motivações, quer pela atitude dos turistas face ao suporte físico que os acolhe, o qual se distingue de outras áreas de destino pela particularidade e singularidade dos seus recursos de alto valor ecológico e paisagístico, enquadrados em Portugal pela Rede Nacional de Áreas Protegidas, visando a sua proteção e conservação.

O desporto de natureza é praticado essencialmente em áreas protegidas, as quais ocupam cerca de 12% superfície terrestre (Dudley, 2008)¹ e cerca de 8% do território nacional. Estas áreas podem ser definidas como locais perfeitos para a sua realização, devido às suas características geomorfológicas (como por exemplo, montanhas, vales, rochas, falhas e por vezes declives muito acentuados) e aos valores naturais e culturais, que são a razão da sua classificação. Para que estes desportos sejam realizados de uma forma sustentável, é necessária uma gestão eficaz das áreas protegidas. Sendo estes os principais pontos de atração, surge a necessidade de conhecer as potencialidades dos locais e ter, ao mesmo tempo, a noção dos riscos do turismo, de modo a que o espaço visitado possa conservar os valores naturais. Torna-se necessário encontrar um equilíbrio entre a proteção dos valores existentes e o contato dos praticantes com esses mesmos valores.

Assim, o turismo não deve ser proibido, mas sim promovido de uma forma responsável, dada a alta sensibilidade dessas zonas. Neste sentido, alguns governos estão a tornar o turismo e o desporto de natureza em áreas protegidas numa componente bastante importante nas suas políticas, uma vez que estes têm um potencial enorme para ajudar a preservar o património natural e cultural (IUCN, 2004)².

O desenvolvimento de investigações sobre esta temática nas áreas protegidas em Portugal é ainda escassa. Neste contexto, tendo como ponto de partida a identificação desta lacuna, desenvolvemos este estudo sobre a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, sendo este o nosso caso de estudo.

A presente investigação encontra-se estruturada em quatro estudos diferenciados, correspondentes aos objetivos estabelecidos e sequencialmente contextualizados e interligados entre si. O primeiro estudo é referente ao potencial da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto para a prática de desportos de natureza e turismo ativo, no qual se caracteriza esta área e

¹ Referência bibliográfica mencionada no Estudo 1.

² Referência bibliográfica mencionada no Estudo 1.

identifica o potencial da mesma, aos olhos dos seus intervenientes, bem como os locais de prática.

O segundo estudo centra-se na caracterização e avaliação dos locais de prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo na área protegida em questão. Foram considerados os setores de escalada com vias equipadas e os percursos pedestres sinalizados.

Relativamente ao terceiro estudo, pretendemos classificar os locais de prática mediante o estabelecimento de diversas categorias adaptadas dos modelos de classificação propostos por Priskin (2001)³ e por Alaeddinoglu e Can (2011)⁴. Já no quarto estudo, sugeriram-se algumas propostas para a (re)qualificação dos espaços de prática no âmbito do turismo, do desporto e da sustentabilidade.

Objetivos da Investigação

Os objetivos de uma investigação demonstram o que se espera conseguir com o estudo, onde os investigadores pretendem chegar. O objetivo geral da presente investigação prende-se com a necessidade de conhecer, caraterizar, avaliar e classificar a prática de desportos de natureza e turismo ativo na Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, identificando problemas e necessidades de melhoria no que respeita à sua gestão e planeamento e estabelecendo estratégias de (re)qualificação e desenvolvimento neste domínio. Associados ao objetivo geral, os objetivos específicos da presente investigação correspondem aos 4 estudos realizados, sendo:

- Caracterizar a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto (objetivo 1) e identificar o seu potencial para a prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo (objetivo 2) e respetivos locais de prática;

³ Referência bibliográfica mencionada no Estudo 3.

⁴ Referência bibliográfica mencionada no Estudo 3.

- Caracterizar e avaliar tecnicamente os locais de prática de atividades de desporto de natureza, no âmbito das modalidades de Escalada e Pedestrianismo, da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, nas vertentes da localização, espaço envolvente, segurança, conservação do meio e conservação, adequação e certificação dos equipamentos;
- Classificar os locais de prática de desporto de natureza e turismo ativo, no âmbito da Escalada e do Pedestrianismo, numa perspetiva de potencial turístico, a nível ambiental, de infraestruturas de suporte, acessibilidades e atrações, na Paisagem Protegida da Serra de Montejunto;
- Apresentar propostas de (re)qualificação de espaços de prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo desta área protegida no âmbito do desporto, do turismo e da sustentabilidade.

Pertinência do Estudo

Aparentemente, o desenvolvimento turístico e desportivo nas áreas protegidas em Portugal é escasso. Os modelos de gestão aplicados são maioritariamente orientados para objetivos de preservação da natureza e também da biodiversidade, em detrimento do turismo e da recreação, do desporto ou do lazer. Verificamos assim, um vazio existente na gestão e valorização das áreas protegidas no que respeita à prática de atividades desportivas desenvolvidas no âmbito do turismo.

Neste contexto, o enquadramento das atividades de desporto de natureza e turismo ativo num plano de gestão e estratégias de desenvolvimento sustentável, poderá ser um processo necessário e imprescindível para o seu incremento. A carência de estudos científicos no nosso país relacionados com estas temáticas, especialmente na Paisagem Protegida da Serra do Montejunto, aliado a um aumento exponencial do setor da animação turística e do interesse pela prática

de diversas atividades utilizando o espaço natural, pressupõem uma necessidade de produzir conhecimento que possa contribuir para a gestão e desenvolvimento do desporto de natureza e turismo ativo nestas áreas.

Nesta perspetiva, parece-nos pertinente a realização de um estudo que contribua para um melhor conhecimento sobre as áreas protegidas em Portugal, os agentes públicos e privados que promovem atividades de desporto de natureza e turismo ativo nestas áreas e sobre a forma como estas se desenvolvem e praticam.

A presente investigação enquadra-se na área do desporto de natureza e turismo ativo em áreas protegidas, em especial na Paisagem Protegida da Serra do Montejunto, processos de gestão e estratégias de desenvolvimento nas áreas protegidas.

A finalidade da realização desta investigação será a de produzir novo conhecimento neste subsector emergente do turismo e do desporto, que tenha aplicabilidade prática no terreno e sirva de suporte para o estabelecimento de processos de desenvolvimento sustentável nas áreas protegidas, especialmente na Paisagem Protegida da Serra de Montejunto.

Metodologia Geral

No âmbito do primeiro Estudo efetuado no decorrer deste trabalho, foram ponderadas diferentes metodologias, quer teoricamente quer na prática, aplicadas à realidade da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto.

Decorre da pesquisa científica que a ciência pode ter diferentes interpretações, optando pela abordagem das ciências naturais ou das ciências sociais, dependendo essa abordagem dos interesses e dos intervenientes no estudo. Cada uma contém em si mesma fatores que podem influenciar os resultados finais das pesquisas (sem que essa influência lhe atribua uma conotação negativa), como o grau de subjetividade ou de precisão (Bhattacharjee, 2012)⁵.

Seja qual for a opção do investigador é fundamental que recorra à investigação existente e, por sua vez, contribua para o incremento do valor do conhecimento disponível à comunidade científica (Carmo & Ferreira, 1998)⁶.

Para a realização da presente investigação adotou-se, numa primeira fase, uma dimensão qualitativa corporificada em análise documental específica acerca da caracterização da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, baseada na caracterização da demografia, da fauna e flora, do património, da prática desportiva e locais de prática. A análise foi efetuada através da consulta de artigos científicos, livros, documentação técnica e institucional, sítios da internet e informação fornecida pelas Câmaras Municipais nas quais está integrada a PPSM. Por conseguinte, tendo em conta esta caracterização, considerámos fundamental auscultarmos a opinião dos agentes envolvidos, no sentido de perceber a sua perspetiva sobre o potencial desta área protegida para a prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo. Realizámos entrevistas semiestruturadas às autarquias que intervêm nesta área protegida e são geograficamente responsáveis por este território e também a empresas sedeadas nestes dois concelhos registadas como empresas de animação turística no Registo Nacional do Turismo – Agentes de Animação Turística e que

⁵ Referência bibliográfica mencionada no Estudo 1.

⁶ Referência bibliográfica mencionada no Estudo 1.

dinamizam atividades de Turismo de Ar Livre / Turismo de Natureza e Aventura nesta região, no sentido de aferir a sua opinião sobre este tema.

Tendo por base fundamentos científicos teóricos aceites e reconhecidos (ver Estudo II), iniciou-se o segundo Estudo com recurso à pesquisa de informação, observação e recolha de dados no terreno e ao contato com os Municípios do Cadaval e de Alenquer. Pretendeu-se, assim, contribuir de forma construtiva na deteção de situações irregulares que possam colocar em causa a segurança dos praticantes e na constituição de um registo de avaliação das características dos locais.

Foram analisados diversos espaços de atividades de desporto de natureza e turismo ativo (quatro percursos pedestres e dois locais de Escalada com vários setores em cada um deles).

A análise dos percursos incidiu na recolha de dados e registo das informações obtidas, através da aplicação de uma ficha de caracterização e de uma ficha de avaliação de cada um. A ficha de caracterização englobou uma ficha técnica do percurso, a caracterização do espaço envolvente e a caracterização de segurança. A ficha de avaliação, que pretendeu identificar os problemas existentes e as dificuldades para a sua resolução, realizou-se através da atribuição de três níveis de apreciação relativamente a cada parâmetro considerado: trajeto, marcação e sinalética, conservação do meio e segurança do percurso.

Na análise dos locais de prática de Escalada, foi aplicada uma ficha de caracterização e uma ficha de avaliação específicas para cada setor. A ficha de avaliação incidiu sobre três parâmetros: caracterização do espaço envolvente, caracterização específica do espaço de Escalada e características de segurança. A ficha de avaliação dos setores de Escalada incluiu duas componentes: Avaliação do setor e espaço envolvente - atribuição de três níveis de apreciação associados a cada uma das variáveis consideradas (acesso ao setor de Escalada, marcação e sinalética, conservação do meio e segurança dos setores) e avaliação dos equipamentos fixos das vias (certificação, adequação, conservação e estado dos equipamentos).

O processo de construção e validação das fichas, de acordo com os diversos estudos publicados (ver Metodologia, Estudo II), obedeceu a uma sequência de passos de construção e revisão no sentido de aumentar o seu grau de precisão e adequação ao presente estudo.

A recolha dos elementos foi efetuada através de levantamentos *in situ* pelo investigador e do preenchimento das fichas de caracterização e de avaliação para cada local, com indicadores relevantes, e da consulta às entidades responsáveis pela gestão da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto.

Num terceiro momento desta investigação, pretendemos identificar, avaliar e classificar cada um dos objetos de estudo, no sentido de permitir aumentar as potencialidades dos recursos existentes em cada um. Com base nos estudos efetuados por Priskin (2001)⁷ e por Alaeddinoglu e Can (2011)⁸ e nos modelos propostos por estes, adaptámos os indicadores de análise à realidade da área protegida em estudo e efetuámos a classificação dos locais identificados tomando em consideração quatro categorias: nível de atrações turísticas (7 indicadores de análise, avaliados de 1-fraco a 10-excelente), infraestruturas de suporte (8 indicadores de análise, avaliando se Existe-Sim ou Não Existe- Não), nível de degradação ambiental (9 indicadores de análise, avaliados de 1-Muito a 10-Muito Pouco) e acessibilidade (4 indicadores de análise, avaliados pela escala Likert, de 1-Muito Desfavorável a 5-Muito Favorável).

No quarto estudo, os processos metodológicos centraram-se na análise documental específica em áreas temáticas de desporto de natureza e turismo ativo, dividida em duas fases: a revisão de documentos técnicos e científicos que instruem diversas áreas de intervenção relacionadas com as áreas temáticas referidas (desenvolvimento e turismo sustentável, gestão de áreas protegidas, planeamento de turismo em áreas protegidas, gestão da recreação e do turismo em áreas protegidas, desenvolvimento de locais de prática de desporto de natureza e turismo ativo); revisão de casos práticos de aplicação de ferramentas de gestão e desenvolvimento em áreas protegidas para atividades de desporto de natureza e turismo ativo. Além destes processos metodológicos, efetuou-se

⁷ Referência bibliográfica mencionada no Estudo 3.

⁸ Referência bibliográfica mencionada no Estudo 3.

o cruzamento da informação recolhida com os dados referentes aos estudos anteriormente efetuados.

Estudo I

*O potencial da Paisagem Protegida da Serra de
Montejunto para a prática de atividades de Desporto
de Natureza e Turismo Ativo*

1.1 Resumo

Os recursos naturais existentes em Portugal configuram-se como um dos melhores cartazes de promoção do turismo nacional.

As atividades de desporto de natureza e turismo ativo estabelecem-se como um segmento do turismo capaz de aliciar cada vez mais visitantes a estas áreas, constituindo um fator potencial de desenvolvimento económico, especialmente para as áreas protegidas. No entanto, este potencial só poderá ser devidamente explorado se garantirmos a sua conservação e sustentabilidade.

Com base nisto pretendemos, no presente estudo, caracterizar a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, constituindo-se como uma área protegida, e identificar o seu verdadeiro potencial para a prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo.

A metodologia utilizada recaiu sobre a recolha de informação através da análise documental selecionada e informação institucional recolhida através dos municípios responsáveis por este território, bem como a realização de entrevistas semiestruturadas às autarquias que intervêm nesta área protegida e a empresas com sede neste território que operam no setor e dinamizam atividades nesta região.

Os resultados obtidos derivados da análise efetuada permitiram efetuar uma caracterização e aferir o potencial da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto para a prática de atividades desportos de natureza e do consequente potencial de desenvolvimento turístico.

Palavras-chave: desporto de natureza e turismo ativo; áreas protegidas; turismo de natureza; caracterização; locais de prática

1.2 Introdução

O turismo de natureza tem-se assumido, progressivamente, como uma ferramenta de conservação dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, gerador de benefícios às populações locais.

Desta forma, não é surpreendente que o rápido crescimento da atividade desperte na comunidade científica cada vez mais interesse. O advento de interligar as ciências sociais ao turismo, veio abrir novos caminhos de pesquisa, no caso presente, observando o trinómio desporto natureza, áreas protegidas e turismo.

Reconhecido pela sua multiplicidade de ações de significância económica, ambiental, social e cultural, o turismo é causador de impactes positivos e negativos. A avaliação destes riscos e potencialidades do desenvolvimento turístico nas áreas de destino é fundamental para a elaboração de qualquer plano ou estratégia para estes espaços.

Os espaços naturais apresentam excelentes propriedades para o desenvolvimento de determinadas atividades, entre as quais, as atividades de desporto de natureza e turismo ativo, constituindo-se assim, como palcos privilegiados para a sua prática.

O aumento exponencial da prática de atividades de lazer em espaços naturais, especialmente em áreas protegidas, potenciou o desenvolvimento dos desportos de natureza, criando assim, uma nova janela de oportunidades de negócio e desenvolvimento económico das regiões que possuem estes espaços com condições e recursos especiais e, por vezes, únicos.

Torna-se assim, emergente conhecer mais aprofundadamente as características e as potencialidades que estas áreas possuem para o desenvolvimento de atividades desportivas e turísticas, de forma a se poder tirar o maior partido destas, sem colocar em risco a sua conservação.

Os objetivos do presente Estudo recaem, essencialmente:

1. Na caracterização da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto (PPSM);
2. Na identificação do potencial da PPSM para a prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo.

Será, por isso, necessário realizar um enquadramento da área protegida.

Esta caracterização foi realizada com base numa metodologia de análise documental, recorrendo a livros, artigos científicos, documentação institucional e técnica e sítios da internet. Foi utilizada também informação institucional recolhida junto das câmaras municipais que tutelam o território. Procedeu-se, então, a uma caracterização demográfica, dos recursos ecológicos (fauna e flora), do património construído e da tipologia de desportos praticados e respetivos locais de prática.

Tendo por base a identificação do potencial da PPSM para a prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo (objetivo 2), recorreremos à realização de entrevistas semiestruturadas que foram aplicadas às autarquias responsáveis por este território e também a empresas sedeadas nestes dois concelhos registadas como empresas de animação turística no Registo Nacional do Turismo – Agentes de Animação Turística e que dinamizam atividades de Turismo de Ar Livre / Turismo de Natureza e Aventura nesta região, no sentido de aferir a sua opinião sobre este tema.

1.3 Áreas Protegidas

1.3.1 Definição

As áreas protegidas representam locais que recebem proteção devido ao seu valor ambiental, cultural ou outro valor semelhante. Estas podem englobar diversos cenários, desde as mais altas montanhas até às águas mais profundas, entre florestas, desertos, lagos e até mesmo fronteiras nacionais (WDPA, 2011).

Para Dudley (2008), uma área protegida pode definir-se como um espaço geográfico claramente delimitado, reconhecido e gerido, através de meios eficazes legais ou outros, no sentido de alcançar a longo prazo a conservação da natureza, com os seus ecossistemas, serviços e valores culturais associados.

Os autores Eagles, McCool e Haynes (2002) propõem uma definição de área protegida como sendo “uma área de terra ou água, especialmente dedicada à proteção e manutenção da biodiversidade e dos recursos naturais e culturais a ela associados, sendo gerida através de meios legais e efetivos”.

As áreas protegidas foram criadas com o objetivo de preservar *habitats*, espécies, paisagens e pontos de interesse ecológico, científico, recreativo, turístico e cultural. Já na época renascentista os reis e governantes da Europa reservavam determinadas áreas, tipicamente como reservas de caça real (Eagles et al., 2002). Em 1872 foi criado, nos Estados Unidos da América, o Parque Yellowstone, a primeira área protegida (Nunes, 2009). Mas, foi no século XX que se verificou um aumento exponencial de áreas protegidas um pouco por todo o mundo, como mostra o gráfico seguinte, realizando-se a primeira conferência sobre parques nacionais em 1933, em Londres (IUCN, 2004).

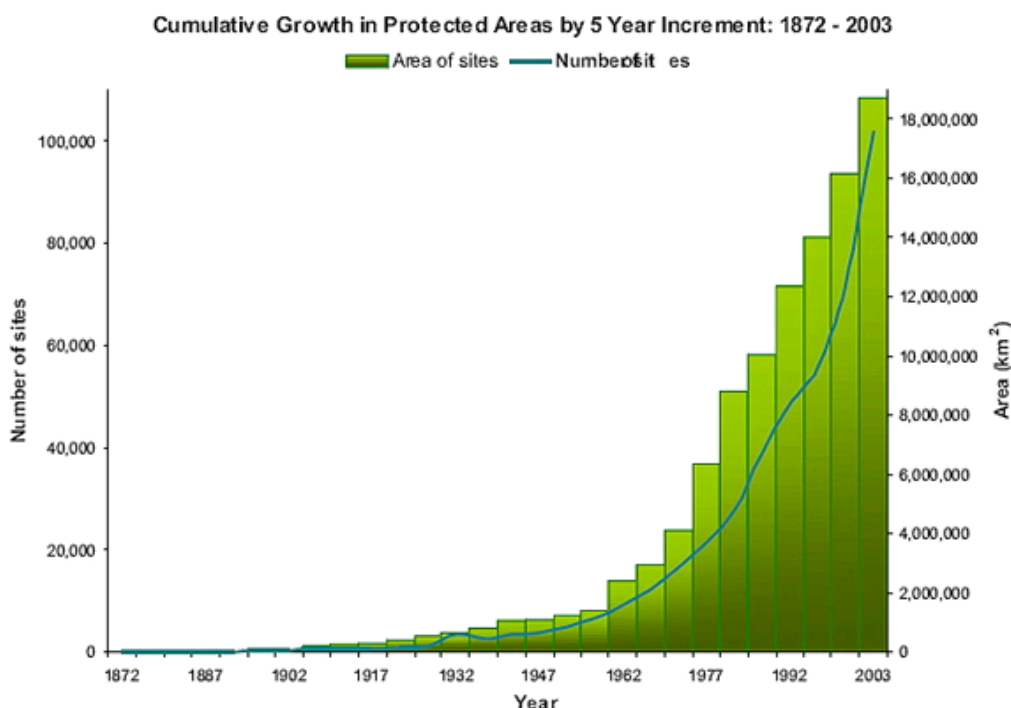


Figura 1.1 – Crescimento de áreas protegidas em todo o mundo (UNEP-WCMC, 2003).

1.3.2 Classificação das Áreas Protegidas

Pensadas originalmente como forma de proteção da natureza em zonas de elevada sensibilidade ecológica, o conceito de “Área Protegida” constituiu, numa primeira fase, o principal instrumento de gestão do território de zonas consideradas como problemáticas, em termos de conflitualidade de usos. Embora este seja um conceito com generalizado consenso, a implementação e gestão destas áreas podem ser efetuadas de diferentes formas e tendo por base diferentes objetivos específicos. A título de exemplo, descrevem-se seguidamente algumas tipologias de áreas protegidas, mediante diferentes objetivos específicos (Eagles et al., 2002):

Categoria I – Reserva Natural Estrita / Zona de Vida Selvagem – área protegida gerida essencialmente para fins científicos ou de proteção da vida selvagem.

Categoria Ia – Reserva Natural Estrita – área protegida gerida essencialmente para fins científicos.

Categoria Ib – Área de Vida Selvagem – área protegida gerida essencialmente para fins de proteção da vida selvagem.

Categoria II – Parque Nacional – área protegida gerida essencialmente para atividades de recreação e proteção dos ecossistemas.

Categoria III – Monumento Natural – área protegida gerida essencialmente para conservação de valores naturais específicos.

Categoria IV – Área de Gestão de Habitats/Espécies – área protegida gerida essencialmente para conservação por intermédio de uma gestão intervencionada.

Categoria V – Paisagem Protegida – área protegida de paisagens mistas culturais/naturais de elevado valor cénico onde os usos tradicionais do território se mantêm.

Categoria VI – Área Protegida para Gestão de Recursos – área protegida gerida essencialmente para o uso sustentado dos ecossistemas naturais.

Além dos objetivos enunciados para cada categoria, estas englobam outros objetivos que se centram também na recreação e lazer, contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico das áreas protegidas, não esquecendo nunca os objetivos primários de conservação da natureza e da biodiversidade.

Em Portugal a Lei n.º 9/70, de 19 de junho, a qual estabelecia a promoção da proteção da natureza e dos seus recursos em todo o território, particularmente pela criação de Parques Nacionais e de outros tipos de reservas, representou um passo decisivo para a concretização de uma série de medidas de conservação da Natureza e para a criação do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

Atualmente, de acordo com o Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho que estabelece o Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, são definidas as seguintes categorias e tipologias de áreas protegidas:

- a) Parque Nacional;
- b) Parque Natural;
- c) Reserva Natural;
- d) Paisagem Protegida;
- e) Monumento Natural.

No entanto, nem todas as áreas protegidas são geridas de igual forma, nem segundo as mesmas linhas orientadoras e objetivos, podendo variar de acordo com o tipo de bem a proteger e com o estado de conservação em que se encontram. Existem diferentes níveis de proteção, que podem permitir ou não a presença humana em algumas zonas das áreas protegidas.

Para o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) a criação de uma área protegida é apenas o início de um longo percurso onde o relacionamento das pessoas com o ambiente, a complexidade e os paradoxos vão ser os maiores desafios a enfrentar.

1.4 Turismo de Natureza

1.4.1 Enquadramento concetual da atividade turística e os seus impactes

Segundo Pereira (2006), “o turismo é, sem dúvida, a maior indústria mundial, geradora de benefícios económicos crescentes.” Consultando o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) (Turismo de Portugal, 2007), podemos observar que o turismo tem uma importância estratégica para a economia nacional tendo capacidade de gerar emprego, a cerca de 10% da população ativa, e riqueza. Representa cerca de 11% do Produto Interno Bruto nacional, tornando-se num dos principais setores da economia portuguesa.

Perspetiva-se um forte impulso da indústria do Turismo ao nível mundial. Em Portugal, o Turismo é cada vez mais encarado como uma das suas mais promissoras atividades económicas, podendo ter um papel determinante no crescimento da economia e na viragem para um moderno modelo de desenvolvimento. O setor turístico revela-se de grande importância em diversos domínios, tanto na vertente económica, como também nas vertentes ambiental, social e cultural, diminuindo assimetrias ao nível do desenvolvimento regional, protegendo o património cultural, preservando a natureza e melhorando a qualidade de vida, sempre visando um turismo sustentável. No entanto, verifica-se também uma realidade oposta de que o turismo é, em determinados casos, responsável pela degradação do património ambiental, social e cultural das áreas de destino. Torna-se assim, determinante planear eficientemente e premiar a excelência!

A Organização Mundial do Turismo (OMT, 2008), estima que o número de chegadas às fronteiras mundiais aumentará dos atuais 700 milhões para 1.500

milhões em 2020. No entanto, para que possamos beneficiar desses efeitos precisamos que as empresas e o setor público traduzam profissionalismo, criatividade, competitividade e inovação em desenvolvimento, crescimento e sucesso, pautado por padrões de qualidade e de sustentabilidade.

Do ponto de vista das áreas de destino existe muito potencial em Portugal, dado o vasto território de natureza selvagem e rural existente, que se pode enquadrar perfeitamente numa estratégia de desenvolvimento sustentável. Mas, é necessário que as políticas conjuguem os interesses ambientais com os interesses turísticos, numa necessária simbiose para o desenvolvimento.

As Políticas do Governo Português para o Turismo, nomeadamente no Plano Estratégico Nacional do Turismo 2006-2015, apontam como metas: contribuir mais para o PIB nacional; aumentar o emprego qualificado, e acelerar o crescimento do turismo interno. O Plano está estruturado em cinco Eixos. O Eixo I – Território, Destinos e Produtos, revela uma clara aposta no desenvolvimento de novos polos de atração turística. Estão definidos neste eixo 10 produtos, sendo que a previsão de produtos substitutos, está na base da atratividade. O Turismo de Natureza é um desses produtos, considerado como inovador e cuja estratégia se destina à sua afirmação, pois é estimado um alto volume de procura: 20-52 milhões de viagens internacionais/ano na Europa, e uma alta taxa de crescimento: 8-10% anual.

Cabugueira (2005) refere que o Turismo é uma atividade económica de extrema importância, podendo desempenhar um papel determinante no desenvolvimento de determinadas regiões, surgindo assim como alternativa de desenvolvimento, podendo dinamizar as potencialidades naturais e histórico-culturais das regiões, sobretudo das mais deprimidas. Segundo Butler, (1993; *cit. in* Martins 2004), o desenvolvimento do turismo, em muitas áreas, vinha sendo pautado por um modelo paradigmático - demasiado assente no crescimento acelerado, com base num tipo de turismo e de turistas que muitas vezes degrada os recursos que originariamente atraíram os próprios visitantes, e que consequentemente, esta situação contribuiu para a emergência do turismo sustentável e de outras formas de turismo diferentes do turismo convencional de massas.

Mais recentemente o turismo tem representado um caminho responsável para a preservação dos recursos naturais. A visão dos otimistas é de que o turismo baseado na natureza oferece perspectivas de desenvolvimento sustentável; para os pessimistas, o turismo é visto apenas como um meio de procura de riqueza, de criação de marcas de poder, que traz resultados desastrosos para a natureza “(...) *such tourism might have many of the hallmarks of “slow mining” with a result that landscapes can be “loved to death”* (...). (Hall & Boyd, 2005)

1.4.2 Turismo de Natureza: potencialidades e riscos

A partir da segunda metade do século XX, as transformações sociodemográficas provocadas pelo aumento da esperança e da qualidade média de vida, a redução dos indicadores de natalidade e o conseqüente aumento do número de famílias monoparentais e o significativo aumento de tempo livre contribuíram para uma gradual procura por atividades de lazer e promoveram uma aceleração do consumo de um novo produto turístico. O regresso ao espaço natural, as preocupações ambientais e a motivação para o consumo de produtos culturais, baseados em padrões de genuinidade, foram variáveis fundamentais para a emergência do turismo de natureza (Sung, 2004).

Segundo Vera (1997), os fatores que explicam o desenvolvimento do turismo em meio natural integram-se nos fatores inerentes à conjuntura seguida pelo turismo em geral e nas novas tendências verificadas, quer do lado da oferta, quer do lado da procura turística. O novo turista é um consumidor com critérios de avaliação cada vez mais exigentes como consequência da experiência de viajar adquirida, da facilidade de acesso à informação e da consequência generalizada que emerge em protesto das condições de vida urbana, privilegiando assim o requisito qualidade em detrimento de um turismo massificado.

O conceito de turismo de natureza é definido pelo mesmo autor “como o segmento do turismo que se desenvolve em áreas naturais relativamente virgens, com o objetivo específico de admirar, estudar, desfrutar da viagem, das

plantas e animais, assim como das marcas culturais do passado e do presente das ditas zonas – relaciona-se, desta forma, ócio, meio ambiente e turismo”.

O turismo de natureza baseia-se num turismo responsável realizado em espaços onde a natureza predomina, que conserva o ambiente e melhora o bem-estar das populações locais (TPWD, 2011).

De acordo com o Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de fevereiro (Alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de março), o turismo de natureza compreende:

- a) Serviços de hospedagem, em turismo em espaço rural, como em casas de natureza (casas-abrigo, centros de acolhimento e casas-reiro);
- b) Atividades de animação ambiental, compreendendo as modalidades de animação, interpretação ambiental e desportos de natureza.

De acordo com alguns estudos o turismo de natureza é dos segmentos mais importantes e com maiores crescimentos na indústria do turismo. No caso de Portugal, é previsível que o turismo de natureza tenha uma taxa de crescimento anual de 9% durante esta década, um valor superior à taxa de crescimento do turismo de natureza a nível europeu, previsto de 7% (AEP, 2008). Segundo Gamito (2013), prevê-se que durante o ano de 2015 a procura por locais para fruição da natureza e a prática de atividades nestes ambientes constitua uma motivação para cerca de 43,3 milhões de viagens de europeus.

Ruschmann (1997) refere que o turista contemporâneo é um grande consumidor da natureza e a evolução do turismo, nas últimas décadas, ocorreu como consequência da “procura do verde” e a fuga dos grandes aglomerados urbanos, pelas pessoas que tentam recuperar o seu equilíbrio psicofísico em contato com ambientes naturais durante os seus tempos livres. Por outro lado, Mota (2006) assume que o crescimento do turismo de natureza pode dever-se a uma nova tendência ecológica que se tem verificado nas sociedades modernas. Surge assim a necessidade de contrabalançar e começar a entender a natureza como um elemento vital na vida quotidiana.

Estas alterações de comportamento na procura turística refletem-se, essencialmente, numa maior sensibilização para as práticas relacionadas com a

conservação da natureza, da biodiversidade e do ambiente, promovendo uma maior responsabilidade social; maior exigência por parte do turista e do praticante, preferindo destinos que promovam as boas práticas ambientais; aumento de uma procura pelos segmentos de ecoturismo e turismo de natureza (Gamito, 2013).

A criação de amizades de confiança mútua através da superação de situações difíceis e arriscadas, o desenvolvimento físico equilibrado (Melo, 2003), as aprendizagens únicas que devem ser valorizadas (Eagles et al., 2002), a conservação de áreas naturais, arqueológicas, históricas e culturais importantes (Nunes, 2009), entre outros, constituem-se verdadeiras potencialidades dos desportos de natureza.

Gamito (2013) assume que na grande maioria das áreas protegidas em Portugal, sendo estas consideradas como locais privilegiados e de sublimidade para a visita, utilizando os recursos aí disponíveis, existe um significativo potencial por realizar. A mesma autora adianta que a oferta de recursos naturais diversificados e de incontestável valor, a proximidade a grandes centros urbanos, as facilidades de acessos e as condições meteorológicas favoráveis constituem-se como fatores que podem potenciar a visita. Por outro lado, no que respeita ao desporto de natureza, a reduzida oferta deste tipo de atividades é um fator que condiciona o potencial de atratividade de uma área protegida.

Monz, Cole, Leung, and Marion (2009) afirmam que as atividades de natureza têm contribuído significativamente para a gestão e conservação de áreas protegidas em todo o mundo. Assim, uma das medidas de consciencialização para a defesa do ambiente passa pela qualificação dos profissionais que atuam nesta área. Encontram-se profissionais muito diversificados, com níveis de formação e experiência muito diferentes, alguns muito qualificados e outros com grandes lacunas ao nível da formação (Carvalhinho, Sequeira, Serôdio-Fernandes, & Rodrigues, 2010).

Segundo Melo (2003), por vezes, tanto os promotores como os praticantes de desportos de natureza não têm noção das potencialidades nem dos riscos que essas atividades podem acarretar. O autor refere ainda que a maioria destes

desportos não está organizada, não constituindo assim normas de ensino e de segurança, tanto para os praticantes, como para o meio natural onde as atividades decorrem. Torna-se assim essencial adotar um conjunto de condutas rigorosas, nas vertentes da segurança e do ambiente, implicando isto, uma cooperação entre os diversos agentes interessados e também uma eficaz formação de formadores.

A existência de códigos de conduta, por sua vez, pode evitar alguns riscos dos desportos de natureza sobre o ambiente envolvente. O ICNF publicou um código de conduta e boas práticas em áreas protegidas, elaborado especificamente para informar os visitantes de áreas protegidas sobre os comportamentos que devem ter em locais tão sensíveis como estes (este pode ser consultado no portal do ICNF).

1.5 Enquadramento legal das Áreas Protegidas em Portugal

A Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, evidencia-se como sendo uma lei estruturante, que define um modelo assente numa gestão participada e responsável entre o Estado, as Regiões Autónomas, os Municípios e todos os Agentes Desportivos, visando o aumento dos índices de participação desportiva da população portuguesa.

O Programa Nacional de Turismo de Natureza (PNTN) foi criado em 1998, com a publicação da Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98, de 25 de agosto. A criação deste programa decorreu de um Protocolo celebrado no dia 12 de março de 1998 entre o Ministério da Economia e o Ministério do Ambiente, tendo em conta a Resolução do Conselho de Ministros nº 102/96, de 8 de julho, que visa o estabelecimento de medidas concretas para o desenvolvimento sustentável das áreas protegidas, das quais salientamos o apoio a atividades turísticas de recreio e lazer não nocivas para o meio natural. É, desta forma, um documento de referência que permite consolidar a imagem de Portugal como destino turístico de qualidade, com novos destinos vocacionados para novos

tipos de procura. O PNTN pretende regular estas atividades, na Rede Nacional de Áreas Protegidas, de uma forma sustentável, através da sensibilização da atividade turística, das populações locais e de outras organizações interessadas, da promoção da conceção de estruturas apropriadas e da elaboração de legislação específica, nomeadamente assente na conservação da natureza, no desenvolvimento local, na qualificação da oferta turística e na heterogeneização da atividade turística.

Relativamente às Áreas Protegidas, a Lei de Bases do Ambiente pressupõe a constituição e regulamentação de uma rede nacional de áreas protegidas, abrangendo espaços terrestres, águas interiores e marítimas e outras circunstâncias naturais distintas que devam ser submetidas a medidas de classificação, preservação e conservação, em virtude dos seus valores estéticos, da sua raridade, importância cultural, social e científica ou da sua contribuição para a harmonia biológica e estabilidade ecológica das paisagens. A Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), introduzida pelo Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro, revogado pelo Regime Jurídico da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho), é formada pelas diferentes áreas protegidas, que são classificadas segundo o interesse nacional, regional ou local, conforme os valores que se pretendem salvaguardar.

Um dos requisitos do Decreto-Regulamentar n.º 18/99, de 27 de agosto refere que cada área protegida deve ter uma carta de desporto de natureza, com as capacidades de carga de cada desporto dos respetivos percursos ou locais. Apesar disso, atualmente, apenas duas áreas protegidas possuem carta de desporto de natureza, sendo eles o Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros (Portaria n.º 1465/2004, de 17 de dezembro) e o Parque Natural Sintra-Cascais (Portaria n.º 53/2008, de 18 de janeiro). É assim fundamental, a criação de cartas de desporto de natureza em todas as outras áreas protegidas.

A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, criada em 2001 através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro, comporta um documento orientador essencial para as políticas de conservação da natureza e da biodiversidade, bem como a salvaguarda de património geológico, geomorfológico e paleontológico. Este documento,

conforme referência, é entendido como um instrumento que visa uma política de ambiente e de ordenamento do território, tendo em vista enquadrar as políticas globais do ambiente e promover a sua integração nas diferentes políticas sectoriais, em articulação com a estratégia europeia e mundial, de modo a alcançar um ambiente propício à saúde e bem-estar das pessoas e ao desenvolvimento social e cultural das comunidades, bem como à melhoria da qualidade de vida.

O Decreto-Lei n. 108/2009, de 15 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n. 95/2013, de 19 de julho determina as circunstâncias que permitem o acesso e também o exercício de atividade das empresas de animação turística e ainda dos operadores marítimo-turísticos. Este decreto-lei, juntamente com o Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, que estabeleceu o novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, redefine o conceito de turismo de natureza e contribui para a dinamização do Programa Nacional de Turismo de Natureza. O reconhecimento de atividades de animação turística como turismo de natureza e a organização dessas mesmas atividades na Rede Nacional de Áreas Protegidas passam a estar dispensados do pagamento de taxas específicas, anteriormente cobradas por cada área protegida em que as empresas pretendessem atuar. Assim, determina-se um regime simplificado de acesso à atividade através de um balcão único - o Turismo de Portugal, I. P. - e mediante pagamento de uma taxa única, que isenta os agentes de outros procedimentos e despesas de licenciamento para o exercício das suas atividades próprias. Esta descomplicação de processos incentiva um aumento da atividade das empresas de animação turística nas áreas protegidas, aumentando assim a prática dos desportos de natureza nestes espaços.

1.6 Caracterização da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto

A Serra de Montejunto localiza-se entre a costa litoral e o Vale do Tejo, em pleno coração do Oeste e a cerca de 50 quilómetros de Lisboa, distrito ao qual pertence. Administrativamente, engloba os concelhos de Alenquer e do Cadaval,

sendo este último que detém a maior parte do território. Compondo o alinhamento montanhoso do maciço calcário da Estremadura, a Serra de Montejunto constitui-se, com os seus 666 metros de altitude, como o miradouro natural mais alto da região Oeste, onde se pode observar a Norte o arquipélago das Berlengas e o Sítio da Nazaré, a Sul as cristas recortadas da Serra de Sintra e a Este os terrenos da Lezíria do Tejo e dos “Olivais de Santarém” (Bartolomeu & Abreu, 2002; Cadaval).

1.6.1 Ocupação Humana

Desde tempos remotos que a Serra de Montejunto se constituiu como um polo de fixação dos nossos antepassados. A descoberta de variados vestígios nesta área comprova efetivamente esta mesma ocupação. Durante o período Paleolítico a presença de comunidades humanas deve ter sido rara, provavelmente derivado das condições climáticas que se faziam sentir nesta região. Esta presença apenas se resumia a pequenos períodos de caça, utilizando as grutas como refúgio temporário ou para obtenção de materiais para construção de armas e outros utensílios. Já no período Neolítico verificou-se a sedentarização de pequenas comunidades que habitavam no sopé da serra ou a meia encosta, locais que reuniam condições favoráveis para o desenvolvimento de uma nova economia baseada na agricultura e na pastorícia, abandonando assim o nomadismo e dando lugar a uma nova cultura, a Calcolítica. Nesta altura, há cerca de 6000 anos, surgiram novos métodos de construção e também o aparecimento da metalurgia.

Alguns séculos passados, identificam-se alguns vestígios de ocupação humana, tais como o primeiro Convento da Ordem Dominicana erguido em Portugal e ainda a capela de São João Batista, datada do início do século XIII, e edificada no ponto mais alto da serra, a 666 metros de altitude (Bartolomeu & Abreu, 2002).

1.6.2 Geologia

Do ponto de vista geológico, a Serra do Montejunto é predominantemente constituída por rochas calcárias, mas também estão representados outros tipos, como as vulcânicas ou sedimentares, com idades que vão desde o Jurássico médio ao Cretácico (Crispim, 2008). Em sentido lato, a Serra de Montejunto corresponde a um estreito esporão de terras altas estendendo-se de Sudoeste para Nordeste ao longo de uma extensão de 25 quilómetros a partir da região de Torres Vedras (Daveau, 2004). É localmente denominada de “Serra da Neve”, pois a natureza da rocha carbonata concede-lhe uma cor esbranquiçada, típica das serras calcárias da Estremadura Portuguesa, o que faz parecer que está constantemente coberta com uma fina camada de neve.

Terá sido durante a Era Cenozóica que ocorreu a principal fase de estruturação do maciço de Montejunto (Fonseca, 2009). Este, ao longo dos tempos, foi alvo de uma parca investigação no campo da geomorfologia, tendo-se verificado apenas algumas ténues referências relacionadas com traços gerais da sua morfologia (predominantemente cársica) e depósitos de cobertura (Appolinário, 1897; Daveau, 1966, 1973, 2004; Ferreira, 2005; Fonseca, 2009).

No entanto, “a existência de áreas com paisagens cársicas (dolinas, grutas), de formas de origem tectónica (escarpas de falha) e de vestígios da evolução quaternária (depósitos de vertente, areias quartzosas), contribui para salientar o valor patrimonial desta serra calcária” (Crispim, 2008).

Numa breve descrição da superfície, destacam-se a falha de Montejunto que corta a serra de Este a Oeste e que origina um conjunto de escarpas de significativas dimensões. Entre estas escarpas destacam-se o anfiteatro de Pragança e a zona das Penhas do Relvio. Viradas a Norte sobressaem os vales escarpados e profundos. Na vertente virada a Sul predomina um acentuado declive com pequenos vales e, por outro lado, também alguns pequenos planaltos. A depressão das Fontainhas apresenta uma forma arredondada, constituindo a forma típica de uma dolina. De salientar também a existência de

diversos Covões, áreas de cultivo que são formadas a partir da acumulação de argilas avermelhadas ricas em óxidos de ferro (Bartolomeu & Abreu, 2002).

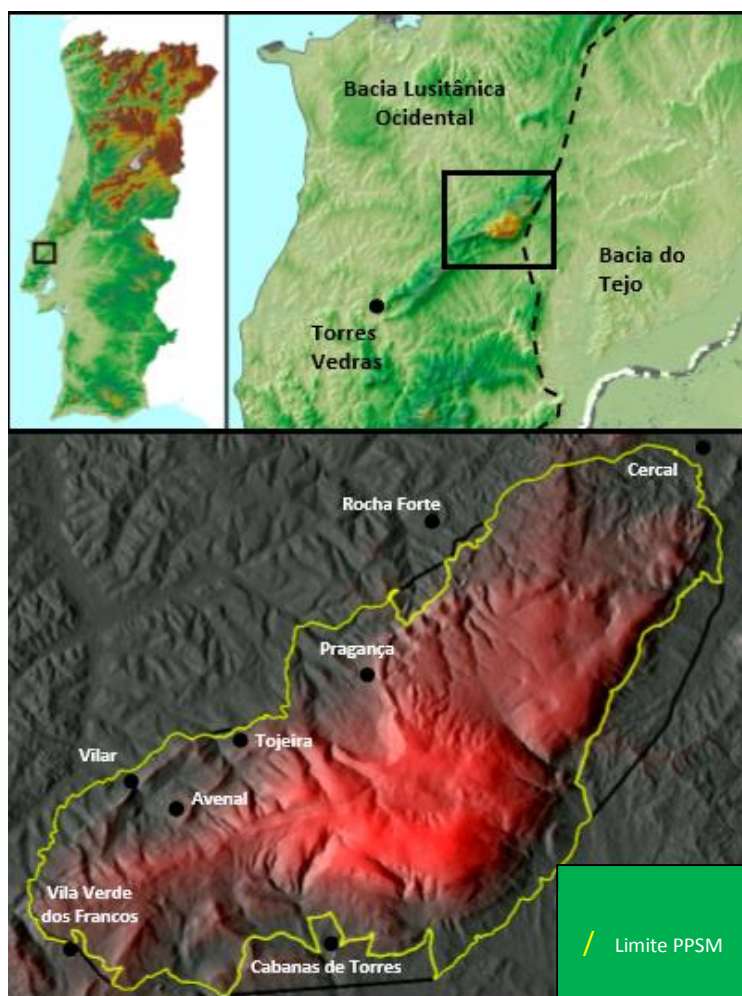


Figura 1.2 – Enquadramento e limite da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto (fonte: (Fonseca, 2009))

1.6.3 Fauna

Como se pode verificar também em outras formações geológicas idênticas, na Serra de Montejunto identificam-se grandes cavernas onde foram descobertos vestígios de uma fauna que povoava aquela zona e há muito extinta no nosso país. No passado, a serra era coberta por uma compacta mata, onde abundavam os animais bravios (Duarte, 2006).

Ao contrário da região envolvente, bastante humanizada com uma prática de atividade agrícola e silvícola intensa (Souza, 2010), a geomorfologia da serra dificulta, em quase toda a sua totalidade, o povoamento humano, o que se configura num dos poucos locais de refúgio para muitos animais, proporcionando uma riqueza faunística quase exclusiva (Morais, s/d).

De entre as diferentes espécies identificadas as aves assumem, pela sua grande diversidade e raridade, especial importância. Já foram identificadas cerca de 115 espécies de aves, entre as quais o Corvo, o Gaio Comum, o Gralha-de-bico-vermelho, o Melro Azul, o Pica-pau Verde, o Peneireiro e a Águia-de-asa-redonda (Cadaval; Moraes, s/d). Nidificam neste espaço cerca de 75 espécies, entre as quais, 10 são consideradas espécies ameaçadas (Cabral et al., 2005). O Bufo-real, a Águia de Bonellie e o Andorinhão-real são três espécies que habitam a serra, sendo rigorosamente protegidas, pois estão em vias de extinção (Cadaval; Moraes, s/d).

Entre os mamíferos destacam-se o gato bravo, uma espécie quase exclusiva do nosso país, os texugos e principalmente as várias espécies cavernícolas de morcegos, uma das maiores riquezas faunísticas da Serra de Montejunto e que esteve na base da sua inclusão na lista da Rede NATURA 2000 (Morais, s/d).

Existem ainda algumas espécies de répteis como o sardão, a cobra rateira, a cobra de ferradura e alguns anfíbios como o sapo-comum, a salamandra de pintas e o tritão-marmorato (Morais, s/d).

O Centro de Recuperação de Animais Selvagens (CRAS), junto à Serra de Montejunto, foi criado pela Quercus com o objetivo de recuperar espécimes vítimas de diversos tipos de atentados e, ao mesmo tempo, dedicar também uma especial atenção à serra no que respeita aos seus valores naturais (Cadaval). Este centro está dotado de enfermaria, espaços para cuidados veterinários, salas de recuperação e túneis de voo, preparados para receber, principalmente, aves de rapina, que são as maiores vítimas da irresponsabilidade de muitos caçadores, e outras espécies de aves.

O CRAS possui também um espaço destinado à vertente da educação ambiental no qual se promovem encontros, cursos técnicos e diversas ações junto das

populações locais e onde se encontram também uma exposição permanente sobre a Serra de Montejunto, material didático-pedagógico e uma pequena biblioteca. Está em funcionamento desde Setembro de 2007 e já recebeu cerca de 300 animais, dos quais 100 foram recuperados e libertados (Quercus, 2012).

1.6.4 Flora

“A beleza natural e as condições de habitat que a Serra do Montejunto oferece foram desde alguns milhares de anos motivo de atração para o homem” (Souza, 2010).

A flora, que se constata diversificada e rica, que a PPSM apresenta configura-se em consonância com a geologia e o microclima que aqui se atesta, fazendo com que esta se constitua como uma “ilha biológica” no enquadramento territorial envolvente.

Barros e Marques (1999) identificam a presença de uma flora constituída por carvalhos, pinheiros, cedros e castanheiros, numa região onde o carrasco e o alecrim prevaleceram face às outras espécies. Esta constitui a melhor aproximação ao que seria a original vegetação da região.

Os sistemas florestais são claramente os dominantes, ocupados mormente por matos.

Atualmente, parte da serra encontra-se quase desguarnecida de vegetação devido aos incêndios ocorridos nos últimos anos. Morais (s/d) refere que, além dos fogos, a atual vegetação existente é também resultados da intervenção humana ao longo dos tempos. Descreve que o pinheiro manso e bravo, o carvalho, o castanheiro, a azinheira, o carrasqueiro e outras espécies arbustivas constituem a sua vegetação predominante. Os carrascais, em cujas clareiras podem ocorrer tojais e tomilhais, têm substituído gradualmente os carvalhais de carvalho-cerquinho, perdurando como indício reliquial do coberto vegetal de outrora um carvalhal em bom estado de conservação (Resolução do Conselho

de Ministros nº115-A/2008). Também a cultura do Pinheiro Manso, que se verifica um pouco por toda a serra, constitui-se importante ao nível do ecossistema, tendo em consideração a fauna variada que dela beneficia. No entanto, a presença do Eucalipto vai-se acentuando cada vez mais.

A vegetação predominantemente rasteira constitui-se importante pela variedade de espécies que apresenta. Podemos encontrar difundido por toda a serra um manto de espécies arbustivas tais como o carrasco, o medronheiro, o alecrim, o tojo, o pilriteiro, a giesta ou a urze. Identificam-se ainda algumas espécies raras, “como é o caso da orquídea silvestre, ou vistosas como a rosa-albardeira e a dedaleira” (Morais, s/d). Salientando a rosa-albardeira pela sua sazonalidade e locais de observação, esta desponta entre março e junho em lugares pedregosos, chegando a atingir meio metro de altura e 15 centímetros de diâmetro (Cadaval).

Segundo o Plano Setorial da Rede Natura 2000 (Resolução do Conselho de Ministros nº115-A/2008), estão presentes na Serra de Montejunto “arrelvados vivazes, muitas vezes ricos em orquídeas e arrelvados xerófilos dominados por gramíneas, prados com comunidades de plantas suculentas e ainda louricais, com a presença habitual de medronheiro e ocasional de folhado”.

Contudo, além das já referidas ameaças dos fogos florestais e da florestação com eucaliptos, verificam-se outras que determinam o empobrecimento ecológico da área, como a extração de inertes e a instalação desordenada de antenas de telecomunicações (Resolução do Conselho de Ministros nº115-A/2008).

1.6.5 Ordenamento do território

Territorialmente, o Montejunto encontra-se sobre a tutela de dois municípios: Cadaval e Alenquer.

Após a análise de instrumentos de ordenamento e planeamento territorial, isto é: dos dois Planos Diretores Municipais (PDM) e dos dois Planos Estratégicos, é possível concluir que os dois municípios reconhecem a importância da

valorização e proteção natural do território em estudo e consequentemente determinam o seu potencial de desenvolvimento turístico, inclusivamente associado a práticas de desporto natureza. Esta afirmação baseia-se essencialmente nas considerações seguidamente apresentadas.

O PDM do Cadaval refere que para o desenvolvimento regional do turismo, este município em particular contribui “ (...) *com um dos principais patrimónios do concelho, a sua “natureza genuína” e em particular a Serra de Montejunto – na qual se assenta o principal vetor promocional do turismo local – embora a esta se deva necessariamente associar o património histórico-cultural existente.*” (PDM Cadaval, 1995).

Embora não existam suficientes equipamentos turísticos de apoio ao desenvolvimento da atividade no concelho, existem uma série de quintas, que integram a Rota do Vinho do Oeste e que poderiam integrar o produto turístico “Montejunto” de forma a permitir uma estadia mais prolongada dos visitantes, que poderiam assim usufruir de outra tipologia de alojamento que não só o Parque de Campismo ou as Casas Abrigo. (PDM Cadaval, 1995).

O regulamento do PDM do Cadaval determina também o Montejunto como Área de Vocação Turística, reconhecimento importante para a preservação ambiental do local, já que, desta forma a zona territorial é salvaguardada, por exemplo, da maioria das construções (permitindo apenas alguma construção turística dotada de regras especiais) e da implementação industrial, sendo esta obviamente proibitiva. Ao usufruir deste estatuto é eminentemente possível a candidatura a Sistemas de Incentivos Financeiros ao Investimento no Turismo. Nesta situação a Serra é definida como possuindo: “(...) *especial aptidão para o turismo ambiental, social e cultural; (...).*”

Os Planos Estratégicos desenvolvidos pelos municípios não apresentam um carácter vinculativo ou jurídico como os PDM, mas no contemporâneo, estes planos determinam as intenções dos municípios relativamente ao seu desenvolvimento integrado e sustentável.

A Estratégia de desenvolvimento para o concelho do Cadaval – Um território rural de excelência - 2008-2015, determina os objetivos e ações para o

desenvolvimento do território. Estas passam pela exploração do cariz rural que o território detém e que perante o cumprimento do plano permitirá a potencialização dos vetores: económico, social e ambiental, cumpridas através de ações que desenvolvam, por exemplo, a fruticultura e a vinha.

No âmbito desta visão, pretende-se tornar o: *“Cadaval um Território Fornecedor de produtos e serviços de turismo e lazer de qualidade;”*, através de uma linha orientadora para *“Valorizar os Recursos Endógenos, com potencial Turístico e de Lazer”* (EDC, 2008).

O plano define claramente um produto turístico designado como: *“Valorização Turística do Património Natural, Histórico e Cultural da Serra de Montejunto”*. O desenvolvimento deste projeto assenta em componentes tão distintas como: a criação da Rota Europeia do Gelo; a valorização da Mata dos Castanheiros; a criação de Parques Temáticos da Natureza, onde se privilegia o contato com o ambiente, através da sua interpretação e da realização de atividades desportivas e de lazer; a valorização e revitalização das Aldeias Serranas; a construção de infraestruturas de proteção da Floresta contra os incêndios e variadas ações de conservação da natureza e biodiversidade, entre as quais a inventariação do vasto património espeleológico com vista ao usufruto do mesmo. (EDC, 2008).

Com base nestes dois instrumentos, a gestão territorial visa evidentemente o elevado potencial turístico e de lazer, particularmente do Turismo de Natureza, do Desporto de Natureza e do Turismo em Espaço Rural.

Relativamente ao município de Alenquer, os seus planos denotam também a relevância da Serra de Montejunto para o território, contudo de forma menos proeminente do que o Cadaval.

O PDM de Alenquer designa o Montejunto como recurso turístico e Local de Interesse Paisagístico. Relativamente a este espaço determina regulamentação semelhante à referida no PDM do Cadaval, quanto às restrições nas construções e na implementação de indústria, podendo contudo, ser implementadas infraestruturas turísticas.

Distingue ainda que o Montejunto constitui uma reserva natural que, em articulação com o valioso património construído do concelho, poderá estruturar alguns empreendimentos urbano-turísticos de escala pequena, privilegiando os espaços de lazer e descontração, gastronomia, realizações culturais, acolhimento de realizações desportivas envolvendo um número reduzido de participantes. (PDM Alenquer, 1995)

No que respeita ao Plano Estratégico de Alenquer, mais propriamente na metodologia da Agenda 21Local (2009), existem poucas referências à serra.

Denota-se que após a análise destes instrumentos não existe qualquer desígnio quanto à colaboração dos dois municípios para o desenvolvimento do recurso natural.

Outro dos instrumentos de planeamento com incidência na área em estudo é o Programa Territorial de Desenvolvimento do Oeste – estratégia 2020 (AMO, 2008). Este tem como primordial objetivo um desenvolvimento integrado e sustentável da região Oeste. Este programa é fruto do trabalho conjunto dos 12 municípios Oestinos, reunidos sob a tutela da Associação de Municípios do Oeste.

Os objetivos deste plano de ação traduzem-se na ambição em tornar o Oeste “num polo turístico competitivo e sustentável”; num “exemplo a seguir de ruralidade moderna” e “num destino qualificado de investimento empresarial e de residência urbana”.

O desenvolvimento do plano de ação será concretizado através de eixos. O Montejunto aparece destacado neste plano como “zona de valor ambiental relevante”, inclusivamente no eixo I, objetivo 2: Valorização do Património e Desenvolvimento Turístico, na ação integrada D) - *Eco-turismo, Paisagem e Natureza*: Valorização Turística do Património Natural, Histórico e Cultural da Serra de Montejunto. Este ponto é considerado como um dos projetos âncora, isto é de importante relevância para o desenvolvimento turístico da região.

Esta alínea destaca uma série de ações que permitirão atingir o objetivo inicial, entre as quais: a criação de uma “Rota Europeia do Gelo”, permitindo o

intercâmbio de conhecimentos e experiências; a ampliação do parque de campismo; a colocação de sinalização turística adequada, a valorização do património natural e construído, incluindo a mata dos Castanheiros e a revitalização das “Aldeias Serranas” incluindo as “azenhas da Aldeia Serrana de Pragança”; a dotação de infraestruturas de apoio e transporte turístico, assim como a revitalização para uso turístico do antigo quartel da Força Aérea e zona envolvente (AMO, 2008).

Após pesquisa revela-se também que não existe nenhum Plano da paisagem Protegida da Serra de Montejunto, que não foi concluído no prazo previsto (n.º 2 do art. 51.º do DL n.º 142/2008, de 24 de Julho), nem nenhuma Carta de Desporto de Natureza. (fonte: ICNF).

1.7 Metodologia

A noção de ciência difere de domínio para domínio ou de investigador para investigador, no entanto, esta refere-se à organização ou metodização de conhecimento ou informação recolhida pela utilização de um método científico (Bhattacharjee, 2012), reconhecendo-se duas grandes categorias fundamentais: as ciências naturais e as ciências sociais. Enquanto as primeiras são precisas e independentes de uma observação pessoal, as ciências sociais tendem a ser um pouco mais ambíguas e a possuir um menor grau determinístico, podendo ser utilizadas diferentes ferramentas para mensurar uma mesma opinião (Bhattacharjee, 2012).

Segundo Gil (1999), as ciências sociais conjecturam características específicas que devem ser consideradas, tais como:

- A impossibilidade de prever o comportamento humano;
- A dificuldade na quantificação de resultados;
- A eventualidade da influência dos resultados por parte do investigador, pois este possui uma série de características e valores;
- A opção pelo método experimental, na maioria dos casos.

A investigação social expressa-se, globalmente, pela aproximação em detrimento da precisão, pois foca-se no fenómeno comportamental.

Será através da adoção de técnicas, métodos e linguagem adequados que uma certa forma de conhecimento adquire carácter científico, pois só mediante o seguimento de um rigor técnico científico será exequível consagrar um conhecimento como científico.

A Análise Documental configura-se, cada vez mais, de maior importância perante a evolução das tecnologias de informação, impulsionando a divulgação e o intercâmbio de informação e facilitando as possibilidades de processamento e o manuseamento de grandes volumes de documentos (Peña Vera & Morillo, 2007). No entanto, segundo os mesmos autores, os processos fundamentais que envolvem a Análise Documental continuam a depender da capacidade intelectual e da perspicácia dos investigadores na análise da informação e da metodologia por estes aplicada.

Segundo Carmo e Ferreira (1998), a Análise Documental envolve a seleção, tratamento e interpretação da informação presente em documentos que podem tomar os formatos escrito, áudio ou vídeo, com o objetivo de extrair algum sentido. Quivy e Campenhoudt (1992) acrescentam ainda que estes documentos podem ser manuscritos, adquirir um formato impresso ou audiovisual, oficiais ou públicos, podem ser privados ou de algum organismo e conter texto ou números. Por outro lado, informações contidas em *websites*, *blogs*, comunidades *online*, entre outros, podem também ser considerados como fonte de informação para recolha de dados para investigação (Denscombe, 1998; Gray, 2004). No entanto, questão da credibilidade, autoria e autenticidade das informações contidas na internet pode, por vezes, levantar alguns problemas, tornando-se difícil de ser estabelecida (Denscombe, 1998).

No processo de investigação torna-se essencial que o investigador recolha informação de estudos anteriores sobre uma determinada área e acrescente algum valor, transmitindo-o posteriormente à comunidade científica para que outros possam fazer o mesmo no futuro (Carmo & Ferreira, 1998).

Assim, esta técnica pode descrever-se como um processo dinâmico que possibilita representar o conteúdo de um documento de uma forma diferente da original, proporcionando a produção de um novo documento (Peña Vera & Morillo, 2007).

Para a realização do presente estudo, nomeadamente para a prossecução do objetivo 1 (caracterização da PPSM), adotou-se uma dimensão qualitativa corporificada em análise documental específica acerca da caracterização da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, baseada num enquadramento da demografia, da fauna e flora, do património, da prática desportiva e locais de prática. A metodologia utilizada para a elaboração do presente estudo baseou-se na análise documental de artigos científicos, livros, documentação técnica e institucional e sítios da internet, informação fornecida pelas Câmaras Municipais nas quais está integrada a PPSM.

Tomando em consideração a caracterização efetuada acerca da PPSM e o propósito do presente estudo, nomeadamente o objetivo 2 (identificação do potencial da PPSM para a prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo), considerámos fundamental a auscultação da opinião dos agentes envolvidos, com o intuito de perceber a sua perspetiva sobre o potencial desta área protegida para a prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo.

É na sequência da prossecução deste objetivo 2 que definimos o campo de estudo, a seguir anunciado, e nos referimos ao instrumento utilizado.

1.7.1 Campo de Estudo

Foram ouvidas as autarquias responsáveis pela tutela deste território, a Câmara Municipal do Cadaval e a Câmara Municipal de Alenquer, e também as empresas sedeadas nestes dois concelhos registadas como Empresas de Animação Turística no Registo Nacional de Turismo – Agentes de Animação Turística e que dinamizam atividades de Turismo de Ar Livre / Turismo de Natureza e Aventura nesta região.

Verificámos, após a nossa consulta à página oficial que contém esta base de dados, que estavam registadas três empresas nas condições acima referidas.

Para a realização da recolha de dados procedeu-se aos contatos com as entidades da amostra, no sentido de confirmar a sua disponibilidade e consentimento, explicar os objetivos do estudo, referindo a instituição de ensino superior no qual é enquadrado. As solicitações de colaboração foram formalmente dirigidas (via e-mail) à presidência / direção de cada uma das entidades e confirmadas telefonicamente os quais, posteriormente, definiram os seus representantes. No que respeita às empresas, verificámos que uma estava registada como Empresa de Animação Turística com atividades de Turismo de Ar Livre / Turismo de Natureza e Aventura num dos concelhos que abrangem a área protegida, mas a sua real atuação encontra-se fora deste âmbito e da região que pretendemos investigar, tendo o seu representante afirmado que a empresa nunca operou na PPSM nem realiza atividades de desporto de natureza e turismo ativo, pelo que a aplicação da entrevista seria despropositada.

Outra das empresas registadas aceitou, numa primeira abordagem, realizar a entrevista, contudo, por motivos que extravasam o nosso controlo, não mais aceitou a realização da mesma. Solicitámos uma justificação para a sua recusa, mas sem sucesso.

O nosso campo de estudo ficou, assim, constituído pelas duas autarquias e apenas por uma empresa.

1.7.2 O instrumento – Entrevista semiestruturada

A entrevista é frequentemente utilizada como um instrumento metodológico no âmbito da investigação científica, nomeadamente na área das ciências sociais. Hébert, Goyette e Boutin (2010), referem mesmo que esta é uma das principais técnicas utilizadas em metodologias qualitativas para recolha de dados. Consiste numa interação entre o entrevistador e aquele que é entrevistado, tendo por objetivo a obtenção de informações por parte do primeiro (Haguet, 1997). Esta

pode ser realizada presencialmente, telefonicamente ou através do recurso a outros meios audiovisuais (Afonso, 2005). Bogdan e Biklen (1994) assumem que as entrevistas, para serem consideradas boas, devem produzir uma riqueza de dados que se revelam repletos de palavras e traduzem as perspetivas e opiniões dos entrevistados.

No entanto, indo de encontro à opinião de diversos autores, para garantir a qualidade da mesma é necessário dar cumprimento a diversos procedimentos, a iniciar pela contextualização e consistência teórica. Existindo diversos tipos de entrevistas é importante aferir qual o mais apropriado para utilizar, bem como a sua estrutura, pertinência e clareza das questões a colocar. O processo de validação revela-se fundamental para legitimar o anteriormente referido. A preparação e aplicação da entrevista, assim como o tratamento dos dados recolhidos constituem-se também como processos importantes para o garante da sua qualidade (Boni & Quaresma, 2005; Flick, 2005; Foddy, 2002; Loureiro, Teixeira, Costa, Prudente & Sequeira, 2014).

Sendo a entrevista um instrumento de recolha de dados composta por perguntas (Pereira & Leitão, 2007; Piéron, 1999), um dos principais objetivos de quem as formula é que estas sejam claramente percebidas pelo entrevistado (Foddy, 2002).

Gomes (2007) e Pereira, Mesquita e Graça (2009), citados por Loureiro et al. (2014) referem que a preparação da entrevista exige alguns cuidados, tais como:

- O planeamento, tomando em consideração o objetivo da mesma;
- A escolha do entrevistador, a qual normalmente é efetuada pelo investigador, pois este estará mais familiarizado com o tema;
- A oportunidade da entrevista, marcada com antecedência, mediante a disponibilidade do entrevistado;
- As condições favoráveis, garantindo o anonimato e a confidencialidade;
- A preparação específica, que consiste na organização dos formulários com as questões mais relevantes.

Na presente investigação optámos por utilizar a entrevista semiestruturada ou guiada, pois o objetivo era permitir que os entrevistados proporcionassem

informação importante sobre o tema em questão, sendo este o tipo de entrevista mais adequado às necessidades e objetivos do estudo (de carácter exploratório), em consonância com o referido por reconhecidos autores na área da investigação qualitativa (Bardin, 2009; Flick, 2005; Hábert et al., 2010). A opção por este tipo de entrevista justifica-se também pelo facto de possuímos um campo de estudo reduzido e pela semelhança com outros estudos desenvolvidos em áreas similares à da nossa investigação (Graci, 2013; Lemelin, Koster, Bradford, Strickert, Molinsky, 2015; Manning, 2007; Pinto, 2008; Roberts, 2011).

Neste tipo de entrevista o entrevistado fala abertamente mas, sempre que se afastar dos objetivos da entrevista, é reencaminhado para os mesmos pelo entrevistador. São utilizadas perguntas relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação da parte do entrevistado. Este tipo de entrevista permite evidenciar as questões nos objetivos da pesquisa mediante a utilização de um guião predeterminado, mas aplicado de forma flexível, evitando o desvio ao tema por parte do entrevistado (Tahara, Filho & Schwartz, 2006; Vala, 2007). O entrevistador não deve permitir que a conversa fuja do âmbito dos objetivos pretendidos, intervindo e direccionando o entrevistado sempre que isso aconteça (Boni & Quaresma, 2005).

Loureiro et al. (2014) evidenciam ainda algumas vantagens na utilização da entrevista semiestruturada, nomeadamente, um elevado índice de respostas, a facilidade de poder obter informações por parte de pessoas com dificuldades de expressão na forma escrita, flexibilidade no tempo de duração da entrevista proporcionando ao entrevistado uma maior reflexão, a interação que poderá existir favorecendo respostas espontâneas pelo entrevistado e ainda a eventualidade de poderem ser utilizados recursos visuais.

Por outro lado, Boni e Quaresma (2005) apontam algumas desvantagens no que diz respeito aos recursos financeiros e temporais, não se aplicando estas à nossa investigação, pois as entidades entrevistadas são todas próximas da área protegida em estudo, o que facilitou as deslocações a conjugação de datas disponíveis entre ambas. Heinemann (2003) acrescenta ainda que o significado que o entrevistador e o entrevistado atribuem à resposta (poderão ser diferentes), os índices de não resposta por falta de colaboração do entrevistado

ou as respostas que poderão ser dadas pelo mesmo de acordo com o seu interesse e não com a verdade constituem-se como inconvenientes aquando da análise dos dados. Procurámos estar vigilantes durante a realização das entrevistas e tentámos atenuar estes mesmos inconvenientes.

1.7.3 Construção e validação do guião de entrevista

Manzini (2003) evidencia que é essencial efetuar um planeamento da recolha de informações por meio da elaboração de um guião com questões que permitam atingir os objetivos inicialmente propostos. Este mesmo guião servirá, ao mesmo tempo, para o entrevistador se organizar durante a interação com o entrevistado. O mesmo autor alerta para alguns cuidados a ter por parte do investigador na formulação das perguntas, tais como o cuidado quanto à linguagem utilizada (vocabulário, clareza, usos de palavras vagas), quanto à forma das mesmas (tamanho, dificuldade de conceção mental pelo entrevistado, expressões manipulativas, impacto emocional de algumas palavras) e quanto à sua sequência (das mais fáceis para as mais difíceis).

Loureiro et al. (2014) elaboram uma síntese dos processos de um guião de entrevista, desde a sua construção, validação até à sua aplicação, com base no defendido por diversos autores (Boni & Quaresma, 2005; Gomes, 2007; Pereira, Mesquita & Graça, 2009; Sarmiento, 2012):

1. Pesquisa teórica de referência acerca do assunto;
2. Elaboração da primeira versão do guião de entrevista;
3. Validação do guião por um painel de especialistas;
4. Elaboração da versão final;
5. Ensaio da entrevista;
6. Estudo piloto;
7. Aplicação da entrevista, considerando os cuidados inerentes antes, durante e após a mesma;
8. Análise e tratamento das informações recolhidas.

O processo de construção do guião da entrevista foi iniciado tomando em consideração o âmbito do presente estudo, o quadro teórico e os objetivos delineados, mais concretamente o objetivo 2, o qual se refere à identificação do potencial da PPSM para a prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo. Tendo em conta o referido, formulámos as questões da entrevista, as quais resultaram em questões abertas, como intuito de não limitar a resposta por parte dos entrevistados. Esta primeira versão do guião foi analisada por um painel de peritos (n=4) docentes e investigadores doutorados nas áreas do desporto de natureza, das ciências do desporto, do turismo de natureza e do turismo com conhecimentos ao nível da utilização de entrevistas como metodologia de investigação.

Tal como o anteriormente referido, esta análise por parte dos especialistas incidiu sobre a adequação das perguntas ao objetivo proposto, a clareza destas, a terminologia acessível e adequada, a existência de questões indefinidas e múltiplas, a ordem das mesmas e a necessidade de elaboração de novas questões (Hill & Hill, 2005).

As diferentes colaborações dos peritos foram agrupadas e efetuadas as alterações que considerámos ajustadas. Estes consideraram a ordem das questões adequada, pois começa de forma aberta e vai fechando ao longo do guião, revelando um sentido lógico de focagem nas informações que se pretendem obter e terminando numa resposta importante face ao tema do trabalho. Foi também considerado adequado o reduzido número de questões facilita a interação entre entrevistado e investigador, reduz o tempo de entrevista, transcrição e análise.

Por outro lado, procedemos a alguns ajustamentos, tal como e recomendado pelos peritos, nomeadamente no que respeita ao cariz descritivo e aberto das perguntas, podendo levar o entrevistado a respostas curtas ou desajustadas. Preparámos algumas questões guia no sentido de conduzir o entrevistado a responder sobre os assuntos que pretendemos. Reformulámos também algumas perguntas com o intuito de eliminar palavras algo dúbias, de acordo com as recomendações destes especialistas, indo também ao encontro do apresentado

por diversos autores (Hébert et al., 2010; Quivy & Campenhoudt, 1998; Savoie-Zajc, 2003).

Os procedimentos efetuados permitiram elaborar o guião final da nossa entrevista semiestruturada.

Posteriormente, realizámos uma entrevista piloto a uma empresa que dinamiza atividades de desporto de natureza e turismo ativo na PPSM. Esta proporcionou um ajustamento na forma da nossa intervenção.

1.7.4 Metodologia de aplicação da entrevista

Na aplicação de entrevistas, para que o entrevistador consiga obter respostas válidas e fidedignas por parte do entrevistado, deve proporcionar um contexto situacional adequado que possa contribuir para o seu sucesso (Boni & Quaresma, 2005), assim como transmitir um sentimento de confiança e ter um domínio das perguntas da entrevista (Bardin, 2009; Pereira & Leitão, 2007).

A utilização do guião em várias entrevistas deve ser rigorosa e obedecer a critérios uniformes de aplicação, de forma a garantir a melhor recolha de dados para posteriormente facilitar a categorização e a comparação das respostas.

Partindo destes pressupostos, estabelecemos contato com as entidades a entrevistar e, de acordo com as mesmas, agendámos as entrevistas; de seguida, preparámos os recursos logísticos necessários para aplicação da mesma; informámos previamente os entrevistados acerca do âmbito e objetivos da nossa investigação. De acordo com as recomendações de diversos autores (Boni & Quaresma, 2005; Pereira et al., 2009; Quivy & Campenhoudt, 1998; Silverman, 2000) as entrevistas foram gravadas com recurso a um sistema de gravação áudio, no sentido de podermos recolher na íntegra as informações dadas pelos entrevistados, tendo sido previamente solicitada autorização aos mesmos para tal procedimento. No entanto, segundo Gomes (2007), a presença do gravador pode inibir de alguma forma o entrevistado, limitando a sua resposta.

As entrevistas decorreram num local calmo, escolhido pelos entrevistados e onde se acautelou a interferência de terceiros e no final reforçámos a possibilidade do entrevistado acrescentar informações relevantes, ou que não tenha mencionado durante a sua realização. Por último, verificámos a disponibilidade do entrevistado para uma leitura posterior da transcrição da entrevista, para garantir a exatidão e o grau de acordo com as informações transmitidas.

A duração média das entrevistas foi cerca de vinte minutos.

1.7.5 Técnicas de análise e tratamento de dados

Toda a informação verbal ou escrita é suscetível de ser sujeita a uma análise de conteúdo (Oliveira, 2008).

Na presente investigação, as entrevistas foram transcritas na sua íntegra no dia seguinte à sua realização no sentido de facilitar, posteriormente, a análise do seu conteúdo.

Após a realização das entrevistas, é necessário saber que tipo de instrumento utilizar para o tratamento dos dados qualitativos. A análise de conteúdo é uma técnica bastante utilizada na investigação realizada na área das ciências sociais e humanas, incidindo sobre material não estruturado, o que permite trabalhar com respostas abertas. Bardin (2009) acrescenta que é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimentos objetivos e sistemáticos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção / receção destas mensagens”. Segundo Oliveira (2008), verifica-se um consenso entre diversos autores de que a análise de conteúdo diz respeito a uma descrição analítica efetuada por procedimentos que se afiguram objetivos e sistemáticos quanto à descrição do conteúdo das informações. Para Bardin (2009), o principal objetivo desta técnica centra-se na manipulação das mensagens ao nível do seu conteúdo e também da expressão do mesmo, no

sentido de evidenciar indicadores que possam permitir efetuar uma inferência acerca de uma outra realidade que não a dessa mesma mensagem. No fundo, permite obter indicadores que seriam impossíveis de analisar de outra forma. Guerra (2008) reforça que o objetivo da análise de conteúdo é descrever as situações e, ao mesmo tempo, o seu sentido contextual., sendo a leitura e interpretação dos dados o principal aspeto da investigação qualitativa (Flick, 2005).

A análise do nosso estudo foi efetuada mediante processos de categorização e definição das unidades de medida. Tomando em consideração o campo de estudo, optámos pelo recorte através de unidades de contexto (UC). Estas possibilitam um entendimento do contexto semântico da verbalização do entrevistado. As UC foram codificadas através de numeração correspondente a cada excerto e agrupadas em categorias e subcategorias.

Os indivíduos entrevistados representantes de cada município são identificados através de numeração (e.g. “CM1”; “CM2”), bem como os indivíduos representantes das empresas (e.g. “E1”), preservando assim as suas identidades.

1.7.6 Sistema categorial

O processo de categorização permite agrupar as informações com significados análogos, correspondendo a uma modificação dos dados do texto recolhidos em bruto e que, por recorte, enumeração, classificação e agregação permite obter a representação do conteúdo, ou da sua expressão (Bardin, 2009).

A elaboração do sistema categorial pode ser efetuada à *priori* ou à *posteriori*, tendo em conta os objetivos da investigação, ou ainda mediante a combinação dos dois processos (Vala, 2007). No primeiro caso, as categorias são elaboradas em consonância com o quadro teórico e a experiência do investigador (Sarmiento, 2012). No segundo caso, as categorias são resultantes de uma

leitura flutuante das entrevistas realizadas (Bardin, 2009), procedendo-se posteriormente à codificação.

No nosso estudo, a objetividade na elaboração da entrevista permitiu a criação de categorias e/ou subcategorias à *priori*. No entanto, durante a análise das informações recolhidas foram criadas outras categorias e/ou subcategorias à *posteriori*. Ou seja, a elaboração do guião da entrevista, resultante da revisão da literatura e do processo de análise documental efetuada, proporcionou a criação de algumas categorias. Consequentemente à realização de uma leitura flutuante surgiram outras categorias.

De acordo com o propósito do estudo, definimos o seguinte sistema categorial, constituído por categorias e subcategorias que nos permitiram uma análise sistemática:

Tabela 1.1 – Sistema categorial

Categorias	Subcategorias
A – Perceção sobre o potencial da PPSM	
B – Valores	Naturais / Ambientais Culturais Geográficos Património / Infraestruturas
C – Modalidades / Atividades	
D – Estratégias de implementação / desenvolvimento de atividades	
E – Projetos / Ações	Atividades desportivas Turismo ativo Ações ambientais
F – Importância do desenvolvimento de projetos / Ações	

1.8 Resultados

Relativamente ao objetivo 1 do presente estudo, através da análise documental efetuada, em termos territoriais, a PPSM está abrangida por dois concelhos, Cadaval e Alenquer.

No que respeita às oportunidades de prática desportiva existentes nesta região, enunciamos resumidamente os resultados identificados através da análise documental efetuada.

Tabela 1.2 – Oportunidades de prática desportiva existentes na PPSM

Meio físico	Atividade	Nº de locais de prática
Terra	Pedestrianismo	11
	Bicicleta Todo-o-Terreno (BTT)	7
	Atividades Equestres	1
	Escalada	2
	Espeleologia	90
	Orientação	-
	Todo o terreno	2
	Trail (corrida de montanha)	-
	Birdwatching	-
Ar	Voo Livre (Parapente e Asa Delta)	1
Total	10	114

Foram identificadas dez atividades desportivas possíveis de praticar na PPSM, as quais se distribuem apenas pelos meios físicos terra e ar, não havendo nenhum local específico onde se possam praticar atividades aquáticas. São elas: pedestrianismo, BTT, atividades equestres, escalada, espeleologia, orientação, todo o terreno, *trail* (corrida de montanha), *birdwatching* e voo livre, no qual está englobado o parapente e a asa delta. De entre estas, as modalidades que mais locais identificados possuem são a espeleologia e o pedestrianismo.

Relativamente à espeleologia, segundo informação de membros do Espeleo Clube de Torres Vedras, clube com maior intervenção espeleológica na PPSM, estão identificados cerca de noventa cavidades nesta região, contabilizando lapas, grutas e algares. Entenda-se por lapa uma cavidade que possui,

normalmente, pequenas dimensões tendo um desenvolvimento horizontal a partir da abertura (Tomé, 1996). O mesmo autor define ainda algar como sendo uma cavidade aberta com desenvolvimento no sentido vertical. Gruta é uma cavidade natural subterrânea, podendo ter um desenvolvimento vertical e/ou horizontal e ser simples ou conter ramificações (Teixeira, Toledo, Fairchild, & Taioli, 2000; Thornbury, 1969).

A maioria destas cavidades são de pequenas dimensões ou de desenvolvimento vertical, conferindo assim um reduzido interesse turístico. A exploração e investigação encontra-se praticamente confinada aos especialistas, pois estas apresentam dificuldades e perigos acrescidos.

Adicionalmente, salientamos a importância das grutas e algares da Serra de Montejunto ao nível do património natural e histórico, onde se conservam “(...) *muitos aspetos fundamentais da história da evolução geológica e biológica da Terra e da nossa passagem por ela*” (Bartolomeu & Abreu, 2002). Entre as cavidades mais conhecidas e importantes da PPSM identificamos a Gruta das Fontainhas, as Grutas do Furadouro, a Gruta da Salvé Rainha, a Gruta do Furadouro da Rocha Forte, a Gruta da Fórnea, a Gruta do Bico de Pássaro, a Gruta dos Buracos Mineiros ou do Montes de Terra, o Algar das Heras, o Algar do Escorpião, o Algar da Bicha, o Algar do Javali e o Algar da Maria Pia.

No entanto, é importante realçar que, após o contato com elementos pertencentes à Comissão de Cadastro da Federação Portuguesa de Espeleologia, órgão responsável pela gestão da informação do cadastro espeleológico em Portugal, a prática de espeleologia constitui-se numa atividade perigosa para pessoas que não possuam conhecimentos nem competências para a praticar e, por esta razão, os locais de prática não são divulgados pelas entidades competentes, com intuito de serem publicados. Esta informação será apenas cedida a membros da federação e associações/clubes de espeleologia filiados. A visita por parte de pessoas que não possuam conhecimento técnico básico de exploração subterrânea só deve acontecer com o auxílio e acompanhamento de espeleólogos devidamente credenciados.

No que respeita ao pedestrianismo, apenas foram considerados para o estudo os percursos reconhecidos pelos municípios que integram esta Área Protegida, Cadaval e Alenquer, havendo outros percursos que são efetuados por praticantes, mas que não possuem sinalização adequada e/ou não são reconhecidos pelos dois municípios. Segundo os serviços técnicos do Município de Alenquer, esta é a atividade que atrai maior número de praticantes à PPSM, existindo diversos percursos com graus de dificuldade diferente de modo a englobar uma oferta para todas as faixas etárias e condições físicas.

Relativamente aos locais de prática de pedestrianismo, estão identificados os seguintes percursos: Trilho Quinta da Serra, Trilho Penha do Meio Dia, Trilho Encostas da Serra, Trilho Falhas de Montejunto, Trilho Rota dos Moinhos, Trilho dos Castros, Trilho do Cercal, Caminho dos Covões e Calçada, Trilho dos SS, Trilho dos Francos, Trilho Carreiro da Nossa Senhora.

A PPSM exhibe-se como uma das Áreas Protegidas mais privilegiadas para a prática de Escalada, apresentando locais com diversificados graus de dificuldade técnica. Os locais de prática identificados nesta região são o Montejunto Velho – Penha do Meio Dia e o Montejunto Novo – Penha/Escarpa do Relvio. Enquanto este último local se encontra disponível para ser utilizado durante o ano inteiro, o primeiro está disponível para a prática de Escalada apenas entre os meses de agosto e janeiro, encontrando-se restringido nos restantes meses devido à nidificação das aves de rapina.

Tabela 1.3 – Número de vias e intervalo de cotação por cada setor de Escalada na PPSM

	Sector	Nº de vias	Dificuldade
Montejunto Velho	IsaPaulo	3	de 6b a 6c
	Eucaliptus	5	de 4+ a 6b+
	Música no Coração	6	de 5c a 6b+
	Natanifo	17	de 6a a 7b+
	Impressões Digitais	1	6c+
	Cogumelo Mágico	1	6b
Montejunto Novo	Anões	8	de 6b a 7c+
	Dementes	24	de 3+ a 8a

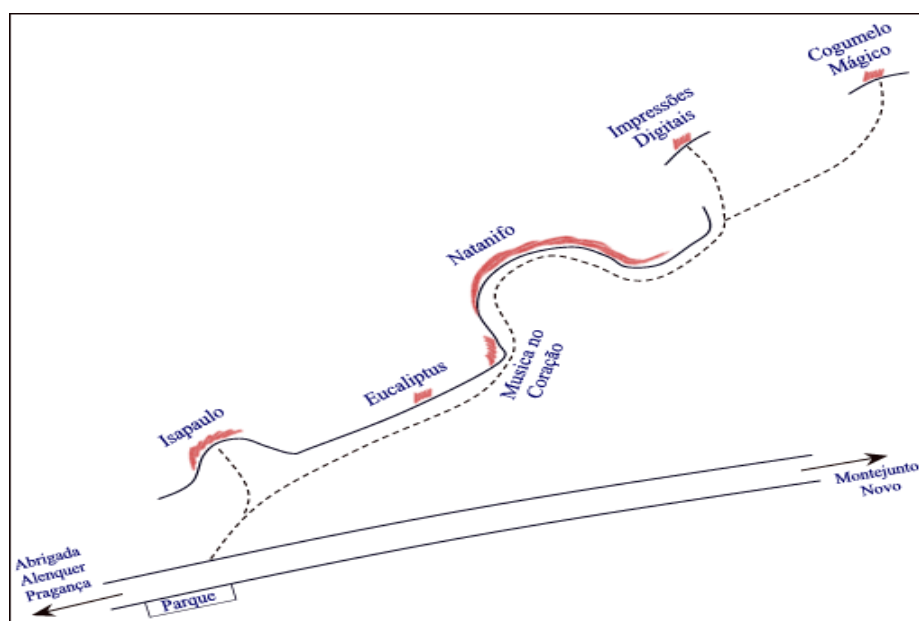


Figura 1.3 – Setores de Escalada do Montejuento Velho – Penha do Meio Dia (Fonte: Grupo de Montanha e Escalada de Sintra, 2008)

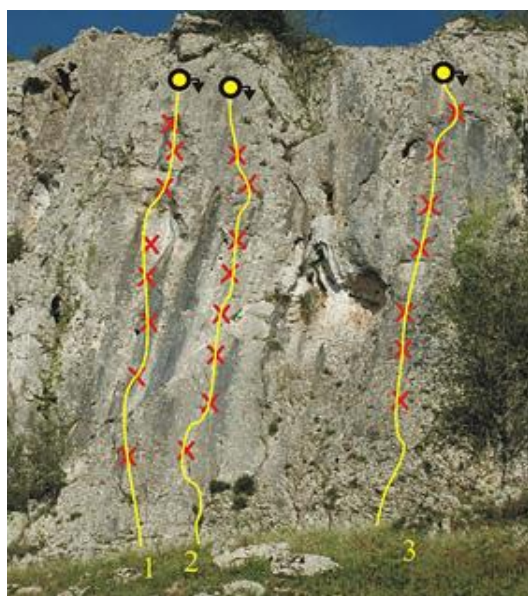


Figura 1.4- Setor IsaPaulo

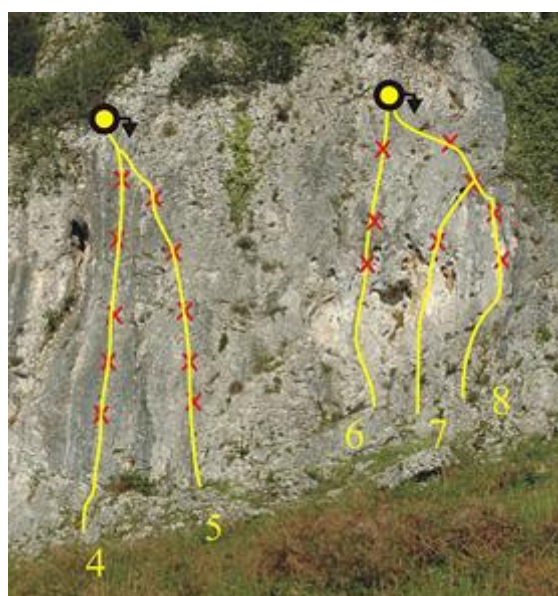


Figura 1.5 - Setor Eucaliptus

(Fonte: Grupo de Montanha e Escalada de Sintra, 2008)

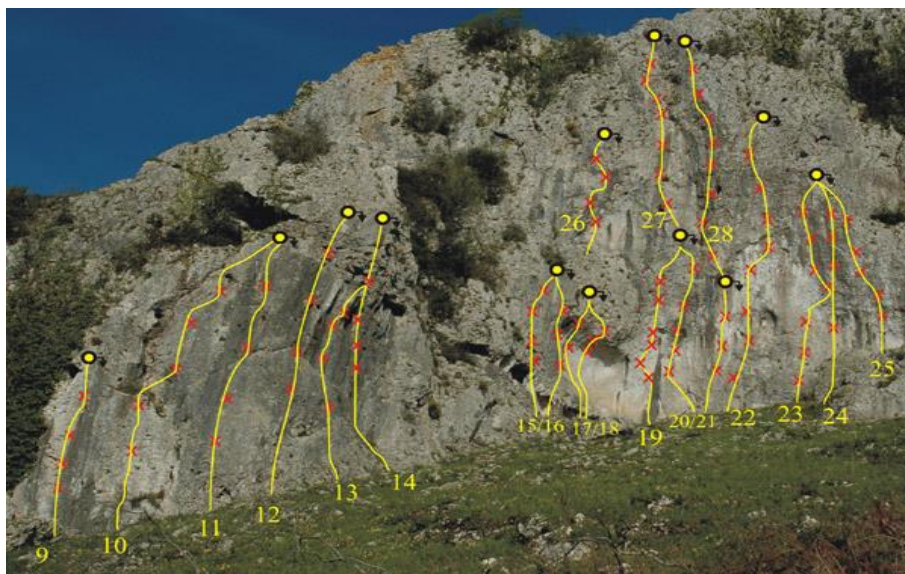


Figura 1.6 - Setores Música no Coração e Natanifo (Fonte: Grupo de Montanha e Escalada de Sintra, 2008)

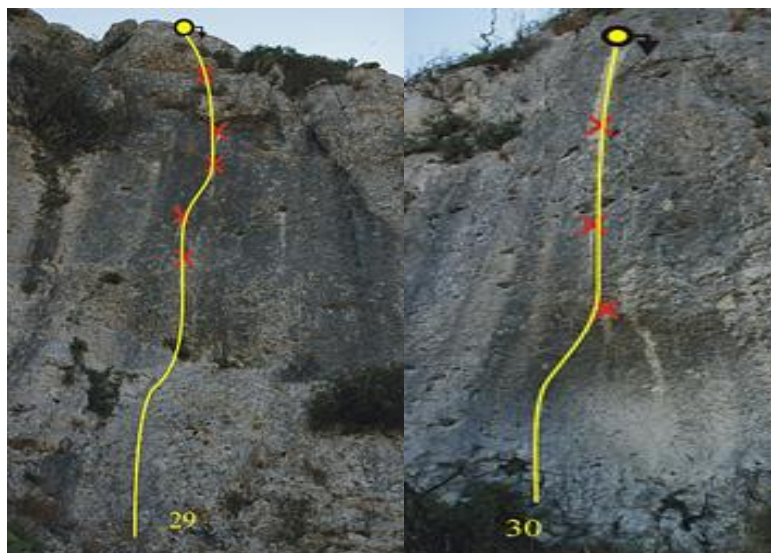


Figura 1.7 - Impressões digitais (29) e Cogumelo Mágico (30) (Fonte: Grupo de Montanha e Escalada de Sintra, 2008)



Figura 1.8 – Montejunto Novo – Setor dos Anões (de 1 a 8), Setor dos Dementes (de 9 a 32)
(Fonte: Grupo de Montanha e Escalada de Sintra, 2008)

O Voo Livre é outra das atividades que podem ser praticadas na PPSM. Os praticantes das modalidades de Parapente e Asa Delta procuram os ventos ascendentes predominantes e a beleza paisagística que esta região proporciona. Temos, então, identificado um único local para a prática deste tipo de atividades, sendo ele denominado de Moinho do Céu.

A prática de atividades todo o terreno na PPSM pode gerar alguma controvérsia na discussão dos aspetos relacionados com a preservação ambiental. Parece-nos um pouco contraditório a realização deste tipo de atividades numa Área Protegida, já que esta está constituída para, precisamente, proteger e preservar a biodiversidade e conservar os recursos ambientais (Fadigas, 2007). Por outro lado, as Áreas Protegidas refletem, para além da ação humana, um equilíbrio entre a paisagem natural e as atividades desenvolvidas pelo Homem (Landosvky & Mendes, 2010). De tal forma, a prática de atividades todo o terreno na PPSM é restrita, devendo carecer de parecer da Comissão Diretiva da PPSM. Os locais de prática identificados são o Estradão Florestal e o Circuito Vermelho “sobre rodas” (Fonte: Município de Alenquer).

O BTT é uma modalidade que atrai cada vez mais praticantes e na PPSM tal facto não é diferente. Esta região recebe cada vez mais praticantes deste

desporto. De acordo com os serviços técnicos do Município de Alenquer, o Circuito Azul, a Rede de Circuitos de BTT composta pelo Circuito Verde I (Volta ao Montejunto em Bicicleta), o Caminho do Sul (Circuito Verde II) e o Circuito Verde III (Volta ao Montejunto em Bicicleta) constituem os locais de prática de BTT nesta Área Protegida.

Relativamente às atividades equestres, o Caminho de Montejunto afirma-se como local de prática de turismo equestre na vertente de “Touring Cultural Paisagístico”.

Na tabela 1.2 estão identificadas algumas atividades que não possuem designação de locais específicos para a sua prática, contudo, é reconhecida a sua execução nesta Área Protegida.

A inexistência destes locais específicos pode denunciar algumas limitações nos processos de gestão das atividades de desporto de natureza na PPSM, podendo até propiciar aos praticantes o desrespeito por regras que estejam estabelecidas relativas à conservação da natureza (Rosa, Almeida, & Carvalhinho, 2013). Estas práticas, advindas da especificação dos locais de prática podem originar problemas ambientais (Leung & Marion, 2000) e problemas sociais associados em forte medida a situações de conflito (Tumes, 2007).

No que respeita às entidades sediadas nos dois concelhos, clubes, associações, escolas, empresas, entidades públicas, constatamos que as entidades do concelho de Alenquer que mais desenvolvem atividades são o próprio município através da realização de percursos pedestres interpretativos; os agrupamentos de escolas do Carregado, Damião Goes – Alenquer, Merceana e Visconde de Chaceleiros – Merceana; os Agrupamentos de Escuteiros 513 de Alenquer, 514 do Carregado e 1343 de Sant’Ana da Carnota; as Freguesias da Abrigada, Cabana de Torres, Ventosa e Vila Verde dos Francos; e por fim, a empresa de animação turística Renenturis – Realização de eventos e animação turística (fonte: Município de Alenquer). Por outro lado, nenhuma das entidades sediadas no concelho do Cadaval promove atividades desportivas regulares na PPSM. Apenas são desenvolvidas atividades de carácter pontual (fonte: Município do Cadaval).

Tabela 1.4 – Atividades de caráter pontual desenvolvidas na PPSM em 2013 (Fonte: Município do Cadaval)

Data	Atividade	Organização	Nº de participantes
20-01-2013	2ª Maratona BTT “Por trilhos da Abrigada e Montejunto” – Meia Maratona de 30 km e Maratona de 60 km	Sociedade Filarmónica União e Progresso de Abrigada	298
27-01-2013	Passeio turístico de TT de UTV's, Moto 4 e Motos de 2 rodas	Grupo de amigos	-
17-03-2013	Passeio de Todo-o-Terreno	Adão Lobo Sporting Clube	-
14-04-2013	Montejunto Trail – Trail Longo, Trail Curto e Caminhada	Município do Cadaval e Município de Alenquer	282
27-04-2013	Rally na estrada de asfalto	Montejunto Rally Clube	-
28-04-2013	Passeio de BTT	Associação Desportiva, Recreativa de Melhoramentos do Avenal	-
10-05-2013	Realização de atividades desportivas, no âmbito do projeto Comenius	Agrupamento de	-
11-05-2013		Escolas de Abrigada	-
12-05-2013	Evento desportivo de BTT	Grupo de amigos	-
22-06-2013	Passeio turístico de automóveis	Grupo Amigos Japoneses Antigos	-
04-08-2013	Passeio de motas e motorizadas	Clube Português de Maxissooterres	-
01-09-2013	Passeio de BTT + Pedestre com observação de fauna e flora de Montejunto	Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Montejunto	-
20-10-2013	Passeio turístico de automóveis todo-o-terreno	Adão Lobo Sporting Clube	-
01-12-2013	Trail Serra de Montejunto	Clube de Desporto e Turismo de Natureza	400
-	Escalada e Rapel	Experience Sport, Lda.	-

As possibilidades de alojamento na PPSM não são muito abundantes. Constituem as possibilidades de alojamento nesta Área Protegida o Parque de Campismo Rural da PPSM, o qual se encontra situado junto ao Centro de Interpretação Ambiental e apresenta uma lotação máxima de noventa utentes, e as antigas casas de guarda, que foram recuperadas e transformadas em casa de abrigo, no sentido de albergar turistas; a Casa da Serra, Casais do Chorão,

uma antiga casa florestal recuperada pela Câmara Municipal de Alenquer e que se estabelece como uma das portas de entrada na serra está vocacionada para atividades de educação e sensibilização ambiental com escolas e também para a realização de estudos sobre o património natural da região, em parceria com universidades, podendo acolher os seus investigadores.

No que respeita aos dados obtidos através da aplicação de entrevistas semiestruturadas, no sentido de dar cumprimento ao objetivo 2, seguidamente apresentamos os resultados.

Os principais resultados obtidos decorrentes da análise às entrevistas realizadas são apresentados de acordo com as categorias anteriormente apresentadas. Salientamos que pretendemos responder ao objetivo 2 proposto no presente estudo, nomeadamente:

- Identificação do potencial da PPSM para a prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo.

Análise da Categoria A – Perceção sobre o potencial da PPSM

As áreas protegidas constituem-se como territórios únicos no que respeita aos seus valores naturais e ecológicos. Aliado a outros fatores podem, estabelecer-se como polos de desenvolvimento das regiões através dos mais variados segmentos.

A categoria A pretende agrupar as opiniões e a perceção que as entidades entrevistadas têm acerca do potencial que a PPSM possui, no âmbito da prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo.

Analisando as transcrições das entrevistas realizadas constatamos que todas as entidades possuem uma perceção, na sua generalidade, positiva acerca do potencial da PPSM para a realização de atividades de desporto de natureza e turismo ativo [CM1: UC1, UC4; CM2: UC8; E1: UC17]. Ambas consideram que *“(...) a serra tem de facto um enorme potencial (...) pelas características dela em*

si (...)” [CM2: UC8]. No entender destas entidades, um dos fatores que demonstram o potencial existente neste território prende-se com a visita que se verifica atualmente, sendo que “(...) *a procura é grande para algumas atividades*” [CM2: UC14] e aqui “*podemos encontrar (...) gente de variadíssimos locais a praticar várias atividades*” [CM1: UC2]. A CM1 corrobora estes factos, informalmente, através do *feedback* positivo [CM1: UC3] de alguns praticantes e utilizadores da serra: “*a pessoa que aqui esteve é praticante e tem experiência em alguns locais da europa e ele dizia-me que, de facto, esta aqui, a serra, é das que melhores condições têm*” [CM1: UC5].

Sabemos, no entanto, que atualmente é uma prática generalizada a frequência de visitantes a espaços naturais perspetivando-os com locais de lazer e ócio. O número de utilizadores tem vindo a aumentar exponencialmente em função da utilidade recreativa imputada a estes espaços (López & Izquierdo, 2003). Nesta sequência, Castro e Martins (2011), citando Sancho e Ruiz (2004), referem que o crescimento da procura por áreas protegidas é consequência da alteração das preferências e motivações dos visitantes, sendo o elemento principal a experiência do contato com a natureza por parte destes.

Concomitantemente, os entrevistados destacam o potencial da PPSM com base nas condições específicas para a prática de algumas atividades. Para além de a CM2 referir que esta área protegida possui “*características do terreno que permitem a realização de uma série atividades*” [CM2: UC12], também realça que “*não é para todas, com certeza*” [CM2: UC9]. Uma das autarquias (CM1) e a empresa (E1) salientam, então, as “condições muitíssimo boas para a prática de caminhadas” [CM1: UC6; E1: UC17], com trilhos identificados. Esta última entidade enfatiza ainda que “(...) *a Serra de Montejunto tem condições naturais excelentes (...) para a prática de montanhismo*” [E1: UC17] e também para a prática de BTT, afirmando que “*é uma atividade que a Serra do Montejunto tem boas condições para isso*” [E1: UC19]. A CM2 destaca o potencial da PPSM através das condições para a prática de Escalada. Por outro lado, numa perspetiva menos positiva, refere que “*haveriam outras paredes, talvez não tão grandes, talvez até mais técnicas, mas como não têm acessibilidade ou têm má acessibilidade, acabam por não ser (...) equipadas*” [CM2: UC 15].

Da apreciação geral traçada pelos entrevistados, as duas autarquias (CM1 e CM2) apontam alguns aspetos negativos derivados, principalmente, das condições naturais do meio. *“A Serra terá à volta de 4 mil hectares, (...) portanto não estamos a falar de um espaço muito grande e por vezes há uma certa concentração de atividades em espaços (...), portanto não há uma distribuição homogénea da procura por aqueles 4 mil hectares. Mas, potencial existe”* [CM2: UC11]. Distingue-se a referência à capacidade de carga dos locais de prática, mas apenas com base no tamanho dos espaços [CM2: UC10], não sendo esta efetivamente conhecida pelas entidades. Verificamos, assim, uma perceção acerca de alguns parâmetros relacionados com as características do território, contudo, é uma área que ainda não está devidamente trabalhada. Denota-se até um certo pessimismo por parte da CM2, quando afirma que o aproveitamento dos recursos e do potencial da PPSM *“(...) a curto prazo poderá ser (...) muito interessante e até muito lucrativa eventualmente, mas que se vai esgotar, porque isto não tem efetivamente uma capacidade de carga que tem um Gerês ou uma Serra da Estrela, que é uma coisa gigantesca”* [CM2: UC16]. Embora não seja *“o objetivo de tornar (...) a Serra num espaço de multidões”* [CM1: UC7], há que ter uma noção mais concreta da realidade existente.

Referenciando alguns autores, como Eagles et al. (2002) e Font, Cochrane e Tapper (2004) defendem que determinadas administrações observam o turismo em áreas protegidas como um instrumento essencial de desenvolvimento económico, pelo que as perspetivas aqui auscultadas revelam tenuemente a visão destes autores.

Uma visão mais alargada do potencial desta área protegida demonstra a E1 quando refere, numa perspetiva mais empresarial e não tão técnica, que *“poderá ser conciliável e enriquecedora misturando uma parte desportiva com uma parte cultural”* [E1: UC20]. Tal como foi referido na revisão da literatura do presente estudo, o Plano Diretor Municipal do Cadaval define a Serra de Montejunto como possuindo: *“(...) especial aptidão para o turismo ambiental, social e cultural; (...)”* (PDM Cadaval, 1995).

De acordo com Pasquis (2008), as áreas protegidas devem ser percecionadas *“como um potencial real e um instrumento para o desenvolvimento”*.

Resumidamente, ambas as entidades evidenciam comumente o potencial da PPSM, reconhecendo-a como local de excelência para o desenvolvimento de atividades ligadas ao desporto de natureza e ao turismo ativo, realçando cada uma delas, diferentes características que potenciam este território e demonstrando, ao mesmo tempo, a perceção de algumas limitações atualmente existentes, nomeadamente, a sua extensão e a capacidade de carga dos locais (condições naturais inalteráveis) e questões ligadas à falta de gestão desta área protegida (não aproveitamento das potencialidades naturais e um certo abandono no que respeita ao controlo da fauna e da flora) [CM2: UC13; E1: UC20].

Análise da Categoria B - Valores

A relevância dada aos valores naturais, culturais e paisagísticos, consagrados como únicos, associados às áreas protegidas, aliados ao crescente interesse pela prática de atividades de recreio e lazer no meio natural e em contato com as culturas locais, transformam estes territórios em novos destinos turísticos (Farinha, s/d).

No que respeita à categoria B – Valores, pretendeu-se identificar quais os valores enunciados pelos entrevistados na sequência das suas opiniões e das suas perceções acerca do potencial da PPSM. Concretamente, pretendemos aferir quais os valores que os entrevistados apontam que permitem considerar esta área protegida como um território com potencial para a prática de atividades de desporto de natureza e de turismo ativo. Nesta categoria, foram criadas quatro subcategorias, inserindo as unidades de contexto em cada uma delas. Ao proceder desta forma tivemos o intuito de perceber em que âmbito os valores apontados pelos entrevistados se inseriam. Dentro desta categoria foram criadas as subcategorias: i) naturais / ambientais; ii) culturais; iii) geográficos; iv) património / infraestruturas.

No âmbito da primeira subcategoria (valores naturais / ambientais), uma das autarquias (CM2) dá grande relevância aos valores naturais/ambientais que a PPSM apresenta. Ambas as autarquias realçam “(...) o *aspeto cénico, que outro*

valor ao espaço” [CM2: UC29], e “*quem procura ficar é quem pretende usufruir durante algum tempo da paisagem e da beleza da Serra*” [CM1: UC21]. Este é o ponto comum referido no discurso destas duas entidades, no que respeita a esta subcategoria. Já a empresa (E1) não mencionou, durante a sua entrevista, qualquer valor nesta área. Na nossa análise, este constitui um contrassenso pois, de acordo com a revisão da literatura efetuada e em consonância com diversos autores (Dudley, 2008; Eagles et al., 2002; WDPA, 2011), a criação das áreas protegidas teve o objetivo de preservar *habitats*, espécies, paisagens e outros pontos de relevância científica, ecológica, recreativa, turística e cultural, indo ao encontro da opinião mencionada pela CM2 [UC36]. Do mesmo modo, este é um território classificado como Paisagem Protegida que, segundo Eagles et al. (2002) e de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho, significa que é uma área de paisagens mistas culturais/naturais de elevado valor cénico onde os usos tradicionais do território se mantêm.

Neste contexto, a CM2 descreve diversos valores: i) a própria morfologia [CM2: UC30], havendo “*zonas boas, principalmente na parte norte da serra para, por exemplo, andar a cavalo, porque são zonas relativamente planas e bastante agradáveis de passear*” [CM2: UC35]; ii) a avifauna, embora referindo que existe uma certa negligência em relação aos impactes que a realização de atividades podem causar neste âmbito [CM2: UC31]; iii) a vegetação, salientando que “*as espécies mais importantes estão nas rochas*” [CM2: UC32] e que existe uma incompatibilidade destes espaços com a realização de algumas atividades, nomeadamente a escalada, verificando-se “*(...) um pisoteio muito grande, porque todas aquelas paredes foram equipadas sem qualquer critério*” [CM2: UC33]. Parece-nos, desta forma, ser esta a entidade com maior sensibilidade no que respeita ao reconhecimento da importância dos valores naturais/ambientais, denotando-se no seu discurso um tom prioritário quanto à conservação da natureza, independentemente da atividade que dela faça uso. Esta é uma posição que se encontra em consonância e respeita o defendido por Souza (2010), quando refere que “*a beleza natural e as condições de habitat que a Serra de Montejunto oferece foram desde alguns milhares de anos motivo de atração para o homem*”.

Em termo de valores culturais (outra subcategoria), os entrevistados (CM2 e E1) assumem, sem especificar e sem explorar muito este campo, que existe uma componente rica cultural e histórica na PPSM [CM2: UC37-39; E1: UC43]. Uma das autarquias nem sequer fez qualquer menção que coubesse nesta subcategoria. Estas constatações levam-nos a refletir e a levantar certas dúvidas acerca do devido aproveitamento dos recursos culturais existentes neste território.

Em termos de valores geográficos, é reconhecidamente consensual que a localização geográfica constitui um importante valor capaz de poder atrair muitos visitantes, dada a proximidade ao maior centro urbano em Portugal, a região de Lisboa [CM1: UC22; CM2: UC40, 41; E1: UC44].

A última subcategoria analisada nesta categoria B – Valores, refere-se aos valores identificados pelas entidades entrevistadas relacionados com o património e infraestruturas, que podem considerar-se como recursos importantes para elevar o potencial da PPSM. Foram diversos os valores identificados, contudo, nenhum deles foi consensualmente reconhecido por todos: i) a “Real Fábrica do Gelo que é um monumento classificado e que também atrai muita gente” [CM1: UC23; CM2: UC42]; ii) o Parque de Campismo Rural [CM1: UC24, 25]; iii) o Centro de Interpretação Ambiental [CM1: UC28], ainda que tenha sido uma parca referência, o que nos faz levantar algumas dúvidas acerca do seu protagonismo e da sua dinâmica enquanto real valor capaz de atrair visitantes; iv) o bar e o espaço de merendas [CM1: UC28]; os conventos, património religioso [CM2: UC42; E1: UC45]; v) dois castros “*com vestígios da época do paleolítico*” [E1: UC45]. Numa vertente um pouco limitadora do potencial da PPSM, uma das autarquias mencionou a falta de alojamento de outro tipo, diferente do campismo [CM1: UC26], o que poderá constituir um obstáculo ao desenvolvimento turístico da região.

Análise da Categoria C – Modalidades / Atividades

Esta categoria surge com o propósito de determinar as modalidades / atividades desenvolvidas pelas entidades entrevistadas e quais as que, na sua perspetiva,

poderiam ser desenvolvidas na PPSM no âmbito do desporto de natureza e do turismo ativo, tendo como base o potencial e a adequação do território para este tipo de práticas.

De acordo com Betrán e Betrán (1995), Guzmán (2002) e Marinho (2004), entre outros autores as atividades, principalmente de desporto de natureza, caracterizando-se pela sua prática de forma não nociva para a conservação da natureza, podem realizar-se em meio terrestre, aéreo e aquático sendo que, nesta área protegida não existe a possibilidade de realizar atividades em meio aquático, pois não possui os recursos naturais necessários. Assim, a realização das referidas atividades resumem-se aos meios aéreo e terrestre.

Perante uma análise dos discursos através das transcrições das entrevistas realizadas, foram identificadas várias modalidades / atividades. As mais mencionadas pelos entrevistados foram o BTT (bicicleta todo o terreno) [CM1: UC 46, 48, 49; CM2: UC 54; E1: UC 61] e as caminhadas ou percursos pedestres [CM1: UC49, 51; CM2: UC53, 56; E1:UC61]. Outras referências foram feitas à escalada, *“que tem dois locais tradicionais, (...) nomeadamente no Montejunto Velho”* e no Montejunto Novo e *“é comum vermos praticantes na serra”*, sendo esta modalidade/atividade mencionada por todas as entidades [CM1: UC46, 48; CM2: UC55; E1: UC63]. *“A corrida está muito em voga agora, os trails”*, modalidade mencionada também por todas as entidades [CM1: UC46; CM2:UC56; E1: UC62, 63]. O *Downhill*, já não sendo consensual, é também uma das atividades mencionadas por algumas entidades [CM1: UC47; CM2: UC54], *“embora o Downhill é uma atividade que (...) carece de um enquadramento, que não tem. Portanto, (...) neste momento as coisas são feitas sem qualquer regra”* [CM2: UC54].

Outras atividades desenvolvidas ou que, no entendimento dos entrevistados, poderiam ser desenvolvidas, identificadas pelos mesmos, mas com menor frequência foram a espeleologia [CM1: UC50; E1: UC64], o *birdwatching*, apenas mencionado por uma entidade [CM1: UC51, 52], a observação da flora [CM1: UC51, 52], as atividades equestres [CM2: UC57], no meio aéreo, o parapente [CM2: UC58] e, numa vertente menos positiva no entender de uma autarquia, pois causa impactes negativos no ambiente, esta refere que *“(...) muitas vezes*

também somos confrontados com solicitações para a realização de atividades, nomeadamente motorizadas” [CM2: UC59], *“(...) temos lá um pedido para um ride de (...) 75 jipes*” [CM2: UC60].

Na perceção das entidades a PPSM possui condições favoráveis e um território adequado para a realização de variadíssimas atividades, conferindo-lhe assim um grande potencial no âmbito do desporto de natureza e do turismo ativo.

De acordo com Melo (2003), por vezes, os promotores e os praticantes não têm noção das potencialidades nem dos riscos que estas atividades podem trazer.

Verificámos que a maioria destas atividades desportivas não é organizada, mas sim realizada de forma espontânea, o que faz prever alguns riscos para quem as pratica e para os espaços onde são praticadas, devido à falta da implementação de regras, comungando da ideia do autor referido.

Análise da Categoria D – Estratégias de implementação / desenvolvimento de atividades

No âmbito desta categoria efetuámos uma análise das transcrições das entrevistas no sentido de aferir a opinião dos entrevistados sobre estratégias de implementação/desenvolvimento de atividades que possam potenciar os recursos existentes na área protegida em estudo, a PPSM.

Ao nível das entidades públicas, denotou-se a importância que as mesmas colocaram sobre a existência de uma Carta de Desporto de Natureza como estratégia para o desenvolvimento das diversas atividades, nomeadamente ao nível da sua regulamentação. *“A Carta de Desporto de Natureza poderá, uma vez que não temos plano de ordenamento, (...) ser uma forma de regular as atividades”* [CM2: UC71]. É consensual entre estas duas entidades que a elaboração deste documento deve *“(..) envolver as federações das atividades que se costumam praticar ou que se podem praticar e que estão organizadas a nível nacional”* [CM1: UC65, 66; CM2: 72]. Uma das autarquias vai um pouco mais longe ao conceber como estratégia a interdição do acesso de bicicletas a determinados espaços para, precisamente, os poder preservar e reservar para

outro tipo de atividades [CM2: UC70]. Ainda no âmbito da preservação dos espaços, a mesma autarquia apresenta uma estratégia de recuperação de caminhos que se perderam com o intuito de diversificação na utilização dos locais [CM2: UC73].

Indo ao encontro do anunciado no documento já mencionado na revisão da literatura, “Estratégia de Desenvolvimento para o Concelho do Cadaval” (EDC, 2008), mas comum às duas autarquias que tutelam a área protegida, existe uma pretensão de transformar a mesma num território capaz de fornecer produtos e serviços de qualidade nas áreas do turismo e lazer. Este documento propõe uma linha estratégica para “*valorizar os recursos endógenos, com potencial turístico e de lazer*” (EDC, 2008). Partilhando desta linha orientadora, as autarquias entrevistadas propõem várias estratégias que passam, essencialmente, pela promoção da PPSM e apoio a diversas iniciativas: “(...) *patrocinar (...) uma atividade por mês, de abril a outubro (...), atividades diversas*” [CM1: UC67]; no entanto, a CM1 afirmou que “*não temos meios nem vamos investir em publicidade. Será uma situação que chega com o passar da palavra*” [CM1: UC68], sendo que “(...) *da parte da Câmara houve apenas, lançar há uns anos a ideia de naquelas duas escolas desativadas, desenvolver turismo rural*” [CM1: UC69]. Parece-nos haver, neste caso, uma clara intenção de adotar estratégias de implementação e desenvolvimento de ações na PPSM, no entanto, a conjuntura nacional e mesmo europeia que atualmente se verifica, principalmente ao nível do setor público, cria algumas barreiras e limitações no desenvolvimento destas estratégias.

Já a outra autarquia (CM2), adota um discurso de uma estratégia um pouco mais complexa de interligação dos recursos identificados nas mais diversas áreas onde a “(...) *ideia é criar uma espécie de uma rede com várias camadas em que possamos ter os locais de Autocaravanismo, os locais dos percursos pedestres, o alojamento, a restauração, pontos de interesse arqueológico, etnográfico, para que depois as pessoas possam migrar de camada para camada (...)*” [CM2: UC74].

Contudo, apesar de terem objetivos comuns, não aferimos aqui referência a nenhuma estratégia de trabalho conjunto das duas entidades públicas, pelo que

nos parece haver uma visão um pouco redutora no âmbito do planeamento de ações e nos processos de gestão desta área protegida.

Por outro lado, consideramos positivas as visões estratégicas complementares e não contraditórias que estas duas entidades apresentam.

Numa perspetiva privada, a empresa entrevistada (E1) traçou estratégias orientadoras do ponto de vista de negócio, pretendendo aliar a prática de atividades de desporto de natureza ao enoturismo, criando “(...) *um produto em que se combina vinho e prática de caminhadas a pé ou BTT, a ser montado de acordo com as preferências das pessoas* (...)” [E1: UC75].

Adicionalmente, prevê um trabalho estratégico de “(...) *promoção turística da Serra, dos produtos que aqui se podem desenvolver* (...)” através ações conjuntas entre as duas autarquias, as empresas de animação turística e os diversos agentes, incluindo as comunidades locais [E1: UC76]. Esta perspetiva vai ao encontro de uma perspetiva de gestão participada, defendida por vários autores (Araújo, 2010; Costa, Ladeiras & Mota, 2006; Cunha, 2002; Drumm & Moore, 2002; Folke, Hahn, Olsson & Norberg, 2005; Ignarra, 2003; Vasconcelos, Oliveira & Caser, 2009).

Análise da Categoria E – Projetos / Ações

Nesta categoria analisámos os projetos / ações mencionados pelas entidades entrevistadas que foram aplicados recentemente, os que estão em fase de dinamização e também aqueles que se irão realizar num futuro próximo. Pretendemos com esta análise aferir o aproveitamento, por parte das entidades, dos recursos e valores existentes e, ao mesmo tempo, avaliar até que ponto os projetos / ações dinamizados se poderão constituir como potencialidades capazes de atrair visitantes. Após a análise de conteúdo, verificámos a necessidade de criar subcategorias, sendo elas: i) atividades desportivas; ii) turismo ativo; iii) ações ambientais.

No que respeita à primeira subcategoria, o aspeto que nos chama mais a atenção prende-se com a Carta de Deporto de Natureza [CM1: UC77; CM2:

UC82]. Ambas as autarquias se referem a este documento como um projeto em fase de elaboração. Contudo, perante a análise ao conteúdo das suas informações percebemos, mesmo sem estas o assumirem, que é um documento que realmente foi iniciado mas que se encontra numa fase estacionária, visto que “(...) *esta situação da Carta de Desporto de Natureza é uma situação que nós ainda não conseguimos concluir, nomeadamente porque (...) as Câmaras, neste caso, (...) não têm efetivamente técnicos suficientes ou com conhecimento suficiente para fazer a totalidade da Carta*”, tal como é referido pela CM2 [CM2: UC82]. Remetendo para a revisão da literatura, o Decreto-Regulamentar nº 18/99, de 27 de agosto alude que as áreas protegidas devem ter uma carta de desporto de natureza onde constem as capacidades de carga de cada desporto dos respetivos percursos ou locais, pelo que urge a conclusão deste importante documento neste território.

Ainda nesta subcategoria, verificámos a menção aos percursos pedestres que foram recentemente marcados, ainda que não respeitando as regras de homologação estabelecidas pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, e ainda mais um percurso que está em fase de marcação [CM1: UC78; CM2: UC83, 84].

Curiosamente, provando mais uma vez a falta de um trabalho conjunto entre estas duas entidades públicas que possuem no seu concelho uma parte da PPSM, facto corroborado na revisão da literatura através da análise dos PDMs (PDM Cadaval, 1995; PDM Alenquer, 1995) e da Agenda 21 Local de Alenquer (2009), onde não se evidencia qualquer intenção de colaboração para o desenvolvimento deste recurso natural, uma das autarquias, tendo considerado o projeto no âmbito do turismo ativo, pretende individualmente “(...) *avançar com uma rede municipal de percursos pedestres sinalizada e homologada pela federação (...)*” [CM2: UC85]. No entanto, contraditoriamente ao atrás referido, afirma haver um projeto para implementar rotas, eventualmente grandes rotas que englobem os dois concelhos [CM2: UC86].

De acordo com Bramwell e Lane (2000), a governança do turismo sustentável encontra uma dificuldade que se prende com a necessidade de coordenação e cooperação entre os diversos agentes envolvidos, em diferentes níveis, setores

e domínios políticos. Estes podem revelar, reiteradamente, interesses e prioridades divergentes.

No âmbito do turismo ativo, foram mencionados outros projetos, uns em fase de execução e outros ainda em fase de planeamento: i) a construção de um hotel em Pragança, que engloba restauração e organização de ventos [CM1: UC80], o qual se encontra em fase de conclusão; ii) requalificação de duas antigas escolas primárias desativadas em turismo rural [CM1: UC81], também em fase de execução; iii) combinar a prática desportiva com o vinho em conjunto com programas de provas de vinhos aliado à enogastronomia [E1: UC91, 92, 93] (projeto em fase de planeamento); iv) realização de exposições temáticas [E1: UC94]; v) experiências agrícolas “*onde as pessoas poderão fazer e experimentar as atividades desenvolvidas aqui nas vinhas ou nos pomares*” [E1: UC95].

Quanto à subcategoria “ações ambientais” apenas uma autarquia fez menção a algumas ações / projetos, nomeadamente: i) interditar a prática de atividades de *Downhill* em locais comuns com os de percursos pedestres [CM2: UC88]; ii) recuperação do plano de ordenamento e transpô-lo para dentro dos planos diretores municipais [CM2: UC89, 90];

Análise da Categoria F – Importância do desenvolvimento de projetos / ações

Nesta categoria tivemos a pretensão de aferir a importância que era dada ao desenvolvimento de projetos e/ou ações no sentido de qualificar e aumentar o potencial da PPSM para a prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo.

Verificámos um reconhecimento generalizado dos respondentes quanto à importância da existência de vários instrumentos de gestão nas mais diversas áreas. As autarquias, que são as entidades que têm responsabilidades na gestão deste território, juntamente com o ICNF, são as que mais referências fazem à importância e à falta destes instrumentos.

Assim, detetámos referências à importância do desenvolvimento das seguintes ações: i) Carta de Desporto de Natureza, a qual se encontra estagnada, como

verificámos na análise da categoria E, é aqui reforçada e salienta a sua importância no desenvolvimento de atividades de desporto de natureza e turismo ativo. *“Quando tivermos a carta (...) julgo que será normal começarmos a ter mais procura por parte de organizações para desenvolverem atividades”* [CM1: UC96]; ii) realização de *“(...) estudos de base, por exemplo a nível da flora para determinar se aquela escarpa pode ou não ser escalada”* [CM2: UC103]; iii) o plano de ordenamento do território, no sentido de se poderem efetuar avaliações em função do valor ambiental [CM2: UC104] e uma eficaz gestão da organização do espaço e da replantação de árvores [E1:UC117, 118, 119]. A Serra encontra-se, atualmente, desadornada de vegetação, fruto dos incêndios ocorridos nos últimos anos. *“Isto de vez em quando arde, depois nasce espontaneamente, depois não é desbastado o que nasce em excesso, depois cria-se matéria combustível para mais dez anos e voltar a arder (...)”* [E1: UC118]. Tal como refere Morais (s/d), além do problema dos fogos, a vegetação que existe atualmente é também resultado da intervenção do Homem ao longo dos tempos.

A falta destes instrumentos provoca uma incapacidade de intervenção por parte das entidades, levando à existência de alguns conflitos de espaços [CM2: UC101, 102]. É preciso criar *“(...) normas para que as pessoas possam saber como é que podem praticar os desportos naquele espaço”* [CM2: UC107].

Remetendo para a revisão da literatura efetuada, os dois municípios reconhecem a importância da valorização e proteção natural do território em estudo e consequentemente determinam o seu potencial de desenvolvimento turístico, inclusivamente associado a práticas de desporto natureza.

Nesta sequência, foi reconhecido que *“é fundamental também que as autarquias se entendam e efetivamente isso não foi possível até à data (...)”* [CM2: UC 109]. Por consequência, a CM2 afirma que *“(...) não há uma visão global e é muito importante que a Serra seja vista como um todo, em todos os aspetos: na gestão, no aspeto do turismo de natureza, na conservação da natureza”* [CM2: UC112].

É dada relevância a este aspeto existindo a intenção de ultrapassar este obstáculo *“através da criação de uma associação entre as duas autarquias que*

vai fazer a gestão da PPSM” [CM2: UC110] e isso irá “*permitir candidaturas a fundos comunitários, realizar obra, cobrar taxas, vender, (...)*” [CM2: UC111].

Outro dos aspetos a que é dada bastante relevância prende-se com a importância dos projetos de infraestruturas de apoio aos visitantes, pois vem colmatar graves deficiências existentes nesta região, principalmente no que respeita à oferta de alojamento e restauração [CM1: UC98, 99]. Com estes projetos, são criadas condições para que as pessoas possam visitar esta área protegida e assim contribuir para o desenvolvimento económico da região, o qual se afigura de vital importância para as populações locais [CM2: UC106, 107; E1: UC114], tal como é enfatizado pelo representante da CM2: “*se houver locais de apoio, se houver infraestruturas, se houver toda essa oferta, as pessoas, se calhar, ficam, tomam banho, depois vão jantar ou vão ver o pôr-do-sol da Berlenga*” [CM2: UC113].

Analogamente, a E1 defende a importância de criar uma marca para assim melhor promover a região [E1: UC116].

De referir, por último, que existe ainda uma preocupação no que respeita às ações estabelecidas para as populações locais, sendo estas consideradas como importantes para potenciar a PPSM [CM2: UC105].

1.9 Considerações finais

Neste capítulo apresentamos as conclusões que, de forma geral, respondem aos objetivos estabelecidos neste estudo.

O presente estudo pretendeu identificar não só as atividades de desporto de natureza que se praticam na PPSM, como também os seus espaços que apresentam potencialidades passíveis de ser exploradas e rentabilizadas.

As informações recolhidas sobre as atividades praticadas, os espaços utilizados para a prática dessas atividades, entidades sediadas no concelho, as entidades que desenvolvem atividades e as possibilidades de alojamento na PPSM

permitem-nos tecer algumas considerações acerca das características e do potencial desta região para a prática de desportos de natureza e, consequentemente, do crescimento do turismo.

Estes dados poderão ser úteis no âmbito da gestão desta área protegida, prevendo estratégias de desenvolvimento e, ao mesmo tempo, regulamentar a utilização dos espaços com locais de prática desportiva, perspetivando a conservação da natureza.

Neste trabalho obtivemos ainda a visão do setor público, através das duas autarquias que tutelam o território, e a visão do setor privado sobre o potencial da PPSM para a prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo. Contudo, por fatores que não pudemos controlar, apenas nos foi possível obter a opinião de uma empresa do setor privado, pelo que esta constitui uma limitação do nosso estudo pelo facto de não termos uma visão integral. No entanto, no nosso entender, os resultados obtidos configuram-se como credíveis e devem ser valorizados, pois refletem dois tipos de visão diferentes, o público, através das duas entidades que têm responsabilidades na gestão da área protegida, e do privado, que opera na região e pretende tirar benefícios desta.

É do consenso geral que as entidades têm uma perceção positiva acerca das potencialidades de excelência da PPSM para a prática de atividades desportivas na natureza e turismo ativo, embora tenham a noção das suas limitações naturais, principalmente a sua reduzida área comparativamente com outras áreas protegidas. Constatamos que este território se afigura como uma área protegida com elevado potencial para a prática de desporto de natureza, mas que se encontra ainda pouco explorada, tanto pelas autarquias que abrangem este território, que são responsáveis pela sua gestão (integrando uma comissão diretiva), como pelos agentes locais que estão sedeados nestes concelhos. Configura-se de potencial interesse o registo na PPSM das entidades a operar nesta região e a exploração das suas atividades como núcleo de desenvolvimento das práticas de desporto de natureza.

A prática destas atividades é uma realidade social contemporânea, constituindo um meio de conservar e preservar o ambiente. No âmbito da conservação da natureza e da biodiversidade na PPSM, afigura-se de vital relevância conceber

e aplicar ações de educação e sensibilização ambiental entre os agentes locais, no sentido de valorizar esta área protegida e consequentemente promover as atividades de desporto de natureza e turismo ativo. Será assim possível observar os espaços naturais como locais de contemplação e não apenas como locais de prazer, onde o Homem se deve integrar sem alterar.

Em sentido lato, na opinião das entidades, realçam o potencial da PPSM para a prática de diversas atividades: pedestrianismo, BTT, escalada, espeleologia, *downhill*, *trail*, *birdwatching*, parapente, atividades equestres, observação da flora. Consequentemente às referências efetuadas por estas entidades, destacam-se os percursos pedestres, o BTT e a escalada.

No âmbito da organização e desenvolvimento do território realçamos a importância da criação de locais de prática específicos para a prática de BTT e a sinalização e homologação de percursos pedestres, de modo a garantir uma maior segurança aos praticantes e restringir o uso de espaços inadequados à prática destas modalidades, contribuindo assim, também para a preservação da natureza.

As atividades de desporto de natureza e turismo ativo na PPSM são consideradas como um motor para o desenvolvimento local e possuem um enquadramento estratégico de investimento futuro por parte dos diversos agentes. Este enquadramento estratégico passa pela intenção de ambas as autarquias na realização de um trabalho conjunto de políticas de desenvolvimento, facto que não se verificou no passado.

Os projetos a desenvolver prendem-se, essencialmente, com as áreas desportiva, turística e ambiental, nomeadamente, o alargamento da rede de percursos pedestres, o aumento da oferta ao nível do alojamento e a monitorização dos locais de prática de atividades. Foram valorizados os recursos naturais, culturais, geográficos e patrimoniais adstritos a este território, com especial ênfase ao aspeto cénico e à sua excelente localização perto da maior malha urbana populacional do nosso país.

Um adequado planeamento acarreta o intuito de harmonizar e otimizar a proteção do ambiente, o uso público e o desenvolvimento económico e social. A

falta de documentação estratégica é apontada por todas as entidades auscultadas como um entrave à melhoria do potencial da PPSM. Também, a dificuldade legal nos processos de gestão deste território constitui-se como uma barreira ao investimento nesta área protegida. Um dos mecanismos que poderão contribuir para o desenvolvimento sustentável e ordenamento das atividades de desporto de natureza e que se revela fundamental para a PPSM é a criação de uma Carta de Desporto de Natureza, no sentido de regimentar a prática de atividades desportivas na natureza e de turismo ativo e efetuar a associação entre estas, a conservação da natureza e o desenvolvimento local.

As potencialidades da PPSM identificadas e apresentadas nesta investigação poderão constituir-se como um trampolim para um desenvolvimento bem-sucedido da região. Do mesmo modo, contribuindo também para este desenvolvimento, deverão ser efetuados esforços por parte das entidades públicas e também privadas no sentido de colmatar as limitações existentes.

1.10 Bibliografia

- AEP. (2008). *Turismo de Natureza*. Associação Empresarial de Portugal: Câmara de Comércio e Indústria.
- Afonso, N. (2005). *Investigação naturalista em educação. Um guia prático e crítico*. Porto: Edições Asa.
- Agenda 21 Local – Alenquer (2009), CIVITAS –FCT-Univ. Nova de Lisboa
- AMO. (2008). Programa Territorial de Desenvolvimento do Oeste - Estratégia 2020. Plano de Acção 2008/2013. 214. Retrieved from Oeste CIM website:
<http://www.oestecim.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=f6814b76-9d6d-4d04-bdf8-f44053913942&m=b46>
- Araújo, A.P. (2010). *Elaboração de Planos de Gestão participada. Linhas orientadoras para coordenadores e facilitadores*. ICNB.
- Appolinário, M. (1897). *Grutas do Furadouro*.: O Archeologo Português.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo* (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Barros, F., & Marques, P. (1999). *Atlas das Aves que nidificam na Serra de Montejunto*. Torres Novas: ADSAICA - Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros D. L.
- Bartolomeu, C., & Abreu, D. (2002). Grutas e Algares de Montejunto. *Oeste Cultural - Revista de Cultura e Teoria*(1).
- Betrán, A. & Betrán, J. (1995). Propuesta de una clasificación taxonómica de las atividades físicas en la naturaleza. Marco conceptual y análisis de los critérios elegidos. *Apunts: Educación Física y Deportes*(41), 108-123.
- Bhattacharjee, A. (2012). *Social Science Research: Principles, Methods, and Practices*. Textbooks Collection, Book 3.

- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Boni, V., & Quaresma, S. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2 (1): 68-80.
- Bramwell, B., & Lane, B. (2000). *Tourism Collaboration and Partnerships: Politics, Practice and Sustainability*. Cleveland: Channel View.
- Cabral, M. J., Almeida, J., Almeida, P. R., Dellinger, T., Ferrand de Almeida, N., Oliveira, M. E. & Santos-Reis, M. (2005). *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.
- Cabugueira, A. (2005). A importância económica do Turismo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 2(2), 97-104.
- Cadaval, C. M. (2013). from <http://www.cm-cadaval.pt/custompages/showpage.aspx?pageid=2a0f5c4c-e843-4400-8ee1-42818d516739&m=b29>
- Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação - Guia para a Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Carvalhinho, L., Sequeira, P., Serôdio-Fernandes, A., & Rodrigues, J. (2010). A emergência do setor de desporto de natureza e a importância da formação. *Revista Digital - Buenos Aires*, (140). Retrieved from Efdeportes website: <http://www.efdeportes.com/efd140/desporto-de-natureza-e-formacao.htm>
- Castro, J. & Martins, F. (2011). Espaços Naturais Protegidos e Turismo Sustentável: os Parques Naturais de Montesinho e Douro Internacional. *Books of Proceedings*, vol.II – International Conference on Tourism and Management Studies.

- Costa, J., Ladeiras, A., Mota, A. (2006). *Contributos para um Modelo de Planeamento Estratégico em Turismo*. Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo.
- Crispim, A. (2008). *Património Geológico da Serra de Montejunto*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Espeleologia.
- Cunha, L. (2002). Uma Perspetiva para a Gestão Integrada de Áreas Protegidas. *Millenium*, Revista do ISPV(25).
- Daveau, S. (1966). Rebordo Sul da Serra de Montejunto na região de Cabanas de Torres. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, 1.
- Daveau, S. (1973). Quelques exemples d'évolution quaternaire des versant au Portugal. *Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia*, 8(15), 547.
- Daveau, S. (2004). A Estremadura. In M. Feio & S. Daveau (Eds.), *O Relevo de Portugal - Grandes Unidades Regionais* (Vol. II). Coimbra: Associação Portuguesa de Geomorfólogos.
- Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho: estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade, disponível em Diário da República Online (www.dre.pt).
- Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de fevereiro (Alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de março): estabelece o regime jurídico do Turismo de Natureza, disponível em Diário da República Online (www.dre.pt)
- Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 213/97, de 6 de agosto): Rede Nacional de Áreas Protegidas, disponível em Diário da República Online (www.dre.pt)
- Decreto-Lei n. 95/2013, de 19 de julho (altera o Decreto-Lei n. 108/2009, de 15 de maio): Estabelece as condições de acesso e de exercício da atividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos, disponível em Diário da República Online (www.dre.pt).

Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março: regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, disponível em Diário da República Online (www.dre.pt)

Decreto Regulamentar n.º 18/99, de 27 de agosto, (alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/03, de 10 de outubro): regula a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas, bem como o processo de licenciamento das iniciativas e projetos de atividades, serviços e instalações de animação ambiental, disponível em Diário da República Online (www.dre.pt)

Denscombe, M. (1998). *The Good Research Guide: For Small-Scale Social Research Projects*. Philadelphia: Open University Press.

Drumm, A., Moore, A. (2002). *Desenvolvimento do Ecoturismo. Um Manual para os Profissionais da Conservação*. Introdução ao Planeamento de Ecoturismo. Vol I.

Duarte, J. (2006). Hoje: Passeio à Serra de Montejunto. 2013, from <http://lugaronde.blogspot.pt/2006/07/hoje-passeio-serra-de-montejunto.html>

Dudley, N. (2008). *Guidelines for Applying Protected Area Management Categories*. Gland, Switzerland: IUCN.

Eagles, P. F. J., McCool, S. F., & Haynes, C. D. (2002). *Sustainable tourism in protected areas: guidelines for planning and management*. Switzerland and Cambridge, UK: IUCN--the World Conservation Union.

Estratégia de desenvolvimento para o concelho do Cadaval – Um território rural de excelência 2008-2015 (EDC), (2008), Camara Municipal do Cadaval.

Fadigas, L. (2007). *Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem*. Lisboa: Edições Sílabo.

- Farinha, J. (s/d). *Implementação de um Sistema de Sinalização nas Áreas Protegidas*. ICNB: Departamento de Gestão de Áreas Classificadas – Zonas Húmidas.
- Ferreira, A. B. (2005). Formas do Relevo e Dinâmica Geomorfológica. In C. A. Medeiros (Ed.), *Geografia de Portugal - O Ambiente Físico* (pp. 54-245). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Edições Monitor - Projectos e edições lda.
- Foddy, W. (2002). *Como perguntar - teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*. Oeiras: Celta editora Lda.
- Folke, C., Hahn, T., Olsson, P., & Norberg, J. (2005). Adaptative governance of social-ecological systems. *Annual Reviews Environmental Resources*, 30. (pp. 441–73). doi: 10.1146/annurev.energy.30.050504.144511.
- Fonseca, A. (2009). *Estudo de Geomorfologia Tectónica do Maciço de Montejunto*. (Dissertação de Mestrado em Geografia Física e Ordenamento do Território), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- Font, X., Cochrane, J., & Tapper, R. (2004). *Tourism for protected area financing: understanding tourism revenues for effective management plans*. Leeds, UK: Leeds Metropolitan University.
- Gamito, T. (2013). *Visitação em Áreas Protegidas, Rede Natura e Florestas: um contributo para a sustentabilidade*. Comunicação apresentada no Seminário "Turismo Sustentável no Espaço Rural - Experiências de sucesso em Portugal e na Europa". Castro Verde
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (5 ed.). São Paulo: Atlas.
- GMES (2008). Grupo de Montanha e Escalada de Sintra. Disponível em: <http://www.gmesintra.com/>

- Gomes, A. R. (2007). Liderança e gestão de equipas desportivas: Desenvolvimento de um guião de entrevistas para treinadores. In J.F. Cruz, J.M. Silvério, A.R. Gomes & C. Duarte (eds.), *Actas da conferência internacional de psicologia do desporto e exercício* (pp. 100-115). Braga: Universidade do Minho.
- Guerra, I. (2008). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Cascais: Príncipia Editora (reimpressão).
- Guzmán, K. (2002). Agrupación y clasificación como “desportes de sliz” de las nuevas tendencias deportivas. In S. Rico e M. Brasileiro (Eds), *Nuevas tendencias de práctica físico-deportiva en el medio natural* (pp. 97-118). Granada: Digital Granada S.L.
- Graci, S. (2013). Collaboration and Partnership Development for Sustainable Tourism. *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*, 15(1), 25-42. doi: 10.1080/14616688.2012.675513
- Gray, D. (2004). *Doing Research in the Real World*. London: SAGE Publications.
- Haguet, T. (1997). *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 5ª edição. Petrópolis: Vozes.
- Hainemann, K. (2003). *Introducción a la Metodología de la Investigación Empírica en las Ciencias del Deporte*. Barcelona: Edições Paidotribo.
- Hall, C., & Boyd, S. (2005). *Tourism and Nature-based Tourism in Peripheral Areas: Development or Disaster*. Clevedon: Channelview Publications.
- Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (2010). *Investigação Qualitativa* (4ª ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Hill, M., & Hill, A. (2005). *Investigação por Questionário* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo,Lda.
- Ignarra, R. (2003). *Fundamentos do Turismo*. 2ª edição. Thomson.

- IUCN. (2004). Protected areas programme. *The international journal for protected area managers*, 14(3).
- Landosvky, G., & Mendes, J. (2010). *As Áreas Protegidas em Portugal*. Paper presented at the 4º Congresso Luso-Brasileiro para o Planeamento Urbano, Regional, Integrado, Sustentável - PLURIS 2010 - The Challenges of Planning in a Web Wide World, Faro.
- Lei nº 9/70, de 19 de junho, Atribui ao Governo a incumbência de promover a proteção da Natureza e dos seus recursos em todo o território, de modo especial pela criação de Parques Nacionais e de outros tipos de reservas - Regime Florestal, disponível em Diário da República Online (www.dre.pt)
- Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro: Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto – define as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto, disponível em Diário da República Online (www.dre.pt)
- Lei n.º 11/87, de 7 de abril (alterada pela Lei n.º 13/2002, de 19 de fevereiro): Lei de Bases do Ambiente, disponível em Diário da República Online (www.dre.pt)
- Lemelin, R. H., Koster, R., Bradford, L., Strickert, G., & Molinsky, L. (2015). People, Places, Protected Areas and Tourism: Place Attachment in Rosspport, Ontario, Canada. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 1-16. doi: 10.1080/15022250.2015.1006391
- Leung, Y., & Marion, J. (2000). *Recreation Impacts and Management in Wilderness: A State-of-Knowledge Review*. Paper presented at the Wilderness Science in a Time of Change Conference, Missoula, MT.
- López, D. & Izquierdo, D. (2003). Turismo en los espácios naturales y rurales de Navarra. In *Actas del Quinto Congreso de Economía de Navarra*.
- Loureiro, N., Teixeira, E., Costa, J., Prudente, J. & Sequeira, P. (2014). O desenvolvimento e validação da entrevista: entrevista a treinadores de futebol. *Revista da UIPPS – Unidade de Investigação. Instituto Politécnico de Santarém*, 128-143. ISSN 2182-9608

- Manning, R. (2007). *Parks and Carrying Capacity: Commons Without Tragedy*. USA: Island Press.
- Manzini, E. (2003). Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: Marquezine, M., Almeida, M., Omote, S. (Orgs.) *Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial*. Londrina: Eduep, 11-25.
- Marinho, A. (2004). Atividades na Natureza, lazer e educação ambiental: refletindo sobre algumas possibilidades. *Motrivivência*, XVI(22), 47-69.
- Martins, J. (2004). Sustentabilidade e Globalização. *RT&D*, I(1), 15-20.
- Melo, J. (2003). Educação, ambiente e desportos de natureza - Uma simbiose possível. In *O Desporto para além do óbvio*, (11-22). Lisboa: Instituto Nacional do Desporto.
- Monz, C., Cole, D., Leung, Y., & Marion, J. (2009). Sustaining Visitor Use in Protected Areas: Future Opportunities in Recreation Ecology Research Based on the USA Experience. *Environmental Management*, 45(3), 551-562. doi: 10.1007/s00267-009-9406-5
- Morais, J. C. (s/d). *Serra de Montejunto*. Retrieved from José Carlos Moraes - Biologia, ambiente e sustentabilidade website: <http://www.jcmorais.com/index.html>
- Mota, C. (2006). *Atividades físicas de aventura na natureza na comunidade urbana Valimar - passos para a sua compreensão*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, Porto.
- Nunes, P. (2009). *Desporto, Turismo e Ambiente - O turismo de natureza como pólo de atração turística complementar ao produto sol & mar na sub-região do Litoral Alentejano*. Tese de Doutoramento em Motricidade Humana, na Especialidade de Ciências do Desporto, Faculdade de Motricidade Humana, Universidade Técnica de Lisboa, Cruz Quebrada.
- Oliveira, D. (2008). Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. *Revista de Enfermagem UERJ*, 16(4), 569-576.

- OMT. (2008). *Panorama del Turismo Internacional*.
- Pasquis, R. (2008). Áreas Protegidas e Desenvolvimento Territorial: Conceitos e Métodos. *Anuário Americanista Europeu*, (6-7), 553-561.
- Peña Vera, T., & Morillo, J. (2007). La Complejidad de Análisis Documental. *Información, Cultura y Sociedad*(16), 55-81.
- Pereira, A., & Leitão, J. (Eds.). (2007). *Metodologia de investigação em Educação Física e Desporto: introdução à análise de conteúdo*. Vila Real: UTAD.
- Pereira, E. (2006). Serviços do Desporto. Turismo e Desporto. *Revista Portuguesa de Gestão do Desporto*, Ano 3(1), 33-55.
- Pereira, F., Mesquita, I. & Graça, A. (2009). A autonomia e a responsabilização dos praticantes no treino em Voleibol. Estudo comparativo de treinadores em função do género. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 9(1): 64-78.
- Pinto, B. (2008). *Historical information of the Portuguese Protected Areas and its implications for management*. PhD, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Plano Diretor Municipal – Cadaval (1995), ProjectoPlano.
- Plano Diretor Municipal – Alenquer (1995).
- Portaria n.º 1465/2004, de 17 de dezembro: Regulamento do Desporto de Natureza na Área do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC), disponível em Diário da República Online (www.dre.pt)
- Portaria n.º 53/2008, de 18 de janeiro: Aprova a carta de desporto de natureza do Parque Natural de Sintra-Cascais e o respetivo Regulamento, disponível em Diário da República Online (www.dre.pt)

- Quercus. (2012). *Centro de Recuperação de Animais Selvagens de Montejunto Recebe Apoio da Munich Re*. Retrieved from Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza website: <http://www.quercus.pt/comunicados/2012/junho/72-centro-de-recuperacao-de-animais-selvagens-de-montejunto-recebe-apoio-da-munich-re>
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Resolução do Conselho de Ministros nº 112/98, de 25 de agosto: cria o Programa Nacional de Turismo de Natureza, disponível em Diário da República Online (www.dre.pt)
- Resolução do Conselho de Ministros nº 102/96, de 8 de julho: Integração de políticas setoriais nas Áreas Protegidas, disponível em Diário da República Online (www.dre.pt)
- Resolução de Conselho de Ministros n.º 152/2001, de 11 de outubro: Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade; disponível em Diário da República Online (www.dre.pt)
- Resolução do Conselho de Ministros nº115-A/2008, de 21 de julho: Plano Sectorial da Rede Natura 2000 – Sítios da Lista Nacional, disponível em Diário da República Online (www.dre.pt).
- Roberts, S. (2011). An exploratory analysis of factors mediating community participation outcomes in tourism. *Community Development*, 42(3), 377-391. doi: 10.1080/15575330.2010.519041
- Rosa, P., Almeida, M., & Carvalhinho, L. (2013). Gestão do Desporto de Natureza em Áreas Protegidas: Estudo de Caso no PNSAC. *Revista Internacional de Gestão Desportiva*, 1(3), 1-15.

- Ruschmann, D. (1997). *Turismo e planeamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas, SP: Papirus Editora.
- Sancho, A. & Ruiz, P. (2004). Planteamiento metodológico para el uso de indicadores en la gestión turística de Espacios Naturales Protegidos. In *Actas del IX Congreso AECIT – El uso Turístico de los Espacios Naturales*, 26.
- Sarmiento, H. (2012). *Análise do jogo de futebol – Padrões de jogo ofensivo em equipas de alto rendimento: uma abordagem qualitativa*. Tese de doutoramento. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Savoie-Zajc, L. (2003). A entrevista semidirigida. In G. Benoit (Ed.), *Investigação Social: Da problemática à colheita de dados* (pp. 279-301). Lisboa: Lusociência.
- Silverman, D. (2000). Analyzing Talk and Text. In: Denzin, N. & Lincoln, Y. (2^a ed.), *Handbook of Qualitative Research* (821-833). Thousand Oaks: Sage Publications.
- Souza, K. (2010). A Interpretação ambiental na conservação do património natural: o caso do arquiósítio musealizado da (Real) Fábrica de Neve de Montejunto. *Revista CPC*(10).
- Sung, H. (2004). Classification of Adventure Travelers: Behavior, Decision Making, and Target Markets. *Journal of Travel Research*, 42(4), 343-356. doi: 10.1177/0047287504263028
- Tahara, A., Filho, S., Schwartz, G. (2006). Meio ambiente e atividades de aventura: significados de participação. *Motriz, Rio Claro*, 12(1), 59-64.
- Teixeira, W., Toledo, M., Fairchild, T., & Taioli, F. (2000). *Decifrando a Terra*. São Paulo: Oficina de Textos.
- Thornbury, W. (1969). *Principles of Geomorphology* (2 ed.). New York: John Wiley & Sons.

- Tomé, R. (1996). Morfologia Cársica no Concelho de Loulé - Abordagem preliminar. *Al-ulva - Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé*(5), 217-239.
- TPWD. (2011). *What is Nature Tourism?* Retrieved from Texas Parks & Wildlife website:
http://www.tpwd.state.tx.us/landwater/land/programs/tourism/what_is/
- Tumes, K. (2007). Out of my way: Using qualitative methods to understand recreation conflict between bushwalkers and mountain bike riders. *Antropological Notebooks*, 13(1), 45-55.
- Turismo de Portugal, I. P. (2007). *Plano Estratégico Nacional do Turismo - Para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal*. Lisboa: Turismo de Portugal, I.P.
- UNEP-WCMC. (2003). *2003 United Nations List of Protected Areas*: United Nations Environment Programme - World Conservation Monitoring Centre.
- Vala J. (2007). Análise de conteúdo. In: Santos Silva A, Madureira Pinto J (eds), *Metodologia das Ciências Sociais*. Edições Afrontamento (14ª Edição), Porto, 101-128.
- Vasconcelos, L., Oliveira, R., & Caser, U. (2009). Governância e participação: conceitos e metodologias. In *Governância e participação na gestão territorial* (24-39). Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Vera, F. (1997). *Análisis Territorial del Turismo*. Barcelona: Ariel.
- WDPA. (2011). What is a protected área. Retrieved from Protectedplanet.net website: http://www.wdpa.org/FAQ.aspx#ctl00_MainContent_Faq3

Estudo II

*Caracterização e avaliação dos Locais de Prática de
Desporto de Natureza e Turismo Ativo da Paisagem
Protegida da Serra de Montejunto*

2.1 Resumo

Observam-se atualmente diversas modificações no comportamento dos consumidores, tendendo cada vez mais para ir ao encontro de estilos de vida mais saudáveis, refletindo-se na seleção de atividades de lazer e enfatizando também os temas ligados à preservação da natureza e da cultura, o que origina a opção por destinos turísticos com grande focagem nas Áreas Protegidas. O presente estudo pretendeu caracterizar e avaliar os locais de prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo na Paisagem Protegida da Serra de Montejunto.

Com o propósito de fazer o diagnóstico da situação atual, foram aplicadas fichas de caracterização e avaliação dos locais de prática de atividades de desporto de natureza na Paisagem Protegida da Serra de Montejunto.

Os resultados obtidos permitiram aferir o potencial desta área protegida para a prática de atividades de desporto de natureza e demonstraram a conformidade, relativamente aos aspetos analisados, dos locais de prática detetando apenas a existência de algumas situações pontuais de inadequação de equipamentos, falta de conservação dos mesmos e do meio envolvente.

Conclui-se que a prática de atividades de desporto de natureza constitui-se como um grande potencial nesta paisagem protegida verificando-se, contudo, a necessidade da realização de trabalho de planeamento, gestão e manutenção dos espaços, no sentido de garantir a conservação dos mesmos.

Palavras-chave: Desporto de Natureza; Avaliação de locais de prática; Paisagem Protegida da Serra de Montejunto; Escalada; Pedestrianismo

2.2 Introdução

O crescente aumento da pressão humana sobre o ambiente tem forçado as entidades competentes a criar um maior número de áreas protegidas com o intuito primordial da conservação da Natureza. O desporto de natureza é praticado essencialmente em áreas protegidas. Estas áreas podem ser definidas como locais perfeitos para a sua realização, devido às suas características geomorfológicas (como por exemplo, montanhas, vales, rochas, falhas e por vezes declives muito acentuados) e aos valores naturais e culturais, que são a razão da sua classificação. A biodiversidade é um dos grandes atrativos para os praticantes de atividades de desporto de natureza e turismo ativo e constitui-se, ao mesmo tempo, como uma das maiores prioridades para a conservação da natureza em áreas protegidas (Kastenholz & Rodrigues, 2007). No entanto, a sua capacidade para receber praticantes de atividades turísticas e desportivas depende das suas características ecológicas, do comportamento destes e da gestão dos efeitos inerentes (Brown, Koth, Kreag, & Weber, 2006).

As áreas protegidas constituem-se como zonas preferenciais para a opção de destinos turísticos, não apenas por parte de praticantes de atividades de desporto de natureza, mas também por outro tipo de turistas que procuram novas sensações e experiências em locais onde possam estar em contato e harmonia com a natureza e a biodiversidade. Sendo estes os principais pontos de atração surge a necessidade de conhecer as potencialidades dos locais e ter, ao mesmo tempo, a noção dos riscos do turismo, de modo a que o espaço visitado possa conservar os valores naturais.

Uma procura cada vez mais acentuada deste tipo de atividades, quer no âmbito recreativo quer no âmbito turístico, tem sido verificado principalmente em territórios classificados como áreas protegidas (Cole, 1996). É reconhecida a importância da monitorização de uma área protegida, pois possibilita detetar situações irregulares, acompanhar o processo de evolução do sistema e definir estratégias adequadas para a sua resolução. A definição, caracterização e avaliação dos espaços de prática permite um controlo das atividades e uma

monitorização muito mais eficazes. Constitui-se necessário estabelecer uma harmonia entre a proteção dos valores existentes e o contato dos praticantes com esses mesmos valores. Uma escrupulosa gestão de uma área protegida prevê e acautela os prováveis desfechos que a utilização dos espaços acarretam, tendo como finalidade o abono da qualidade do produto turístico e desportivo existente (Eagles, McCool & Haynes, 2002).

O presente estudo incide sobre os locais de prática de atividades de desporto de natureza na Paisagem Protegida da Serra de Montejunto. O principal objetivo prende-se com a realização de uma caracterização e avaliação detalhadas dos locais de prática de atividades de desporto de natureza no âmbito das modalidades de Escalada e Pedestrianismo, tomando em consideração diversos aspetos de localização, espaço envolvente, segurança, conservação do meio e conservação, adequação e certificação dos equipamentos, através de análise visual e quinestésica.

2.3 Gestão de Áreas Protegidas

O crescimento exponencial dos centros urbanos e a desertificação das zonas rurais implicou a perda acentuada do contacto das sociedades com o meio natural, mas o aumento da prosperidade nos países desenvolvidos criou uma maior procura por atividades de desporto (Davenport & Davenport, 2006). Estas atividades são preferencialmente praticadas em zonas que ofereçam o que as cidades não conseguem oferecer, normalmente com uma grande envolvente natural. As áreas protegidas proporcionam, assim, atratividade única na procura de atividades realizadas ao ar livre e em ambientes naturais (Eagles, McCool & Haynes, 2002).

A conservação da natureza e a diversidade biológica são duas características das áreas protegidas, bem como, a oportunidade de oferecer aos visitantes locais para a realização de diversas atividades lúdicas, educativas ou científicas. Este entendimento entre a natureza e o homem estimula-o para a realização de

diferentes tipos de turismo nas áreas naturais (Newsome, Moore & Dowling, 2002).

Para Silva (2002) os destinos turísticos que têm mais sucesso são aqueles que possuem interesses diferentes como: uma fauna e uma flora selvagens, paisagens grandiosas, sítios históricos pouco explorados, comunidades com tradições únicas e também aqueles que possibilitam a prática de atividades desportivas ao ar livre, como os desportos de água e de montanha. Assim a inter-relação entre o turismo de natureza e o meio natural é incontestável, uma vez que este último constitui a “matéria-prima” da atividade (Ruschmann, 1997). É, assim, fundamental que o turismo praticado nessas áreas seja sustentável (Buultjens, Ratnayake, Gnanapala & Aslam, 2005).

Para que o turismo seja sustentável, além das boas práticas ambientais e do respeito pela natureza é essencial que haja uma cooperação entre os diferentes agentes que atuam nas áreas protegidas, desde as entidades que gerem o local, às associações de conservação da natureza, às entidades promotoras atividades, aos municípios, até aos turistas e/ou utilizadores, tanto a nível individual como em grupo.

Segundo Ruschmann (1997), as consequências de um grande fluxo de pessoas para ambientes “extremamente sensíveis” fazem com que a gestão dos espaços, dos equipamentos e das atividades turísticas seja fundamental para evitar danos sobre esses meios, de forma a mantê-los atrativos para as gerações futuras. Eagles *et al.* (2002), comungando da mesma opinião, referem que os impactes sobre estes recursos devem ser geridos e mitigados cuidadosamente, sempre que possível. No sentido de se conseguir efetuar uma melhor gestão dos riscos e das potencialidades é necessário também perceber que tipo de utilizadores frequentam as áreas protegidas e quais os locais mais concorridos, sem contudo desprezar que o conhecimento, o respeito pelos recursos naturais, a delimitação dos seus limiares de utilização e a determinação da capacidade de carga são condições indispensáveis ao desenvolvimento de um turismo sustentável (Silva, 2002).

Segundo Rosalino e Grilo (2011), a gestão de uma área protegida depende de um agrupamento de informação que está disponível, e quantos mais dados estiverem ao dispor, maior é a probabilidade de esta gestão ser melhor e mais persuasiva. Uma das informações importantes para a gestão de uma área protegida e essencial para a determinação da capacidade de carga é o balanço do número de visitantes. Estes mesmos autores elaboraram uma investigação sobre a evolução das visitas guiadas e dos visitantes, numa análise temporal, a 14 áreas protegidas portuguesas (a paisagem protegida da Serra do Montejunto não está incluída), entre 1996 e 2009.

Assim, a gestão de áreas protegidas deve seguir o conceito de gestão integrada, devido às diferentes atividades que nelas interagem, implementando uma estratégia coordenada de modo a gerir os recursos ambientais, sociais, culturais e económicos, com o objetivo de alcançar a conservação e o uso múltiplo sustentável das mesmas (Cunha, 2002).

As cartas de desporto da natureza são um instrumento de planeamento e conceção estratégica e dinâmica, que se constituem como suporte de uma prática metódica e contínua de monitorização, análise e de intervenção na prática. Assim, é essencial a execução de planos de gestão das mesmas, adequados e adaptados à realidade e dinâmica de cada área protegida, de modo a que todas as partes interessadas possam participar ativamente na sua elaboração, implementação e avaliação.

2.4 Desporto de Natureza

A presente investigação pretende incidir sobre as atividades de desporto de natureza, definido pelo Decreto-lei n.º 56/2002, de 11 de março, como todas atividades que sejam praticadas em contato direto com a natureza e que, pelas suas características, possam ser praticadas de forma não nociva para a conservação da natureza.

Diversos conceitos foram propostos ao longo do tempo para definir as atividades desportivas praticadas na natureza. Tendo por base a categorização de distintos autores como Melo (2009), Miranda, Lacasa & Muro (1995), Betrán e Betrán (1995), entre outros, podemos encontrar, para a mesma definição, conceitos como *“Atividades de ar livre”*, *“Desportos californianos”*, *“Atividades de ar livre e exploração”*, *“Atividades físicas de natureza”*, *“Desportos de aventura”*, *“Desportos radicais”*, *“Desportos de deslize”*, *“Atividades físicas de aventura na natureza”*.

O Decreto Regulamentar n.º 18/99, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/03, de 10 de outubro define como atividades de desporto de natureza aquelas que são praticadas em contato direto com a natureza e praticadas de forma não nociva para a conservação da mesma. Assim, de acordo com este mesmo decreto regulamentar, o Desporto de Natureza é aquele cuja prática acerca o homem da natureza de forma sadia e que se enquadra na gestão das áreas protegidas e em princípios de uma política de desenvolvimento sustentável.

Segundo o Decreto-Lei nº 47/99, de 16 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 56/2002, de 11 de março, atividades de Desporto de Natureza *“são todas as que sejam praticadas em contacto direto com a natureza e que, pelas suas características, possam ser praticadas de forma não nociva para a conservação da natureza”*.

Na Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto (lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro), desporto de natureza é definido como a atividade física e a prática desportiva em espaços naturais, a qual se deve reger por princípios de respeito pela natureza e preservação dos seus recursos.

Constatam-se assim, embora não sendo um conceito totalmente uniformizado, algumas semelhanças de base em todas estas definições: uma correta prática dos recursos naturais, possibilitando assim a conservação da natureza, assente em políticas de desenvolvimento sustentável.

2.4.1 A Natureza como agente potenciador da prática desportiva:

Atualmente denota-se uma crescente procura pelos desportos praticados na natureza, seja numa vertente recreativa ou numa vertente turística, onde os seus praticantes buscam a fuga à rotina e ao quotidiano, refugiando-se na prática de diversas modalidades ou apenas observando e contemplando as paisagens naturais.

Esta procura pelos espaços naturais reflete-se num aumento anual de cerca de 10% a 30% (Rosa & Carvalhinho, 2012).

O desporto em meio natural ganha crescente importância assumida pela oportunidade de assumir riscos controlados, da novidade, de experimentar novas sensações proporcionando uma mudança de atitudes e valores e redimensionando a relação entre o Homem e o espaço natural (Bruhns, 2000; Marcelino, 1987; Schwartz, 2002).

Segundo o estudo efetuado por Tahara, Filho e Schwartz (2006), os praticantes referem que a prática destes desportos proporcionam um autoconhecimento, tempo para revisar valores e atitudes para com eles próprios e com os outros, tranquilidade, alegria, obtenção de novas sensações, experiências, lazer, oportunidade de estar num grupo integrado e unido e conhecer novas pessoas e partilhar experiências num ambiente especial como a natureza.

É evidente a íntima relação entre o desporto e a natureza, apresentando-se esta como cenário para a realização de diversas modalidades, suscitando uma constante interação entre o praticante e o ambiente natural (Paixão, Costa & Gabriel, 2009).

Assim, a exploração da natureza para fins turísticos e desportivos encontra-se em franco desenvolvimento, proporcionando ao ser humano momentos diferentes, dos quais este espera retirar partido para si próprio de diversas formas. No entanto, sendo o espaço natural o agente potenciador do desenvolvimento deste tipo de práticas poderá surgir a ameaça à integridade

ecológica, provocando alterações negativas derivadas do seu sobreaproveitamento.

A erosão e compactação no solo de vários nutrientes e microrganismos, devido à formação de trilhos, exposição de raízes e lixo deixado pelos praticantes e também por quem os acompanha (Liddle, 1997; Buckley, 2004; Turton, 2005; Mende & Newsome, 2006; Randall & Newsome, 2008; Pickering, Hill, Newsome & Leung, 2010); a redução ou perda de algumas espécies de vegetação sensíveis e o aumento de outras espécies resistentes ao calcamento, incluindo ervas daninhas (Turton, 2005; Mende & Newsome, 2006; Randall & Newsome, 2008; Hill & Pickering, 2009; Pickering & Growcock, 2009); a disseminação de patógenos, incluindo dos fungos sobre as roupas e sapatos ou pneus, contribuindo para a propagação de doenças (Buckley, King & Zubrinich, 2004; Turton, 2005; Pickering & Hill, 2007); o aumento da turgidez da água, associado à erosão e suspensão de sedimentos sobre a mesma (Hadwen, Arthington, Boon, Lepesteur & McComb, 2006; Hadwen, Arthington & Boonington, 2008; Hardiman & Burgin, 2011); e também a ocorrência de alterações faunísticas, alterando os padrões de alimentação dos animais, menor reprodução e diversidade de espécies (Buckley, 2004; Newsome, Dowling & Moore, 2005; Stevens, Pickering & Castley, 2011) constituem alguns dos impactos negativos que se podem verificar, decorrentes da prática de atividades desportivas e turísticas no meio natural.

É importante consciencializar e informar os praticantes de que todos podem usufruir do espaço natural sem o banalizarem para que este não fique irremediavelmente danificado, podendo mesmo desaparecer.

Rosa e Carvalhinho (2012) defendem que a interação entre o Homem e a Natureza existe, mas que a prática de atividades desportivas não levam a que os praticantes tenham a perceção imediata do respeito que precisam de ter pelo meio natural. Constitui-se, assim, necessário realizar investimentos a nível científico e profissional para que estes problemas sejam considerados e analisados, de forma a conceberem-se estratégias para a sua mitigação. Por outro lado, referem que deve existir um trabalho prévio por parte dos agentes

promotores destas atividades de modo a minimizar os impactes negativos no ambiente natural.

Se, por um lado, devemos ter uma visão positiva relativa a esta interação do Homem com a Natureza através da prática desportiva, por outro lado, este processo deve ser alvo de algum controlo, pois o acentuado aumento de modalidades desportivas que requerem a utilização do espaço natural, associado ao aumento do número de praticantes, resulta numa grande exploração dos recursos ambientais envolvidos no desenvolvimento destas atividades (Maroun & Vieira, 2007).

2.4.2 Locais de Prática de Atividades de Desporto de Natureza: Capacidade de Carga

A crescente procura por atividades ao ar livre e em espaços naturais provocou um aumento exponencial da ocupação dos mesmos, originando um problema ao nível dos limites de utilização adequados, especialmente em Áreas Protegidas. Assim, desde o início dos anos 60, começou a aplicar-se o conceito de capacidade de carga às atividades de recreio (Brown, Koth, Kreag & Weber, 2006; Monteiro, 2010). Este conceito não foi, desde logo, considerado como componente relevante para o planeamento e gestão em espaços ao ar livre. A partir dos anos 50, nos Estados Unidos da América, em consequência do exponencial aumento de visitas em Áreas Protegidas, realizaram-se as primeiras tentativas de controlo dos impactes dos visitantes (Manning, 1999). A preocupação com o limite máximo de visitantes em determinado local constituiu-se, inicialmente, como fundamento dos procedimentos de determinação da Capacidade de Carga. Contudo, identificou-se a necessidade de uma mudança concetual, passando a considerar-se as componentes biológicas e sociológicas na experiência da recreação (Wagar, 1964). Já não bastava efetuar o controlo do número de visitantes que um determinado espaço poderia albergar, era necessário observar outras variáveis como a “expectativa da experiência” e o

“comportamento do público”, as quais não eram tidas em consideração (Trigo, 2003).

Wackernagel e Rees (1996) abordam o conceito de capacidade de carga como sendo o número máximo de visitantes em simultâneo num determinado espaço, não provocando a diminuição da recuperação das condições físicas, ecológicas, económicas e culturais deste e, ao mesmo tempo, sem reduzir a qualidade da experiência dos visitantes.

Pires (2005), alude que o conceito de capacidade de carga poderia ser descrito como *“a capacidade que um determinado meio ou ambiente possui para suportar o afluxo de visitantes e turistas sem perder as características de sua originalidade ou ter ameaçada a sua integridade”*. Mediante este conceito, o mesmo autor refere a ideia da inevitabilidade do impacto humano causado sobre o espaço, assim como a noção de que esse mesmo espaço poderá tolerar alterações que não comprometam a sua originalidade ou integridade.

A OMT (2001) refere ainda que a capacidade de carga *“é o máximo de uso que se pode fazer dele (território), sem que causem efeitos negativos sobre os seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que produza efeito adverso na comunidade recetora, a economia ou cultura local.”*. Pela definição é possível observar que esta ferramenta pode ser aplicada a diversas variáveis: ecológica, social e ambiental

A capacidade de carga tornou-se, desta forma, numa metodologia que aborda os campos da avaliação, monitorização e gestão dos visitantes num determinado espaço, assentes em princípios das ciências biológicas e das ciências sociais (Magro, 1999).

Foram assim, desenvolvidas diversas metodologias de gestão de Áreas Protegidas contemplando, além do número de visitantes e dos seus impactes, ações de mitigação dos impactes negativos (Brown *et al*, 2006). Neste contexto, os estudos sobre a Capacidade de Carga devem privilegiar a definição de *“um nível de visitação inicial desejável – em geral com uma margem de segurança considerável – e a definição de parâmetros e indicadores para o monitoramento*

do processo, que deve prever ajustes periódicos em função dos impactos verificados” (Maciel, Paolucci & Ruschmann, 2008).

No contexto turístico, a sustentabilidade das atividades por via da preservação e conservação das infraestruturas, recursos e produtos de um local é garantida através da monitorização e cumprimento da capacidade de carga (Costa, 2006).

De acordo com Maciel *et al.* (2008), atualmente, grande parte das metodologias utilizadas para a aferição da capacidade de carga turística em espaços naturais englobam quatro esferas de componentes em diferentes medidas: componentes biofísicos, arrolados aos recursos naturais; componentes socioculturais, que tomam em consideração os impactes do turismo sobre a população local; componentes psicológicos dos visitantes, relacionados com o número máximo de visitantes para os quais um determinado espaço está preparado para proporcionar uma experiência satisfatória em termos turísticos e recreativos, num determinado período de tempo; componente de manuseamento e gestão, referente, segundo os mesmos autores, “ao nível de visitação que pode ser controlado numa determinada área, e está relacionado com a disponibilidade de infraestrutura e de recursos humanos para a gestão da área em questão”.

Segundo Prato (2001, 2003), a capacidade de carga pode ser avaliada através de variadas metodologias, tais como a *Limits of Acceptable Change* (LAC), a *Recreational Opportunity Spectrum* (ROS) a *Visitor Impact Management* (VIM), a *Visitor Experience and Resource Protection* (VERP) e a *Multiple Attributes Scoring Test for Capacity* (MASTEC). Esta última abrange elementos dos três métodos anteriormente referidos (Prato, 2003).

O método LAC é um sistema específico que se baseia nos requisitos desejáveis para um determinado espaço, medindo os impactes do turismo. Foi desenvolvido em 1985 por uma série de investigadores do United States Forest Service devido à necessidade eminente de planear atividades recreativas em áreas naturais (Mitraud, 2003). Esta metodologia é aplicada para aferir se os objetivos para amenizar estes impactes estão a ser alcançados (Alves, Rodrigues & Carvalhinho, 2013). As principais preocupações são: o tipo de impactes, a

gravidade, prevalência e extensão dos mesmos e a sua percetibilidade para os visitantes (Stankey, Cole, Lucas, Peterson & Frissel, 1985).

A ROS surge no âmbito da existência de zonas diversas com características das múltiplas no interior das áreas naturais protegidas. O grande objetivo desta ferramenta é o de promover uma diversidade recreativa, através de um conjunto de possibilidades para os utilizadores. Visa procurar um equilíbrio entre a qualidade das experiências da visita e os objetivos de preservação através da utilização das técnicas de zonamento (dividir por zonas específicas). Surge na década de 70 tendo como autores Clark e Stankey. Os fatores que determinam o zonamento para esta ferramenta baseiam-se na qualidade e são: (1) qualidade dos atrativos naturais; (2) a qualidade do uso recreativo, abrangendo tipos e níveis de uso; (3) qualidade do modelo de gestão, incluindo o desenvolvimento de infraestruturas, serviços, acessibilidade e regulamentos (Stankey e Clark 1979, cit. em Geldenhuys, 2004).

Após a avaliação destas características deve proceder-se ao zonamento da AP, numa escala que pode variar em seis níveis de gestão. O primeiro designa-se como “Primitivo” onde o ambiente é quase inalterado e não existe visita ou utilização, desta forma o nível de gestão será baixo, sendo o objetivo principal o de que o local permaneça livre da visita humana. O segundo nível apresenta características inalteráveis em termos ambientais e de baixa utilização e designa-se como “Semi- primitivo não monitorizado”. A gestão aplica restrições e controlos, por exemplo sendo uma zona quase primitiva não é permitido o tráfego de veículos motorizados. O terceiro é idêntico ao referido anteriormente, contudo permite já a utilização de veículos, já que devem existir caminhos. A partir do quarto nível a presença humana começa a aumentar. A zona “Natural” permanece inalterada mas existem visitas frequentes existindo já modificações dos recursos e utilizações práticas mas em harmonia com o meio natural. No quinto nível temos a “Rural” com uma frequência de utilização moderada ou alta possuindo infraestruturas que incluem parques de estacionamento. As modificações dos recursos e utilização prática são indicados para atividades recreativas. Por último temos a zona “Urbana” onde se destaca a presença humana elevada tanto na própria AP quanto na sua envolvente, tendo acesso a uma quantidade de infraestruturas sendo a modificação dos recursos e utilização

prática adequadas para as atividades recreativas. (Moscardo, Ormsby, Pearce, e Foxiee, 2004)

O método VIM, originado a partir dos princípios da lógica do LAC, assenta fundamentalmente no estabelecimento de níveis diferentes de impactes e de tipos de gestão, dependendo do espaço e do tipo de atividade realizada. A determinação destes impactes pode dever-se às condições naturais, expectativas do visitante, fatores sociais e clima (Campos, 2011). O VIM foca-se na identificação de relação entre o impacto e os padrões de visitação, tendo como ferramenta indicadores físicos, biológicos e sociais.

O método VERP é mais abrangente e baseia-se na valoriza o da qualidade dos recursos e na qualidade da experiência do visitante (Pires, 2005). Esta metodologia posiciona o visitante como um elemento da gestão de uma  rea Protegida (Monteiro, 2010).

Os métodos referenciados são os mais comuns e mais frequentemente utilizados na determina o da capacidade de carga em áreas protegidas (Cline, Sexton & Stewart, 2007).

Relativamente ao método MASTEC, Prato (2001; 2003) considera duas vertentes de capacidade de carga para as áreas protegidas: a vertente ecológica e a vertente social. Sendo ultrapassada a capacidade de carga de um espaço, o risco de alterações irreversíveis no ecossistema aumenta, colocando em causa a subsistência das espécies que aí habitam (Alves *et al.*, 2013).

Maciel *et al.* (2008) admitem ainda a possibilidade de efetuar a distin o entre dois tipos de metodologia, utilizando, cada um deles, abordagens bastantes diferentes. Por um lado, os métodos de capacidade de carga e padrão numérico, que definem padrões de densidade e ocupa o de espaços turísticos em termos quantitativos, procurando alcançar um resultado numérico como é, por exemplo, o número máximo de visitantes numa área num determinado período de tempo. O método Cifuentes, desenvolvido pela Funda o Neotrópica da Costa Rica, integra-se nesta categoria e determina três níveis consecutivos para determinar a capacidade de carga: a capacidade de carga física, que estabelece a avalia o da área disponível e do espaço que é ocupado por cada visitante; a capacidade

de carga real, referente à aplicação de índices de correção quantificadores de fatores relativos a fragilidades ambientais; e a capacidade de carga efetiva, que engloba a disponibilidade de recursos operacionais e infraestruturas. Cada um destes níveis reproduz uma capacidade corrigida em relação à anterior.

Por outro lado, os modelos de gestão do uso público em áreas naturais protegidas, que incluem metodologias que pretendem determinar níveis de impacte desejáveis e normas de manuseamento para condições flexíveis e flutuantes de visitação, dando ênfase à monitorização contínua dos impactes. Contudo, a diversidade das variáveis envolvidas, a complexidade da dinâmica dos processos naturais e sociais e a subjetividade da perceção do visitante relativamente à qualidade da sua experiência, tornam um pouco ambígua a determinação da capacidade de carga de um espaço. Este tipo de estudos é, acima de tudo, “fundamental tanto no planeamento das atividades turísticas e de recreação como na avaliação de propostas de utilização de espaços naturais e no monitoramento dos seus impactos” (Maciel *et al.*, 2008).

As metodologias para a determinação da capacidade de carga são similares, apenas com algumas diferenças, contudo, não existe um método específico único nem um consenso quanto ao método a aplicar, devido à dificuldade de estabelecer padrões de aplicação credíveis para qualquer realidade ambiental e sociocultural (Monteiro, 2010). A aplicação do método varia de acordo com o tipo de atividades a realizar, com os valores naturais e com a forma de gestão da área protegida.

Bahia (2008) afirma que grande parte dos impactes provocados pela prática de atividades de desporto de natureza são de diminuta intensidade. No entanto, os espaços onde estas atividades são praticadas, o número de praticantes e o nível de formação dos técnicos que asseguram a sua prática são fatores determinantemente influenciadores da intensidade destes impactes.

Quando a capacidade de carga é ultrapassada, o risco de ocorrerem modificações irreversíveis no ecossistema aumenta exponencialmente, podendo exasperar, por exemplo, a perda de algumas espécies de plantas, comoções na vida selvagem ou erosão dos solos (Alves *et al.*, 2013). “Contudo, hoje em dia,

aceita-se que a capacidade de carga não é um tratamento para todos os males mas sim uma importante componente da gestão do recreio e lazer, se for usada de maneira apropriada.” (Monteiro, 2010)

2.4.3 Aspetos a considerar na escolha de locais de prática de atividades de desporto de natureza

Um potencial praticante de atividades de desporto natureza e turismo ativo, consoante a atividade que pretende praticar, tem ao seu dispor diversos locais de prática. Segundo Costa (2006), os principais aspetos a considerar aquando desta escolha, incluem: as acessibilidades e os meios de transporte disponíveis; a beleza paisagística e a segurança (incluindo facilidade de resgate em caso de emergência), tanto para os praticantes como para possíveis espetadores. Neste contexto, outros fatores motivadores determinantes da escolha são também o estado de conservação e limpeza dos locais de prática, assim como a possível geração de impactes ambientais.

É essencial que estas áreas possam ser avaliadas e geridas por profissionais especializados em diferentes atividades e que estes possam também ser capazes de minimizar não só os impactes ambientais mas também os potenciais impactes sociais. Estes últimos podem decorrer da relação fragmentada entre a população local e os praticantes. Sobretudo, os praticantes devem ser capazes de respeitar as características culturais da comunidade de acolhimento (Machado, 2005).

Para a prática das diversas modalidades, Costa (2006) desenvolveu um estudo baseado em entrevistas a diversos praticantes, utilizadores e empresas, chegando à conclusão de quais seriam os principais aspetos a considerar para a prática de algumas modalidades, tais como a escalada, o rapel e o *trekking*, assim como para o BTT.

O autor apresenta os três fatores determinantes para a escolha de um local para a prática de escalada, rapel e *trekking*, sendo eles; i) o nível de conservação

ambiental; ii) a segurança (especialmente destacada a proximidade da comunidade local por razões de socorro urgente); iii) e a autorização prévia para a utilização do espaço de prática. Já para o BTT, o autor destaca que o aspeto principal considerado pelos praticantes será a existência de caminhos e/ou trilhos que possibilitem a prática. O nível técnico da escolha dos trilhos dependerá do nível dos praticantes. A prática desta modalidade não reúne consenso quanto ao seu impacte ambiental.

2.5 Metodologia

A realização da análise dos espaços da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto identificados com potencial para a prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo foi efetuada com recurso à pesquisa de informação, observação e recolha de dados no terreno e ao contato com os Municípios do Cadaval e de Alenquer. Pretende ser um contributo para a deteção de situações irregulares que possam colocar em causa a segurança dos praticantes e para a constituição de um registo de avaliação das características dos locais de prática.

Foram analisados quatro percursos pedestres, marcados na sua totalidade: o Trilho Quinta da Serra, o Trilho da Biodiversidade, o Trilho dos Currais e Calçada e o Trilho dos SS, ainda que não homologados segundo as normas da Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. A pesquisa documental e os contatos efetuados com os Municípios do Cadaval e de Alenquer indicaram-nos, inicialmente, a existência de onze percursos pedestres. No entanto, após verificação no terreno constatámos que apenas os percursos acima referidos estavam sinalizados, o que nos levou a optar apenas pela análise destes.

Foram igualmente analisados dois locais de Escalada, denominados de Montejunto Velho – Penha do Meio Dia e Montejunto Novo – Penha / Escarpa do Relvio, contendo o primeiro seis setores e o segundo dois setores de prática desta modalidade.

Verificámos que a informação que possuíamos em relação aos locais de prática das restantes modalidades era insuficiente e pouco credível que nos permitisse caracterizar e analisar os mesmos.

Para efetuar a análise dos percursos pedestres referidos foi utilizada, para cada percurso, uma ficha de caracterização e uma ficha de avaliação. A primeira constitui-se como um instrumento que tem como intuito a caracterização dos percursos pedestres em três áreas fundamentais: a **ficha técnica do percurso**, a qual pressupõe a recolha de informações de localização e do trilho pedestre (tipo de solo, desnível, extensão, duração, localização, tipo de percurso, pontos de referência, pontos de água potável, sinalética, condicionantes, entidade responsável pela abertura do trilho, entidade gestora, população-alvo, capacidade máxima e altimetria); a segunda área prende-se com a **caracterização do espaço envolvente** (principais acessos rodoviários, extensão da área envolvente, acesso ao trilho, tipo de vegetação envolvente, fauna dominante, relevo, infraestruturas de apoio, outras atividades possíveis de praticar e elementos culturais/naturais de interesse); a terceira área é referente às **características de segurança** (sinalização, acessibilidade a centros e/ou equipas de socorro, condições climatéricas, controlo técnico e pedagógico do espaço e meios de comunicação).

A ficha de avaliação dos percursos pedestres tem por objetivo permitir a avaliação dos mesmos, no que concerne à existência de problemas e à dificuldade para a sua resolução. A avaliação é realizada pela atribuição de três níveis de apreciação associados a cada uma das variáveis consideradas e através do valor (em quilómetros), em termos de distância percorrida no percurso, onde o problema se verifica. As grandes áreas de avaliação são respeitantes ao **trajeto** (percurso facilmente identificável, obstáculos a impedir o caminho, visibilidade do percurso e cruzamento de percursos), **marcação e sinalética** (desgaste na coloração da sinalética, sinalética danificada, necessidade de sinalética, sinalética incorreta, outras), **conservação do meio** (existe lixo ao longo do percurso, existem danos evidentes em árvores ou outro tipo de vegetação adjacente ao trilho, problemas de drenagem, depósitos para lixo, existência de trilhos secundários, outros), e a **segurança do percurso**

(perigo de queda de pedras, perigo de queda de árvores, exposição à queda, animais selvagens, obras de proteção, indicação de zonas perigosas, outros).

Relativamente aos locais de prática de Escalada desta área protegida, foi aplicada uma ficha de caracterização e uma ficha de avaliação específicas para cada setor de Escalada. Com a aplicação da primeira ficha referida, pretendeu-se caracterizar os setores/vias de Escalada existentes, mediante três parâmetros: **caracterização do espaço envolvente** (localização, principais acessos rodoviários, acessibilidade à parede, extensão da área envolvente), **caracterização específica do espaço de Escalada** (altitude, coordenadas, vertentes de prática, condicionantes, entidade gestora, paredes de escalada), e **características de segurança** (sinalização, capacidade de carga do espaço envolvente, acessibilidade a centros e/ou equipas de socorro, condições climatéricas, controlo técnico e pedagógico do espaço, meios de comunicação).

Quanto à ficha de avaliação dos setores de Escalada, esta está dividida em duas componentes:

- Avaliação do setor e espaço envolvente - é realizada através da atribuição de três níveis de apreciação associados a cada uma das variáveis consideradas, do valor (em metros), em termos de distância percorrida, no caso da primeira dimensão em análise (trilho de acesso), onde o problema se verifica e do número da via mais próxima/onde o problema se verifica. As dimensões englobadas nesta componente referem-se ao **acesso ao setor de Escalada** (percurso facilmente identificável, obstáculos a impedir o caminho, visibilidade do percurso e cruzamento de percursos), **marcação e sinalética** (desgaste na coloração da sinalética, sinalética danificada, necessidade de sinalética, outras), **conservação do meio** (existe lixo nas zonas de escalada, existem danos evidentes em árvores ou outro tipo de vegetação nas zonas de escalada existem danos evidentes na vegetação das vias de escalada, depósitos para lixo, existência de rochas claramente danificadas, outros), e a **segurança dos setores** (perigo de queda de pedras, exposição à queda, animais selvagens, indicação de zonas perigosas, outros);

- Avaliação dos equipamentos fixos das vias – **certificação** (sim ou não) dos equipamentos, **adequação** dos equipamentos utilizados, **conservação** e estado dos equipamentos (esta avaliação deverá ser efetuada de duas formas distintas, visual e quinestésica).

As fichas adaptadas para recolher os dados foram previamente utilizadas e validadas noutros estudos (Brandão, 2011; Carvalhinho & Rosa, 2012; Pereira, Canhoto, Mateus, Rosa & Carvalhinho, 2012; Rosa, Raimundo, Sanz, Silveira & Carvalhinho, 2012; Carvalhinho & Rosa, 2013). Segundo estes autores, o processo de construção e validação obedeceu aos seguintes passos:

- Elaboração da primeira versão segundo o conhecimento teórico-prático e revisão bibliográfica acerca do tema;
- Revisão efetuada por três especialistas, os quais sugeriram modificação de algumas questões estruturais e de compreensão das fichas;
- Elaboração da segunda versão, tendo em consideração as recomendações efetuadas;
- Primeira aplicação piloto das fichas no terreno, efetuada por observadores (n=3);
- Segunda aplicação piloto das fichas no terreno, após duas semanas, efetuada pelos mesmos observadores;
- Verificação da fidelidade intra e inter observadores;
- Produção da versão final das fichas.

A recolha dos elementos foi efetuada através de levantamentos *in situ* pelo investigador e do preenchimento das fichas de caracterização e de avaliação para cada local, com indicadores relevantes, e da consulta às entidades responsáveis pela gestão da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto.

2.6 Resultados

Os resultados da caracterização e avaliação dos locais de prática de desporto de natureza identificados foram obtidos individualmente, tomando em consideração os dados recolhidos de acordo com a metodologia anteriormente descrita.

2.6.1 Escalada

Segundo Go (2014), consta-se que a Serra de Montejunto foi descoberta para a prática de Escalada por um famoso escalador de *big walls* catalão chamado Nifo, mais conhecido por Pep Massip, e também por Paulo Gorjão, nos últimos anos da década de oitenta. Os seus nomes foram deixados em duas das mais emblemáticas vias de escalada desta paisagem protegida, juntamente com os nomes das suas companheiras: Isapaulo e Natanifo.

Na base do setor Eucaliptus podemos identificar uma data escrita na cola das tiges, indicativa do primeiro período de equipamento das vias de escalada – 09 de setembro de 1989, o que faz prever que se pratica Escalada na PPSM há cerca de vinte e cinco anos. Os principais responsáveis pelo equipamento das vias aqui existentes foram o Paulo Gorjão, Pep Massip, Emílio, António e Luís Fernandes (Go, 2014).

Um dos locais identificados para a prática de Escalada é o local de **Montejunto Velho – Penha do Meio Dia**. Encontra-se situado na freguesia de Lamas, concelho do Cadaval. Aqui podemos observar seis setores de Escalada: Isapaulo, Eucaliptus, Música no Coração, Natanifo, Impressões Digitais e Cogumelo Mágico. Os principais acessos a este local são, a norte, a Estrada Nacional nº 115-1 até Pragança, seguindo posteriormente pela Rua 1º de Dezembro, e a sul, a Estrada Nacional nº 115 até Vila Verde dos Francos, seguindo depois pela Rua de Montejunto (GoogleMaps, 2014).

A acessibilidade a estes setores é efetuada por carreteiros com um tipo de solo pedregoso e rochoso e um desnível médio.

A distância a percorrer desde a estrada mais próxima até ao local são cerca de cento e cinquenta metros, demorando em média 10 minutos a percorrer este trajeto. Este tempo de percurso deve-se à dificuldade do acesso e à inclinação do terreno. É um local que está disponível para a prática de Escalada entre os meses de agosto e dezembro, estando nos restantes meses, condicionada a sua prática devido à nidificação de aves neste local.

O tipo de vegetação que circunda este local e o acesso ao mesmo é herbácea (até 20 centímetros de altura) e arbustiva (até 5 metros de altura). O relevo é montanhoso, sendo superior a 40%.

A fauna aqui dominante é o corvo, o peneireiro e o andorinhão, sendo espécies que nidificam neste local.

Neste espaço não se encontram quaisquer infraestruturas de apoio à prática, tais como balneários, café, restaurante ou zona para estacionamento. Podemos usufruir destas instalações junto ao Centro de Interpretação Ambiental, a cerca de 1,5 quilómetros, com exceção do restaurante.

A altitude mínima possível de escalar é de 398 metros, onde fica situado o setor de Escalada “Isapaulo”. A altitude máxima é de 480 metros, que corresponde ao setor “Cogumelo Mágico”.

A vertente de prática de Escalada nos setores situados no Montejunto Velho – Penha do Meio Dia é a Escalada Desportiva. Esta consiste em escalar vias equipadas com pontos fixos de segurança intermédios, permitindo assim, ao praticante concentrar-se essencialmente no movimento corporal e na técnica de progressão para a superação da dificuldade. Neste tipo de Escalada procura-se, acima de tudo, progredir até ao topo das vias sem repousar no material, levando-nos ao conceito de encadeamento de uma via, o qual se refere à capacidade de realizar uma via até ao topo sem qualquer recurso a materiais auxiliares para repouso ou progressão (Hoffman, 1993; Long, 1995; Sherman, 1998; Hanting, 1998; Schuster, Thompson & Hammit, 2001).

A entidade responsável pela gestão deste local pertence ao setor público. No entanto, esta não possui um croqui dos setores de prática de Escalada nem mesmo nenhum livro ou panfleto alusivo aos mesmos.

A rocha aqui presente é do tipo calcário, na qual foram instalados alguns equipamentos homologados para a prática de Escalada, tais como plaquetes, tijes e tops. Neste espaço podemos encontrar vias com inclinação positiva, vertical ou negativa, variando o seu grau de dificuldade entre o 4+ e o 7b+, conforme podemos verificar na seguinte tabela.

Tabela 2.1 – Número de vias de cada setor e respetivo grau de dificuldade

		Nº de vias por grau de dificuldade												
Setor		4+	5a	5c	6a	6a+	6b	6b+	6c	6c+	7a	7a+	7b	7b+
Montejunto Velho	Isapaulo						1	1	1					
	Eucaliptus	1	1		1		1	1						
	Música no Coração			3	1	1		1						
	Natanifo				1	3	1	1	3		2	3	2	1
	Impressões Digitais									1				
	Cogumelo Mágico						1							

Como se pode verificar, existe uma grande variedade de vias com graus de dificuldade diferente, o que permite a prática a pessoas com distintos níveis de experiência. No entanto, conforme podemos constatar na tabela 2.2 estes setores são mais propícios à prática de Escalada por parte de jovens e adultos já com algum conhecimento e que pretendam desenvolver e aperfeiçoar o seu nível técnico de prática desta modalidade. Este não é um local de prática adequado por parte de crianças ou populações especiais, pois o acesso à parede é de uma dificuldade elevada e o grau de complexidade de execução das vias não permite a prática ao nível da iniciação.

Tabela 2.2 – Localização e principais características técnicas de cada setor do Montejunto Velho – Penha do Meio Dia

Setor	Coordenadas	Nº de tops	Nível de dificuldade/prática	População- alvo	
Montejunto Velho	Isapaulo	9°03.449'W 39°11.551'N	3	Desenvolvimento/ Aperfeiçoamento	Jovens; Adultos
	Eucaliptus	9°03.436'W 39°11.539'N	2	Iniciação / Aprendizagem; desenvolvimento/ Aperfeiçoamento	Jovens; Adultos
	Música no Coração	9°03.436'W 39°11.539'N	4	Iniciação / Aprendizagem; desenvolvimento/ Aperfeiçoamento	Jovens; Adultos
	Natanifo	9°03.456'W 39°11.513'N	9	Desenvolvimento/ Aperfeiçoamento; Avançado	Jovens; Adultos
	Impressões Digitais	9°03.448'W 39°11.489'N	1	Desenvolvimento/ Aperfeiçoamento	Jovens; Adultos
	Cogumelo Mágico	9°03.433'W 39°11.472'N	1	Desenvolvimento/ Aperfeiçoamento	Jovens; Adultos

No que respeita ainda à caracterização destes setores, verificamos que os mesmos não possuem qualquer limitação correspondente à capacidade máxima de praticantes. A entidade gestora não controla este facto, o qual nos parece de extrema importância para a sustentabilidade desta área.

Não existe, também, qual quer informação acerca da entidade que efetuou a equipagem das vias, nem da data da última equipagem, o que pode conferir alguma “desconfiança” por parte dos praticantes, algumas dúvidas no que respeita à certificação dos materiais e criar algumas dificuldades no que respeita aos tempos de vida e à conservação dos mesmos.

A aplicação da ficha de avaliação dos setores de escalada permitiu-nos efetuar uma análise destes espaços e identificar a existência de problemas e a dificuldade da sua resolução. A avaliação dos setores do Montejunto Velho – Penha do Meio Dia e do espaço envolvente possibilitou-nos detetar alguns problemas, nomeadamente a já referida dificuldade de acessibilidade à parede. O percurso não é facilmente identificável sendo este um problema que se poderá

resolver através da entidade gestora com recurso a equipamentos mecânicos específicos. Da mesma forma, os obstáculos que se encontram ao longo do acesso à parede, tais como rochas e árvores devem ser removidos dos locais. Será importante esta entidade definir um acesso único ao local e conservá-lo ao longo de todo o ano, de modo a minimizar os impactes ambientais que podem ser causados pelos praticantes através da passagem desordenada pelo meio da vegetação.

A visibilidade do percurso de acesso é má, o que poderá limitar o acesso de praticantes. Relativamente à marcação e sinalética, denotamos uma séria degradação e danificação da única sinalética existente no local, facto que deverá ser resolvido pela entidade gestora com recurso a meios específicos. A par disto, existem também alguns locais que requerem a necessidade de sinalização, tais como na indicação do acesso à parede ou croqui informativo das vias.

Quanto à conservação do meio não verificámos a existência de qualquer problema, nomeadamente lixo nas zonas de escalada ou danos evidentes em rochas, árvores ou outro tipo de vegetação nas zonas e vias utilizadas para a prática. Do mesmo modo, não identificámos problemas no que respeita à segurança dos setores, tais como o perigo de queda de pedras, animais selvagens ou exposição involuntária à queda, não sendo, contudo, necessária indicação de zonas perigosas através de sinalética.

Outra componente tomada em consideração na avaliação dos setores de escalada foi a avaliação dos equipamentos fixos das vias. Nesta componente foram avaliados três aspetos fundamentais: a certificação/homologação dos equipamentos, a sua adequação à função específica que desempenha e o estado de conservação dos equipamentos.

Verificámos, nesta área, que existem trinta e três vias equipadas e a grande maioria das vias estão equipadas com plaquetes e pernos, havendo apenas algumas equipadas com tiges. Estes são materiais devidamente certificados e adequados à sua função específica para o fim a que se destinam. Encontram-se em bom estado de conservação e, por isso, passíveis de serem utilizados para a prática de escalada. Os tops instalados encontram-se também em boas

condições de conservação, são adequados e estão certificados, levando-nos a crer que estas vias terão sido (re)equipadas recentemente.

Outro local identificado para a prática de Escalada é o local denominado por **Montejunto Novo – Penha/Escarpa do Relvio**. No que respeita à caracterização do espaço envolvente, esta área encontra-se localizado na freguesia de Lamas, concelho do Cadaval. Os principais acessos rodoviários são, a norte, a Estrada Nacional nº 115-1 até Pragança, seguindo posteriormente pela Rua 1º de Dezembro, e a sul, a Estrada Nacional nº 115 até Vila Verde dos Francos, seguindo depois pela Rua de Montejunto (GoogleMaps, 2014). Neste local podemos identificar dois setores de Escalada: Anões e Dementes.

A acessibilidade a estes dois setores efetua-se percorrendo uma distância de cerca de cinquenta metros, durante cinco minutos, com um desnível médio, através de carreiros com um tipo de solo pedregoso e rochoso. Estes carreiros encontram-se bem definidos, por força do pisoteio e destruição da vegetação por parte dos praticantes que regularmente ali passam, sendo fácil identificá-los.

O tipo de vegetação que se encontra neste local e respetivo acesso ao mesmo é herbácea (até 20 centímetros de altura) e também arbustiva (até 5 metros de altura), mas em menor quantidade. O relevo é montanhoso, sendo superior a 40%.

A fauna dominante é a mesma que foi referida para o Montejunto Velho – Penha do Meio Dia. No entanto, esta não é uma área de nidificação de aves, sendo assim, possível praticar Escalada durante o ano inteiro.

Junto à zona de Escalada do Montejunto Novo – Escarpa/Penha do Relvio também não se encontram quaisquer infraestruturas de apoio à prática. Instalações como café, balneários ou zona para estacionamento podem ser encontradas e utilizadas junto ao Centro de Interpretação Ambiental, que fica situado a cerca de 1 quilómetro deste local.

No que respeita à caracterização específica do espaço de Escalada verificamos que é um local que se destina à prática de Escalada Desportiva, sem

condicionantes de prática. Os setores situam-se a uma altitude de 514 metros, são geridos pelo setor público e podem ser utilizados durante o ano inteiro. Verificámos ainda que a entidade gestora não possui um croqui, livro ou panfleto alusivos a estes setores de Escalada.

A parede é constituída por rocha calcária, na qual foram colocados equipamentos homologados para a prática de Escalada. No setor Anões encontramos tops e tijes colocados na rocha, enquanto que no setor Dementes as vias estão equipadas com plaquetes e tops. Nestes dois setores podemos encontrar vias com inclinação vertical e negativa. A tabela 2.3 demonstra o número de vias por graus de dificuldade que podemos encontrar nestes dois setores:

Tabela 2.3 - Número de vias de cada setor e respetivo grau de dificuldade

		Nº de vias por grau de dificuldade														
Setor		3+	4	4+	5ª	6a	6a+	6b	6b+	6c	7a	7b	7b+	7c	7c+	8a
Montejunto	Anões							1	1		1	1	1	2	1	
	Novo															
	Dementes	1	1	1	1	1	3	2	1	3	1	4	3	1		1

Como podemos aferir, existe uma grande variedade de vias com graus de dificuldade diferente, sendo que consideramos que o setor Anões, pelo grau de dificuldade das suas vias, se destina à prática de Escalada por parte de jovens e adultos com algum conhecimento e experiência sobre esta modalidade e que pretendam desenvolver e aperfeiçoar o seu nível técnico. O setor Dementes é muito mais diversificado, podendo englobar diversos tipos de população-alvo. Aqui, temos vias adequadas para a iniciação/aprendizagem, vias adequadas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento e vias destinadas a um nível avançado. Assim, sendo este um local multifacetado, pode acolher diversos tipos de população, tais como crianças, jovens ou adultos. Devido ao mau acesso até à parede, este não é um local adequado para receber populações especiais, principalmente pessoas com mobilidade reduzida.

Tabela 2.4 – Localização e principais características técnicas de cada setor do Montejunto
Novo – Penha/Escarpa do Relvio

Setor		Coordenadas	Nº de tops	Nível de dificuldade/prática	População- alvo
Montejunto Novo	Anões	9°04.346'W	6	Desenvolvimento/ Aperfeiçoamento; Avançado	Jovens;
		39°10.612'N			Adultos
	Dementes	9°04.346'W	19	Iniciação / Aprendizagem; desenvolvimento/ Aperfeiçoamento; Avançado	Crianças;
		39°10.612'N			Jovens; Adultos

À semelhança da área do Montejunto Velho – Penha do Meio Dia, verificamos também que o Montejunto Novo – Escarpa/Penha do Relvio não possui qualquer limitação correspondente à capacidade máxima de praticantes. Tal facto pode condicionar de forma significativa, a sustentabilidade deste espaço, podendo mesmo atingir contornos irremediáveis.

Não existem informações acerca da data da equipagem das vias nem sobre a entidade/equipador que efetuou estes trabalhos. Reforçamos que esta falta de informação suscita alguma insegurança aos praticantes no que respeita à certificação e correta colocação dos materiais e cria algumas dificuldades quanto à conservação dos mesmos.

Efetuando uma avaliação dos espaços de escalada no que concerne à existência de problemas e à dificuldade para a sua resolução constatámos que, no Montejunto Novo – Penha/Escarpa do Relvio, os acessos aos tops das vias não estão devidamente equipados nem possuem possibilidades de serem realizadas proteções expeditas. Detetámos também a falta de sinalizações referentes a zonas de perigo. Estes dois problemas podem ser resolvidos pela entidade gestora com recurso a equipamentos específicos.

No que respeita à avaliação dos equipamentos fixos das vias, tendo em conta a verificação dos aspetos de certificação/homologação dos equipamentos, de adequação à função específica que desempenha e do estado de conservação

constatámos que, no setor “Anões” as vias estão, essencialmente, equipadas com tiges. Estes equipamentos não são certificados, no entanto, são adequados e encontram-se em bom estado de conservação.

Dos seis tops instalados neste setor, todos são certificados e adequados à função específica a que se destinam, mas dois encontram-se em mau estado de conservação, não se encontrando nas condições necessárias que permitam a sua utilização.

Por outro lado, no setor “Dementes” as vias de escalada estão equipadas com plaquetes e pernos. Estes são materiais devidamente certificados e em bom estado de conservação, o que nos leva a concluir que este setor foi (re)equipado recentemente. São equipamentos adequados para o tipo de atividade a que se destinam.

Encontrámos, no entanto, além de serem certificados, três tops em mau estado de conservação, havendo a necessidade imediata de os substituir. Os restantes tops apresentam boas condições de conservação, podendo ser utilizados.

De uma forma geral, dentro dos parâmetros analisados, o espaço do Montejunto Novo –Penha/ Escarpa do Relvio apresenta boas condições para a prática de escalada.

2.6.2 Percursos Pedestres

A análise dos percursos pedestres foi efetuada através da aplicação de uma ficha de caracterização, a qual nos permitiu recolher informações técnicas acerca de cada percurso, a caracterização do espaço envolvente e as características relacionadas com a segurança.

Foi também aplicada uma ficha de avaliação na qual se consideraram aspetos relacionados com o trajeto dos percursos, a marcação e sinalética, a conservação do meio e a segurança do percurso.

Os percursos pedestres analisados, como já foi referido, foram quatro: o Trilho da Biodiversidade, o Trilho Quinta da Serra, o Trilho dos Currais e Calçada e o Trilho dos SS, percursos pedestres estes sinalizados.

Estes percursos possuem algumas características que são comuns entre si. Todos eles se realizam dentro da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, logo, as informações de localização são idênticas: esta região encontra-se situada na Freguesia de Lamas, concelho do Cadaval, distrito de Lisboa. Os principais acessos rodoviários são os mesmos, a norte, a Estrada Nacional nº 115-1 até Pragança, seguindo posteriormente pela Rua 1º de Dezembro, e a sul, a Estrada Nacional nº 115 até Vila Verde dos Francos, seguindo depois pela Rua de Montejunto (GoogleMaps, 2014). No que respeita às condições climáticas, a temperatura média do ar varia entre os cerca de seis graus centígrados no inverno e os vinte e cinco graus centígrados no verão. Ao longo de todo o ano o vento dominante vem de norte, o nevoeiro é frequente, proporcionando uma visibilidade média.

Concomitantemente, todos eles são percursos pedestres do tipo circular e possuem pontos de partida e de chegada comuns. Todos eles começam e acabam junto ao Centro de Interpretação Ambiental da Serra de Montejunto tomando, depois, trajetos diferentes.

A entidade responsável pela abertura dos trilhos é o Município do Cadaval, excetuando o Trilho da Biodiversidade, o qual foi implementado pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas, entidade que pertence, juntamente com os Municípios do Cadaval e de Alenquer, à Comissão Diretiva da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, entidade gestora desta área protegida. Em termos práticos, o controlo técnico e pedagógico do espaço é realizado pelo Município do Cadaval e pela PPSM.

As infraestruturas de apoio são também comuns a todos os percursos pedestres analisados. Junto ao ponto de partida e de chegada, os praticantes poderão usufruir dos balneários pertencentes ao Parque de Campismo, com chuveiros e instalações sanitárias. Existe também um café e estacionamento para cerca de trinta automóveis ligeiros e seis autocarros.

Além das características comuns, cada trilho possui as suas próprias características.

a) Trilho Quinta da Serra

Efetuada uma análise específica ao “Trilho Quinta da Serra”, verificámos que este é um percurso do tipo circular, com uma extensão de 4,8 quilómetros e que demora, em média, cerca de uma hora e meia a realizar. Este é efetuado por caminhos de terra e trilhos com um tipo de solo argiloso e pedregoso. Como pontos de referência ao longo deste percurso identificámos, desde logo, o Centro de Interpretação Ambiental da Serra de Montejunto, local de início e final do percurso e a passagem pelo Posto de Vigia pouco depois do quilómetro três. O percurso não possui qualquer condicionante, podendo ser realizado durante o ano inteiro.

No que respeita à sinalética, confirmamos que o percurso se encontra sinalizado na sua totalidade, no entanto, esta não é homologada pela entidade competente para o efeito, a Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal.

Podemos encontrar vários tipos de vegetação ao longo do percurso: herbácea, arbustiva e arbórea, sendo de destacar a predominância de vegetação herbácea abundantemente constituída por alecrim, o que permite visualizar paisagens fantásticas a longa distância. De referir também, a passagem por uma interessante zona arbórea de pinheiro-manso.

Relativamente às características de segurança deste percurso pedestre, atestámos que existe sinalização de aviso de perigo em dois locais, mas não existe sinalização sobre outras informações, tais como, pontos de interesse, mapa/croqui do trajeto, contactos das diversas entidades locais de segurança e emergência. Confirmámos ainda a inexistência de indicação da capacidade de carga o que, mais uma vez, poderá por em causa a conservação do meio envolvente.

No que concerne à avaliação das condições deste percurso pedestre e no que respeita aos aspetos do trajeto verificámos que o percurso é facilmente identificável para a sua realização e não identificámos a existência de obstáculos a impedir o caminho. Detetámos a existência de cruzamento deste trilho com uma parte do Trilho da Biodiversidade. No entanto, a marcação é bem explícita não suscitando nenhuma confusão relativamente ao percurso a seguir.

A marcação e sinalética, apesar de ser diferente daquela que é homologada pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal e de não ter sido efetuada por técnicos especializados nesta área, está correta. A informação que esta nos transmite ao longo de todo o percurso não se constitui incorreta nem confusa, encontrando-se em bom estado de conservação.

A conservação do meio é uma preocupação constante por parte dos funcionários afetos àquela Área Protegida, mantendo sempre os locais limpos. Não identificámos lixo ao longo do percurso nem danos evidentes na vegetação adjacente ao trilho. Todo o percurso se encontra bem delineado. Apenas detetámos, pontualmente, alguns problemas de drenagem do trilho os quais se refletem em poças de água, sendo este um problema que facilmente poderá ser resolvido com recurso a equipamentos específicos.

b) Trilho da Biodiversidade

O Trilho da Biodiversidade é um percurso do tipo circular, com uma extensão de 1,8 quilómetros. Este é um percurso diferente de todos os outros percursos analisados, pois engloba uma vertente pedagógica e de educação ambiental. Ao longo do trajeto podemos encontrar oito painéis informativos que possuem informação sobre a biodiversidade presente. Estes painéis contêm figuras e textos explicativos sobre a fauna e a flora predominante que pode ser observada durante a realização do percurso. É um projeto integrado na Rede de Estações da Biodiversidade / Rota de Monitorização da Biodiversidade, de âmbito Nacional (fonte: Município do Cadaval).

Este percurso é realizado por trilhos e caminhos com um tipo de solo essencialmente argiloso e pedregoso. A sinalização é própria, constituída por placas direcionais e informativas específicas, não correspondendo à sinalética homologada pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. Pode ser realizado durante o ano todo, privilegiando-se as visitas guiadas para uma melhor e mais eficaz sensibilização dos visitantes (fonte: Município do Cadaval). Consideramos ser um percurso muito fácil, possibilitando a sua realização por parte de qualquer tipo de população alvo. Não possui, contudo, informações sobre a capacidade de carga neste local.



Figura 2.1– Exemplo de sinalização colocada ao longo do Trilho da Biodiversidade

Analisando o trajeto implementado, constatamos que este percurso é facilmente identificável no sentido do praticante dar início ao mesmo sem qualquer problema. Este encontra-se perfeitamente desobstruído de obstáculos que possam pôr em causa a sua realização, tais como rochas, árvores, cercas ou cancelas, derrocadas, desabamentos, cursos de água ou outro. A visibilidade do trilho é boa, sendo facilmente identificável ao longo de todo o percurso.

Existe, como já foi referido anteriormente, uma interceção deste trilho com o Trilho Quinta da Serra e também com o Trilho dos Currais e Calçada mas que, pelas diferenças de sinalética, pela boa sinalização dos percursos e pelo seu bom estado de conservação, não gera nenhuma confusão relativamente ao trajeto a tomar.

O meio encontra-se bem conservado, com ausência de lixo, de danos evidentes em árvores ou outro tipo de vegetação adjacente, de problemas de drenagem ou outro tipo de situações. Este revela-se um percurso seguro, não tendo sido identificada nenhuma situação que possa constituir perigo para os praticantes, tais como a queda de pedras ou de árvores, animais selvagens perigosos ou zonas perigosas mal sinalizadas.

c) Trilho dos Currais e Calçada

O “Trilho dos Currais e Calçada” é um percurso que proporciona fantásticas paisagens da Serra de Montejunto e da região que a envolve, os diversos currais e a calçada dos Frades, caminho empedrado construído pelos mesmos que facilitava a sua deslocação às povoações mais próximas do convento. É um percurso que inicia e acaba junto ao Centro de Interpretação Ambiental da Serra de Montejunto, com uma extensão de cerca de seis quilómetros, do tipo circular e que demora, em média, cerca de duas horas a percorrer, sendo o solo do tipo pedregoso e rochoso. O ponto mais baixo deste percurso situa-se a uma altitude de 354 metros e o ponto mais alto atinge uma altitude de 551 metros. A sinalética distribuída pelo trilho não é homologada. Podemos encontrar todo o tipo de vegetação, contudo, a vegetação do tipo arbustivo é dominante ao longo deste trajeto.



Figura 2.2 – Placa de Sinalização de início do percurso do Trilho dos Currais e Calçada

Como infraestruturas de apoio, a par dos outros percursos pedestres analisados, encontramos as que estão adstritas ao Parque de Campismo (balneários masculinos e femininos com chuveiros e instalações sanitárias), o café junto ao Parque de Merendas e estacionamento que permite albergar vários automóveis e autocarros.

Os principais elementos culturais/naturais de interesse que podemos destacar ao longo do Trilho dos Currais e Calçada são a já referida Calçada dos Frades, o covão das Pias que, a par de outros covões, é um espaço de cultivo de produtos agrícolas para subsistência das populações locais, principalmente batata e couve portuguesa, os diversos currais por ali existentes e as maravilhosas paisagens que o percurso proporciona. Pode realizar-se durante o ano inteiro, sem qualquer restrição e não possui, tal como os outros trilhos, nenhum estudo ou limitação acerca da sua capacidade de carga.

A avaliação efetuada ao trajeto revela a boa condição deste no que respeita a obstáculos a impedir o caminho ou à identificação do início e final do trilho.

Contudo, verificamos alguns pontos (curtos) do percurso que não são facilmente identificáveis, devido à intensidade da vegetação, a qual se desenvolve rapidamente se não houver uma manutenção adequada por parte da entidade responsável. Ainda relativamente ao trajeto, observamos também a ocorrência de uma interceção deste trilho com o Trilho da Biodiversidade, na sua parte inicial. Apesar de acontecer tal facto, não se verificou qualquer confusão de sinalização nem qualquer incerteza na direção a tomar.

A sinalética, apesar de não ser devidamente homologada, está correta. No entanto, consideramos que existe um certo excesso de sinalização, ou seja, existem marcações ao longo do percurso que se verificam desnecessárias, não acrescentando informação nova e relevante para a realização do mesmo. Julgamos aconselhada a sua remoção, no sentido de causar o mínimo impacte possível na paisagem.

A conservação do meio é boa, pois não existe lixo, problemas de drenagem ou vegetação adjacente ao trilho danificada. Apenas consideramos alguma falta de manutenção em determinados pontos, nomeadamente na delimitação do trilho. Quanto à segurança, dos aspetos analisados, não constatámos qualquer problema existente.



Figura 2.3 – Troço do Trilho dos Currais e Calçada que necessita de manutenção

d) Trilho dos SS

O Trilho dos SS percorre um trajeto de cerca de 8 quilómetros, do tipo circular, com início e final junto ao Centro de Interpretação Ambiental. Demora, em média, entre duas horas e meia a três horas a percorrer. A vegetação que predomina ao longo deste percurso é do tipo herbácea, havendo também vegetação arbustiva e arbórea. Com um relevo montanhoso, verificamos um desnível máximo de 280 metros entre o ponto mais baixo e o ponto mais alto do percurso.

Este trilho contém variados pontos de interesse cultural e natural: além das paisagens que proporciona, identificamos o Vale da Cascalheira ou Vale da Ramada, a passagem pela Igreja da Nossa Senhora das Neves, Capela de São João e pelas ruínas do Convento Dominicano.

Aplicando a ficha de avaliação das condições dos percursos pedestres, nos aspetos que concernem ao trajeto, verificámos a existência de algumas pedras soltas ao longo de alguns pontos do percurso, o que pode pôr em causa a segurança dos praticantes e dificultar a sua progressão no terreno.



Figura 2.4 – Troço pedregoso do Trilho dos SS

Por outro lado, não identificámos obstáculos a impedir o caminho nem cruzamentos com outros percursos sinalizados. A sinalética encontra-se adequada e em bom estado de conservação, assim como a conservação do meio envolvente, não se verificando a necessidade de qualquer correção no mesmo.

Constatamos assim, após a aplicação de instrumentos de caracterização e avaliação em percursos pedestres, que estes exaltam os valores patrimoniais de uma região, procurando conciliar os valores naturais com os valores culturais. No entanto, identifica-se a necessidade de projetar para os praticantes as tipologias de interesse dominantes nos percursos. É igualmente importante verificar a manutenção da conservação do meio, da segurança e a eventual exposição dos praticantes a perigos, apesar de esta ser uma modalidade, teoricamente, de baixo risco.

2.7 Considerações Finais

Apresentando a Área Protegida em estudo um número reduzido de investigações, pretendeu-se com o presente trabalho, contribuir para o aumento do conhecimento científico e, ao mesmo tempo, fornecer ferramentas válidas que contribuam para o desenvolvimento da prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo e tenham aplicabilidade no campo da gestão desta paisagem protegida.

A monitorização regular dos locais de prática de atividades desportivas na natureza e de turismo ativo e do seu espaço envolvente é condição essencial para impedir a degradação dos mesmos. Locais degradados prejudicam a estética desta Área Protegida e tornam as condições de prática menos atraentes e mais inseguras.

Os Municípios do Cadaval e de Alenquer, através dos seus serviços técnicos, não fornecem informações fidedignas nem consensuais relativamente aos locais de prática de atividades desportivas na natureza e turismo ativo na PPSM, pois não possuem dados atualizados sobre esta temática. Revela-se, assim, fundamental a elaboração de uma Carta de Desporto de Natureza que identifique estes locais e regule a sua prática.

Derivado de alguns fatores, nomeadamente, a evolução natural do meio ou mesmo o vandalismo, os locais de prática, especialmente os percursos

pedestres, estão sujeitos a alterações de degradação. As atitudes de vandalismo que se têm verificado nesta área protegida no que respeita, principalmente, à destruição de sinalética devem ser consideradas como uma preocupação, devendo ser ponderadas ações preventivas e mitigadoras de educação ambiental dirigidas à população local.

Os percursos pedestres analisados (Trilho Quinta da Serra, Trilho dos SS, Trilho da Biodiversidade e Trilho dos Currais e Calçada) encontram-se bem marcados, guiando o praticante sem suscitar qualquer dúvida ao longo dos trajetos. Contudo, estes percursos não estão homologados pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal nem as suas marcações são oficiais, constituindo assim, barreiras no plano da promoção nacional e internacional dos mesmos, principalmente através de entidades oficiais. Por outro lado, a não homologação destes percursos não confere a obrigatoriedade da entidade gestora desta área protegida efetuar regularmente manutenção aos mesmos, podendo provocar algum “desleixo” na sua conservação.

Os setores de escalada do Montejunto Velho – Penha do Meio Dia não possuem acessos definidos. A prática de escalada nestes setores só é possível de realizar entre os meses de agosto e janeiro devido à nidificação de aves neste local nos restantes meses do ano. A limitação temporal da prática dificulta a manutenção dos acessos, pois a vegetação encarrega-se de os eliminar totalmente. Devem contudo, criar-se acessos específicos permanentes, minimizando assim o risco de destruição da flora pelos praticantes através do pisoteio e até mesmo do corte de vegetação para conseguirem chegar aos setores.

A sinalização existente no setor de Escalada do Montejunto Velho – Penha do Meio Dia encontra-se danificada, pouco enquadrada com a paisagem e pouco visível, devendo a mesma ser substituída por outra com uma estrutura harmonizada com a paisagem envolvente e colocada em local bem visível.

Existe a necessidade de uma manutenção periódica dos locais de prática, tanto ao nível do equipamento como das acessibilidades, sob pena de ocorrer uma degradação irremediável da estruturas e impossibilitar a prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo.

Verifica-se também a necessidade de identificação de novos locais de prática e sinalização de novos percursos que possibilitem a prática de novas modalidades e, ao mesmo tempo, impossibilitem os praticantes de realizar determinadas atividades em locais não aconselhados, podendo assim, perturbar ou mesmo destruir a fauna e a flora existentes, intenções que se verificam nos discursos das entidades públicas (remetemos para o Estudo I), mas que ainda não foram concretizadas.

2.8 Bibliografia

- Alves, A., Rodrigues, M. L., & Carvalhinho, L. (2013). Cartas de desporto de natureza. Contributo para um modelo de gestão e monitorização. *Revista da Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém*, 1(1), 194-208.
- Bahia, M. (2008). Uma Análise Crítica dos Esportes de Aventura: Possibilidades de uma Prática Consciente e Sustentável. In D. Terezani (Ed.), *Propostas Interdisciplinares para a Canoagem*, 1, 13-25. Piracicaba: Equilíbrio.
- Betrán, J., & Betrán, A. (1995). Propuesta de una clasificación taxonómica de las actividades físicas de aventura en la naturaleza. Marco conceptual y análisis de los criterios elegidos. *Apunts*, 41, 108-123.
- Brandão, B. (2011). *Avaliação da qualidade dos percursos pedestres homologados em Portugal*. Dissertação de mestrado, ESHTe, Estoril.
- Brown, G., Koth, B., Kreag, G., & Weber, D. (2006). *Managing Australia's protected areas: review of visitor management models, frameworks and processes*. Gold Coast, Australia: Cooperative Research Centre for Sustainable Tourism.
- Bruhns, H. (2000). Esporte e Natureza: o aprendizado da experimentação. In C. Serrano (Ed.), *A educação pelas pedras: ecoturismo e educação ambiental*. São Paulo: Chronos.
- Buckley, R. (2004). *Environmental Impacts of Ecotourism*. New York: CABI Pub. doi: 10.1079/9780851998107.0000
- Buckley, R., King, N., & Zubrinich, T. (2004). The role of tourism in spreading dieback disease in Australian vegetation. In R. Buckley (Ed.), *Environmental impacts of ecotourism* (317-324). New York: CABI.

- Buultjens, J., Ratnayake, I., Gnanapala, A., & Aslam, M. (2005). Tourism and its implications for management in Ruhuna National Park (Yala), Sri Lanka. *Tourism Management*, 26(5), 733-742. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.tourman.2004.03.014>
- Campos, D. (2011). *Caracterização do Desporto de Natureza no Parque Natural da Arrábida: Riscos e Potencialidades*. Dissertação de Mestrado em Engenharia do Ambiente, perfil em Gestão e Sistemas Ambientais, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Carvalhinho, L., & Rosa, P. (2012). *Avaliação de Espaços de Prática Desportiva: Contributo para a Revisão da Carta de Desporto de Natureza do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC)*. Paper presented at the 2º Congresso da Sociedade Científica de Pedagogia do Desporto, UTAD, Vila Real.
- Carvalhinho, L. & Rosa, P. (2013). *Avaliação dos Percursos Pedestres do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*. Paper presented at VI International Tourism Congress – ESTM, Peniche.
- Cline, R., Sexton, N., & Stewart, S. (2007). *A human-dimensions review of human-wildlife disturbance: a literature review of impacts, frameworks, and management solutions*. Open-File Report 2007-1111: U.S. Geological Survey.
- Cole, D. (1996). *Wilderness recreation use trends, 1965 through 1994*. Ogden, UT: U.S. Department of Agriculture, Forest Service, Intermountain Research Station.
- Costa, A. (2006). *O Potencial das Atividades Físicas de Aventura na Natureza em Porto Alegre: um estudo integrado dos parâmetros paisagísticos, socio-ambientais, infraestruturais e de riscos*. Dissertação de Mestrado em Ciências do Movimento Humano. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Escola de Educação Física. Porto Alegre.

- Costa, C. (2006). Tourism planning, development and the territory. In D. Buhalis & C. Costa (Eds.), *Tourism management dynamics: Trends, management and tools* (236-243). Butterworth-Heinemann.
- Cunha, L. (2002). Uma Perspetiva para a Gestão Integrada de Áreas Protegidas. *Millenium, Revista do ISPV*(25).
- Davenport, J., & Davenport, J. L. (2006). The impact of tourism and personal leisure transport on coastal environments: A review. *Estuarine, Coastal and Shelf Science*, 67(1–2), 280-292. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.ecss.2005.11.026>
- Decreto-Lei n.º 47/99, de 16 de fevereiro (Alterado pelo Decreto-Lei n.º 56/2002, de 11 de março): estabelece o regime jurídico do Turismo de Natureza, disponível em Diário da República Online (www.dre.pt).
- Decreto Regulamentar n.º 18/99, de 27 de agosto, (alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/03, de 10 de outubro): regula a animação ambiental nas modalidades de animação, interpretação ambiental e desporto de natureza nas áreas protegidas, bem como o processo de licenciamento das iniciativas e projetos de atividades, serviços e instalações de animação ambiental, disponível em Diário da República Online (www.dre.pt).
- Eagles, P. F. J., McCool, S. F., & Haynes, C. D. (2002). *Sustainable tourism in protected areas: guidelines for planning and management*. Switzerland and Cambridge, UK: IUCN--the World Conservation Union.
- Geldenhuys, S. (2004). .Ecotourism assessment: an overview. In *Ecotourism* Ed. Diamantis, D. London: Thomson, 27-47.
- Go, J. (2014). *Topo Montejunto*. Retrived from <http://pt.scribd.com/doc/207114305/Topo-Montejunto>
- GoogleMaps (2014). <https://maps.google.pt/>

- Hadwen, W., Arthington, A., Boon, P., Lepesteur, M., & McComb, A. (2006). *Rivers, Streams, Lakes and Estuaries: hot spots for cool recreation and tourism in Australia. Gold Coast Queensland*. Cooperative Research Centre for Sustainable Tourism, Griffith University.
- Hadwen, W., Arthington, A., & Boonington, P. (2008). *Detecting visitor impacts in and around aquatic ecosystems within protected areas. Gold Coast, Queensland*. Cooperative Research Centre for Sustainable Tourism, Griffith University.
- Hanting, G. (1998). *El Manual del Escalador*. Barcelona: Editorial Paidotribo.
- Hardiman, N., & Burgin, S. (2011). Canyoning adventure recreation in the Blue Mountains World Heritage Area (Australia): The canyoning and canyoning trends over the last decade. *Tourism Management*, 32(6), 1324-1331. doi: 10.1016/j.tourman.2011.01.002
- Hill, R., & Pickering, C. (2009). Differences in resistance of three subtropical vegetation types to experimental trampling. *Journal of Environmental Management*, 90(2), 1305-1312. doi: 10.1016/j.jenvman.2008.07.015
- Hoffman, M. (1993). *Manual de Escalada*. Madrid: Ediciones Desnivel.
- Kastenholz, E., & Rodrigues, Á. (2007). Discussing the Potential Benefits of Hiking Tourism in Portugal. *Anatolia*, 18(1), 5-21. doi: 10.1080/13032917.2007.9687033
- Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro: Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto – define as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto, disponível em Diário da República Online (www.dre.pt).
- Liddle, M. (1997). *Recreation Ecology: The Ecological Impact of Outdoor Recreation*. Springer.
- Long, J. (1995). *Escalar em Rocódromo*. Madrid: Ediciones Desnivel.
- Machado, A. (2005). *Ecoturismo um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: SENAC.

- Maciel, N., Paolucci, L., & Ruschmann, D. (2008). Capacidade de carga no planejamento turístico: estudo de caso da Praia Brava - Itajaí frente à implantação do Complexo Turístico Habitacional Canto da Brava. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 2(2), 41-63. doi: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v2i2.102>
- Magro, T. (1999). *Impactos do Uso Público em uma Trilha no Planalto do Parque Nacional do Itatiaia*. Tese para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Engenharia Ambiental, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. Retrieved from <http://www.ipef.br/servicos/teses/arquivos/magro,tc.pdf>
- Manning, R. E. (1999). *Studies in Outdoor Recreation: Search and Research for Satisfaction* (2 ed.). Estados Unidos da América: Oregon State University Press.
- Marcelino, N. (1987). *Lazer e Educação*. Campinas: Papirus.
- Maroun, K., & Vieira, V. (2007). Impactos ambientais positivos são possíveis nos esportes praticados em ambientes naturais? *Efdeportes - Lecturas, Educacion Física y Deportes, Revista Digital*(108).
- Melo, R. (2009). Desportos de Natureza: reflexões sobre a sua definição conceptual. *Exedra*(2), 93-104.
- Mende, P., & Newsome, D. (2006). *The assessment, monitoring and management of hiking trails: a case study from the Stirling Range National Park, Western Australia*. *Conservation Science Western Australia*, 5(3), 285-295.
- Miranda, J., Lacasa, E., & Muro, I. (1995). Atividades físicas en la naturaleza: un objeto a investigar. Dimensiones científicas. *Apunts*, 41, 53-69.
- Mitraud, S. (2003). Monitoramento e controle de impactos de visitação. *Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. WWF Brasil, Brasília, 315-362.

- Monteiro, L. (2010). *O conceito de Capacidade de Carga aplicado à Carta de Desporto Natureza do Parque Natural da Arrábida na vertente de Pedestrianismo - O Caso do Percurso do Formosinho*. Dissertação para a obtenção de Grau de Mestre em Arquitectura Paisagística, Instituto Superior de Agronomia - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- Moscardo, G; Ormsby, J; Pearce, P; Foxiee, J. (2004). *A Review of Research into Tourist and Recreational Uses of Protected Natural Areas*. Townsville: Great Barrier Reef Marine Park Authority. Disponível em www.gbrmpa.gov.au. Acesso em 10 de Outubro de 2005.
- Município do Cadaval – www.cm-cadaval.pt
- Newsome, D., Dowling, R., & Moore, S. (2002). *Natural Area Tourism: Ecology, Impacts and Management*. Great Britain: Channel View Publications.
- Newsome, D., Dowling, R. K., & Moore, S. A. (2005). *Wildlife Tourism*. Clevedon: Channel View Publications.
- OMT (2001) *Tourism 2020 Vision: Global Forecasts and Profiles of Market Segments*, 7. Madrid.
- Paixão, J., Costa, V., & Gabriel, R. (2009). Esporte de Aventura e Ambiente Natural: dimensão preservacional na sociedade de consumo. *Motriz*, 15(2), 367-373.
- Pereira, F., Canhoto, J., Mateus, P., Rosa, P. & Carvalhinho, L. (2012). *Avaliação, Classificação e Qualificação de Espaços de Escalada no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC): O Setor de Lapas de Alcaria, Concelho de Porto Mós*. Poster presented at IV Jornadas de Desporto de Natureza e Turismo Ativo – Jornadas Tecnico-científicas de Desportos de Montanha, Rio Maior.
- Pickering, C., & Growcock, A. (2009). Impacts of experimental trampling on tall alpine herbfields and subalpine grasslands, Snowy Mountains, Australia. *Journal of Environmental Management*, 91(2), 532-540. doi: 10.1016/j.jenvman.2009.09.022.

- Pickering, C. M., & Hill, W. (2007). Impacts of recreation and tourism on plant biodiversity and vegetation in protected areas in Australia. *Journal of Environmental Management*, 85(4), 791-800. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jenvman.2006.11.021>.
- Pickering, C. M., Hill, W., Newsome, D., & Leung, Y.-F. (2010). Comparing hiking, mountain biking and horse riding impacts on vegetation and soils in Australia and the United States of America. *Journal of Environmental Management*, 91(3), 551-562. doi: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jenvman.2009.09.025>.
- Pires, P. S. (2005). "Capacidade de carga" como paradigma de gestão dos impactos da recreação e do turismo em áreas naturais. *Revista Turismo em Análise*, 16(1), 5-28. doi: 10.11606/issn.1984-4867.v16i1p5-28.
- Prato, T. (2001). Modeling carrying capacity for national parks. *Ecological Economics*, 39(3), 321-331. doi: [http://dx.doi.org/10.1016/S0921-8009\(01\)00248-8](http://dx.doi.org/10.1016/S0921-8009(01)00248-8).
- Prato, T. (2003). *Evaluating Carrying Capacities for Protected Areas*. The George Wright FORUM.
- Randall, M., & Newsome, D. (2008). Assessment, evaluation and a comparison of planned and unplanned walk trails in coastal south-western Australia. *Conservation Science Western Australia*, 7(1), 19-34.
- Rosa, P., & Carvalhinho, L. (2012). A educação ambiental e o desporto na natureza: Uma reflexão crítica sobre os novos paradigmas da educação ambiental e o potencial do desporto como metodologia de ensino. *Movimento*, 18(23), 259-280.
- Rosa, P., Raimundo, P., Sanz, R., Silveira, F., & Carvalhinho, L. (2012). *Avaliação dos Percursos Pedestres do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros pertencentes ao Concelho de Santarém*. Paper presented at the 2º Congresso da Sociedade Científica de Pedagogia do Desporto, Vila Real.

- Rosalino, L. M., & Grilo, C. (2011). What drives visitors to Protected Areas in Portugal: accessibilities, human pressure or natural resources. *Journal of Tourism and Sustainability*, 1(1), 3-11.
- Ruschmann, D. (1997). *Turismo e planeamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas, SP: Papirus Editora.
- Schuster, R.; Thompson, J.; Hammit, W. (2001). Rock climbers attitudes toward management of climbing and the use of bolts. *Environmental Management*, 28(3), 403-412. doi: 10.1007/s002670010232
- Schwartz, G. (2002). Emoção, aventura e risco: a dinâmica metafórica dos novos estilos. In M. Burgos & L. Pinto (Eds.), *Lazer e estilo de vida* (139-168). Santa Cruz do Sul: Edunisc.
- Sherman, J. (1998). *Bulder – la técnica de escalada en bloques*. Madrid: Ediciones Desnivel.
- Silva, S. (2002). *Turismo de Natureza e Desenvolvimento Sustentável: O caso do Parque Natural da Arrábida*. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- Stankey, G., Cole, D., Lucas, R., Peterson, M., & Frissel, S. (1985). *The Limits of Acceptable Change (LAC) System for Wilderness Planning*. Ogden (Utah): U.S. Department of Agriculture, Forest Service, Intermountain Forest and Range Experiment Station.
- Steven, R., Pickering, C., & Guy Castley, J. (2011). A review of the impacts of nature based recreation on birds. *Journal of Environmental Management*, 92(10), 2287-2294. doi: 10.1016/j.jenvman.2011.05.005
- Tahara, A., Filho, S., & Schwartz, G. (2006). Meio Ambiente e Atividades de Aventura: significados de participação. *Motriz*, 12(1), 59-64.
- Trigo, L. (2003). *Turismo - Como Aprender, Como Ensinar* (3 ed.), 1. São Paulo: Editora Senac.

- Turton, S. (2005). Managing environmental impacts of recreation and tourism in rainforests at the Wet Tropics of Queensland World Heritage Area. *Geographical Research*, 43, 140-151.
- Wackernagel, M., & Rees, W. (1996). *Our Ecological Footprint: Reducing Human Impact on the Earth*. Philadelphia, PA: New Society Publishers.
- Wagar, J. A. (1964). The carrying capacity of wild lands for recreation. In J. Duffield, H. Clepper, F. Eyre & V. Harper (Eds.), *Forest Science Monograph* 7. Retrieved from http://www.fs.fed.us/cdt/carryig_capacity/carrying_capacity_of_wild_lands_for_recreation_wagar_1964.pdf

Estudo III

*Classificação de espaços de Desporto de Natureza e
Turismo Ativo da Paisagem Protegida da Serra de
Montejunto*

3.1 Resumo

Os recursos naturais estão progressivamente sujeitos ao impacto humano derivado do aumento da população. Consequentemente, a afluência a áreas protegidas provoca impactos negativos nestas e, que ao mesmo tempo, se constituem como espaços atrativos para a prática de atividades turísticas e recreação. Torna-se imperativo proceder a um planeamento e gestão adequados da utilização destes recursos.

Muitas áreas protegidas são visitadas por um grande número e diversidade de praticantes e turistas, tendo sido criadas, ao longo do tempo, diferentes classificações de turistas e de espaços.

A investigação efetuada permite-nos aferir os instrumentos e modelos que classificam os espaços potencialmente destinados ao turismo de natureza e recreação. A complexidade das variáveis envolvidas dificultam a criação de modelos uniformizados de classificação destes espaços.

O principal objetivo da presente investigação consistiu na classificação de espaços naturais propensos a atividades de turismo de natureza e recreação, sustentada nos modelos existentes e na sua aplicação aos espaços definidos na Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, com vista a classificá-los segundo diversas categorias.

Os resultados possibilitaram classificar os locais analisados nas categorias de atrações turísticas, infraestruturas de suporte, degradação ambiental e acessibilidade, podendo constituir assim, uma relevante ferramenta para a gestão do planeamento do desenvolvimento desta área protegida.

Palavras-chave: classificação de espaços; áreas protegidas; turismo de natureza; atrações turísticas; degradação ambiental; infraestruturas de suporte; acessibilidade.

3.2 Introdução

A procura pelo turismo de natureza tem aumentado exponencialmente, sendo um dos setores do turismo que apresenta maior expansão (WTO, 2003). Esta procura tem criado oportunidades para o desenvolvimento deste segmento como um instrumento de diversificação económica nas regiões abastadas em recursos naturais. Um estudo realizado pelo Instituto de Recursos Mundiais afirma também que este tipo de turismo está a aumentar a uma taxa anual de 10% a 30% e que continuará a desempenhar um papel importante no turismo internacional (Hall & Page, 2006). Este segmento envolve, normalmente, deslocações a áreas protegidas e outras áreas de interesse, frequentemente para os países onde se encontra concentrada grande parte da biodiversidade mundial. Segundo a Sociedade Internacional de Ecoturismo (IES, 2000), cerca de 60% dos turistas internacionais podem ser considerados como turistas de natureza.

Os níveis de atração que um destino pode oferecer incorporam um fator importante na sua avaliação como recurso turístico. Contudo, embora estes possam constituir uma prioridade para a grande maioria das entidades gestoras de uma área, não garante, por si só, o sucesso desta.

Paralelamente, locais com elevados níveis de degradação ambiental ou com acessibilidades difíceis podem tornar-se desinteressantes, constituindo assim, um entrave à sua promoção e desenvolvimento, especialmente se estes estiverem situados em áreas protegidas.

Por outro lado, a proximidade de uma área a outros locais históricos, naturais ou culturais de relevante interesse, pode constituir uma oportunidade de desenvolvimento através da criação de roteiros e pacotes turísticos englobando diferentes expectativas e atrações (Alaeddinoglu & Can, 2011).

A existência de infraestruturas de suporte a um espaço revela-se também um fator muito importante, na medida em que aumenta as expectativas de conforto e de segurança dos visitantes, elevando assim, os seus níveis de satisfação.

Os recursos turísticos têm sido usados como um ponto de partida para a classificação das áreas protegidas, de acordo com a visão de que a importância das preferências turísticas e as percepções dos visitantes têm muitas vezes sido subestimadas no âmbito da política, da gestão e do planeamento. Neste sentido, as abordagens apresentadas ao longo desta investigação visam alcançar um melhor equilíbrio entre os potenciais espaços de interesse turístico e desportivo e os visitantes, com o objetivo de proporcionar experiências únicas, valorizando em simultâneo o ambiente.

O principal objetivo da presente investigação é classificar os locais de prática de Desporto de Natureza e Turismo Ativo identificados no capítulo anterior, numa perspetiva turística, na Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, aplicando uma metodologia adaptada e ajustada de alguns modelos propostos por outros autores, sob o ponto de vista do interesse a vários níveis (ambiental, de infraestruturas, de acessibilidades e de atrações).

Esta investigação pretende fornecer uma estrutura relevante e sólida, embora não exaustiva para avaliar e classificar os recursos naturais no âmbito do turismo ativo e do desporto de natureza, com o objetivo posterior de derivar orientações para o planeamento, gestão e monitorização dos mesmos.

3.3 Classificação dos Turistas

É hoje sugerido por muitos autores que os recursos naturais, como as áreas protegidas, são frequentemente visitados não só por pessoas com forte consciência ambiental, mas também por uma ampla gama de diferentes tipos de turistas (Wheeller, 2006), entre as quais se encontram visitantes cujo objetivo é participar em atividades de lazer e desporto proporcionadas pelo ambiente natural.

Identificar tipos de turistas distintos é fundamental para o planeamento, gestão e marketing do turismo, bem como para as entidades gestoras das áreas protegidas. As informações sobre a tipologia turística permitem aos gestores

lidar com diferentes motivações, experiências e impactos de diferentes tipos de turistas e entender quais os que mais provavelmente poderão ser frequentadores de determinada área.

Com base nesta crescente complexidade, vários autores têm proposto tipologias turísticas baseadas na natureza que identificam diferentes segmentos de visitantes, concentrando-se, por exemplo, sobre as motivações dos visitantes e o grau do seu compromisso relativamente à proteção da natureza (Strasdas, 2006).

Muitas áreas protegidas são visitadas por um grande número e diversidade de praticantes e turistas, tendo ao longo do tempo sido apresentadas diferentes classificações de turistas de natureza (Brenner, Arnegger & Job, 2008). Weaver (2001) faz uma distinção entre o ecoturismo *hard* e *soft* e salienta que o ecoturismo e o turismo de massa não são mutuamente exclusivos. O Ecoturismo constitui um subgrupo do turismo de natureza relacionado com experiências em áreas naturais ou remotas que fomentam a compreensão e apreciação da necessidade de conservar o ambiente natural de forma a sustentar os recursos naturais, cultura, economia e a comunidade local (Priskin, 2001). Desta forma, segundo a classificação de Weaver, ecoturistas *hard* podem ser considerados visitantes com consciência ambiental, cujo objetivo é ter uma experiência direta com a natureza. Estes realizam frequentemente viagens longas e especializadas até locais fisicamente desafiantes, normalmente em pequenos grupos. O segmento de turistas *soft*, também descritos como ecoturistas de massa, inclui um maior número de turistas em experiências de turismo de natureza de curta duração, por exemplo, veraneantes que passam férias com tudo incluído num *resort* costeiro, os quais podem visitar posteriormente uma área protegida próxima numa excursão de um dia (Weaver, 2001).

Ao classificar os consumidores de turismo de natureza, Strasdas (2006) estabelece uma distinção entre seis segmentos diferentes, dependendo o seu compromisso com a natureza, bem como as motivações da viagem:

- “Turistas comprometidos com a natureza”, um pequeno segmento de visitantes, semelhantes ao segmento *hard* de Weaver (2001) que, muitas

vezes, para além da sua admiração pela natureza no seu estado selvagem, se encontram envolvidos em atividades de conservação;

- “Turistas interessados na natureza” que são informados e preocupados, mas não necessariamente comprometidos com atividades ecológicas;
- “Turistas casuais”, muitas vezes conjugam uma viagem de férias clássica (por exemplo, férias de praia) com uma visita de curta duração a uma atração natural próxima, de fácil acesso sendo, por isso, comparáveis à classe *soft*;
- “Turistas da natureza com interesses culturais específicos” são semelhantes aos tipos de turistas descritos nos primeiros dois pontos, mas tendem a incluir elementos culturais nas suas atividades turísticas, como por exemplo, culturas indígenas tradicionais;
- “Desporto/turistas de aventura”, os quais procuram a emoção, o risco, o desafio e a incerteza do resultado;
- “Turistas de caça/pesca”, os quais consideram a natureza, principalmente, como um pano de fundo para suas respetivas atividades.

Para além disto, é sugerido que o contínuo *soft-hard* deve ser expandido através da adição do segmento de “ecoturistas estruturados”, os quais demonstram um forte compromisso ambiental e são propensos a participar em atividades fisicamente desafiadoras mas, por outro lado, exigem serviços acima da média, no que respeita, por exemplo, às condições de alojamento (Weaver & Lawton, 2002).

Arnegger, Voltering e Job (2010) propõem um esquema de classificação baseado numa matriz bidimensional. Nesta classificação, um eixo incorpora motivações de viagem dos turistas em relação à relevância da natureza como um ponto de atração. Esta dimensão pode estar relacionada com as tipologias turísticas mais sociológicas apresentadas anteriormente, comparável ao contínuo *hard-soft* de Weaver (2001). O outro eixo representa a dimensão da oferta contratada pelo turista, ou seja, diferentes tipos de hábitos de consumo

dos turistas em termos de serviços adquiridos (Pearce, 2008), a qual pode ir desde a aquisição de um pacote de serviços completo até à aquisição de cada serviço independentemente. Com quatro características diferentes em ambos os eixos, são descritos 16 tipos ideais diferentes para produtos de turismo de natureza. As fronteiras entre eles não se encontram claramente definidas e as respetivas categorias podem ser mais ou menos distintas entre si. Podem existir simultaneamente diferentes tipos, dependendo do tamanho e localização da área protegida.

Com o objetivo de diferenciar os turistas de natureza, podemos também concentrar-nos nas motivações que apresentam relativamente a diferentes produtos oferecidos. Assim, na primeira categoria, os consumidores de produtos de proteção da natureza, podem ser classificados como compradores de um produto de nicho absoluto, que oferece participação e envolvimento (direto ou indireto) em medidas de conservação. Todos os produtos de turismo de natureza dentro desta categoria podem também ser identificados como o ecoturismo *hard*. Na segunda categoria, a motivação pode ser descrita como a experiência relativa à natureza. Refere-se a turistas cujo principal interesse é a observação de paisagens, flora, fauna e *habitats*, sem se envolver ativamente em medidas de conservação. Para a terceira categoria de turistas, a motivação constitui a prática desportiva e a aventura. Neste caso, o ambiente natural é o cenário de fundo para as suas atividades (por exemplo, pedestrianismo ou escalada). Alguns casos envolvem uma utilização com objetivos de consumo direto da natureza, por exemplo, através da caça ou da pesca. Finalmente, a categoria motivação hedonista, que se concentra apenas em parte, em experiências relacionadas com a natureza. Para estes turistas, o espectro total da viagem também inclui outras características do destino, nomeadamente históricas, culturais ou etnológicas, bem como outros elementos típicos das férias, em que a visita a uma área protegida constitui um “*add-on*” (Arnegger, Woltering & Job, 2010).

No âmbito do turismo ativo, os turistas podem também ser segmentados através da análise de experiências extraordinárias. Triantafillidou e Siomkos (2014) propõem segmentar o mercado grego de acampamento de verão com base na escala de experiências extraordinárias proposto por Arnould e Price (1993),

utilizando uma metodologia através da análise de *clusters*. Neste estudo, foram identificados quatro segmentos distintos: os campistas social-naturalistas, os campistas indiferentes, campistas naturalistas puros e os campistas aventureiros-experimentais. Estes segmentos foram identificados com base em diversas variáveis obtidas após a visitação (ou seja, a satisfação, a intenção de voltar, a nostalgia, atividades).

De acordo com o anteriormente referido, as atividades de desporto de natureza baseiam-se na utilização de ambientes naturais (Buckley, Pickering & Weaver, 2003).

Segundo Cater e Cater (2007), as atividades de turismo de natureza podem ser classificadas em três categorias frequentemente descritas como atividades baseadas na natureza consumistas, de aventura e não consumistas. Todas elas podem incluir componentes terrestres ou marítimos. O turismo de exterior descrito como consumista refere-se à caça e à pesca recreativa (Buckley, 2010).

O turismo de aventura utiliza os ambientes naturais como cenário de fundo para a recreação, raramente com o objetivo de apreciar a natureza (Buckley, 2010). Uma atividade pode ser classificada atividade de aventura, se possuir as seguintes características: resultados incertos, um elemento de perigo e risco, desafio, benefícios esperados, novidade, estímulo e excitação, exploração e descoberta e emoções fortes e contrastantes (Swarbrooke, Beard, Leckie & Pomfret, 2003). Os denominadores comuns do turismo de aventura constituem o risco e a incerteza dos resultados. No entanto, existe uma sobreposição considerável entre as motivações individuais e a conceção dos produtos comerciais, os quais incluem frequentemente, componentes culturais e de aventura na natureza num único produto (Stronza & Durham, 2008). A observação da vida selvagem e da natureza pode ser considerada tanto recreativa como educativa (Newsome, Dowling & Moore, 2005), e muitas destas atividades são realizadas em locais de extrema beleza. Existem pelo menos 45 atividades de exterior oferecidas como produtos de turismo de aventura (Buckley, 2010), entres as quais se incluem a realização de safaris, escalada, observação de recifes de coral e de aves, a prática de surf, *rafting* e parapente.

O turismo de natureza não consumista inclui atividades baseadas na observação de animais ou plantas ou apenas a contemplação da paisagem (Buckley *et al.*, 2003). Em termos globais, este subsetor depende fortemente dos parques nacionais, áreas selvagens ou outros terrenos públicos e dos oceanos (Hendee & Dawson, 2002). Estes podem ser visitados pelos residentes locais, viajantes independentes e clientes de operadores turísticos.

Utilizando um método de análise de *clusters* aplicado a visitantes de um parque nacional da Tailândia, Hvenegaard (2002) propõe a existência de quatro tipologias de turistas distintas baseadas nas atividades realizadas. Em primeiro lugar, uma tipologia de interação baseada em atividades primárias. Os visitantes que participam em caminhadas guiadas foram classificados como *trekkers*. Os visitantes que participam em atividades de observação de aves (com base em visitas a locais de observação de aves populares, usando binóculos e livros de aves) foram chamados de observadores de aves. Os restantes visitantes, que participaram de uma grande variedade de outras atividades, foram denominados como visitantes em geral. A segunda tipologia baseia-se na informação fornecida pelos entrevistados, em que estes escolhem a atividade que melhor se adapta a si, a partir de uma lista predeterminada de opções. Em terceiro lugar, uma tipologia de visitantes baseada em atividades em que os principais componentes foram os lugares visitados e as atividades turísticas realizadas. Esta tipologia utiliza variáveis dicotómicas, sendo as respostas possíveis (sim ou não) às questões colocadas (se visitou um determinado local e se realizou uma determinada atividade). Em quarto lugar, foi proposta uma tipologia cognitivo-normativa baseada em motivação. Os entrevistados foram questionados sobre qual a razão principal para visitar o parque.

3.4 Classificação de recursos turísticos naturais

O termo turismo na natureza tem sido utilizado para englobar as atividades que as pessoas realizam durante o seu tempo de lazer e que assentam no envolvimento com a natureza incluindo, geralmente, uma noite de estadia

(Fredman & Tyrvaenen, 2010). Pressupõe viajar com o propósito de desfrutar de áreas naturais subdesenvolvidas e é geralmente aplicado a atividades turísticas que dependam da utilização dos recursos naturais, os quais se encontram no seu estado original ou relativamente subdesenvolvido, incluindo a paisagem, topografia, cursos de água, vegetação, vida selvagem e a herança cultural (Spenceley, 2003).

De forma a responder, de forma eficaz ao crescimento exponencial observado no setor do turismo na natureza, torna-se necessário desenvolver e oferecer produtos novos e inovadores. Uma destas respostas foi encontrada entre a união do desporto, do turismo e da natureza. De forma a acompanhar os novos desafios apresentados pelas sociedades modernas, tanto o turismo de natureza como o desporto têm apresentado uma evolução similar, ambos com um significativo crescimento nas últimas décadas.

O desporto de natureza é praticado essencialmente em ambientes de áreas protegidas, as quais ocupam cerca de 12% superfície terrestre (Dudley, 2008). Estas constituem-se nos locais mais adequados para a sua realização, pois possuem as características e valores naturais e culturais mais indicados, os quais são a razão da sua classificação (Priskin, 2001). Integra-se no conceito de turismo sustentável, que procura conciliar os objetivos económicos com os recursos naturais (Silva, 2004).

As atividades mais populares praticadas nestas áreas incluem caminhadas, passeios de bicicleta, passeios a cavalo, observação da vida selvagem, campismo e pesca, podendo também incluir uma vertente de aventura como a espeleologia, escalada ou mergulho.

Para muitas pessoas, o objetivo é retomar um contato com a natureza e, neste sentido, as atividades de desporto de natureza e turismo ativo fornecem uma experiência de férias diferente. De facto, desde montanhas com ou sem neve até às savanas onde a vida selvagem impera, passando pelas florestas tropicais, até às vastas paisagens dos desertos e às costas litorais puras, completas de biodiversidade marinha, as oportunidades para praticar desporto num contexto natural são absolutamente ilimitadas.

Os recursos naturais constituem a peça fundamental para o desenvolvimento deste tipo de atividades e para o fomento deste segmento de turismo e, por isso, deverão ser suficientemente atrativos para desencadear a visita. O acesso a esses recursos é muitas vezes apoiado por produtos e serviços oferecidos por operadores turísticos privados, órgãos públicos e proprietários (por exemplo, alojamento, centros de visitantes, guias, trilhos). A comunidade local encontra-se, geralmente, integrada na oferta turística do destino, visto que os recursos naturais utilizados pelos turistas são um subconjunto do ambiente natural da comunidade local. A presença de serviços e infraestruturas (lojas, restaurantes, estacionamento, transportes públicos locais) definem a oferta turística e afetam o modo como os visitantes contribuem para o impacto económico local. Por esta razão, reconhece-se que há um grande interesse pelo turismo na natureza como uma forma de alcançar simbiose entre a conservação da natureza e o desenvolvimento local (Young, 1994).

Embora haja inúmeros métodos para classificar os turistas que visitam áreas naturais, as tipologias turísticas devem ser examinadas através de várias circunstâncias para prever o comportamento turístico, tais como os impactos económicos e ambientais, e as atitudes e preferências turísticas com vista ao planeamento.

O turismo é geralmente considerado um utilizador importante de recursos naturais e, como tal, contribui significativamente para a deterioração do ambiente natural. Para além disto, a intensificação das viagens potencia os seus impactos negativos (Vanhove, 2005). O turismo de natureza oferece, imediatamente, uma forte componente monetária na valorização económica dos ecossistemas e da biodiversidade (Kumar, 2013). A atração relativa de diferentes destinos turísticos para a realização de diferentes atividades turísticas ao longo do ano encontra já profundas transformações devido às alterações climáticas (Buckley, 2008). Por exemplo, as épocas de ski são mais curtas e a qualidade da neve menor em muitos destinos de ski frequentados por grande quantidade de turistas em vários países (Pickering & Buckey, 2010). Os destinos turísticos relacionados com a praia podem ser afetados por um aumento dos fenómenos naturais extremos observados em algumas zonas costeiras, entre os quais se inclui Portugal, e os

destinos relacionados com o mergulho encontram-se severamente afetados pelos danos nos recifes de coral associados a um aumento da temperatura e acidez da água dos oceanos. Os parques nacionais e zonas selvagens em zonas de floresta podem sofrer um fastigioso risco de incêndio e, consequentemente, impedir a realização de atividades de lazer.

Os destinos que se encontram hoje livres de determinadas doenças humanas, patogénicos, parasitas ou animais ou plantas venenosas podem não apresentar estas vantagens no futuro, tornando-se consequentemente menos atrativos. Um excelente exemplo desta situação foi o aparecimento, num passado recente, dos primeiros casos de infeção pelo vírus do Dengue no arquipélago da Madeira.

Vários setores do turismo podem ser afetados de diferentes formas (Hall & Page, 2006). No entanto, o turismo dispõe também dos meios necessários para combater esses efeitos. Do ponto de vista do desenvolvimento, as atividades praticadas devem conter-se dentro dos limites da capacidade ideal de uma dada região, através da prática de métodos de gestão específicos para cada área em particular (Smaranda, 2008). Deve também proceder-se à promoção das suas formas sustentáveis, incluindo o ecoturismo, o turismo rural, o agroturismo, o turismo de aventura, turismo cultural e, não menos importante, o turismo em áreas protegidas, e incentivar os turistas a garantir a atenuação das suas consequências negativas (Hornoiu, 2009).

O impacto humano sobre os recursos naturais encontra-se em crescente expansão devido ao aumento da população, aumentando consequentemente a afluência a áreas protegidas, agravada pelas alterações climáticas e subida do nível do mar (Doney *et al*, 2012), para além do aumento da frequência de eventos extremos (Jaramillo *et al.*, 2009). Neste contexto torna-se imperativo proceder a um planeamento a nível local e à gestão adequada da utilização destes recursos para múltiplas atividades desportivas e recreativas.

Um modelo proposto pelo Bureau of Outdoor Recreation (EUA) atesta que os recursos foram classificados de acordo com características físicas de lazer, nível de desenvolvimento, gestão, intensidade de uso e as classes de comportamento esperados. Os recursos classificados segundo este sistema foram divididos em

seis grandes classes de áreas de recreação, incluindo áreas de alta densidade de recreação, áreas de recreação ao ar livre em geral, ambiente natural, meio natural único, áreas primitivas e locais históricos e culturais.

Os recursos turísticos de natureza podem ser avaliados com base em atrações ou qualidade paisagística, utilizando para tal técnicas de avaliação da paisagem. As primeiras avaliações realizadas desta forma foram encontradas em cadernos de exploradores vitorianos e manuais militares, mas originalmente estes locais foram vistos apenas como tendo valor ecológico (Sheail, 1984).

Hoje em dia, novas abordagens e técnicas são utilizadas para avaliar as paisagens, cenários privilegiados para o desporto de natureza, as quais procuram obter informação mais detalhada sobre as mesmas, operando frequentemente longe do seu alvo de avaliação, como por exemplo, as imagens obtidas por Sistemas de Gestão da Informação (SGI). Henderson e Lambert (1992) sugerem que a utilização de SGI, para sobrepor os diferentes tipos de terrenos em combinação com a aplicação de outras técnicas de avaliação da paisagem, poderia ser uma ferramenta mais eficaz. Esta combinação de imagens é mais adequada à avaliação da paisagem e seria de extrema utilidade em estudos que cobrem grandes áreas. Lee, Hill e Thompson (1999) propõem uma avaliação da qualidade da paisagem com base na cobertura vegetal, em que as áreas de alto valor ecológico foram consideradas de forma a coincidir com as áreas identificadas como possuindo beleza natural significativa. Gulinck, Múgica, de Lucio e Atauri (2001) documentaram técnicas semelhantes. Estes destacam a natureza cada vez mais técnica da avaliação da paisagem, não conseguindo, no entanto, resolver questões simples, tais como variações na perceção das pessoas, ou as imprecisões básicas na análise de paisagens com base em imagens. Existe uma enorme lacuna entre a construção de uma análise representativa da qualidade cénica e o mapeamento da cobertura da terra. Neste contexto, as avaliações da paisagem podem fornecer inventários úteis e constituem uma componente importante do planeamento para a utilização dos recursos naturais e para a consequente avaliação do impacte ambiental. No entanto, estes modelos são inadequados para avaliar o potencial dos recursos

para o turismo de natureza, visto que só é considerada a atração como índice principal.

Para além destes fatores, as experiências estéticas individuais variam significativamente, de modo que a avaliação por especialistas a partir de pressupostos do público deve ser interpretada com reserva. Palmer e Hoffman (2001) pesquisaram as implicações de uma decisão do Supremo Tribunal dos Estados Unidos da América exigindo especialistas para conferir robustez e validade das avaliações através da produção de evidência. Poucos relatórios de avaliação de paisagens compilados por peritos foram encontrados contendo tais avaliações, tendo alguns daqueles, revelado resultados alarmantes. No entanto, este fator pode ser parcialmente amenizado através de avaliações feitas por outros e através do cruzamento de resultados replicados. A fim de aumentar a credibilidade, os especialistas podem incorporar um saldo de análises qualitativas e quantitativas (Landscape Institute, 1995).

Obviamente, a atração do recurso é fundamental para o desporto de natureza, mas é necessário considerar mais características. Neste contexto, Cocklin (1991) procedeu a uma avaliação da paisagem (classificando os locais quantitativamente como tendo valor paisagístico alto, médio ou baixo valor paisagístico), como um componente importante em relação ao potencial de áreas para recreação. A determinação do valor paisagístico foi baseada na forma e cobertura da terra e presença de características raras. Este estudo reconheceu que o potencial de lazer e turismo têm de ser avaliados em relação à capacidade de suportar as atividades com base nos atributos do recurso natural. O estudo utilizou uma escala de cinco pontos, a qual refletia a adequação global de uma unidade de recursos para o turismo baseado numa determinada atividade recreativa, bem como a sua importância a nível nacional em termos de recreação e potencial turístico. Foram também incorporados no estudo valores de conservação, utilizando indicadores de conservação de florestas, fauna e solo. Os resultados foram, em grande parte subjetivos, tornando a técnica bastante fraca.

Priskin (2001), ao avaliar a presença de infraestruturas de suporte, os níveis de atração, a acessibilidade e os níveis de degradação ambiental para o turismo

ecológico na Austrália Ocidental, tentou indicar áreas com uma qualidade paisagística particular, por comparação àquelas que necessitavam de grandes melhorias, não tendo neste estudo feito nenhuma concessão à subjetividade do observador. As componentes da avaliação da paisagem descritas acima indicam a necessidade de adotar uma metodologia que permita defender os propósitos/princípios de estratégias de gestão de recursos, reduzindo a subjetividade.

Um método comum de avaliação de recursos turísticos é através da abordagem da procura através da realização de inquéritos junto dos visitantes. Por exemplo, Morgan e Williams (1995) questionaram 4.200 utilizadores da praia de Gower, no Reino Unido, e concluíram que a paisagem constitui a primeira escolha relativamente aos aspetos da praia considerados como prioritários; Unal e Williams (1999) questionaram 120 frequentadores da praia na península de Cesme, na Turquia, e constataram que a paisagem foi deixada para segundo plano, depois das águas balneares límpidas para desfrutar as férias passadas na praia.

Outros estudos têm procurado usar o processo de hierarquia analítica para avaliar os valores relativos dos recursos turísticos. Deng, King e Bauer (2002) desenvolveram uma estrutura hierárquica para classificar os parques nacionais e florestais, utilizando a sua experiência e aplicando o processo de hierarquia analítica para a sua avaliação. Neste modelo, o valor de cada elemento da estrutura é determinado quantitativamente para auxiliar na formação de um conjunto de padrões para a identificação e a medição de um valor para cada elemento. Não se deve presumir que cada dimensão será de igual importância em contribuir para uma viagem gratificante para uma área protegida - os vários componentes satisfazem as expectativas em graus diferentes, mas apenas em combinação podem levar a uma experiência gratificante. Segundo este processo, os recursos são classificados em cinco categorias principais, podendo posteriormente ser subdivididas: (1) Sítios naturais, os quais incluem todos os locais que apresentem valor paisagístico, bem como outros recursos associados (fauna, flora, caça, pesca); (2) museus e manifestações culturais históricas, que incluem recursos de cariz cultural, com relevante valor artístico, histórico ou

patrimonial (museus, centros arqueológicos, lugares históricos); (3) folclore, onde são englobadas todas as manifestações relativas ao património cultural, tradições e costumes da população visitada; (4) Realizações técnicas científicas, artísticas contemporâneas que incluem determinados elementos devido à sua singularidade ou por serem possuidores de alguma característica excecional com interesse turístico (centros científicos e técnicos, explorações industriais); e (5) eventos programados, que englobam acontecimentos programados, sejam eles ambientais, culturais ou desportivos. Após a sua identificação, os recursos são hierarquizados de acordo com o seu potencial turístico, desde a hierarquia 5, considerado um recurso excecional com grande significado para o turismo internacional até à hierarquia 1 em que o recurso é apreciado como não possuindo atrativos ou mérito suficiente para ser considerado relevante, mas possui um papel complementar diversificando os recursos existentes numa determinada área.

Uma das técnicas mais abrangentes para a avaliação de recursos é a *Land Canada Capacity for Recreation*, a qual fornece uma estimativa da quantidade, qualidade e localização dos terrenos de lazer ao ar livre no Canadá (Recursos Naturais do Canadá, 2000). As classes de utilização dos recursos naturais para fins recreativos vão desde a classe 1, com elevado potencial de utilização, até à classe 7, com muito baixa possibilidade de utilização, com base na interpretação de fotografias aéreas, com as respetivas verificações de campo e registos disponíveis. As unidades de terreno são classificadas de acordo com a capacidade natural sob as condições existentes, modificadas ou não, sendo também consideradas a boa gestão e as práticas desenvolvidas. Dentro destas sete classes, podem existir subclasses e estas evidenciam a possibilidade de recreação num recurso terrestre particular. Por exemplo, a classe 3 teria um potencial moderado a elevado para a realização de atividades recreativas, com a subclasse A evidenciando a existência de cursos de água com possibilidade de pesca (Recursos Naturais do Canadá, 2000).

Independentemente da atividade praticada, ou do tipo de turista, algumas infraestruturas tais como o alojamento e instalações específicas para visitantes, são necessárias para complementar ou melhorar o atrativo natural para o turismo

de natureza. Em determinados casos, esta última pode ainda ser utilizada como infraestrutura, de forma a reduzir o impacto ambiental. No final *soft* do espectro, os turistas de natureza podem preferir hotéis e motéis, mas aqueles no fim do espectro preferem acampar no deserto. Os visitantes têm, portanto, diferentes desejos e expectativas em relação aos recursos naturais nas áreas que visitam. Alguns turistas não são tão sensíveis às mudanças induzidas pelo homem, quer sejam edifícios, estradas ou sinais de informação. No entanto, tais mudanças podem arruinar a experiência da natureza para aqueles que gostam de um ambiente natural apenas se completamente livre de interferência humana. Os visitantes têm expectativas diferentes relativamente às instalações e serviços, tornando-se muito difícil corresponder às mesmas no mesmo espaço (Buhalis, 2000). Neste contexto, a atração paisagística é fundamental para o turismo de natureza, mas mais características precisam de ser consideradas.

Priskin (2001), na sua investigação, desenvolveu uma estratégia de análise utilizando técnicas qualitativas e quantitativas para estabelecer diferentes níveis de atração, acessibilidade, presença de infraestruturas e do nível de degradação ambiental. Os dados foram obtidos através do preenchimento de uma lista de verificação para quantificar as características dos diferentes locais. A avaliação dos recursos foi finalizada através do preenchimento de matrizes com indicadores relevantes, os quais foram calculados utilizando técnicas de ponderação. Neste caso, foram identificados sessenta e cinco locais potenciais de recursos passíveis de ser utilizados na prática de turismo de natureza. A diversidade de atrações na região é elevada, embora os recursos estejam correlacionados com a acessibilidade, baixos níveis de infraestrutura turística e níveis moderados de degradação ambiental. Os resultados desta pesquisa foram apresentados às autoridades governamentais e incorporados no processo de planeamento.

No caso particular de cursos de água, os rios precisam de ser avaliados para possíveis atividades recreativas e de natureza, com o intuito de identificar locais potenciais para atividades. Existem muitos métodos de avaliação do potencial do rio para atividades recreativas (Miskell, 2009). Estes têm, normalmente, em consideração aspetos relacionados com a paisagem, forma e fluxo do rio.

No caso específico da canoagem, existe um sistema internacional para a classificação dos rios. Este sistema classifica os rios de grau I ao grau VI. Os cursos de água de Grau I são considerados fáceis. Nestes, a água flui rapidamente, podendo ocorrer ondulações ou ondas, todos os perigos são óbvios, o risco praticamente inexistente, sendo fácil o autossalvamento. Os cursos de Grau II são destinados a aprendizes, são cursos simples com ondas regulares, as quedas e desníveis são facilmente ultrapassáveis, os remoinhos e zonas de cisalhamento também. Os cursos de Grau III são considerados intermédios, os rápidos possuem ondas irregulares e remoinhos moderados, a identificação dos locais de passagem deve ser aferida antecipadamente para os praticantes mais inexperientes. Os cursos de Grau IV são considerados avançados. Apresentam ondulação alta e irregular, poderosos remoinhos e curvas acentuadas, a corrente é forte mas previsível, exigindo a manipulação precisa da canoa, devendo apenas ser utilizados por praticantes experientes. Neste caso, existe um risco moderado a elevado, sendo muitas vezes necessário recorrer ao resgate do grupo. O estudo antecipado do percurso é também necessário. Os cursos de Grau V são destinados a especialistas. São extremamente longos e/ou violentos, muitas vezes contendo grandes obstáculos inevitáveis, buracos, barrancos e águas turbulentas. As correntes são muito rápidas com rápidos poderosos em torno de remoinhos. O resgate é muitas vezes difícil para os especialistas e a avaliação antecipada pode não ser possível. Os cursos de Grau VI são cursos considerados extremos visto que apenas podem ser navegados por equipas de especialistas obedecendo a todas as precauções de segurança. São constituídos por rápidos inexplorados ou desconhecidos onde a navegação pode ser muito difícil ou impossível. Em casos particulares, o fator sorte pode ser considerado um fator importante numa navegação bem-sucedida.

Tomando como exemplo a espeleologia, o objetivo de um sistema de classificação de grutas é ajudar a decisão de questões de planeamento e gestão relacionadas com a proteção do ambiente das grutas e algarés naturais, ao mesmo tempo que se promove o acesso público. O sistema de classificação deve ser compreensível tanto para os gestores dos recursos como para o público. Horne (2005) propõe uma classificação em três níveis. Os fatores a

serem considerados incluem: (1) os recursos da gruta, (2) os recursos à superfície da gruta e (3) o risco de acidentes e implicações para o salvamento. No que diz respeito aos recursos da gruta, estes podem variar muito entre grutas, tomando-se geralmente, em consideração a singularidade dos espeleotemas, depósitos secundários ou outros recursos notáveis, a sua fragilidade e abundância, bem como a suscetibilidade da fauna da gruta à perturbação e o potencial valor científico. Nos recursos à superfície da gruta são tidos em consideração a suscetibilidade da flora ou fauna para alterações ambientais, a sua singularidade e potencial para atrair o interesse de mais utilizadores. Por outro lado, é necessário avaliar as consequências de um acidente numa gruta, os quais podem ter efeitos negativos sobre os recursos da gruta, os custos do resgate e a exposição negativa nos meios de comunicação. As considerações sobre acidentes e resgates incluem os potenciais perigos na gruta, a seriedade e dificuldade de completar um resgate, a logística de acesso para chegar à sua entrada e os danos potenciais causados à gruta devido ao resgate. Usando estes três fatores, podemos obter uma classificação das grutas em três classes distintas. A Classe 1 corresponde a grutas de acesso por candidatura. Nestas estão incluídas as grutas de maior valor em termos de recursos, potencial perturbação significativa para os recursos à superfície, as consequências graves em caso de acidente, e/ou uma combinação de tais fatores. Estas grutas não são utilizadas para fins recreativos. A sua visita pode dever-se a uma nova exploração ou investigação, produção de mapas, inventário dos recursos, reabilitação ou restauro, ou a investigação científica básica. As visitas devem contribuir para a base de conhecimento sobre a gruta.

As grutas de Classe 2 permitem o acesso por alvará. Estas grutas apresentam algumas preocupações de gestão no que respeita aos seus recursos internos, recursos à superfície, ou potencial de acidentes. Exigem uma autorização direta de acesso, como por exemplo, uma licença de atividade restrita. É permitido o uso recreativo, sendo necessária a monitorização da atividade dos visitantes, com o objetivo de conservar os recursos naturais. Desta forma, a educação e orientação dos visitantes é possível através do contato direto durante o processo de autorização. As grutas de classe 3 permitem o acesso do público sem restrições. Estas grutas apresentam poucas ou nenhuma preocupação de

gestão em relação aos seus próprios recursos, recursos à superfície ou potencial de ocorrência de acidentes. Encontram-se abertas ao público sem necessidade de autorização para a sua visita, embora a sua monitorização seja realizada frequentemente. Algumas grutas, normalmente aquelas de pequenas dimensões, com poucos espeleotemas e preocupações mínimas de segurança/resgate encontram-se abertas sem restrições ao público em geral.

A classificação de uma gruta pode mudar de acordo com novas informações disponíveis sobre os seus recursos, a atividade dos visitantes e os recursos existentes à superfície. Em grutas com dimensão suficiente, existe a possibilidade ocorrerem diferentes classificações em diferentes zonas.

Embora existam inúmeros métodos para classificar os recursos turísticos destinados ao turismo de natureza, o método mais comum de avaliação de recursos é através da abordagem da procura realizando inquéritos junto dos visitantes. Neste sentido, a maioria dos sistemas atuais de certificação do turismo encontram-se principalmente relacionados com o alojamento e comércio, enquanto poucos se focam em destinos de turismo de natureza (Spenceley, 2008). Este facto deve-se, provavelmente, à falta de padrões e à dificuldade no desenvolvimento de critérios e indicadores para locais de turismo de natureza, uma vez que este apresenta uma grande diversidade de interpretações em diferentes culturas e sociedades (Buckley, 2008).

O método de avaliação dos recursos utilizados para a prática de turismo de natureza baseado na opinião dos utilizadores usa, como critério para a sua avaliação, as preferências dos visitantes, partindo do pressuposto que quanto mais elevado for o valor de um recurso natural ou de um determinado destino turístico, maior expectativa criará entre os seus utilizadores. Embora este método se baseie principalmente na procura, tem em consideração as características próprias dos recursos de forma a incorporar tanto a procura como a oferta na avaliação final (Cunha, 2008). Neste contexto, as preferências dos visitantes podem ser determinadas diretamente através da realização de questionários a uma amostra representativa da população de turistas ou através da consulta a peritos utilizando o método Delphi. Este método consiste em selecionar um conjunto de critérios que definem um determinado recurso (paisagem, clima,

arquitetura, cultura) e determinar a contribuição relativa de cada um deles para os fatores de produção. Subsequentemente procede-se à entrevista com peritos na área, os quais avaliarão estes fatores e determinarão o potencial turístico da região em análise.

Deng e Athanasopoulos (2011) utilizaram este método com o intuito de conceber um sistema de avaliação com base em critérios e indicadores reconhecidos por académicos e operadores turísticos, tendo em vista a avaliação e classificação das áreas de turismo de natureza de base florestal em *West Virgínia*, nos Estados Unidos da América. Os resultados sugerem que os operadores têm menos tendência que os académicos para valorizar a participação e o envolvimento da população residente e os benefícios socioeconómicos daí procedentes para as comunidades locais sendo, por outro lado, mais vocacionados do que os académicos para se inquietarem com a conservação dos recursos culturais.

Com o objetivo de avaliar os recursos naturais existentes na África do Sul, Ferrario (1979) adotou uma solução de compromisso entre as duas abordagens anteriormente referidas de forma a maximizar as potencialidades e reduzir os inconvenientes de ambas. Inicialmente, procedeu-se à determinação das preferências dos utilizadores através da realização de inquéritos. De seguida, os peritos forneceram a sua opinião sobre a valorização da oferta local. Ocorre, depois, a introdução de ponderadores individuais para cada um dos recursos identificados e, finalmente, procede-se à limitação das regiões turísticas analisadas de acordo com o agrupamento e potencialidade dos recursos. Desta forma, o valor turístico do recurso é função da oferta e da procura. Neste caso particular, os turistas foram inquiridos sobre 22 categorias de recursos, o que corresponde ao valor da procura. O valor da oferta é determinado através da capacidade de cada um dos recursos em satisfazer os interesses que despertam na procura turística.

Ainda neste contexto, os recursos com potencial para turismo de natureza podem ainda ser avaliados através das experiências vividas pelos turistas relacionadas com as atividades praticadas, as quais constituem uma parte integral da sua satisfação (Chhetri, Arrowsmith & Jackson, 2004).

Recentemente, a experiência do visitante tornou-se uma peça fulcral na compreensão relativa à satisfação do visitante (Ryan, 2000). Vários estudos consideram as experiências de turismo como uma forma de satisfazer uma ampla gama de necessidades pessoais. Essas necessidades variam desde o prazer individual obtido através de turismo de massa até uma procura do sentido humano mais profundo.

Durante muitos anos, a interpretação das experiências relativas à observação da paisagem manteve-se fiel a uma investigação fenomenológica e humanista. Estas abordagens são, sobretudo, qualitativas e enfatizam as interpretações individualistas e subjetivas de experiências humanas relativas aos ambientes naturais. Além dessas abordagens, ilustram diferentes formas em que as pessoas experimentam, concetualizam e interiorizam objetos e fenómenos de interesse num determinado ambiente. Mais recentemente, o conceito de experimentar as paisagens foi empiricamente testado e sua validade foi estabelecida através de métodos quantitativos. Os movimentos dos visitantes foram observados, e o seu comportamento, preferências e escolhas foram discretamente monitorizados por alguns estudos (Chhetri & Arrowsmith, 2002).

Várias técnicas têm sido utilizadas para recolher os dados a partir das respostas que mostram o estado de emoções / experiências dos visitantes. Ultimamente, têm sido utilizados instrumentos mais eficazes para monitorizar o movimento e o comportamento dos visitantes, tais como vídeos (Janowsky & Becker, 2002; Arnberger & Brandenburg, 2002), sensores acoplados a contadores (Arnberger & Brandenburg, 2002) e, mais recentemente, os sistemas de posicionamento global (GPS). Coch (2002) propôs um método de campo etológico, utilizando binóculos como uma alternativa metodológica aos questionários, para observar o comportamento dos visitantes por meio de três estratégias diferentes, lidando com diferentes condições ambientais em áreas protegidas. Janowsky e Becker (2002) conjugam a utilização de diferentes técnicas, incluindo vídeo, entrevistas pessoais e sistemas de informação geográfica (SIG), para monitorizar grupos de utilizadores específicos e identificar as suas necessidades. Os dados sobre o número, composição e horários dos visitantes foram monitorizados utilizando o vídeo. Este procedimento foi seguido pela realização de entrevistas pessoais

para determinar as suas necessidades e conflitos entre diferentes grupos de utilizadores. Os SIG foram utilizados para localizar segmentos de estrada que têm uma elevada probabilidade de conflito entre diferentes tipos de grupos de utilizadores (por exemplo, os pedestrianistas, os corredores e os ciclistas).

Alguns estudos consideram a satisfação como um processo cognitivo que conduz a um estado emocional. Uma experiência agradável, relaxante e excitante induzida num determinado espaço geográfico, mais provavelmente resulta na satisfação do visitante. Em contraste, o sentimento de tédio e frustração levam à menor satisfação entre os indivíduos. A investigação sobre a satisfação dos visitantes necessita de ser focada na determinação de experiências individuais, a fim de verificar o nível de satisfação. Existe, portanto, a necessidade de analisar as características e propriedades reais associadas às atividades e experiências recreativas. A anatomia de uma experiência, a sua intensidade, duração e memorização de significados eram muitas vezes ignoradas, em grande parte, da investigação de satisfação do visitante. Neste contexto, Chhetri et al. (2004), propõem a utilização de duas abordagens multivariadas (Análise de Componentes Principais e Escalonamento Multidimensional) para descrever as experiências dos turistas ao realizar caminhadas no Parque Nacional de Grampians (Austrália). Os componentes identificados, fornecem um quadro teórico para a avaliação da satisfação do visitante através da identificação de dimensões de experiências relacionadas com a paisagem (beleza, relaxamento, excitação, prazer, motivação, aborrecimento, tensão, estimulante, desafiante e abrangente) que têm o potencial de influenciar a experiência do visitante nas caminhadas. Os autores sugerem que a inclusão de tais dimensões num questionário permitirá ampliar ainda mais o conhecimento sobre a satisfação do visitante. No futuro, prevê-se que estes dados irão integrar informação espacial, temporal e comportamental, de forma estruturada e modular, a qual permitirá que mais sistemas de apoio à decisão baseados em conhecimento sejam desenvolvidos.

O trabalho iniciado por Ward, Hughey e Ulrich (2002) permitiu propor um método para determinar os efeitos biofísicos do turismo sobre o ambiente natural. Neste contexto, foi desenvolvido um sistema de classificação que possibilitava a

identificação e classificação dos recursos naturais em três grandes agrupamentos intuitivos ou tipos com base na principal razão para a sua visita, ou seja, a fauna, a flora e as atrações físicas. Estes tipos foram subdivididos em classes de atividades, por exemplo, a vida selvagem inclui mamíferos, aves, invertebrados, etc., e físico inclui cavernas, ilhas, etc. A seleção de indicadores adequados é composta por uma combinação de indicadores genéricos comuns a todas as atrações de uma classe especial de recursos (*top down*), e indicadores específicos de determinados locais, ou seja, indicadores que se relacionam com as características únicas da atração individual (por exemplo, geologia e comportamento das espécies) (*bottom up*). Algumas classes de recursos possuem também uma etapa intermediária, a qual reflete a existência de indicadores que, embora não generalizados, são comuns a muitas espécies ou locais. A monitorização dos principais indicadores também permite a identificação de diretrizes para a gestão de impactes ambientais das atividades de turismo. Esta abordagem foi aplicada com o propósito de delinear os impactes turísticos na região da Costa Oeste, Ilha do Sul na Nova Zelândia (Barringer, Walcroft, Forer & Hughey, 2002). Neste caso, foi prevista a aplicação final destes métodos com o objetivo de produzir um Sistema de Apoio à Decisão (SAD) associado a uma aplicação de sistema de informação geográfica (SIG). Com o objetivo de testar este sistema, Forer (2002), realizou questionários a visitantes para determinar os padrões de comportamento dos mesmos, tendo em vista a identificação e monitorização de indicadores de impactes biofísicos sobre os recursos naturais. Tendo estimado o número de visitantes para qualquer recurso natural dentro de uma rede de estradas, o modelo avalia o impacte visitante provável, com base nas relações entre o número de visitantes e o indicador selecionado para esse tipo de recurso.

O estudo realizado por Alaeddinoglu e Can (2011) aborda a identificação, caracterização e classificação de recursos de turismo de natureza, aplicando o caso da bacia ocidental do lago Van, na Turquia. Este estudo teve como objetivo identificar e classificar os recursos naturais existentes na bacia ocidental do Lago Van, com potencial para o desenvolvimento de atividades relacionadas com o turismo de natureza. Além disso, o estudo também tem como objetivo investigar se os recursos naturais classificados são avaliados da mesma forma pelos

visitantes, e determinar as características que distinguem os recursos naturais visitados dos não visitados.

A área de estudo foi dividida em quatro unidades geomorfológicas distintas. A primeira é a área ao sul e leste de Tatvan, que inclui Bitlis Metamorphites. A segunda região contém vulcão Nemrut, e os cones parasitas ao seu redor, abrigando vários planaltos e vales vulcânicos. A terceira região abrange zonas calcárias em torno das bacias dos lagos Nazik e Batm. Esta área inclui depósitos vulcânicos fluviais e calcário marinho e a quarta região inclui as planícies aluviais, a leste do vulcão Suphan.

Dados do ano de 2008 mostram que a população da área de estudo é 191.345 (TUIK, 2008). Pela descrição acima, podemos verificar que a área de estudo é rica no que diz respeito à existência de recursos para o turismo de natureza, os quais englobam inúmeras atividades de desporto entre as quais se destacam os desportos aquáticos. Ao mesmo tempo, os recursos existentes nesta região são extremamente variados, podendo oferecer diferentes potencialidades turísticas, simultaneamente. No mesmo sentido, a área de trabalho encontra-se rodeada por uma orla territorial muito pouco desenvolvida. Com base em dados do serviço de turismo local, este local é visitado, em média, por 4,3 mil turistas internacionais e 30 mil turistas locais, por ano.

De forma a proceder à identificação e caracterização dos recursos existentes, a região foi, em primeiro lugar, detalhadamente mapeada com recurso a mapas existentes e SIG. Para validar esta informação, foram realizadas observações periódicas aos locais e os dados obtidos na área de estudo foram comparados com o arquivo dos locais constantes de património natural e arqueológico declarado pelo Conselho de Proteção dos Recursos Naturais e Culturais. Todos os atributos físicos e de utilização do solo, flora, fauna, destruição ambiental e locais passíveis de constituir infraestruturas foram inscritos no mapa e as suas localizações determinadas através do Sistema de Posicionamento Global (GPS). Desta forma, os recursos turísticos foram classificados segundo as suas características gerais.

Através da realização de viagens de campo à região em apreço, foram identificadas 23 zonas com potencial para constituir um recurso de turismo de natureza. Estas zonas, dentro da área de estudo, foram classificadas através de uma abordagem qualitativa, com base no trabalho de Priskin (2001), utilizando uma lista de existências e recorrendo a opiniões de especialistas. As áreas com potencial para desenvolvimento turístico, foram avaliadas de acordo com as categorias de níveis de atração, infraestruturas, nível de destruição ambiental e de acessibilidade. Com o objetivo de incluir todas as características com potencial de atração de turistas a um local, este foi avaliado em dez subitens, sendo a cada indicador atribuídos níveis de avaliação de 1 (fraco) a 10 (excelente). As atrações consideradas nesta avaliação foram: diversidade da flora; diversidade da paisagem; oportunidade de recreação (a oportunidade de se envolver em atividades de recreação, como pedestrianismo, ciclismo, natação); oportunidade de realizar atividades de aventura; existência de baía (costa protegida ou lago, zonas húmidas); exigência de zonas de litoral rochoso; existência de praia; miradouros com boas vistas; interessante do ponto de vista científico e características geológicas (cavernas, grandes rochas, afloramentos, pilares de pedra calcária).

As infraestruturas de suporte de uma área turística são necessárias para o seu desenvolvimento sustentável a longo prazo. Esta categoria contém 8 subitens e foi avaliada de forma dicotómica (infraestrutura existente ou não existente). A avaliação do nível de destruição ambiental teve como objetivo medir os danos naturais da área estudada e/ou danos causados por seres humanos, e esta categoria foi dividida em 10 subitens e avaliada de 1 a 10 (1 = muito, 10 = muito pouco). Acessibilidade inclui fatores como o nível de dificuldade experimentada pelos visitantes nas suas deslocações diárias pela área (Priskin, 2001; Sayan & Ortacesme, 2006; Alaeddinoglu & Can, 2011) e do tipo de estrada e veículo necessário para aceder ao destino. Esta parte foi avaliada por meio de uma escala de Likert de 5 pontos: 1 = muito desfavorável, 5 = muito favorável. Ao mesmo tempo, foi também determinada a dimensão das visitas recebidas pelos locais a classificar.

Entre os recursos turísticos identificados na área de estudo, os autores concluíram que 5 eram montanhas (21,7%), 5 eram áreas com diversos pontos de interesse paisagístico e de lazer (21,7%), 4 eram vales ou áreas com diversidade de flora (17,4%), 4 eram lagos (17,4%), 3 eram áreas com características geológicas (13,0%) e 2 foram classificadas como penínsulas e zonas costeiras (8,7%). Uma dessas áreas constituía um local protegido. Os resultados revelaram que 52% das zonas identificadas na área de estudo possuíam um nível moderado de atrações, enquanto 48% possuíam um nível elevado. Por outro lado, as áreas com um baixo nível de atração eram inexistentes. Considerando-se que o nível de atração média para todas as 23 áreas foi 65,96 (13,89), esta área deve estar entre as áreas prioritárias no âmbito do planeamento do turismo. Entre os critérios de avaliação de nível de atração, os indicadores mais comuns foram a qualidade da paisagem, a possibilidade de recreação e de lazer com os valores médios de 8,78, 8,70 e 8,52, respetivamente; enquanto as características menos comuns de atração foram consideradas a área litoral e constituições rochosas ou falésias, com os valores médios de 4,87 e 4,91.

As instalações de infraestrutura de mais de metade (57%) dos recursos do turismo de natureza na área de estudo foram considerados insuficientes. Vinte e seis por cento da área tinha um nível de infraestrutura moderado, enquanto 17% tinham um nível elevado. Na maioria dos recursos turísticos, o nível de destruição ambiental foi baixa. Isto implica a presença de recursos turísticos praticamente imaculados. Embora 83% das áreas se encontrem expostas a um baixo nível de destruição do meio ambiente, 17% foram expostos a um nível moderado de destruição. Por outro lado, não foram encontrados espaços que tinham um elevado nível de destruição do ambiente.

A possibilidade de aceder ao destino através de qualquer tipo de transporte foi classificada com o valor médio de 2,87, constituindo o melhor indicador de acessibilidade; enquanto a proximidade ao centro da cidade é o indicador de acessibilidade mais baixo, com o valor médio de 2,65. A frequência dos critérios mostra que 43,4% das áreas eram ou perto ou muito perto do centro da cidade; e 43,4% possuíam um recurso turístico natural / histórico próximo ou muito

próximo. Além disso, 43,4% das áreas analisadas possuíam estradas classificadas como boas ou muito boas. Os autores consideram que 39% dos recursos naturais na área de estudo possuíam baixa acessibilidade, 22% tinham acessibilidade moderada e 39% tinham boa acessibilidade.

Através da análise dos diferentes componentes incluídos na classificação dos diferentes locais, os autores sugerem que 57% dos recursos possuem elevado potencial de desenvolvimento do turismo de natureza e 43% possuem potencialidade moderada. Não foram identificados recursos com baixo potencial de desenvolvimento do turismo de natureza. Considerando-se que o valor médio para todas as áreas foi 159,35 (18,416), podemos considerar que os recursos naturais na área de estudo poderão constituir uma forte região de turismo de natureza na sua situação atual, se beneficiar de um bom planeamento.

Com o objetivo de proceder a uma avaliação do recurso por parte dos visitantes, 396 turistas locais e estrangeiros que visitaram a área de estudo foram inquiridos sobre as cinco zonas visitadas dentro da área de estudo. Os resultados mostram que os turistas tendem a visitar áreas que têm um nível relativamente elevado de atração, baixa destruição ambiental, com boas infraestruturas e acessibilidade. O paralelismo entre as preferências dos visitantes e a classificação dos recursos naturais no presente estudo contribuiu para resultados consistentes.

No entanto, este estudo apresenta a limitação de não ter considerado a frequência das visitas na identificação das características comuns das áreas que foram e não foram utilizados pelos visitantes, ou seja, as vivências e opiniões dos turistas não foram incorporadas no método de classificação dos locais com eventual potencial turístico.

3.5 Metodologia

O aumento da consciência ambiental entre os consumidores e o consequente aumento da procura pelo turismo e desporto na natureza tem levado os gestores desta área a procurar novos recursos turísticos. No entanto, o primeiro passo para um planeamento eficaz é identificar e caracterizar sistematicamente os recursos existentes e proceder à sua avaliação e classificação.

A questão sobre o que constitui um recurso e quais os fatores que permitem aumentar ou diminuir a sua qualidade pode apenas ser respondida através de uma análise sistemática do potencial de recursos (Priskin, 2001). Esta análise começa com a sua identificação, avaliação e classificação.

Através da apresentação dos estudos de caso neste artigo, procurámos evidenciar métodos de avaliação dos recursos naturais destinados à prática de turismo de natureza. Estes apresentam a perspetiva dos investigadores, gestores de turismo ou decisores políticos (Alaeddinoglu & Can, 2011).

Com base nos estudos efetuados por Priskin (2001) e por Alaeddinoglu e Can (2011) e nos modelos propostos por estes, efetuámos a classificação dos locais identificados no capítulo anterior tomando em consideração quatro categorias: nível de atrações turísticas, infraestruturas de suporte, nível de degradação ambiental e acessibilidade.

Cada categoria subdivide-se em diversos indicadores de análise, de acordo com as investigações referidas, os quais foram ajustados e adaptados à realidade da área protegida em estudo, a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, tendo sido eliminados os indicadores referentes a recursos naturais aquáticos ou costeiros.

Tabela 3.1- Nível de atrações turísticas (adaptado de Priskin, 2001; Alaeddinoglu & Can, 2011)

INDICADOR	ASPETOS DE ANÁLISE	ESCALA DE AVALIAÇÃO
Diversidade da flora	Grau de diversidade das espécies vegetais	De 1 (fraco) a 10 (excelente)
Diversidade da paisagem	Nível de diversidade associada às características da paisagem	
Oportunidade de recreação	Oportunidade de participar em atividades de lazer como passeios/caminhadas, cicloturismo, passeios equestres	
Oportunidade de realizar atividades de aventura	Oportunidade de realizar atividades de risco ou perigosas, como TT, Escalada, BTT, Voo livre ou Espeleísmo	
Qualidade da paisagem	Área onde pode ser observada uma visão mais ampla da paisagem	
Exclusividade do espaço	Espaço invulgar na região envolvente	
Características geológicas	Grutas, grandes rochas, afloramentos, pilares de pedra calcária	

Na categoria “Nível de atrações turísticas”, cada um dos indicadores foi avaliado segundo uma escala de avaliação de 1 (fraco) a 10 (excelente), no sentido de refletir o seu grau de importância. Cada espaço analisado poderá obter, por exemplo, avaliação de excelente (10) em vários indicadores, sendo que a pontuação máxima possível de obter nesta categoria é 70. Espaços que, após a análise nesta categoria, obtenham uma pontuação final alta na soma de todos os indicadores constituem-se como locais com grande diversidade de atrações, bem como os que obtenham uma baixa pontuação final apresentam-se como locais com baixa diversidade de atrações.

Tal como refere Priskin (2001), este método de avaliação revela alguma subjetividade, tal como a maioria das técnicas de avaliação da paisagem. No entanto, a sua aplicação coerente resultará numa classificação de baixa, média ou alta diversidade de atrações dos espaços analisados.

Tabela 3.2 - Infraestruturas de suporte (adaptado de Priskin, 2001; Alaeddinoglu & Can, 2011)

INDICADOR	ASPETOS DE ANÁLISE	ESCALA DE AVALIAÇÃO
Sanitários	Inclui casa de banho, chuveiros, vestiários	Existe (sim) ou não existe (não)
Mesas para piquenique	Mesas com bancos para comer	
Barbecue	Locais para fazer fogo para cozinhar, grelhadores	
Caixotes de lixo	Incluindo unidades de tratamento de resíduos, locais de reciclagem	
Acessos para pessoas com mobilidade reduzida	Qualquer instalação com rampa para pessoas com deficiência	
Sombra e abrigos	Equipamentos tais como abrigos, toldos, árvores plantadas	
Primeiros socorros ou instalações telefónicas	Locais de primeiros socorros ou instalações telefónicas	
Água potável	Locais com água potável, pelo menos, um	

As infraestruturas de suporte constituem-se como essenciais para a sustentabilidade dos destinos de turismo (Alaeddinoglu & Can, 2011). No que respeita a esta categoria foram analisados 8 indicadores segundo uma escala de avaliação apenas de “existe (sim)” ou “não existe (não)”, com o mesmo grau de importância, tendo sido codificados para posterior análise estatística com os valores 1 e 0 respetivamente. Cada espaço analisado poderá obter uma pontuação máxima de 8. Mediante as pontuações atribuídas, cada espaço poderá obter uma classificação de local sem infraestruturas, com poucas

infraestruturas ou com infraestruturas suficientes / adequadas para o turismo de natureza.

Tabela 3.3 - Degradação ambiental (adaptado de Priskin, 2001; Alaeddinoglu & Can, 2011)

INDICADOR	ASPETOS DE ANÁLISE	ESCALA DE AVALIAÇÃO
Existência de lixo	Quantidade, tipo e densidade de lixo	De 1 (muito a 10 (muito pouco))
Ervas daninhas	Grau de invasão causada por espécies não nativas	
Pragas / doenças	Presença de doenças / pragas que afetam o ecossistema	
Nível de impacto do fogo	Causado por fatores não naturais, tais como queimadas, campismo	
Erosão	Erosão de caminhos ou trilhos	
Pisoteio de vegetação	Estado da vegetação em termos de estrutura física	
Erosão da paisagem rochosa	Aparência de rochas ou paredes naturais	
Trilhos	Não construídos propositadamente, causados por atividades de desporto de natureza ou turismo ativo	
Infraestruturas construídas não turísticas	Casas de apoio a campos agrícolas, guarda de animais	

Com base numa escala de avaliação de 1 (muito) a 10 (muito pouco), foram analisados 9 indicadores correspondentes à categoria “degradação ambiental”. Cada local poderá receber uma pontuação máxima de 90. A pontuação obtida nos indicadores definidos permitiu classificar cada local como local com alta, moderada ou baixa degradação ambiental, mediante uma pontuação baixa, média ou alta, respetivamente.

Enquanto em alguns estudos o indicador “infraestruturas construídas não turísticas”, no qual foram verificadas infraestruturas como casas de apoio a campos agrícola ou a guarda de animais, é percebido como um indicador positivo, tendo um importante valor cultural, na categoria “degradação ambiental” é analisado com uma conotação negativa, sendo considerado como algo indesejável (Priskin, 2001).

Tabela 3.4 - Acessibilidade (adaptado de Priskin, 2001; Alaeddinoglu & Can, 2011)

INDICADOR	ASPETOS DE ANÁLISE	ESCALA DE AVALIAÇÃO
Proximidade ao centro da sede de concelho	Possibilidade de aceder em pouco tempo ao centro da sede de concelho	Escala de Likert: De 1 (muito desfavorável) a 5 (muito favorável)
Proximidade a outro recurso natural ou histórico	Possibilidade de aceder facilmente e em pouco tempo a outro recurso	
Tipo e estado da estrada	Condições da estrada de acesso	
Todos os tipos de transporte	Possibilidade de aceder qualquer tipo de transporte até aos espaços	

A categoria “Acessibilidade” refere-se à facilidade com que um espaço pode ser alcançado fisicamente. French, Smith e Collier (1995) referem ainda que esta categoria pressupõe a facilidade com a qual um destino pode ser apreciado como um produto turístico. Foram assim, analisados indicadores como a proximidade à sede de concelho, a proximidade a outros recursos naturais ou históricos, o tipo e estado da estrada e todos os tipos de transporte, no âmbito da possibilidade de acessibilidade a qualquer tipo de transporte. Estes 4 indicadores foram analisados segundo uma escala de avaliação de 5 pontos, baseada na escala de Likert, sendo que 1 corresponde a muito desfavorável e 5 corresponde a muito favorável.

Cada espaço poderá obter a pontuação máxima de 20, mediante a cotação em cada indicador. A soma da avaliação de todos os indicadores permitem classificar o espaço como local com acessibilidade baixa, moderada ou alta.

Anguera (1990) afirma que observar obedece à interação de três componentes essenciais: a perceção, a interpretação e o conhecimento prévio. A autora, citada por Sarmiento (2004), refere que a observação pode constituir-se como uma tarefa fácil ou difícil, mediante os dados a observar, no entanto, a qualificação e habilidade do observador estabelece-se como um fator facilitador da tarefa. De acordo com Bogdan e Biklen (1994) o investigador é o principal instrumento de recolha de informações, e muitas vezes o único, tendo um papel fundamental na fiabilidade dos resultados. O seu papel, no âmbito da observação, é registar do modo mais objetivo possível o que observa e posteriormente interpretar os dados que foram recolhidos.

A avaliação foi efetuada e registada pelo investigador através da observação direta no terreno, tendo em consideração o quadro teórico apresentado. Houve, pois, o propósito em harmonizar as técnicas de recolha de dados com a natureza da investigação, procurando sempre a consistência dos processos e das informações.

3.6 Resultados

Foram analisados 6 locais da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto correspondentes aos locais identificados e caracterizados no capítulo anterior. São eles os dois espaços de Escalada e os quatro percursos pedestres e respetivas zonas envolventes.

Tabela 3.5 – Estatística descritiva do nível de atrações turísticas

Nível de atrações	N	Min.	Máx.	Média
Diversidade da flora	6	5	8	6,5
Diversidade da paisagem	6	6	8	7,0
Oportunidade de recreação	6	2	10	7,5
Oportunidade de realizar atividades de aventura	6	4	10	6,67
Qualidade da paisagem	6	6	10	7,83
Exclusividade do espaço	6	6	8	6,5
Características geológicas	6	5	9	7,17

No que respeita à categoria “nível de atrações turísticas” (tabela 3.5), os indicadores mais valorizados foram a qualidade da paisagem e oportunidade de recreação, com valores médios de 7,83 e 7,5 respetivamente. Por outro lado, os indicadores menos valorizados foram a diversidade da flora e a exclusividade do espaço, ambos com valores médios de 6,5.

Tabela 3.6 – Classificação global das atrações de turismo de natureza

Classe de atração	Intervalo de Valores	Nº de locais	%
Diversidade baixa	0 – 23	0	0
Diversidade média	24 – 46	2	33,33
Diversidade alta	47 – 70	4	66,67

Dos seis locais analisados, contemplando os valores da análise de todos os indicadores respeitantes ao nível de atrações turísticas de cada local (tabela 3.6), verificámos que a sua grande maioria (66,67%) foi classificada como sendo recursos turísticos com diversidade alta. Os restantes (33,33%) possuem uma diversidade média de recursos turísticos.

Tabela 3.7 – Estatística descritiva das infraestruturas de suporte

	N	Sim	%	Não	%
Sanitários	6	4	66,67	2	33,33
Mesas para piquenique	6	1	16,67	5	83,33
Barbecue	6	0	0	6	100
Caixotes de lixo	6	0	0	6	100
Acessos para pessoas com mobilidade reduzida	6	1	16,67	5	83,33
Sombra e abrigos	6	4	66,67	2	33,33
Primeiros socorros ou instalações telefónicas	6	0	0	6	100
Água potável	6	4	66,67	2	33,33

Com base nos dados recolhidos, constatamos que mais de metade dos locais analisados (66,67%) possui poucas infraestruturas de suporte, sendo que dois locais não possuem qualquer infraestrutura de suporte (Tabela 3.7). 66,67% dos espaços possuem sombra e abrigos e sanitários como suporte aos mesmos, bem como, pelo menos, um ponto com água potável. No entanto, nenhum dos locais possui, como infraestrutura de suporte, *barbecue*, caixotes do lixo e primeiros socorros ou instalações telefónicas (Tabela 3.8), o que constitui, no caso deste último indicador, um fator revelador de insegurança na realização de atividades de desporto de natureza e turismo ativo na Paisagem Protegida da Serra de Montejunto.

Tabela 3.8 – Classificação dos locais com base nas infraestruturas de suporte

Classe de infraestruturas de suporte	Intervalo de Valores	Nº de locais	%
Sem infraestruturas	0	2	33,33
Poucas infraestruturas	1 – 4	4	66,67
Infraestruturas suficientes	5 – 8	0	0

A Tabela 3.9 apresenta a estatística descritiva sobre o nível de degradação ambiental dos espaços analisados. Considerando que os valores mais altos correspondem a níveis de degradação mais baixos, verificamos assim, que o “nível de impacto do fogo”, com uma média de 9,17, constitui o indicador que causa, atualmente, menor degradação ambiental sobre os espaços analisados, seguido do indicador “existência de lixo”, com uma média de 8,67. Contrariamente, a “erosão da paisagem rochosa” e o “pisoteio da vegetação” são os indicadores que revelam os maiores índices de degradação ambiental nestas áreas (médias de 4,33 e 5,0 respetivamente).

Tabela 3.9 – Estatística descritiva da degradação ambiental

	N	Min.	Máx.	Média
Existência de lixo	6	8	9	8,67
Ervas daninhas	6	2	7	5,5
Pragas / doenças	6	10	10	10
Nível de impacto do fogo	6	8	10	9,17
Erosão	6	1	8	5,5
Pisoteio de vegetação	6	1	7	5,0
Erosão da paisagem rochosa	6	4	5	4,33
Trilhos	6	1	10	6,33
Infraestruturas construídas não turísticas	6	2	10	5,17

Em grande parte dos espaços, o nível de degradação ambiental é baixo, o que significa baixos índices de ocupação humana que visita estes locais. No entanto, apesar de 66,67% dos espaços parecer quase intocável com baixos índices de degradação, 33,33% apresenta níveis moderados de degradação ambiental (Tabela 3.10), o que revela a necessidade de estabelecer algum tipo de controlo destas áreas no sentido de evitar a sua degradação irremediável. Contudo, ainda não se revela nenhum espaço com alto nível de degradação ambiental. Considerando que a “erosão da paisagem rochosa” e o “pisoteio da vegetação” são os indicadores que revelam os maiores índices de degradação ambiental, apesar de esta ser uma área protegida a qual está sujeita a legislação específica, verifica-se a carência de regulamentação e monitorização destes locais.

Tabela 3.10 – Classificação dos locais com base na degradação ambiental

Classe de degradação	Intervalo de Valores	Nº de locais	%
Alta	0 – 30	0	0
Moderada	31 – 60	2	33,33
Baixa	61 – 90	4	66,67

A Tabela 3.11 demonstra a estatística descritiva acerca dos indicadores de acessibilidade aos locais em análise. De acordo com os resultados obtidos, aferimos que a possibilidade de qualquer tipo de transporte poder aceder aos espaços é muito favorável, tal como o confirma o indicador “todos os tipos de transporte”, com uma média de 5,0 (muito favorável). Por outro lado, a distância desta área ao centro da sede de concelho é o indicador de acessibilidade que se revela menos favorável, com uma média de 2,16.

Conforme podemos confirmar na Tabela 3.12, os espaços naturais analisados na Paisagem Protegida da Serra de Montejunto englobam boa acessibilidade, uma vez que 83,33% dos locais situam-se no intervalo de valores considerados como acessibilidade alta. Apenas se considera que um dos locais é considerado com acessibilidade moderada. Estes aspetos permitem-nos confirmar o

potencial de desenvolvimento desta área através das boas acessibilidades existentes, fator importante para atrair visitantes.

Tabela 3.11 – Estatística descritiva da acessibilidade dos recursos naturais

	N	Min.	Máx.	Média
Proximidade ao centro da sede de concelho	6	2	3	2,16
Proximidade a outro recurso natural ou histórico	6	4	5	4,67
Tipo e estado da estrada	6	3	4	3,83
Todos os tipos de transporte	6	5	5	5,0

Tabela 3.12 – Classificação dos locais com base na acessibilidade

Classe de acessibilidade	Intervalo de Valores	Nº de locais	%
Baixa	0 – 7	0	0
Moderada	8 – 14	1	16,67
Alta	15 – 20	5	83,33

Os resultados da presente investigação demonstram que o potencial de atração dos locais analisados é elevado, possuindo uma diversidade de atrações maioritariamente alta, podendo realçar-se a qualidade da paisagem e a oportunidade de recreação, indicadores bastante valorizados por praticantes de atividades de desporto de natureza e turismo ativo. Encontram-se, contudo, equipados com poucas infraestruturas de suporte, nomeadamente zonas para *barbecue*, caixotes do lixo e locais de primeiros socorros ou instalações telefónicas, o que revela alguma falta de investimento por parte da entidade gestora.

Outro fator que constitui uma mais-valia para esta área é a baixa degradação ambiental dos espaços. No entanto, devem monitorizar-se os indicadores de

degradação ambiental, dando especial atenção aos indicadores de erosão da paisagem rochosa e ao pisoteio da vegetação.

Um fator favorável para o potencial desenvolvimento desta área protegida é a classificação de acessibilidade alta aos locais, dando-se ênfase à possibilidade de acesso a qualquer tipo de transporte.

De facto, o estudo efetuado por Alaeddinoglu e Can (2011) atesta que os turistas tendem a visitar locais com níveis de atração relativamente altos, degradação ambiental baixa e onde as infraestruturas de suporte e as facilidades de transporte sejam adequados. Os resultados da nossa investigação enquadram-se dentro destes padrões, o que demonstra o potencial de desenvolvimento desta área.

A soma destes fatores anunciados poderão constituir uma ferramenta importante para a entidade gestora para transformar o potencial de desenvolvimento turístico numa verdadeira atração turística.

3.7 Considerações Finais

À medida que turismo ativo e desportivo na natureza crescem, as áreas protegidas testemunham uma crescente pressão por parte dos turistas, com a qualidade dos recursos do destino a exercer uma influência considerável no que respeita à experiência em particular. Um sistema de avaliação e classificação pode ajudar os visitantes a selecionar locais, melhorar a sua satisfação, e incentivá-los a agir de forma responsável. As entidades gestoras podem obter uma melhor interpretação a partir das experiências dos visitantes de forma a melhor operar estes locais.

Apesar do papel decisivo desempenhado pela qualidade da experiência de um destino para determinar se os turistas estão satisfeitos e se as suas expectativas foram cumpridas, a maioria dos estudos deste tipo foca-se na procura turística em vez de se focar nos destinos. Como esta forma de turismo continua em

expansão, as áreas protegidas são colocadas sob uma pressão crescente. De forma a geri-las eficazmente, é essencial que estas sejam avaliadas e classificadas com vista a disseminar os princípios do desenvolvimento sustentável e a assegurar uma correspondência adequada entre as expectativas dos turistas e as experiências correspondentes.

O desenvolvimento de um sistema formal de avaliação e classificação para áreas protegidas é necessário devido a várias razões. Em primeiro lugar, porque os turistas visitam frequentemente mais do que um destino durante uma viagem, experimentando uma variedade de ambientes naturais e culturais. A Organização Mundial do Turismo fez notar que, na prática, somente uma pequena percentagem de turistas viajam para experimentar exclusivamente natureza ou cultura. Para estes, a avaliação e classificação das áreas protegidas é uma oportunidade de se informarem sobre as oportunidades de recreação e recursos do destino de forma a selecionar os locais potencialmente mais agradáveis.

Na presente investigação foi utilizada uma forma simples e assertiva para classificar os recursos naturais potencialmente destinados a atividades de turismo e desporto de natureza e esta informação é importante para as entidades gestoras, no sentido de melhor conhecer a qualidade dos recursos, conferindo-lhes melhores condições para tomar decisões sobre a capacidade, compatibilidade do uso dos espaços e os consequentes impactes. A metodologia utilizada neste estudo foi adaptada dos modelos propostos por Priskin (2001) e por Alaeddinoglu e Can (2011), reajustada e pode ser facilmente aplicada a outras áreas.

Por outro lado, o turismo ativo e o desporto de natureza dependem da qualidade do ambiente. Ambientes cenicamente atraentes incorporam, frequentemente, aspetos da comunidade local, estradas e trilhos, instalações para visitantes, e outras atrações, tanto centrais como periféricas. Destinos bem geridos e turistas bem informados e conscientes, complementam os atributos naturais e contribuem para a satisfação relativamente à experiência vivida.

Em geral, os espaços analisados afiguram-se como grandes fatores de desenvolvimento para a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, pois constituem uma grande diversidade de atrações, possuem um nível baixo de degradação ambiental e boa acessibilidade, fatores muito valorizados pelos visitantes e praticantes de atividades de desporto de natureza e turismo ativo.

Contudo, a entidade gestora deve ponderar o investimento em infraestruturas de suporte, de modo a garantir a satisfação e a fidelidade dos visitantes a esta área protegida.

3.8 Bibliografia

- Alaeddinoglu, F. & Can, A.S. (2011). Identification and classification of nature-based tourism resources: western Lake Van basin, Turkey. *Procedia Social and Behavioral Sciences*, 19, 198–207. [doi:10.1016/j.sbspro.2011.05.124](https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2011.05.124)
- Anguera, M. (1990). Metodología observacional. In J. Arnau, M.T. Anguera & J.Gómez. *Metodología de la investigación en Ciencias del Comportamiento*. Murcia: Secretariado de Publicaciones de la Universidad de Murcia, 125-236.
- Arnberger, A., & Brandenburg, C. (2002). Visitor structure of a heavily used conservation area: The Danube Floodplain National Park, Lower Austria. In Arnberger, et al. (Ed.), *Conference proceedings of the monitoring and management of visitor flows in recreational and protected areas* (pp. 7–13). Vienna, Austria: Bodenkultur University.
- Arnegger, J., Woltering, M. & Job, H. (2010). Toward a product- based typology for nature-based tourism: a conceptual framework. *Journal of Sustainable Tourism*, 18:7, 915-928. doi: 10.1080/09669582.2010.485680
- Arnould, E. J., & Price, L. L. (1993). River magic: extraordinary experience and the extended service encounter. *Journal of consumer Research*, 24-45.
- Barringer, J., Walcroft, A., Forer, P., Hughey, K. (2002). *Development of an environmental effects and tourism flows data management system*. In New Zealand Tourism and Hospitality Research Conference. Lincoln University.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- Brenner, L., Arnegger, J., & Job, H. (2008). Management of nature-based tourism in protected areas: The case of the Sian Ka'an Biosphere Reserve, Mexico. In A.D. Ramos & D.P. Jiménez (Eds.), *Tourism development: Economics, management and strategy* (pp. 47–69). Hauppauge: Nova Science Publishers.

- Buckley, R.C., Pickering, C.M. & Weaver D., (eds) (2003). *Nature-Based Tourism, Environment and Land Management*. Wallingford, UK: CABI Publishers.
- Buckley, R. (2008). Thresholds and standards for tourism environmental impact assessment. In Schmidt, Glasson, Emmelin & Helbron (Eds.) *Standards and Thresholds for Impact Assessment*. Heidelberg: Springer. doi: 10.1007/978-3-540-31141-6_16
- Buckley, R.C. (2010). *Adventure Tourism Management*. Oxford: Elsevier.
- Buhalis, D. (2000). Marketing the competitive destination of the future. *Tourism Management*, 21(1), 97–116. [doi:10.1016/S0261-5177\(99\)00095-3](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(99)00095-3)
- Cater C, & Cater E. (2007). *Marine Ecotourism: Between the Devil and the Deep Blue Sea*. Wallingford, UK: CABI Publ. 307 pp.
- Chhetri, P., & Arrowsmith, C. (2002). Developing a spatial model of hiking experience in natural landscapes. *Cartography*, 31(2), 87–102.
- Chhetri, P., Arrowsmith, C., & Jackson, M. (2004). Determining hiking experiences in nature-based tourist destinations. *Tourism Management*, 25(1), 31–43. [doi:10.1016/S0261-5177\(03\)00057-8](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(03)00057-8)
- Coch. T. (2002). *Observing visitors behaviour as a methodical alternative to questionnaires – a proposal*. Monitoring and Management of Visitor Flows in Recreational and Protected Areas – Conference Proceedings, 474-477.
- Cocklin, C. (1991). *There's No Accounting for Some Peoples' Behaviour: A Case for Environmental Auditing*. New Zealand Engineering, 46(2), 30.
- Cunha, L. (2008). Avaliação do potencial turístico. *Cogitur, Journal of Tourism Studies*, 1(1).
- Deng, J., King, B., & Bauer, T. (2002). Evaluating natural attractions for tourism. *Annals of Tourism Research*, 29(2), 422–438. [doi:10.1016/S0160-7383\(01\)00068-8](https://doi.org/10.1016/S0160-7383(01)00068-8)

- Deng, M., & Athanasopoulos, G. (2011). Modelling Australian domestic and international inbound travel: a spatial-temporal approach. *Tourism Management*, 32(5), 1075-1084.
- Doney, S. C., Ruckelshaus, M., Duffy, J. E., Barry, J. P., Chan, F., English, C. A., & Talley, L. D. (2012). Climate change impacts on marine ecosystems. *Marine Science*, 4, 11-37. doi: 10.1146/annurev-marine-041911-111611
- Dudley, N. (Ed.). (2008). *Guidelines for applying protected area management categories*. IUCN.
- Ferrario, F.F. (1979). The evaluation of tourist resources: An applied methodology part II. *Journal of Travel Research*, 17(4), 24-29.
- Fredman, P., & Tyrväinen, L. (2010). Frontiers in Nature-Based Tourism. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 10(3), 177-189. doi: [10.1080/15022250.2010.502365](https://doi.org/10.1080/15022250.2010.502365)
- French, C. N., Smith, S. J., & Collier, A. (1995). *Principles of tourism*. Melbourne: Longman Cheshire.
- Forer, P.C. (2002). Serial experiences: monitoring, modelling and visualising the free independent traveller in New Zealand at Multiple Scales with GIS. In *Monitoring and Management of Visitor Flows in Recreational and Protected Areas*, Arnberger A, Brandenburg C, Muhar A (eds). Institute of Landscape Architecture and Landscape Management, Bodenkultur University; Vienna; 173-180.
- Gulinck, H., Múgica, M., de Lucio, J. V., & Atauri, J. A. (2001). A framework for comparative landscape analysis and evaluation based on land cover data, with an application in the Madrid region (Spain). *Landscape and urban planning*, 55(4), 257-270. doi: 10.1016/S0169-2046(01)00159-1
- Hall, C.M., & Page, S.J. (2006). *The geography of tourism & recreation. Environment, place and space* (3rd ed.). London: Routledge.

- Henderson, E. & de Lambert, R. (1992) *Landscape Values and Resource Management*. Wellington, New Zealand: Ministry for the Environment.
- Hendee, J.C. & Dawson, C.P. (2002). *Wilderness Management*. Golden, CO: Fulcrum Publishing. 3rd ed.
- Horne, J. (2005). *The pursuit of wonder: how Australia's landscape was explored, nature discovered and tourism unleashed* (65). Miegunyah Press.
- Hornoiu, R. I. (2009). Ecoturismul—orientare prioritară în dezvoltarea durabilă a comunităților locale. *Editura ASE, București*.
- Hvenegaard, G. T. (2002). Using tourist typologies for ecotourism research. *Journal of Ecotourism*, 1(1), 7-18. doi: 10.1080/14724040208668109
- International Ecotourism Society (IES). (2000). *Ecotourism statistical fact sheet*. Washington, DC: International Ecotourism Society.
- Janowsky, D., & Becker, G. (2002). Recreation in urban forests: Monitoring specific user groups and identifying their needs with video and GIS-support. In Arnberger, A., Brandenburg, C., & Muhar, A. (Eds.), *Monitoring and management of visitor flows in recreational and protected areas*. Conference proceedings (pp. 296–301).
- Jaramillo, J., Chabi-Olaye, A., Kamonjo, C., Jaramillo, A., Vega, F. E., Poehling, H. M., & Borgemeister, C. (2009). Thermal tolerance of the coffee berry borer *Hypothenemus hampei*: predictions of climate change impact on a tropical insect pest. *PLoS One*, 4(8), e6487. doi:10.1371/journal.pone.0006487
- Kumar, S. K. (2013). Sustainable Tourism & Environment. *International Journal of Social Science & Management*, 1(4).
- Landscape Institute (1995). www.landscapeinstitute.org, acedido a 19/07/2014

- Lee, J. T., Elton, M. J., & Thompson, S. (1999). The role of GIS in landscape assessment: using land-use-based criteria for an area of the Chiltern Hills Area of Outstanding Natural Beauty. *Land Use Policy*, 16(1), 23-32. [doi:10.1016/S0264-8377\(98\)00033-7](https://doi.org/10.1016/S0264-8377(98)00033-7)
- Miskell, B. (2009). *Riverscape and flow assessment guidelines: Guidelines for the selection of methods to determine river flows based on landscape, natural character and visual amenity considerations*. National Institute of Water and Atmospheric Research Ltd.
- Morgan, R. & Williams, A. T. (1995) Socio-demographic parameters and user priorities at Gower Beaches, UK, In: M. G. Healy & J. P. Doody (Eds) *Directions in European Coastal Management*. Cardigan: EUCC & Samara Publishing Ltd., 83–90.
- Newsome, D., Dowling, R. & Moore, S. (2005). *Wildlife Tourism*, 24. Clevedon, UK: Channel View publications.
- Palmer, J. F., & Hoffman, R. E. (2001). Rating reliability and representation validity in scenic landscape assessments. *Landscape and Urban Planning*, 54(1), 149-161. [doi:10.1016/S0169-2046\(01\)00133-5](https://doi.org/10.1016/S0169-2046(01)00133-5)
- Pearce, D. G. (2008). A needs-functions model of tourism distribution. *Annals of Tourism Research*, 35(1), 148-168. [doi:10.1016/j.annals.2007.06.011](https://doi.org/10.1016/j.annals.2007.06.011)
- Pickering, C. & Buckley, R.C. (2010). Climate response by the ski industry: the shortcomings of snowmaking for Australian resorts. *AMBIO – Journal of the Human Environment*, 39(5/6), 430–438.
- Pickering, C. & Weaver, D.B. (2003). Nature based tourism and sustainability: issues and approaches. In Buckley, Pickering & Weaver (eds.) *Nature-based Tourism, Environment, and Land Management*. CABI publishing. doi: [10.1079/9780851997322.0007](https://doi.org/10.1079/9780851997322.0007)
- Priskin, J. (2001). Assessment of natural resources for nature-based tourism: The case of the Central Coast Region of Western Australia. *Tourism Management*, 22(6), 637-648. [doi:10.1016/S0261-5177\(01\)00039-5](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(01)00039-5)

- Recursos Naturais do Canadá (2000). Disponível em: <<http://canadaforests.nrcan.gc.ca/statsprofile/economicimpact/ca>>.
- Ryan, C. (2000). Tourist experiences, phenomenographic analysis, post-positivism and neural network software. *International Journal of Tourism Research*, 2(2), 119–131.
- Sarmiento, P. (2004). *Pedagogia do Desporto e Observação*. Lisboa: Edições FMH.
- Sayan, S. and Ortacesme, V. (2006). Recreational carrying capacity assessment in a Turkish National Park. In: D. Siegrist, C. Clivaz, M. Hunziker, and S. Iten (eds.) *Exploring the nature of management*. Proceedings of the Third International Conference on Monitoring and Management of Visitor Flows in Recreational and Protected Areas, University of Applied Sciences Rapperswil, Switzerland.
- Silva, J. A. S. (2004). *Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano-regional baseada em cluster*. Tese de Doutoramento. Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Sheail, J. (1984). Nature reserves, national parks and post-war reconstruction in Britain. *Environmental Conservation*, 11(1), 29–34. doi: <http://dx.doi.org/10.1017/S0376892900013461>
- Smaranda, J. S. (2008). *Managementul of tourism in protected areas*. Cluj: Risoprint.
- Spenceley, A. (2003). Tourism, Local Livelihoods and the Private Sector in South Africa: Case studies on the growing role of the private sector in natural resources management. *Sustainable Livelihoods in Southern Africa Research Paper 8*. Brighton: Institute of Development Studies.
- Spenceley, A. (Ed.). (2008). *Responsible tourism*. London: Earthscan.

- Strasdas, W. (2006). The global market for nature-based tourism. In H. Job & J. Li (Eds.), *Natural heritage, ecotourism and sustainable development*. 55–64. Kallmünz, Germany: Lassleben.
- Stronza, A., Durham, W.H., eds. (2008). *Ecotourism and Conservation in the Americas*. Wallingford, UK: CABI Publ.
- Swarbrooke, J., Beard, C., Leckie, S. and Pomfret, G. (2003). *Adventure Tourism: The new frontier*. Oxford: Butterworth-Heinemann.
- Triantafyllidou, A., & Siomkos, G. (2014). Extraordinary Experience-Based Segmentation: The Case of Greek Summer Campers. *Journal of Hospitality Marketing & Management*, 23(2), 122-156. doi: 10.1080/19368623.2013.766583
- Turkish Statistical Institute (TUIK) *Demographics data*. Available from <www.tuik.gov.tr>. Acedido em 16/07/2014
- Unal, O. & Williams, A. T. (1999) Beach visits and willingness to pay: Cesme peninsula, Turkey. In Ozhan, E. (Eds.) *Land Ocean Interactions: Monitoring Coastal Ecosystems*, 1149–1162, MEDCOASTEMECS 99 Joint conference.
- Young, G. (2004). *Cultural mapping in a global world*. Communication presented at the Cultural Mapping Symposium & Workshop. Adelaide, Australia.
- Vanhove, N. (2005). *The economics of tourism destination*. Amsterdam: Elsevier.
- Ward, J., Hughey, K., & Ulrich, S. (2002). A framework for managing the biophysical effects of tourism on the natural environment in New Zealand. *Journal of Sustainable Tourism*, 10(3), 239-259. doi: 10.1080/09669580208667165
- Weaver, D.B. (2001). Ecotourism in the context of other tourism types. In D.B. Weaver (Ed.), *The encyclopedia of ecotourism*, 73–84. Wallingford and New York: CABI.

- Weaver, D.B., & Lawton, L.J. (2002). Overnight ecotourist market segmentation in the Gold Coast hinterland of Australia. *Journal of Travel Research*, 40(3), 270–280. doi: 10.1177/004728750204000305
- Wheeller, B. (2006). The king is dead. Long live the product. Elvis, authenticity, sustainability and the product life cycle. In R.W. Butler (Ed.), *The tourism area life cycle: Applications and modifications*, 1, 339–348. Clevedon: Channel View Publications.
- World Tourism Organization. (2003). *Tourism 2020 Vision*. Madrid.

Estudo IV

*Propostas para a (re)qualificação de locais de
prática de desporto de natureza e turismo ativo no
âmbito do turismo, do desporto e da sustentabilidade*

4.1 Resumo

A informação acerca dos visitantes e das atividades realizadas em áreas protegidas, dos espaços destinados às mesmas e dos serviços neles prestados proporcionam aos seus gestores ferramentas importantes para lidar com o aumento exponencial do uso destes locais por parte da atividade turística e desportiva. A gestão adequada destes usos constitui-se como fundamental para garantir os objetivos de conservação dos recursos e da qualidade da experiência dos praticantes.

A presente investigação oferece às entidades gestoras informações úteis para o planeamento e tomada de decisão para uma gestão eficaz dos recursos existentes. O estudo incidiu sobre a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, área que se revela deficitária no contexto da investigação sobre os seus recursos e potencialidades.

Com a recolha da informação existente pretendeu-se detetar algumas insuficiências dos locais de prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo constituindo-se, posteriormente, propostas de (re)qualificação no âmbito do turismo, do desporto e da sustentabilidade.

Palavras-chave: (Re)qualificação; Turismo Sustentável; Desenvolvimento; Planeamento; Gestão; Impactes; Áreas Protegidas

4.2 Introdução

As Áreas Protegidas (AP) têm suscitado um grande interesse por parte de praticantes de atividades de desporto de natureza e turismo ativo. São territórios que englobam recursos diversificados, tais como a fauna, a flora, a paisagem natural e, na sua grande maioria, carregados de um vasto património histórico. Ao mesmo tempo, o próprio ambiental natural constitui um local privilegiado para a prática deste tipo de atividades. Desta forma, é possível afirmar que existem diferentes produtos nestas áreas passíveis de serem potenciados com vista ao desenvolvimento das economias locais.

O mundo encontra-se em constante evolução. Sendo o turismo uma atividade global deve acompanhar esta evolução no sentido de se verificar adequado às preferências dos turistas, as quais se revelam também em constante transformação. Neste contexto, o turismo surge como uma atividade económica de grande relevância que pode, ao mesmo tempo, contribuir para os objetivos de conservação em APs (Burnay, 2002).

O desenvolvimento sustentável apresenta-se com o objetivo de conjugar três setores, ambiental, económico e social, de forma equilibrada, permitindo a resolução de eventuais conflitos. Deve assim, ser baseado em princípios que se aplicam a estes três setores e/ou à combinação entre eles.

O turismo sustentável pressupõe um crescimento económico e social sustentável, bem como o uso sustentável dos recursos naturais. No entanto, a ausência de um planeamento e de uma gestão adequados pode colocar a prática turística como uma potencial ameaça para o ambiente e para as comunidades locais.

Grande parte das atrações turísticas não são aquelas que foram construídas pelo Homem, mas sim as naturais. Contudo, o maior desafio está na metodologia ideal para converter os recursos naturais em recursos atrativos mediante uma gestão equilibrada que possibilite, paralelamente, conservá-los e torna-los

rentáveis para as comunidades residentes. É assim, necessário realizar uma avaliação que permita entender a dependência e as pressões sobre os recursos naturais, para evitar a sua degradação de forma irremediável e para proceder à sua (re)qualificação.

O desenvolvimento de investigações sobre esta temática nas áreas protegidas em Portugal é ainda escassa. Neste contexto, tendo como ponto de partida a identificação desta lacuna, desenvolvemos este estudo sobre a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, sendo este o nosso caso de estudo. O principal objetivo prende-se com a apresentação de propostas de (re)qualificação dos espaços para o desenvolvimento desta AP no âmbito do desporto, do turismo e da sustentabilidade, com base na aplicação de uma metodologia centrada na análise documental, mediante diversos parâmetros específicos relacionados com a temática da prática de desporto de natureza e turismo ativo, de casos práticos e no cruzamento desta com a informação recolhida nos estudos 1, 2 e 3 da presente investigação.

4.3 O Paradigma do Desenvolvimento Sustentável em Áreas Protegidas

No contemporâneo, um dos conceitos mais discutidos é o de desenvolvimento sustentável. Este torna-se parte integrante da discussão do paradigma de desenvolvimento, tanto a nível global como local, sendo abordado pelo sector público e pelo privado. Os grandes intervenientes desta discussão são os governos, empresas, reformadores sociais e ambientalistas. Todos abordam o desenvolvimento sustentável de diferentes formas, interpretado o seu significado, para cada um destes setores, de acordo com os seus próprios interesses.

O conceito surge mediante a questão de conciliar a proteção ambiental e o crescimento económico, desta forma a definição clássica de desenvolvimento sustentável, foi inicialmente apresentado pelo relatório Brundtland (WCED,

1987) e mais propriamente no documento intitulado “O Nosso Futuro em Comum”, e declara que:

“O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades, significa possibilitar que as pessoas, agora e no futuro, atinjam um nível satisfatório de desenvolvimento social e económico e de realização humana e cultural, fazendo, ao mesmo tempo, um uso razoável dos recursos da terra e preservando as espécies e os habitats naturais.”

As problemáticas económicas, sociais e ambientais surgidas nas décadas de 70 e 80 a nível mundial fazem despoletar uma necessidade de equilíbrio sinérgico entre estes três setores. Documentos como a Agenda 21, a Declaração do Rio, ambos resultantes da United Nations Conference on Environment and Development (UNCED, Rio 1992), e do Plano de Implementação que resultou da World Summit on Sustainable Development (Johannesburg, 2002) evidenciam a importância do desenvolvimento integrado destes setores.

Nesta perspetiva, o desenvolvimento sustentável é frequentemente apresentado através da interdependência dos setores da economia, ambiente e sociedade (West Midlands Round Table, 2000), que são apresentados como três anéis interligados entre si (Barton, 2000). O modelo tem uma simplicidade concetual, visto que, ao incentivar a classificação dos impactes em três categorias convenientes, permite uma análise mais simples. Muitas vezes, o desenvolvimento sustentável é apresentado como com o objetivo de conjugar os três setores, de forma equilibrada, permitindo a resolução de conflitos.

Em 2001, a Declaração do Milénio (United Nations Millenium Declaration, 2001), voltou a evidenciar a responsabilidade coletiva no sentido de apoiar os princípios de dignidade do ser humano, igualdade e equidade universal, estabelecendo para tal metas concretas cujo objetivo seria o de contribuir para a diminuição da degradação do ambiente e da instabilidade das condições de vida a nível global. Neste sentido, o fator fundamental para o desenvolvimento sustentável é a

integração de diferentes ações e setores, através de uma visão holística, superando as barreiras existentes entre as diferentes disciplinas.

Assim, o desenvolvimento sustentável deve ser baseado em princípios que se aplicam a todas as questões, sejam elas de âmbito económico, social ou ambiental, ou relativas a qualquer combinação dos três. Haughton (1999) destaca cinco princípios que deverão facilitar esta equidade, entre os quais se destacam: (1) a equidade intergeracional; (2) a justiça social; (3) a responsabilidade transfronteiriça, ou seja, a equidade geográfica; (4) o equilíbrio processual – facilitando o processo de tratamento transparente e justo para todas as pessoas; e por fim, (5) a equidade inter-espécies, reafirmando a importância da biodiversidade.

Como princípios do desenvolvimento sustentável para as relações humanas, estes podem ser resumidos como importantes já que levam em conta as necessidades das gerações futuras; a equidade cobrindo a justiça social, independentemente de classe, género, raça ou do local onde vivem; e a participação para que as pessoas sejam capazes de moldar seu próprio futuro. Um princípio que reconhece a importância da biodiversidade e da integridade dos ecossistemas é também fundamental.

Desta forma, a sustentabilidade apresenta-se com várias dimensões. Na descrição de Barbosa (2008), temos cinco dimensões essenciais: Em primeiro lugar, a Sustentabilidade ecológica – relatando para a importância da manutenção de *stocks* de recursos naturais; em segundo lugar a Sustentabilidade ambiental – que se refere à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, implicando a capacidade de absorção e a recomposição dos sistemas naturais; em terceiro surge a Sustentabilidade social – isto é, o desenvolvimento, e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população; seguidamente a Sustentabilidade política – inerente à construção da cidadania, garantindo a participação dos indivíduos no processo de desenvolvimento; e por fim, a Sustentabilidade económica – declarando a necessidade fundamental para eficiência dos recursos em geral e regularização de fluxos do investimento público e privado.

4.3.1 Desenvolvimento e Turismo Sustentável

O Mundo encontra-se em permanente evolução e, sendo o turismo uma atividade social e global, deve acompanhar essa tendência com o objetivo de tornar o produto turístico cada vez mais viável e adequado às necessidades constantemente mutantes dos turistas.

Como anteriormente mencionado, a sustentabilidade possui e só é possível de atingir através de uma ação integradora sobre vários setores. O século XXI, especialmente através da Conferência Rio +20, em 2012, traz uma renovação dos compromissos mundiais anteriormente assumidos pelos seus governos já que, infelizmente, foi possível observar que os pactos anteriormente assumidos não foram, na sua maioria, cumpridos ou estariam desatualizados. (Rio + 20 United Nations Conference of Sustainable Development).

Dentro dos novos desafios colocados, surgem preocupações de sustentabilidade em áreas tão distintas como, por exemplo, a medicina ou o turismo. Na primeira, especialmente na necessidade de uma maior equidade de acesso e, na segunda, especialmente pelo facto de se apresentar cada vez mais como um consumidor de espaço, que pode incutir desenvolvimento social, proteção ambiental e rendimento económico.

Apesar das múltiplas definições existentes para sustentabilidade e para desenvolvimento sustentável (Page & Dowling, 2002), a mais reconhecida que refere a ligação entre o turismo e a sustentabilidade remete para a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2001):

O desenvolvimento sustentável do turismo satisfaz as necessidades atuais dos turistas e das regiões de acolhimento, enquanto protege e potencia as oportunidades para o futuro. Prevê-se que conduza à gestão de todos os recursos de forma a que as necessidades económicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida.

O turismo constitui-se como uma das maiores indústrias do mundo. O desenvolvimento socioeconómico de muitos países e regiões está baseado no setor turístico, visto que este se constitui frequentemente como a única atividade económica capaz de promover o desenvolvimento nas localidades onde ele é praticado, gerando postos de trabalho e rendimento para as comunidades envolvidas. Sustentando, estima-se que em 2011 esta indústria tenha contribuído com 9% do Produto Interno Bruto global, um valor superior a 6 mil milhões de dólares, providenciando 255 milhões de empregos. Durante os próximos dez anos, prevê-se que o turismo cresça a uma média de 4% ao ano, podendo atingir, em determinadas circunstâncias, 10% do PIB global (WTTC, 2012).

O turismo sustentável requer tanto o crescimento sustentável da contribuição do turismo para a economia e para a sociedade como o uso sustentável dos recursos e ambiente. Nenhum dos dois aspetos pode ser alcançado sem uma boa interpretação e correta gestão da procura turística. Neste sentido, encontra-se prevista a continuidade do crescimento exponencial do turismo criando excelentes oportunidades para propagar a prosperidade. Contudo, na ausência de um planeamento e de uma gestão adequados, o turismo pode causar alterações consideráveis e potenciais ameaças para o ambiente e para as comunidades locais.

O desenvolvimento do turismo depende das relações entre a oferta e a procura. O fornecimento de equipamentos e serviços turísticos pode surgir como uma resposta à crescente procura ou simultaneamente com o objetivo de a estimular. Seja qual for o objetivo inicial, o desenvolvimento bem-sucedido a longo prazo necessita de um equilíbrio entre a oferta e a procura, conseguido através de um planeamento adequado em termos de variedade, qualidade, quantidade e preço. Uma alteração de um dos lados da equação da oferta e da procura encontra-se geralmente associada a mudanças no outro, se este representa o crescimento, estagnação, declínio ou qualquer outra transformação qualitativa. Para além disto, a natureza e a extensão da procura e os recursos e serviços conexos fornecidos poderão também influenciar diretamente os aspetos mais amplos de desenvolvimento. De facto, o desenvolvimento do turismo é um processo

dinâmico que combina os recursos turísticos com as exigências e preferências dos turistas reais ou potenciais turistas.

Como anteriormente mencionado, atualmente os governos, as agências internacionais de desenvolvimento, as associações comerciais, as instituições académicas e organizações não-governamentais, reconhecem que é extremamente difícil o desenvolvimento que solucione problemas como a pobreza extrema, e preserve recursos naturais e artificiais em que a prosperidade humana se baseia, gerando benefícios para todos os intervenientes, sem sustentabilidade.

A indústria do turismo não pode ficar indiferente a este desafio, visto que o turismo desempenha um papel muito importante do ponto de vista económico e social no que respeita à consciencialização da necessidade de conservação do ambiente, com o objetivo último de beneficiar as comunidades. Alias, será fácil entender que grande parte das atrações turísticas são naturais e não aquelas que foram construídas pelo Homem. Fala-se, claramente, de todo o património ambiental e natural que os territórios possuem. Muitas vezes o maior problema está na forma ideal de tornar esses recursos em atrativos, através de uma gestão adequada que permita torná-los visitáveis e atrativos e, ao mesmo tempo, conservá-los e torná-los rentáveis para a população local.

O turismo surge hoje, tendo presente os seus potenciais impactes negativos e positivos, como uma atividade económica e social de grande importância, capaz de contribuir para os objetivos de conservação em Áreas Protegidas e noutros locais sensíveis do ponto de vista ecológico e social (Burnay, 2002). A mesma autora afirma também que o turismo em áreas naturais torna-se essencial pelo seu potencial em permitir o desenvolvimento sustentável dos ecossistemas ao mesmo tempo que proporciona incentivos à preservação das mesmas.

Tal como Burnay, *A Federation of Nature and National Parks of Europe* (EUROPARC) defende o desenvolvimento de turismo sustentável em espaços naturais. Isto é, tipologias de turismo que preservem os diversos recursos, entre os quais: naturais, culturais e sociais e que possam contribuir benéfica e equitativamente para o progresso económico e para o aumento do índice de

qualidade de vida dos habitantes. (EUROPARC, 2010) Na atividade turística, o binómio economia e ambiente devem ser observados como impulsionadores e indissociáveis um do outro.

O turismo deve ser observado através do seu fator multiplicador, isto é, a capacidade que a atividade possui em beneficiar diversos intervenientes, até aqueles que, à primeira vista, podem não se enquadrar no *trade* turístico. Desta forma, são vários os intervenientes interessados nos benefícios do turismo. Efetivamente, o número de beneficiários tem tendência a aumentar proporcionalmente a um aumento do índice da sustentabilidade do mesmo.

Podemos assim referir os principais beneficiários. Primeiramente, temos as empresas de turismo, que ambicionam rentabilidade a longo prazo preocupando-se com a sua imagem corporativa, a relação com os seus funcionários, o seu impacto no ambiente global; em segundo lugar, todas as empresas não turísticas que possam beneficiar do fluxo de turistas aos seus destinos; depois, as comunidades locais, que procuram aumentar as suas fontes de rendimento, mas sem exploração ou prejuízo da qualidade de vida; podemos também integrar as associações para o desenvolvimento ou ambientais, que se preocupam com os impactes negativos do turismo mas também o observam como uma valiosa fonte de rendimentos tendo em vista a sua conservação; e por fim, os turistas que procuram experiências de alta qualidade em ambientes seguros e atraentes, tornando-se cada vez mais informados e conscientes dos impactes das suas viagens.

Com o objetivo de desenvolver uma atividade turística mais sustentável, os governos devem reconhecer as diferentes posições e motivações destes intervenientes e colaborar com eles no sentido de atingir objetivos comuns, visto que a sustentabilidade de constituir-se com base numa responsabilidade partilhada. O desenvolvimento do turismo deve basear-se nos recursos de cada região, e procurar promover uma oferta que, para além de valorizar esses recursos, permita manter as atividades existentes e seja compatível com a sustentabilidade ambiental, sociocultural e económica da região.

A sustentabilidade constitui o alicerce para a criação de oferta turística competitiva, principalmente a nível do mercado internacional. Ao selecionarem destinos, tanto os operadores como os turistas, valorizam hoje produtos sustentáveis, com particular ênfase na qualidade e preservação do ambiente e na oferta cultural. No que respeita à competitividade dos produtos e dos destinos turísticos, encontram-se inúmeras vantagens associadas à sustentabilidade, designadamente: a diferenciação de produtos turísticos e a criação de uma base sólida na competição em termos de valor e de rentabilidade a longo prazo; o aumento dos ciclos de vida dos produtos e destinos turísticos; a constituição de cadeias produtivas locais com produtos de valor acrescentado, que proporcionem uma melhoria significativa para as economias locais; um maior envolvimento por parte dos intervenientes locais; o desenvolvimento de estratégias conducentes a um incremento rural e agrícola local; o fortalecimento do sentimento de cidadania e aumento da sensibilização da população local, em relação ao desenvolvimento de produtos sustentáveis; a constituição de redes solidárias de turismo inclusivo; a manutenção e melhoria da qualidade dos recursos naturais e, conseqüentemente, das condições de vida das populações locais (Weaver, 2006).

É fundamental que os recursos sociais e culturais da comunidade presentes na zona envolvida por projetos de turismo sustentável sejam eles próprios os promotores do desenvolvimento, uma vez que são a autenticidade e conservação destes valores que garantem o êxito da atividade turística. O turismo deve exercer uma função protetora e potenciadora das culturas locais, incentivando a valorização e o respeito pelas mesmas por parte de quem as visita e disfruta (Honey e Rome, 2001).

A sustentabilidade sociocultural pressupõe uma conciliação entre a cultura local e a dos visitantes, transformando o turismo num agente de inclusão, com a conseqüente valorização do artesanato, da gastronomia local, da herança cultural, do património histórico e dos padrões culturais e étnicos da população (Weaver, 2006).

A implementação do turismo sustentável pressupõe também a garantia da sustentabilidade económica, conseguida através da criação ou captação de recursos necessários para a sua própria manutenção e continuidade, o que implica a intervenção da sociedade ou do setor privado, deixando de estar exclusivamente dependente da tutela pública (Drumm & Moore, 2005). Neste sentido, torna-se necessário valorizar e aproveitar as competências e iniciativas locais, visto que elas constituem a base para a edificação de um processo de inclusão social e o fortalecimento de uma cultura de empreendedorismo, na medida em que as novas oportunidades de negócios relacionadas com a atividade turística contribuem para a constituição de novos postos de trabalho e para o desenvolvimento da economia das comunidades locais.

Existem por isso, três fatores que conferem unicidade à relação existente entre o turismo e o desenvolvimento sustentável: (1) Interação – o turismo é uma indústria de serviços cujo objetivo é proporcionar uma experiência em novos locais, implicando uma interação direta e indireta, entre visitantes e as comunidades que os recebem nos seus ambientes locais; (2) consciencialização – o turismo torna as pessoas (turistas e anfitriões), mais conscientes em relação às questões ambientais e diferenças culturais. Este facto pode influenciar as atitudes relacionadas com a sustentabilidade, não só durante a viagem mas durante toda a vida; e a (3) dependência - uma proporção considerável do turismo baseia-se em visitantes, que procuram áreas naturais intactas, ambientes limpos, com história, tradições culturais e anfitriões simpáticos e acolhedores com quem desenvolvem uma boa relação.

Em casos particulares, o setor do turismo é, na maioria das vezes, a força motriz que está por detrás da economia de determinadas comunidades. No entanto, em algumas áreas naturais, este setor assumiu tais proporções que ameaça o equilíbrio dos ecossistemas e das culturas locais. A utilização sustentável e uma política racional de conservação destes recursos são pré-requisitos essenciais à sua plena exploração, dada a sua vulnerabilidade.

4.4 Áreas Protegidas e Turismo Natureza: gestão e minimização de impactes

Num universo caracterizado pelo constante crescimento da população, urbanização e desenvolvimento económico, o acesso à natureza para fins desportivos, de socialização, ou relaxamento, contribui fortemente para o aumento do índice de qualidade de vida de muitas pessoas. Neste contexto, as oportunidades de lazer fornecidas através de uma oferta diversificada de ambientes naturais, associados a programas de férias ativas e à sua procura parecem estar em constante crescimento (Cordell, 2008). Este tipo de programas tem um papel importante na redução do *stress* e na obtenção do equilíbrio físico e psicológico, refletindo-se num melhor desempenho nas atividades diárias e na melhoria da qualidade de vida em geral.

Como consequência, ao longo das últimas décadas, as regiões naturais protegidas têm desenvolvido um crescente grau de atratividade. Ao mesmo tempo que muitas áreas rurais enfrentam um despovoamento considerável, e, por isso, o turismo constitui muitas vezes um dos poucos setores económicos positivos para estas regiões.

As Áreas Protegidas (AP) oferecem vastas áreas naturais atraindo principalmente os turistas que estão interessados na observação da natureza e na prática de atividades de natureza, no âmbito de um turismo ativo. Newsome, Moore e Dowling (2013) relatam que o turismo em áreas naturais cresceu significativamente em todo o mundo ao longo das últimas décadas, aumentando consequentemente, o impacto que o turismo tem no potencial de alteração destas áreas, bem como do turismo propriamente dito. Este aumento da popularidade do turismo ativo baseado na natureza é suscetível de exercer elevada pressão sobre os ecossistemas mais vulneráveis.

Neste contexto, também as atividades de turismo de lazer, recreação e de aventura na natureza têm sofrido um aumento substancial, estimando-se que tenham atingido, desde 1998, um crescimento anual médio entre 10% a 30% representando 20% de todo o mercado global de viagens (The International

Ecotourism Society, 2006). De facto, a prática deste tipo de atividades, associada ao turismo em AP, parece significar que algo tem estado a mudar nas consciências e no conhecimento nos últimos anos.

O turismo foi considerado durante muito tempo como uma “indústria não poluente”, e como tal, não lhe eram imputados impactes negativos, do ponto de vista ecológico, social e cultural. Foi sobretudo a partir dos anos 70, que despoleta a consciencialização dos possíveis malefícios da atividade no ambiente, tanto no que se refere aos recursos naturais, como em relação à comunidade do destino. A necessidade de se regulamentar a atividade turística, de forma a convertê-la numa atividade mais verde, foi ganhando terreno e hoje em dia, esta temática, ganha o devido peso e valor (Burnay, 2000), até em termos de competitividade e influenciador de compra, ou não, de um determinado produto.

De forma a minimizar o impacte ambiental do turismo baseado na natureza e de planear o turismo de forma sustentável, torna-se fundamental possuir uma visão holística da condição dos recursos naturais nos destinos turísticos, juntamente com uma melhor compreensão da relação existente entre a localização dos recursos e as suas propriedades físicas.

Só assim é possível delinear uma estratégia de forma a conhecer e a satisfazer as necessidades dos utilizadores, e desenvolver programas preventivos para que as suas atividades produzam o mínimo impacte sobre os ambientes naturais e culturais (Freitas *et al.*, 2002). Existem, inclusivamente, locais e países que utilizam taxas ambientais em determinados serviços turísticos com o objetivo de financiar políticas de minimização de impactes ambientais.

A vulnerabilidade ambiental a que as AP se encontram sujeitas, convoca a necessidade de se configurarem modalidades turísticas adequadas às suas características ambientais, principalmente através de formas de gestão adequadas e inovadoras.

No primeiro estudo elaborado, definimos o conceito e as características de Turismo Natureza, de forma sucinta é um produto turístico que encontra nos recursos naturais os espaços privilegiados para a sua concretização e que se

direciona para um maior contacto com a natureza, monumentos históricos, populações e seus costumes. Compõem-se por atividades e serviços de alojamento e animação ambiental com vista à apreciação, proteção e valorização do património natural, arquitetónico, paisagístico e cultural.

A recreação baseada na natureza ou o turismo ativo envolve o consumo de bens e serviços de mercado (viagem, alimentação, alojamento, orientação) e de não-mercado (paisagem, trilhos públicos, serviços de segurança, promoção da saúde). O valor total desta recreação excede largamente as despesas efetivamente pagas para nelas participar. Tais despesas constituem um limite inferior sobre o valor total, enquanto que o valor colocado acima e além dos gastos reais representa o excedente do consumidor; ou seja, um valor líquido da recreação (Bateman e Jones, 2003). O volume e o tipo de despesas dos recreacionistas não residentes (turistas) constitui-se como uma das principais forças nos impactes regionais do turismo e representa um fluxo de dinheiro para a economia. O valor de um espaço de lazer é uma consequência da sua atratividade, mas também de quão facilmente pode ser acedida.

4.4.1 Estudos e modelos de gestão em Áreas Protegidas

Talandier et al. (2009) procurou medir o impacte dos recursos naturais no desenvolvimento da economia local, estudando cerca de 3.700 municípios franceses. Este autor conjugou vários indicadores turísticos e de comodidade residencial (cultural, tradicional e naturalista, ou os relativos à acessibilidade) com indicadores de atividade turística (restauração potencial e indústria turística) e os indicadores de desenvolvimento económico (rendimentos dos habitantes, os níveis de rendimentos, equilíbrio da migração e emprego no setor dos serviços).

A análise permitiu concluir que, dentro dos indicadores selecionados, os recursos naturais foram os mais determinantes no que diz respeito ao desenvolvimento residencial e turístico. Na verdade, fatores como a proximidade

com orlas costeiras, áreas montanhosas e condições climatéricas demonstraram ter um impacto positivo muito significativo na maioria dos indicadores de desenvolvimento.

Neste contexto, a avaliação sistemática do impacto causado pela recreação em áreas naturais em diferentes países, a nível nacional, regional e local é cada vez mais importante (Sievanen et al, 2008). A economia pode constituir-se como uma ferramenta eficaz para o equilíbrio entre a recreação e outras formas de utilização de recursos, realizando análises de custo-benefício, a fim de solucionar conflitos e desenvolver políticas eficientes (Campos, 2001; Rosa, Almeida & Carvalhinho, 2011). Compreender os padrões de despesa e valores económicos relacionados é importante para as entidades públicas, bem como para as empresas privadas que promovem e fornecem oportunidades e serviços de turismo ativo em áreas naturais. Por esta razão, o futuro desenvolvimento do setor da recreação baseada na natureza irá beneficiar de medidas económicas válidas e robustas baseadas em definições universalmente aplicáveis, não tanto devido à necessidade de quantificar o tamanho do setor e sua contribuição para o bem-estar, mas para monitorizar o seu desenvolvimento ao longo do tempo.

A magnitude, características de utilização dos recursos e dependência dos mesmos têm profundas consequências para as estratégias de conservação a seguir e para tornar a utilização dos recursos sustentável (Vedeld et al., 2004). Neste sentido, uma avaliação para entender a dependência e as pressões sobre os recursos naturais locais é fundamental para evitar a degradação dos recursos ou para proceder à (re)qualificação dos mesmos com o objetivo de promover a sua gestão eficaz. Por forma a melhor enquadrar os seguintes parágrafos, são apresentados vários estudos de caso em que os indicadores de condição selecionados e protocolos de avaliação foram desenvolvidos e aplicados com o objetivo de produzir dados com vista ao planeamento, gestão e tomada de decisão no âmbito dos recursos naturais envolvidos no turismo da natureza.

Apesar do crescente aumento de expectativas relativamente ao turismo natureza, muitos especialistas consideram que existem muitas lacunas na recolha da informação necessária para a gestão desta tipologia de turismo (Boo,1990).

Segundo Orams (1996), as técnicas que habitualmente se utilizam para a gestão do uso recreacional das áreas protegidas podem ser divididas em três categorias. Primeiro, temos o grupo de indicadores referentes ao “Controlo Físico”, onde se avaliam caminhos, barreiras, localização e implementação de infraestruturas que efetivamente são utilizadas para atrair o visitante. A questão de gerir os fluxos dos turistas no território da área protegida é bastante importante já que esta será capaz de efetivamente minimizar o impacto das visitas, por exemplo, separando-os do património ambiental mais sensível, através de passadiços intransponíveis ou vitrinas e varandins ou através da distribuição espacial efetuada pela colocação planeada de trilhos. Em segundo lugar, o “Controlo legal” através da implementação de regras, regulamentos e multas que proíbem ou permitem controlar o comportamento do visitante. Exemplos específicos podem ser, a proibição de determinadas atividades em todos os em alguns locais sempre ou em determinadas épocas através do zonamento ou do pousio, requerimento de autorizações proibição de entrada no futuro em caso de não cumprimento, multas e prisão. O terceiro, o “Controlo Voluntário” baseado especialmente na educação ambiental. Estes programas de educação ou interpretação ambiental permitem formar uma moral cívica ambiental de forma prática e não declaradamente regulamentar. Especialmente possível de utilizar em muitos locais distintos. Os programas de animação, educação e interpretação ambiental aumentam o número de visitantes especialmente porque tornam a visita mais atrativa, melhorando a experiência do turista.

Na atualidade, o desporto de natureza pode ser observado como uma das ferramentas para o desenvolvimento da animação ambiental, estando completamente provado que a experiência se sobrepõe à teoria nestas áreas de aprendizagem. Ferreira (1998) corrobora esta afirmação, defendendo que a experiência e o envolvimento, além da educação, são fatores contributivos para o aumento do conhecimento ambiental.

Neste contexto, de entre as modalidades que integram a animação ambiental, encontram-se os chamados Desportos de Natureza e nesta temática emergem uma variedade de práticas desportivas. Dentro destes, destacamos o

pedestrianismo como uma das atividades mais praticadas por aqueles que visitam estes locais. Efetivamente, Ferreira (1998) afirma que as caminhadas são uma prática ideal para a animação ambiental.

Além desta função, as caminhadas podem também ajudar na gestão as AP, podendo funcionar como instrumento de ordenamento se se encontrarem corretamente definidos e geridos, visto que evitam a utilização indiscriminada do território, reduzindo a entrada de turistas em zonas mais sensíveis do ponto de vista ambiental.

Nesta dinâmica, o pedestrianismo também concorre como um meio de promoção do desenvolvimento socioeconómico, contribuindo para evitar o despovoamento e ajudar a rentabilizar as outras modalidades de turismo de natureza.

Independentemente do tipo, pavimentação e comprimento, os trilhos são equipamentos essenciais para apoiar os objetivos de recreação/turismo, conservação e educação comuns para a maioria, se não todas, das áreas protegidas e locais históricos. A gestão eficaz e proactiva dos trilhos informados pelo esforço dedicado de monitorização vai oferecer a melhor esperança na perpetuação, função mais importante dos trilhos, que liga os seres humanos e a natureza de forma sustentável e harmoniosa.

O pedestrianismo consiste em percorrer distâncias a pé, preferencialmente em ambientes naturais, em que intervêm aspetos turísticos, culturais e ambientais, desenvolvendo-se principalmente por caminhos bem definidos, sinalizados através de códigos internacionalmente aceites (Portaria nº 1465/2004, de 17 de dezembro).

Relativamente à sua forma, os percursos podem ser classificados e agrupados de acordo com três aspetos: quanto à sua forma, ao seu grau de dificuldade e à sua extensão. Os formatos de percursos existentes são extremamente variados, podendo ser tipificados como apresentando uma forma linear, circular ou anel, em oito, em anéis contíguos, em anéis satélites e em labirinto.

A classificação de acordo com o seu grau de dificuldade é caracterizada por alguma subjetividade, uma vez que a dificuldade de um percurso pode ser

variável de pessoa para pessoa, dependendo da sua condição física. No entanto, fatores como a extensão, o tipo e estado do terreno, o declive, condições climáticas e a sinalização existente devem ser tidos em conta ao estabelecer o grau de dificuldade de um determinado percurso.

Atualmente, segundo o Regulamento de Homologação de Percursos Pedestres, realizado pela Federação Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP), os percursos são repartidos por 5 classes de dificuldade: muito fácil; fácil; algo difícil; difícil; muito difícil (Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, 2006).

4.4.1.1 Estudo de caso: os Impactes do pedestrianismo

Como um componente essencial de uma infraestrutura de lazer em áreas protegidas, muitas redes de trilhos recebem uma diversidade cada vez maior de visitantes, atividades e modos de viajar, ao mesmo tempo que permitem a proteção dos recursos naturais dos impactes infligidos pelos visitantes (Marion & Leung, 2001). Este desafio é potenciado pela expansão substancial dos tipos de utilização dos trilhos nas últimas décadas, os quais vão desde o tráfego de peões (que praticam caminhada ou corrida), até ao tráfego animal (por exemplo, passeios a cavalo), e ao tráfego rodoviário (bicicletas, veículos todo-terreno, ciclomotores, motociclos, patins, skates e Segways) (Pickering, Hill, Newsome, & Leung, 2010). Por um lado, os trilhos proporcionam um fácil acesso a determinados locais de interesse, os quais não se encontram, geralmente, particularmente concentrados. Por outro, limitam a penetração de turistas para rotas não designadas e permitem a concentração dos visitantes em determinadas áreas. Desta forma, as áreas que, por razões ambientais, devem ser protegidas do impacto humano direto, podem ser isoladas.

No entanto, a restrição de tráfego de visitantes a determinados locais (trilhos ou acampamentos) provoca maior deterioração através do desgaste do que as áreas adjacentes (Olive & Marion, 2009). Este tema tem sido objeto de inúmeros

estudos com uma visão geral extensa, tendo sido fornecida por várias publicações (Monz et al, 2010).

As alterações negativas provocadas no ambiente natural decorrente do uso de trilhos recreativos incluem: a destruição da cobertura vegetal, alterações em comunidades de plantas, o enfraquecimento da vitalidade das plantas, alteração das propriedades físico-químicas dos solos, difusão e alargamento dos trilhos, o escoamento acelerado da água, com a consequente formação de secções enlameadas (Leung & Marion, 2000).

Na verdade, um indicador bastante usado para determinar a sustentabilidade global de áreas protegidas é uma rede de trilhos que sustenta a utilização pelos visitantes sem indicação de degradação excessiva (OMT, 2004).

Para acomodar e gerir profissionalmente esta diversidade crescente de utilizadores, atividades e meios de transporte, torna-se essencial desenvolver programas de gestão de trilhos mais especializados, os quais têm como alvo os diferentes tipos de trilhos. Os trilhos podem ser classificados de várias formas diferentes de acordo com suas finalidades, o modo de tráfego e as suas características físicas e/ou ambientais. Da perspetiva de gestão de recursos, os trilhos são frequentemente classificados em três categorias gerais. Em ambientes desenvolvidos, existem frequentemente trilhos formais pavimentados que suportam tráfego intensivo, pedestre e motorizado. Exemplos destes trilhos incluem aqueles que possuem qualquer tipo de pavimento, cascalho, pedra, madeira ou materiais plásticos (Hesselbarth, Vachowski, & Davies, 2007). Outra categoria comum são os trilhos formais não pavimentados. Estes trilhos formais raramente dão acesso a todos os locais que os visitantes desejam ver. Trilhos informais, redes de trilhos não planeados, sem manutenção, criados pelos visitantes, constituem uma terceira categoria de trilhos que ocorrem em áreas naturais protegidas (Marion, Leung, & Nepal, 2006).

Os impactes sofridos pelos trilhos e, consequentemente, as preocupações com a sua gestão também variam consoante o tipo e frequência de ocorrência entre estas três categorias de trilhos. Os problemas mais comuns relacionados com o impacte em trilhos não pavimentados são o alargamento, a ocorrência de lama

e a erosão, ocorrendo com menor frequência em trilhos pavimentados ou em trilhos informais. A passagem de praticantes pelos trilhos leva a uma compactação do solo que, conseqüentemente conduz a uma diminuição da porosidade provocando implicações a nível da retenção do ar e absorção de água e modificando a sua aptidão de sustentar tanto a vida vegetal como animal (microfauna do solo). Ao interromper a absorção de uma quantidade significativa de água induz-se uma alteração no padrão de circulação da água que passa a circular ao longo da superfície do percurso, levando à destruição e dispersão dos constituintes facilitando a deslocação dos materiais e exercendo efeitos que são frequentemente irreversíveis (Abreu, 2005). Este tipo de fenómeno designa-se por escoamento superficial desorganizado e corresponde à acumulação da água da chuva quando atinge o solo e o seu escoamento por sulcos ou ranhuras (Abreu, 2005). Em geral, a erosão depende da inclinação do terreno, do tipo de solo e do padrão de drenagem da região em causa (Abreu, 2005).

A existência de substratos secos estáveis e a limitação dos trilhos através de cercas impedem a ocorrência destes problemas em trilhos pavimentados, enquanto que baixos níveis de utilização previnem estes problemas em redes informais de trilhos. A erosão do substrato do piso pelos recursos hídricos é também substancialmente evitada através da utilização de substratos endurecidos à superfície do trilho, mas ocorre frequentemente em trilhos informais utilizados intensivamente e em trilhos formais não pavimentados (Olive & Marion, 2009). Embora os trilhos informais sejam frequentemente mal projetados (Wimpey & Marion, 2011), a sua utilização é, muitas vezes, suficientemente baixa para evitar impactes provocados pela água. O vazamento de lixo e o vandalismo são impactes comumente observados ao longo de trilhos formais perto de estradas, mas menos comuns em regiões mais recônditas, particularmente ao longo de trilhos informais com menor utilização. No entanto, os trilhos informais encontram-se propensos à proliferação ou ampliação em comprimento ao longo do tempo, como resposta às mudanças nas motivações daqueles que os criam e usam (Marion et al., 2006). A fragmentação da paisagem e a dissecção dos ambientes naturais por redes de trilhos, podem afetar tanto a vida selvagem como as plantas (Knight, 2000). A preocupação é

maior para as redes informais de trilhos, porque as rotas duplicadas são frequentemente criadas próximas umas das outras (Wimpey & Marion, 2011).

A tomada de decisões e políticas de gestão requerem a existência de planeamento bem como a determinação da capacidade de carga relativa às infraestruturas de lazer, incluindo trilhos e impactes em recursos associados. Cada uma dessas atividades de planeamento e de tomada de decisão podem beneficiar de avaliações objetivas dos impactes e condições relacionadas com os trilhos, como por exemplo, a perda de solo, o alargamento dos trilhos ou a existência de lixo. Historicamente, a maioria dos estudos de investigação focam-se em trilhos formais não pavimentados, resultando numa vasta quantidade de informação e em indicadores bem testados (Cole, 2008; Leung & Marion, 2000). Nos últimos anos, tem sido feito um maior esforço de investigação no campo dos trilhos informais (Leung, Newburger, Jones, Kuhn, & Woiderski 2011; Marion et al, 2006; Wimpey & Marion, 2011) e nos trilhos formais (Hill & Pickering, 2006; Lin, Leung, Hsu, & Sheu, 2009).

Quando avaliados como parte de um programa de monitorização, os dados fornecidos pelos indicadores podem revelar alterações nas condições dos recursos e permitir a comparação periódica de padrões de qualidade, avaliando a necessidade de proceder à sua requalificação.

Dependendo dos protocolos de avaliação empregados, os gestores dos recursos naturais também devem considerar as unidades de medida e a zona de gestão às quais se aplicam as normas.

4.5 Propostas de gestão e (re)qualificação de paisagens protegidas através do turismo

A procura de modelos de desenvolvimento alternativos para regiões ou territórios com características específicas e ambientes vulneráveis encontra na atividades turística o dinamismo necessário para o crescimento económico, a possível

compensação da diminuição das atividades tradicionais, através da mobilização de recursos endógenos e a promoção de atividades complementares.

Ao longo do estudo realizado abordámos a crescente vocação recreativa das AP. Hoje, elas constituem-se como produto concorrencial ao turismo do litoral. Os espaços naturais tendem a ser cada vez mais procurados, potenciando um turismo alternativo. As AP devem, assim, ser observadas como espaços de consumo onde será muito importante manter e elevar a sua integridade natural e cultural.

Face ao crescimento da procura por esta tipologia de espaços, será cada vez mais necessário elaborar e coordenar políticas que regulamentem o turismo de forma a salvaguardar o património ambiental. A estruturação da atividade turística nas AP deve assentar num princípio de planeamento integrado, numa visão a longo prazo, baseada nos fatores de sustentabilidade anteriormente descritos. O verdadeiro objetivo é que a exploração desta área não destrua o ambiente natural, mas sim, que faça enaltecer ainda mais a sua beleza, cada vez mais preservada e que possa induzir também a um crescimento da economia local.

As AP são territórios que comportam recursos diversificados, tais como: a fauna, a flora, as condições meteorológicas que, muitas vezes, alteram a paisagem e permitem diferentes tipos de atividades, o património histórico e arquitetónico. Desta forma, é possível afirmar que existem diferentes produtos e estratégias de desenvolvimento.

Neste contexto, o planeamento turístico toma contornos de grande importância. A gestão adequada de cada um dos produtos é extremamente importante para a competitividade do território. A estratégia deverá: *“(...) assegurar que a área protegida não seja excessivamente ocupada nem destruída por turistas; (...) criar mecanismos capazes de gerar empregos e renda para a área protegida e para as comunidades próximas e de oferecer educação ambiental aos visitantes.”* (Boo, 2002)

Um dos casos que podemos referir, nesta sequência, é o da Serra d'Arga, situada no Minho, esta passa por um período de transformação. Um local de rara beleza com potencialidade para a prática de atividades desportivas e turísticas sofre a pressão do acesso desorganizado e que ultrapassa já os índices de capacidade de carga aceitáveis para a manutenção da conservação das características naturais do espaço.

Afonso (2000) defende que existe a necessidade urgente de tomar medidas para preservação e requalificação do espaço e que o primeiro aspeto a considerar deveria ser o da recolha de informação sobre o local, já que persiste uma escassez de estudos relativos à Serra d'Agra (dificuldade sentida também no presente estudo). Só após uma análise de diagnóstico que recolha informações sobre as estruturas físicas e humanas endógenas será possível determinar os problemas e as potencialidades de um local. O objetivo será o da otimização do espaço de forma planeada com vista à preservação ambiental e tendo em conta o potencial aumento do índice da qualidade de vida da comunidade serrana.

Os principais problemas identificados são semelhantes aos verificados na Serra de Montejunto. O primeiro a enumerar prende-se despovoamento da Serra (tal como referido pelo entrevistado CM2, no Estudo I). Segundo, toda esta área apresenta como dominante o setor primário. Comparando os dois locais, a agricultura é estruturada numa base familiar e de autoconsumo, o que não permite a comercialização expansiva e daí um possível aumento de rendimento. Além do mais, pode dificultar a dinamização de determinadas modalidades, impedindo o acesso ou até a aterragem, no caso do Parapente, em terrenos privados e cultivados (remetendo para o discurso do entrevistado CM2, no Estudo I). O terceiro problema identificado é também comum, as poucas infraestruturas existentes de apoio à permanência e usufruto na serra.

As propostas de requalificação apresentadas pretendem proporcionar soluções aos problemas anteriormente apresentados através de um aproveitamento dos recursos endógenos naturais e culturais.

O turismo apresenta-se como uma atividade potenciadora desta solução, através do turismo rural, que no caso da PPSM, estaria um pouco mais facilitado devido à existência de um parque de campismo e dos projetos em desenvolvimento

(requalificação de escolas primárias e hotel rural, tal como referido pelo entrevistado CM1, no Estudo I).

Afonso (2000) defende também que a Serra é um potencial espaço de lazer e recreação e que apresenta potencial para a prática desportiva. Além dos percursos pedestres, apresentam também atividades ligadas à água pela densa rede hidrográfica.

O planeamento turístico enquadra os regulamentos e normas do planeamento urbano, mas pretende desenvolver um setor específico. Os documentos de referência nacional são: o Plano Nacional de Turismo, datado de 1986 (Pina, 1988), o do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT – 2006-2015) e a sua consequente revisão. O PENT determina dez produtos estratégicos para o desenvolvimento do turismo nacional, entre os quais o turismo natureza do qual emanam estratégias de aplicação nas AP.

Em 2009, surge a Lei de Bases do Turismo, que promove o *“Estabelecimento das bases das políticas públicas de Turismo e Definição dos instrumentos para a respetiva execução”*, a política nacional de turismo, tendo como princípios gerais a sustentabilidade, a transversalidade (articulação de políticas setoriais) e a competitividade (Decreto-Lei n.º 191/2009, de 17 de agosto).

A repercussão destas leis e planos podem ser observadas, sobretudo, na atenção e responsabilização das entidades administrativas do turismo na análise e gestão territorial. Exemplo disso são as divisões administrativas em termos turísticos. Contudo, a gestão territorial das AP tem sido orientada com base na limitação ou zonamento territorial e na correta aplicação de medidas de proteção ambiental e paisagista, regulamentada pelos Planos Diretores Municipais (PDM), pelos Planos de Ordenamento das AP (POAP) ou instrumentos como Cartas Desportivas. Demonstra-se assim, a existência de um conjunto de orientações de ordem técnica que equacionam o desenvolvimento económico e social e a preservação ambiental das AP através da atividade turística.

4.5.1 Sistemas de Incentivo e Apoio ao desenvolvimento das Áreas Protegidas

As linhas programáticas de ordenamento do território e as diversas propostas de desenvolvimento integram-se em planos setoriais nacionais e europeus na área do turismo em espaço rural. Assim, as tendências de apoio, programas de incentivos e cooperação e as linhas de crédito de apoio comunitárias devem ser enquadradas na tipologia do turismo sustentável (Cravidão & Cunha, 1993).

O turismo beneficia de forma direta e indireta o desenvolvimento local e regional. Do ponto de vista económico, pretende-se um aumento do emprego e um estímulo ao aparecimento de empresas turísticas que estimulem a produção de bens e serviços locais que, consequentemente melhorem a oferta de serviços e equipamentos. O objetivo último apresenta-se na melhoria da qualidade de vida da população local pela valorização dos aspetos culturais e patrimoniais intrínsecos à comunidade, os quais proporcionam um aumento da estima autóctone e, naturalmente, um bem-estar. Isto só poderá ser proporcionado através de um planeamento turístico que deve ser inclusivo, integrador de diversos atores da comunidade, preferencialmente numa organização horizontal de forma a não planear para a comunidade mas com a comunidade (Long, 1999).

Dentro dos programas de apoio elegíveis, destacamos o Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica (SIVETUR), o qual se destina exclusivamente ao desenvolvimento estratégico do turismo (<http://www.turismo-portugal.com/incent/sivetur.htm>); e os Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante de Base Regional (PITER II) *“que visa englobar um conjunto coerente de investimentos públicos e privados complementares entre si, em torno de uma estratégia de desenvolvimento da atividade turística para uma dada região”* (<http://www.turismo-portugal.com/incent/piter.htm>).

Estes programas apoiam atividades de alojamento em várias tipologias como hotéis rurais, turismo de habitação, agroturismo e turismo rural, instalações termais, estabelecimentos, atividades e serviços de alojamento e animação turística e ambiental com instalações fixas e de carácter duradouro, parques de

campismo, restauração e serviços de atividades de animação turística, agências de viagens e *rent-a-car*, e projetos de maior dimensão como campos de golfe, marinas e portos de recreio ou parques temáticos.

Desta forma, é perceptível que os principais beneficiários poderão pertencer tanto ao setor público como privado, entre os quais empresas, câmaras municipais, regiões de turismo ou ainda um agrupamento destas entidades.

Ambos os programas baseiam-se num plano de ação que se adequa às particularidades e dinâmicas das AP e áreas contíguas, enquadrando os projetos de investimento no âmbito do turismo sustentável, tendo em conta três setores de atuação: (1) planeamento: identificando a oferta turística nas áreas que estão designadas nos PDMs como prioritárias para o desenvolvimento turístico, pois caracterizam-se como sendo áreas de vocação turística, numa ótica de potenciar sinergias entre diferentes projetos turísticos, contribuindo para o desenvolvimento local e regional; (2) ordenamento: contribuindo para a racionalização do uso do solo com o objetivo de minorar assimetrias regionais em termos económicos, sociais e ambientais; e por último (3), medidas de gestão ecológica: visando a implementação de “boas práticas” referentes à minimização de impactes ambientais, como a redução do consumo de água ou a produção de desperdícios (Fernandes, 2009).

O planeamento deverá ser realizado através da coordenação de várias instituições públicas e entidades privadas, assim como da audição da população local, especialmente através dos designados processos de participação pública. A tendência para a sustentabilidade turística não pode ser atingida sem os consequentes processos de participação pública conducente à mobilização social (Bramwell & Lane, 2011). Desta forma, os planos de ação destes programas de incentivos envolvem entidades de âmbito tão distinto como o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, O Turismo de Portugal IP, as entidades responsáveis pelas áreas protegidas e os respetivos municípios. Existe assim, a tendência de uma procura para a integração e cooperação institucional e comunitária.

Talvez mais importante, o envolvimento e integração das comunidades locais em todo o processo de desenvolvimento do turismo é fundamental para alcançar a sustentabilidade ecológica e socioeconómica em AP (Liu et al., 2003). Assim, a população local, especialmente os mais desfavorecidos, devem ser incluídos no processo de formulação de políticas, desde o início. Isto é especialmente relevante para países como a China, onde os programas de conservação são, geralmente, implementados de forma *top-down*, com pouca participação dos atores locais (Liu et al., 2008). A consequência é que a maioria das pessoas locais apenas tomaram conhecimento da existência de políticas de turismo, mas não dos detalhes, o que impediu algumas famílias de participar no turismo. A entidade responsável local precisa de expandir a sua lista de partes interessadas do turismo para incluir todos os membros da comunidade com vontade/interesse em participar no turismo, ouvir cuidadosamente as suas sugestões e entender suas necessidades, e, em seguida, elaborar políticas e regulamentos que forneçam aos membros mais pobres prioridades para participar no turismo e beneficiar dele. No longo prazo, para sustentar um alto nível de participação local no turismo, o estilo de gestão do turismo tem de ser horizontal, baseado em todos os *stakeholders*.

Enquanto a necessidade de realizar a monitorização ambiental do turismo de natureza é reconhecida (Buckley, 2011), a importância de monitorizar as alterações socioeconómicas é, muitas vezes, esquecida. Ao documentar as mudanças específicas sobre os tipos e níveis de participação do turismo e as características dos membros da comunidade, podemos estabelecer com maior precisão os contextos que dão origem aos impactes observados. Neste contexto, a medição do impacte socioeconómico e a monitorização das alterações devem ser firmemente incorporadas no planeamento do turismo de natureza e na gestão de áreas protegidas desde as fases iniciais de desenvolvimento. Desta forma, o envolvimento local significativo pode ser assegurado e os impactes positivos na redução da pobreza e na conservação podem ser eficazmente promovidos.

4.5.2 Metodologias de planeamento em Áreas Protegidas

Os processos de planeamento atuais e que visam ser conducentes à sustentabilidade surgem no âmbito de um processo integrado e abrangente com etapas metodológicas sucessivas e cíclicas.

Após análise da literatura da área pode afirma-se que o planeamento em AP é desenvolvido em quatro etapas: análise situacional, desenvolvimento da estratégia, implementação ou planos de ação e monitorização (Inskeep, 1991; Boo, 2002; McNeely et al, 1992).

Mcloughlin (1970) descreve essas etapas da seguinte forma: (1) Análise situacional: que irá revelar as necessidades da população; (2) Desenvolvimento da Estratégia: Formulação hierárquica de fins e objetivos tanto em termos espaciais como temporais; (3) Implementação: enumeração de estratégias ou de políticas de orientação, assim como das respetivas linhas de ação necessárias para atingir os objetivos idealizados; (4) Monitorização: através da confrontação entre as linhas de ação com os recursos disponíveis, as suas vantagens e desvantagens, assim como os custos e possíveis opções afim da implementação de instrumentos e medidas que introduzem modificações nas relações do sistema, implicando a constante monitorização e o reinício de um novo ciclo com um horizonte temporal maior.

Inskeep (1991), Boo (2002) e McNeely et al (1992) apresentam modelos de planeamento para AP especialmente visando o desenvolvimento turístico sustentável. Os três modelos acompanham as etapas anteriormente enumeradas que seguidamente se compilam na tabela 4.1.

Tabela 4.1– Modelos de Planeamento para Áreas Protegidas (Fonte: baseado em Inskeep, 1991; Boo, 2002; McNeely et al., 1992)

Etapas	Inskeep (1991)	Boo (2002)	McNeely et al. (1992)
Análise situacional	<p>1a. Análise ambiental através de inquéritos para diagnóstico da fauna, flora e sistemas ecológicos, com identificação de áreas sensíveis para preservação;</p> <p>1b. Identificação da tipologia de turista para fixação da capacidade de carga;</p> <p>1c. Determinação das infraestruturas necessárias.</p>	<p>1a. Diagnóstico das condições atuais da AP: recursos, infraestruturas, funcionários, envolvimento da comunidade e dos setores público e privado, âmbito político, legal e económico;</p> <p>1b. Tipologia de turistas e número de visitas;</p> <p>1c. Acessibilidades.</p>	<p>1a. Recolha de dados como garantia da tomada de decisão baseada nos recursos locais, nas condições sociais e económicas e na avaliação da experiência turística;</p> <p>1b. Identificação de conflitos entre turistas, AP e comunidade local.</p>
Desenvolvimento da estratégia,	<p>2a. Fixação de objetivos de desenvolvimento e conservação;</p> <p>2b. Elaboração do plano e consequentes medidas de avaliação;</p> <p>2c. Preparação dos planos;</p> <p>2d. Análise dos impactes.</p>	<p>2a. Identificar nível de turismo desejado e elaborar um plano com base nos objetivos do para a proteção de recursos, o incremento económico, a educação ambiental, entre outros;</p> <p>2b. Promover o plano com o objetivo da captação de recursos financeiros ou adequada assistência técnica.</p>	<p>2a. Determinar objetivos com vista a beneficiar a comunidade tendo em vista a tipologia, escala e dimensão do turismo a ser promovido;</p> <p>2b. Adequação das estratégias aos instrumentos de ordenamento locais e regionais;</p> <p>2c. Preparação do plano de gestão;</p> <p>2d. Discriminação dos desenhos, métodos e materiais utilizados nas infraestruturas.</p>
Implementação	3a. Implementação	3a. Implementação	3a. Implementação
Monitorização	4a. Gestão contínua dos recursos e do seu uso.		4a. Monitorização através de um sistema de indicadores e parâmetros a serem observados nas dinâmicas do território.

Analisando a tabela podemos referir que, apesar das etapas serem coincidentes e o objetivo comum, as abordagens são diferentes. Inskepp (1991) defende a importância dos recursos naturais, um conhecimento do perfil do turista no sentido de fixar a capacidade de carga, que se torna assim num instrumento de preferência para o controlo de fluxos do turismo e medida importante para a conservação. Este autor relata também a importância da adequação dos planos à realidade local garantindo a manutenção e avaliação constante dos recursos naturais através da monitorização.

O segundo autor opta por uma abordagem mais abrangente através da análise da situação atual da AP, aferindo a relação dos turistas com a comunidade, o setor público e privado, o sistema legal, político e financeiro. Tanto Boo (2002) como Inskeep (1991) defendem que o planeamento deve ser elaborado através da definição de objetivos. Não indica qualquer forma de monitorização. Estes dois autores defendem também que as estratégias devem ser delineadas perante a tipologia de turista a definir para a AP. McNeely et al. (1992) apontam para um sistema de monitorização constante através da implementação de um sistema de indicadores devido às mutações constantes no território.

Para que uma AP possa ser gerida estrategicamente, a elaboração de um plano e de uma estratégia para a proteção e dinamização da área tomam contornos importantes. Será importante que os planos indiquem ferramentas que permitam o conhecimento dos impactos gerados pela utilização. Só assim será possível realizar um controlo das atividades de modo a permitir a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento económico e social rumo a uma estratégia de sustentabilidade.

As ferramentas de gestão de atividades de desporto natureza e turismo em AP surgem com a evolução dos Estudos de Impacte Ambiental nos Estados Unidos nas décadas de 50, 60 e 70. A capacidade de carga permite controlar a recreação ao ar livre, conquistando reputação na resolução de impactos causados pela visita na AP (Fennel et al., 2004).

As ferramentas de gestão apresentadas na seção “Locais de Prática de Atividades de Desporto de Natureza: Capacidade de Carga”, no segundo estudo desta investigação, entre as quais: *Limits of Acceptable Change* (LAC), a *Recreational Opportunity Spectrum* (ROS), a *Visitor Impact Management* (VIM), a *Visitor Experience and Resource Protection* (VERP) e a *Multiple Attributes Scoring Test for Capacity* (MASTEC), revelam-se de extrema importância para o fornecimento de contributos à consecução da sustentabilidade das atividades desportivas e turísticas em AP. Além das que foram exploradas, a literatura faz referência a outras ferramentas importantes no que se relaciona com os contributos à gestão da atividade turística para áreas naturais. Designadamente, tem-se como exemplo, o VAMP (*Visitor Activity Management Process*); o TOMM (*Tourism Optimisation Management Model*), sendo considerado uma extensão do LAC; e o TOS (*Tourism Opportunity Spectrum*), o qual se figura como uma adaptação do ROS (Moore et al., 2003).

Para que um plano de ação possa ser bem-sucedido será necessária uma avaliação contínua do planeamento e da gestão já que o território em causa, além de sensível ecologicamente, é alvo de dinâmicas operadas pela atividade turística. Desta forma, é exigido um acompanhamento permanente.

4.5.3 Planeamento de infraestruturas de apoio ao turismo

Vários autores como Inskeep (1991) e Boo (2002), defendem que a melhor estratégia para o planeamento turístico em AP deve basear-se na observação de políticas nacionais e regionais existentes e na legislação aplicada ao turismo em espaço rural e turismo de natureza. Contudo, na ausência desta, uma equipa multidisciplinar responsável pelo planeamento deverá estabelecer uma política adequada. Os autores sugerem, assim, uma análise pormenorizada ao planeamento e regulamento geral da AP para iniciar uma análise de diagnóstico.

O planeamento turístico adquire particularidades especiais aquando da sua implementação em AP. Na literatura da área, Inskeep (1991) e McNeely et al.

(1992) afirmam que um dos pontos críticos mas essenciais é a construção ou melhoramento de infraestruturas. Desta forma, surgem várias diretrizes importantes, entre as quais:

- (1) A construção de infraestruturas num espaço delimitado, isto é, o centro de visita, onde se inclui a receção da AP, um pequeno museu ou uma sala audiovisual, por exemplo. Só algumas infraestruturas como WC's, espaços de abrigo e mobiliário, como bancos, devem estar disponíveis pela totalidade do parque.
- (2) O alojamento poderá estar junto da infraestrutura central ou em zonas consideradas menos sensíveis ambientalmente. Estas construções devem estar enquadradas paisagisticamente e devem ser utilizadas técnicas de arquitetura sustentável. Já numa ótica de turismo sustentável, o alojamento pode localizar-se nas zonas limítrofes do parque. Distribuindo as infraestruturas de alojamento, pode proporcionar-se um efeito multiplicador na economia local, já que os turistas poderão beneficiar de outras atividades e serviços.
- (3) Zonamento do parque: as zonas devem estar perfeitamente delimitadas em termos de uso, sendo que o planeamento de infraestruturas deve adaptar-se às atividades praticadas pelos turistas, especialmente no âmbito dos desportos de natureza e aventura. Para estas zonas devem ser adotadas, consoante a sua sensibilidade ecológica, medidas de minimização de impactes como a aplicação da capacidade de carga ou o pousio.
- (4) Sinalização e caminhos: o parque deve estar dotado de sinalética adequada tanto rodoviária (se o uso de veículos for permitido), como turística, no caso dos percursos pedestres, placas de identificação de locais e da possibilidade da prática de modalidades. Contudo deverá ter-se em atenção a não utilização excessiva. Quanto aos caminhos e trilhos, como anteriormente mencionado, se se conseguir canalizar os fluxos turísticos adequadamente, as possibilidades de utilização de trilhos não aconselhados é menor.

4.6 Metodologia

A metodologia utilizada para a elaboração do Estudo 4 baseou-se na análise documental específica de áreas temáticas de Desporto Natureza e Turismo Ativo, mais especificamente quanto à avaliação, classificação e desenvolvimento de locais de prática. Foram utilizados artigos científicos, livros, documentos institucionais e sítios da internet. Este processo metodológico apresenta-se em duas fases distintas:

- i) Esta primeira fase teve como base essencial a revisão de documentos técnicos e científicos que instruem diversas áreas de intervenção associadas à prática de Desporto Natureza e Turismo Ativo, com o objetivo de identificação de métodos de planeamento e gestão que possibilitem a (re)qualificação de AP. A recolha documental recai sobretudo nas seguintes áreas de conhecimento: a) Desenvolvimento e Turismo Sustentável; b) Gestão de Áreas Protegidas; c) Planeamento de Turismo em AP; d) Gestão da recreação e do turismo em áreas protegidas; e) Desenvolvimento de locais de prática de desporto de natureza e turismo ativo.

Os parâmetros seguidos para determinar os documentos essenciais para a análise foram os seguintes: a) pesquisa da literatura técnica e científica no âmbito das AP, gestão de atividades desportivas, planeamento de turismo sustentável em AP; b) procura na internet através de terminologia específica das áreas de conhecimento anteriormente referidas nos idiomas de Português, Inglês e Espanhol; c) realização de análise de artigos técnicos e científicos, documentação institucional (nacional e internacional) e capítulos de literatura específica das temáticas mencionadas por forma a aferir a pertinência e adequação dos objetivos da investigação; e por fim, d) Seleção final da documentação.

No que se relaciona com a escolha de técnicas de análise de conteúdos foram definidas as categorias: “Planeamento e Gestão”; “Turismo Sustentável” e “(re)qualificação de atividades de Desporto Natureza e Turismo Ativo”. O objetivo

será o de compreender o exato significado das opiniões dos autores (Bardin, 2004).

- ii) Na segunda fase, para além da documentação selecionada na fase anterior, foram ainda considerados alguns casos práticos de aplicação de ferramentas de gestão e desenvolvimento em APs para atividades de Desporto Natureza e Turismo Ativo.

Para sustentar esta investigação efetuou-se o cruzamento da informação recolhida com os dados referentes aos estudos anteriores, a relembrar: Estudo 1 – caracterização e enquadramento do potencial da PPSM para a prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo; Estudo 2 – baseado na informação recolhida através das fichas de caracterização e avaliação dos locais de prática; Estudo III - Classificação de espaços de Desporto de Natureza e Turismo Ativo.

4.7 Propostas de Desenvolvimento de locais de prática de desporto de natureza e turismo ativo para a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto

O turista valoriza e privilegia, cada vez mais, a visitação de espaços sustentáveis, com especial atenção às questões ambientais. Sendo a sustentabilidade o garante para a criação de uma oferta turística competitiva, tanto no mercado nacional como no mercado internacional, verificamos a necessidade urgente de estabelecer orientações ao nível do planeamento e da gestão com regras claras e bem definidas de utilização dos espaços naturais de modo a garantir a sustentabilidade destes locais e, ao mesmo tempo, a atratividade e competitividade dos mesmos.

A manutenção e melhoria da qualidade dos recursos naturais e das condições de vida das populações locais constituem alguns dos fatores de competitividade de um destino turístico (Weaver, 2006). Com base nas informações recolhidas e nos resultados obtidos nos estudos anteriores, suportados por uma revisão da literatura sobre as temáticas envolventes e tomando por referência os espaços

avaliados, estabelecemos algumas considerações e propostas de (re)qualificação para a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto em diversas áreas de atuação.

O valor recreativo e as potencialidades de recreio de um espaço estão diretamente ligados à acessibilidade e podem ser fomentados se esta for melhorada (Gaspar & Fidalgo, 2002).

As acessibilidades foram uma das componentes analisadas nos nossos estudos. Sabemos que, globalmente, esta AP possui boa acessibilidade, o que lhe confere um maior potencial de desenvolvimento, pois este é um fator importante para atrair visitantes. No entanto, esta componente deverá ser um atributo que pode ser melhorado através de práticas de gestão e que poderá amplificar o valor de atratividade da área. Neste campo, consideramos que a sinalização existente nas acessibilidades à Paisagem Protegida da Serra de Montejunto é insuficiente e pode colocar algumas dúvidas a quem a visita, pelo que esta deverá ser melhorada. O valor que um espaço de lazer pode tomar é uma consequência da sua atratividade mas, ao mesmo tempo, da facilidade a que este pode ser acedido (French, Craig-Smith & Collier, 1995). A determinação da acessibilidade assume que o número de visitantes está arrolado com os acessos principais (Rudis, Reams, McRoberts & Van Deusen, 2001), sendo inversamente proporcional à distância que estes precisam de percorrer a partir dos acessos de entrada na AP (Watson, Cole, Turner & Reynolds, 2000). Assim, deve a entidade gestora proporcionar melhores acessos aos locais de prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo, de modo a não constituir um entrave à visita e prática de atividades.

No que respeita às **questões ambientais**, a criação de AP constituiu-se numa das principais formas de intervenção governamental, com o intuito de reduzir perdas de biodiversidade relacionadas com a degradação ambiental que é derivada da pressão humana (Vallejo, 2009).

O estudo efetuado sobre a classificação dos espaços da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto revela baixos níveis de degradação ambiental na grande maioria dos locais. Podemos, então, constatar que o índice de visitantes a

frequentar esta área é baixo. No entanto, os indicadores que revelaram maiores índices de degradação foram o pisoteio da vegetação e a degradação da paisagem rochosa. Configura-se, assim, a necessidade de planejar e estabelecer regulamentação e procedimentos de monitorização, no sentido de evitar a degradação insanável destes espaços. Neste âmbito, sugerimos a implementação e sinalização de trilhos de acesso aos espaços de prática, principalmente nos setores de Escalada, evitando a criação de trilhos paralelos, de forma a mitigar o pisoteio e a destruição da vegetação envolvente.

A gestão de uma AP suporta-se na existência de um planeamento e da determinação da capacidade de carga das infraestruturas de lazer e dos espaços naturais. Apesar de este último assunto ser habitualmente debatido de uma forma teórica pelas entidades e académicos e de haver um consenso de opiniões, o que é verdade é que muito poucas áreas naturais possuem um cálculo e controlo efetivos da sua capacidade de carga. Recomenda-se assim, a definição da capacidade de carga dos locais identificados para a prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo e a sua posterior monitorização, de forma a garantir a sustentabilidade da área.

Outro aspeto a considerar deverá ser a vigilância regular e efetiva da AP, seja por sensoriamento remoto e/ou por intervenção direta no terreno, de forma a assegurar a conservação dos locais e prevenir ações danosas aos mesmos. Por outro lado, o nível de impacte do fogo, causado por fatores não naturais não é, atualmente, muito visível na PPSM, sendo considerado um indicador com um nível baixo de degradação ambiental. No entanto, o risco é constante e iminente. Assim, a vigilância ou a restrição de acesso a zonas com maior probabilidade de risco de ocorrência de incêndios devem constituir-se como medidas preventivas a ser tomadas (Oliveira, Batista, Soares & Sluter, 2002; Koproski, Ferreira, Goldammer & Batista, 2011).

Derivado ainda da temática dos níveis de degradação ambiental, foi analisado no Estudo 3 um indicador relativo à existência de espécies de vegetação invasoras ou não nativas (categorias de avaliação e classificação de recursos naturais com potencial turístico, adaptado de Priskin, 2001; Alaeddinoglu & Can, 2011), ou seja, espécies que produzem descendência fértil, normalmente em

grande número e com potencial para se expandirem em grande escala, não fazendo parte da flora habitualmente pertencente à PPSM. Para assegurar a continuidade da biodiversidade existente, a prevenção e controlo adequado destas espécies são peças-chave na gestão de AP (Maciel, 2011). Na observação de campo, estas espécies foram identificadas em alguns locais desta AP. Urge assim, a adoção de técnicas de intervenção junto destas espécies de forma a ter um controlo efetivo das mesmas, com o intuito de gerar o mínimo impacte no ambiente natural envolvente e assegurar a continuação da diversidade biológica típica desta AP.

Estas propostas efetuadas encontram-se em consonância com os indicadores referentes ao controlo físico e ao controlo legal das técnicas habitualmente utilizadas para a gestão da prática recreacional das APs referidas por Orams (1996), que promovem tanto a atração do visitante como, por outro lado, restringem a sua prática no sentido da conservação dos espaços.

No campo das **infraestruturas de suporte** existentes verificamos, através dos resultados obtidos no estudo 3, que esta é uma das áreas que revela maiores necessidades de melhoria na Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, pois os espaços analisados possuem poucas ou nenhuma infraestruturas de suporte.

A inclusão de pessoas com deficiência e das pessoas com mobilidade reduzida nas APs é um dos desafios globais a ser superado. Estes novos públicos incluem um crescente número de pessoas que necessitam de condições especiais de acessibilidade (Matias, Almeida & Lança, 2011). As atividades turísticas e de recreação realizadas em espaços naturais proporcionam uma diversidade de estímulos sensoriais que permitem a superação dos próprios limites, a promoção da autoestima e da socialização, facilitando a formação, a compreensão e orientação espacial desta população (Julião & Ikimoto, 2007). No entanto, este tipo de atividades não está, muitas vezes, ao seu alcance, sendo assim, necessário criar condições que promovam a prática junto deste público, contribuindo para o aumento da atração do destino (Matias, Almeida & Lança, 2011).

Por outro lado, a redução dos recursos financeiros disponíveis derivados da atual conjuntura do nosso país impõe uma alteração estrutural nos modelos territoriais e turísticos baseados na requalificação das infraestruturas e equipamentos existentes e na maximização dos recursos turísticos (Perdigão, 2013). Inskeep (1991) e McNeely et al (1992) referem que um dos aspetos críticos, mas fundamentais na implementação de planeamento turístico em APs é a construção ou requalificação de infraestruturas.

As APs, como é o caso da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, constituem grandes potencialidades turísticas de desenvolvimento local, em virtude do seu património natural, histórico e cultural. No entanto, como refere Fernandes (2009), *“no nosso país, as intervenções têm-se caracterizado por uma certa marginalização, em função da falta de promoção, informação e melhoria de infraestruturas e equipamentos desses locais”*.

No âmbito da segurança, constatamos lacunas na implementação de sistemas de emergência nas APs em Portugal. Infelizmente, observamos frequentemente casos de acidentes decorrentes da prática de atividades recreativas e turísticas em ambiente natural. Por vezes, o auxílio das entidades de socorro torna-se tardio ou mesmo infrutífero por falta de alertas atempadamente. Verificamos assim, a falta de sistemas de alerta e socorro. Um bom exemplo de considerar é o “sistema SOS” criado e implementado recentemente nas praias. Este sistema pretende contribuir para promover as condições de segurança dos banhistas, tanto em áreas balneares vigiadas, como em praias não vigiadas e outras zonas de risco. Permite que o apoio ao nadador-salvador ou ao banhista, em caso de emergência, seja feito com a máxima rapidez (fonte: Câmara Municipal de Mafra).

Neste enquadramento, sugerimos algumas propostas para a (re)qualificação das infraestruturas de suporte inerentes dos espaços da Paisagem Protegida da Serra de Montejunto:

- Dotar as infraestruturas existentes de modo a permitir a acessibilidade a pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida;

- Implementação de percursos sensoriais com alusão aos recursos existentes nesta AP;
- Croquis de espaços e informação turística traduzida em Braille, com sistemas de vídeo e/ou de áudio;
- Apetrechar e dinamizar miradouros com placas explicativas da paisagem e biodiversidade envolventes;
- Requalificar os edifícios existentes na PPSM e transformá-los em alojamento turístico, numa vertente de casas de abrigo (ex: antigas casas de guardas florestais);
- Requalificar as infraestruturas de apoio centrais (Centro de Interpretação Ambiental, Parque de Campismo, Posto de informação turística) e modernizar os seus equipamentos;
- No âmbito da segurança, implementar sistemas de SOS em locais estratégicos que permitam aos visitantes aceder e obter ajuda de emergência de um modo rápido e eficaz, como é o exemplo dos sistemas de SOS Praia que foram implementados em algumas praias portuguesas;
- Implementação de espaços com equipamentos adequados para lazer (ex: mesas e bancos de merendas, locais apropriados para foguear);
- Colocação de caixotes para o lixo nos locais mais frequentados;
- Distribuição de pontos de água potável em locais estratégicos;
- Relativamente à prática de atividades de desporto de natureza, construir, no contexto da paisagem existente, plataformas de descolagem nos locais apropriados para a prática de Voo Livre, locais para observação de aves, plataformas para acesso a grutas e algares com potencial para visitas turísticas.

No contexto das **atrações turísticas** de um destino, ao nível da competitividade, os produtos e os destinos turísticos sustentáveis pressupõem inúmeras vantagens, tais como, por exemplo, a maior duração do ciclo de vida dos produtos e destinos ou a manutenção e melhoria da qualidade dos recursos naturais (Weaver, 2006).

Alaeddinoglu e Can (2011) afirmam que os turistas têm tendência a optar por locais com níveis de atração relativamente altos. O Estudo 3 revela o elevado potencial de atração dos espaços da PPSM analisados, realçando a qualidade da paisagem e a oportunidade de recreação, indicadores bastante apreciados por praticantes de atividades de desporto de natureza e turismo ativo. No entanto, estas qualidades, por si só, não são suficientes. De forma a constituir um destino competitivo a nível nacional e mesmo internacional, julgamos haver ainda muito a fazer.

Neste enquadramento, consideramos que a sinalética constitui um importante instrumento para uma melhor compreensão dos espaços. Exemplo disso é o projeto “Sinalética do Geopark Naturtejo”. Este projeto inclui sinalização direcional e interpretativa para os geomonumentos e inclui também sinalética digital interpretativa básica, possível de descarregar na página oficial da Naturtejo (Rodrigues & Neto de Carvalho, 2013). De acordo com os autores, os painéis contêm informação simples com recurso a legendas que complementam as observações efetuadas no local, *“permitindo que o visitante construa as suas conceções com base na associação da paisagem observada com os processos ilustrados nos painéis”*.

Ao nível da informação e também da preservação dos espaços, segundo Ezequiel e Carvalho (2011), os guias de natureza afiguram-se como importantes elementos na gestão da atratividade dos destinos nas vertentes ambientais, sociais e culturais. Os autores afirmam que estes profissionais constituem-se como elementos fundamentais para uma estratégia de desenvolvimento sustentável nas diferentes atividades a dinamizar na montanha.

Os programas de animação, interpretação e educação ambiental promovem o aumento significativo de visitantes num destino natural, melhorando as experiências que estes podem ter e tornando a visita mais atrativa. Orams (1996) atesta que as técnicas utilizadas para a gestão do uso recreacional das APs engloba a categoria de “controlo voluntário”, baseado especialmente na educação ambiental. Neste campo, os guias podem desempenhar um papel fulcral.

Concomitantemente, a crescente procura de atividades de desporto de natureza em APs ao longo dos últimos 20 anos, associada ao aumento das movimentações turísticas, promove o desenvolvimento da economia local (Marinho, 2008; Pröbstl, Wirth, Elands & Bell, 2010; Carvalhinho, Bento & Rosa, 2013). A implementação de novas formas de recreação e de utilização dos recursos podem permitir solucionar conflitos e desenvolver políticas competentes no sentido de proporcionar o equilíbrio da economia.

Assim, com base neste contexto teórico e na informação obtida nos Estudos 1,2 e 3, afiguram-se naturalmente algumas propostas, no âmbito da melhoria da atratividade da PPSM:

- Implementação e dinamização de outras modalidades possíveis de praticar na PPSM (ex: observação de aves, BTT, cicloturismo, passeios equestres, geocaching, orientação, corridas de aventura, voo livre, entre outros);
- No âmbito da Escalada, equipar novas vias com grau de dificuldade mais baixo, de modo a permitir a prática desta modalidade por parte de outros públicos-alvo, tais como escolas, praticantes de iniciação e simpatizantes da modalidade;
- Revitalizar a sinalética dos locais de prática e implementar nova sinalética alusiva às potencialidades destes;
- Identificar, sinalizar e equipar novos locais de prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo;

- Estabelecer parcerias com as Forças Armadas, especialmente a Força Aérea Portuguesa, no sentido de promover visitas guiadas e condicionadas às suas instalações localizadas na PPSM e organizar programas pedagógicos para crianças de educação ambiental (ex: uma noite na base);
- Apostar na aquisição de audioguias e conceber programas de visita autónoma pelo património histórico, cultural e natural existente na PPSM;
- Conceber produtos turísticos em parceria com empresas e/ou entidades de expressão nacional e internacional (ex: Experiência de 1 dia; 1 experiência de aventura; contemplação da natureza);
- Aproveitando os recursos históricos e culturais existentes, promover a recriação histórica do processo de elaboração e transporte do gelo, reconstituindo estes processos antigos, como veículo de promoção desta AP, ou mesmo, estabelecer uma rota pedestre carregada de atributos e atrativos históricos e culturais;
- Estabelecer, dentro das infraestruturas centrais existentes na PPSM, um centro de apoio para promoção e venda de artesanato e de produtos locais, estimulando também o desenvolvimento económico;
- Contratação e formação de guias de natureza de modo a que estes possam efetuar visitas guiadas, bem como realizar programas de educação e sensibilização ambiental e participar na gestão e monitorização dos espaços. Esta poderá ser também uma oportunidade para criar novos postos de trabalho que permitam empregar as populações locais;

Na perspetiva do **planeamento**, os locais de prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo podem ser inventariados e mapeados com recurso ao Sistema de Posicionamento Global (GPS), com diferentes níveis de precisão. Estes levantamentos permitem fornecer dados que dão entrada em Sistemas de

Informação Geográfica (SIG) para criar mapas de redes de espaços e realizar uma análise mais aprofundada do impacto dos visitantes nas características dos espaços (Wimpey & Marion, 2010). Aumentar a disponibilidade de dados espaciais de alta resolução, pode permitir inventariar e mapear locais de forma precisa e com a possibilidade de visualização das suas características através de dados espaciais num ambiente GIS, em vez de levantamentos de campo (Kincey & Challis, 2010).

Paralelamente, o desenvolvimento dos SIG tem acompanhado a evolução da internet, permitindo a obtenção de mapas dinâmicos na internet (WebSIG). Estes permitiram criar um ambiente visual suportado pelos mapas que funcionam por camadas, possibilitando alterações de escala, de pormenor, níveis de informação e de representação cartográfica (Silva, Cabral, Lopes & Vidal, 2011). Tomando como exemplo o projeto ZoomAzores (Silva et al, 2011), os utilizadores podem visualizar as atividades e serviços identificados no mapa, podendo escolher itens do seu próprio interesse e aceder a uma caracterização resumida dos mesmos, facilitando assim o acesso a informação relevante antes de visitar os locais. Esta poderá também, constituir uma das estratégias de promoção e divulgação dos recursos naturais.

No enquadramento dos modelos de planeamento para APs, a determinação da capacidade de carga, a adequação da oferta às expectativas da procura, a conceção de produtos turísticos, entre outros, requerem o conhecimento da tipologia dos visitantes, sendo essencial estabelecer procedimentos de recolha de informação.

Em consonância com as perspetivas explanadas ao longo da presente investigação, identificamos ainda algumas necessidade de (re)qualificação da PPSM, não só de espaços, mas também ao nível de processos, pelo que apresentamos as seguintes sugestões:

- No âmbito do planeamento, estabelecer metodologias de aplicação de inquéritos para recolha de dados sobre as motivações, expectativas e satisfações dos visitantes à PPSM;

- No âmbito do planeamento e da gestão, identificar as empresas de animação turística que operam no local de modo a desenvolver programas de educação e valorização ambiental;
- Estabelecer parcerias com diversas entidades oficiais, no sentido de garantir a manutenção regular dos espaços de prática, como por exemplo, os percursos pedestres, bem como a acessibilidade aos mesmos;
- Adotar um modelo de gestão participada que envolva, não só, as entidades oficiais responsáveis, como também os diversos agentes locais;
- Elaborar e implementar regulamentação específica que delimite a prática de atividades de turismo, lazer e desporto na PPSM, bem como aplique normas de utilização dos espaços e impute responsabilidades ao uso abusivo dos mesmos (ex: Carta de Desporto de Natureza da PPSM);
- Desenvolver uma estratégia de marketing que permita promover a PPSM, divulgar e valorizar os seus recursos. Neste contexto, uma das medidas poderá passar pela participação em eventos promocionais de carácter nacional e internacional, tais como feiras ou grandes eventos;
- No âmbito da promoção e das tecnologias, desenvolver mapas interativos através de WebSIG, que contenham informação detalhada sobre a PPSM e que vá ao encontro das necessidades dos potenciais visitantes, bem como desenvolver uma aplicação para telemóveis que permita ao visitante obter informações diversas sobre os locais de prática, transportá-las e visualizá-las nos próprios locais, se assim o desejar.

Ainda no âmbito do planeamento, de entre os modelos observados, sugerimos o método de planeamento para a PPSM segundo o modelo apresentado por Inskeep (1991), porque consideramos que ainda não está tipificado o perfil do turista visitante nesta AP, sendo por isso adequado para uma fase inicial. No modelo de McNeely et al (1992) considera-se, na fase da análise situacional, que

devem identificar-se conflitos entre os turistas, a AP e a comunidade local, partindo do princípio que já está tipificado um perfil de turista visitante da AP. As motivações do turista de natureza são diferentes das motivações do turista de massas, logo, os potenciais conflitos seriam diferentes e, desta forma, as medidas a tomar também.

Relativamente ao modelo de planeamento proposto por Boo (2002), este não inclui processos de monitorização, pelo que não é recomendada a utilização desta metodologia na PPSM, pois consideramos que estes são fatores essenciais nos processos de planeamento e gestão de APs.

4.8 Considerações Finais

O uso progressivo dos espaços naturais, nomeadamente as APs, para a realização de atividades de desporto de natureza e turismo ativo exige a necessidade de obtenção de procedimentos adequados que possam proporcionar a sustentabilidade destes locais. Questões como os impactos ambientais derivados destas práticas e, por outro lado, a perceção e implementação de oportunidades de desenvolvimento são questões complexas de gerir. Se, de certa forma, devemos potenciar os recursos naturais existentes numa região com vista ao desenvolvimento da economia local, devemos também, ter alguma cautela no desmesurado uso dos mesmos, podendo penitenciar definitivamente o seu ciclo de vida.

Alcançar as metas de sustentabilidade envolve o equilíbrio ecológico, social e económico, resultantes do desenvolvimento (WCED, 1987). Assim, deve ter-se como prioridade, um conhecimento profundo da real capacidade e limitações dos espaços de forma a construir processos adequados de planeamento e gestão que possam garantir a sua sustentabilidade.

O movimento mundial de criação de áreas protegidas em locais de valor ecológico foi uma tentativa de proteger as áreas naturais da utilização intensiva e consumista. O turismo e o desporto devem desempenhar uma função protetora

e potenciadora da valorização e do respeito pelos recursos locais por parte de quem as visita e delas disfruta.

No entanto, a fraca inclusão dos agentes locais nos processos de planeamento e gestão das APs podem limitar o melhor desenvolvimento destes locais no que respeita ao turismo de natureza. É importante envolvê-los, dar-lhes poder de decisão nas questões relacionadas com o seu território e, ao mesmo tempo, responsabilizá-los pela preservação do mesmo. É fundamental que os recursos da comunidade presentes nesta área envolvida por projetos de turismo sustentável sejam as próprias promotoras do desenvolvimento, uma vez que são a autenticidade e conservação destes valores que garantem o êxito da atividade turística.

Deste modo, as sugestões de (re)qualificação da PPSM apresentadas no presente estudo pretendem potenciar os recursos existentes de forma sustentável e responsável, através de iniciativas que reforcem a competitividade turística deste território.

4.9 Bibliografia

- Abreu, J. (2005). *Uso agrícola de Resíduos Orgânicos Potencialmente Poluentes: Propriedades químicas do solo e Produção Vegetal*. Tópicos Ci. Solo.
- Afonso, C. (2000) – *Requalificação da Serra d'Arga, os recursos como elementos dinamizadores do espaço*. Seminário com relatório de investigação em Planeamento e Recursos Naturais, Universidade do Minho.
- Alaeddinoglu, F. & Can, A.S. (2011). Identification and classification of nature-based tourism resources: western Lake Van basin, Turkey. *Procedia Social and Behavioral Sciences*, 19, 198–207. [doi:10.1016/j.sbspro.2011.05.124](https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2011.05.124)
- Barbosa, G. S. (2008). O desafio do desenvolvimento sustentável. *Revista Visões*, 4(1), 4ª Edição.
- Bardin, L. (2004). *Análise de Conteúdo* (4ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Barton, H. (2000). Conflicting perceptions of neighbourhood. In *Sustainable Communities*, Barton H (ed.). Earthscan: London; 3–18.
- Bateman, I. J., & Jones, A. P. (2003). Contrasting conventional with multi-level modeling approaches to meta-analysis: expectation consistency in UK woodland recreation values. *Land Economics*, 79(2), 235-258. doi: 10.1007/1-4020-5405-X_8
- Boo, E. (1990) *Ecotourism: The Potentials and Pitfalls*. Washington DC: World Wildlife Fund.
- Boo, E. (2002). .O planeamento turístico para áreas protegidas.. In. *Ecoturismo: um guia para planeamento e gesta*. Eds. Lindberg, K e Hawkins, D. São Paulo: SENAC, 31-56.

- Bramwell, B., & Lane, B. (2011). Critical research on the governance of tourism and sustainability. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 411-421. doi: 10.1080/09669582.2011.580586
- Buckley, R. (2011). Tourism and environment. *Annual Review of Environment and Resources*, 36, 397-416. doi: 10.1146/annurev-environ-041210-132637
- Burnay, M. (2002). *Turismo Sustentável e Ecoturismo em Portugal, Livro de Resumos do Congresso Internacional de Ecoturismo*. Comunicação de Maria-João Burnay no Congresso Internacional do Ecoturismo pp. 5-8. Novembro 2002, Centro de Interpretação das Nascentes de Alviela, Olhos de Água do Alviela, Alcacena.
- Câmara Municipal de Mafra (s/d). Folheto SOS Praias – Câmara Municipal de Mafra. Retrieved from http://www.cm-mafra.pt/files/Proteccao_Civil/folhetoSOSPraias.pdf
- Campos, L. (2001). *A crise completa: a economia política do não*. Boitempo Editorial.
- Carvalhinho, L.; Bento, T. & Rosa, P. (2013). Desporto, ambiente e turismo ativo: estado da arte e relações emergentes. *Revista da Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém*, 1(1),174-193
- Cole, D. N. (2008). Ecological impacts of wilderness recreation and their management. In: *Wilderness management: Stewardship and protection of resources and values (4th ed.)* C. Dawson & J. Hendee (Eds.). Boulder, CO: Fulcrum Publishing.
- Cordell, H. K. (2008). The latest on trends in nature-based outdoor recreation. *Forest History Today*, (Spring), 4-10.
- Cravidão, F. e Cunha, L. (1993) – Ambiente e práticas turísticas em Portugal. *Inforgeo*, 6, 85-91.

Decreto-Lei n.º 191/2009, de 17 de Agosto, Estabelecimento das Bases das políticas públicas de Turismo e Definição dos instrumentos para a respetiva execução, disponível em Diário da República Online (www.dre.pt).

Drumm, A. & Moore, A. (2005). *Ecotourism Development: A manual for conservation planners and managers. (1). An Introduction to Ecotourism Planning. The Nature Conservancy*. Washington, DC.96p. Disponível em: http://transition.usaid.gov/our_work/agriculture/landmanagement_tourism/tourism_pubs.html, acedido em 15/07/2014.

EUROPARC (2010). *The European charter for sustainable tourism in protected areas*. Disponível em: <http://www.europarc.org/uploaded/documents/460.pdf>, acedido em 20/07/2014.

Ezequiel, G. & Carvalho, M. (2011). *Os guias de montanha e sua contribuição para a sustentabilidade do território e das gentes do Pico*. IV Congresso Internacional de Montanha – Turismo e Desporto de Natureza. Estoril.

Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal. (2006). Disponível em <http://www.fcmportugal.com/>

Fennel, D.; Butler, R.W.; Boyd, S.W. (2004). .The polar framework and its operation in an ecotourism setting. In *Ecotourism*. Ed. Diamantis, D., London: Thomson, 110-134.

Fernandes, G. (2009). *Áreas de Montanha e Turismo. Conflitos e complementaridades na apropriação do território*. Cabo Verde – Redes de Desenvolvimento Regional. Retrieved from <http://apdr.pt/congresso/2009/pdf/Sess%C3%A3o%2030/175A.pdf>

Ferreira, G. (1998). Environmental education through hiking: A qualitative investigation. *Environmental Education Research*, 4(2), 177-185. doi: 10.1080/1350462980040205

French, C., Craig, J. & Collier, A. (1995). *Principle of Tourism*. Australia: Longman.

- de Freitas, C. R., Scott, D., & McBoyle, G. (2008). A second generation climate index for tourism (CIT): specification and verification. *International Journal of Biometeorology*, 52(5), 399-407. doi: 10.1007/s00484-007-0134-3
- Gaspar, J. & Fidalgo, B. (2002). Evolução do Uso Solo e Avaliação do Valor Paisagístico e de Recreio na Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor. *Silva Lusitana* 10(2), 179 – 194.
- Haughton G. 1999. Environmental justice and the sustainable city. *Journal of Planning Education and Research* 18(3): 233–243. doi: 10.1177/0739456X9901800305
- Hesselbarth, W., Vachowski, B., & Davies, M. A. (2007). *Trail construction and maintenance notebook: 2007 Edition*. Missoula, MT: USDA forest service, Missoula technology and development center.
- Hill, W., & Pickering, C. M. (2006). Vegetation associated with different walking track types in the Kosciuszko alpine area, Australia. *Journal of Environmental Management*, 78(1), 24-34. [doi:10.1016/j.jenvman.2005.04.007](https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2005.04.007)
- Honey, M., Rome, A. (2001) *Protecting Paradise: Certification programs for sustainable tourism and ecotourism*. Washington, DC: Institute for Policy Studies.
- Inskip, E. (1991). *Tourism Planning: an integrated and sustainable development approach*. New York: Van Nostrand Reinhold
- Julião, D. P., & Ikimoto, S. M. (2007). O direito ao lazer do deficiente visual em áreas naturais públicas e unidades de conservação. Retrieved from www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/DanielleJuliao.pdf > .
- Kincey, M., & Challis, K. (2010). Monitoring fragile upland landscapes: The application of airborne lidar. *Journal of Nature Conservation*, 18(2), 126-134. [doi:10.1016/j.jnc.2009.06.003](https://doi.org/10.1016/j.jnc.2009.06.003)

- Knight, R. L. (2000). Forest fragmentation and outdoor recreation in the southern Rocky Mountains. In *Forest fragmentation in the Southern Rocky Mountains* (pp. 135-153) R. L. Knight, F. W. Smith, W. H. Romme, & S. W. Buskirk (Eds.). Boulder, CO: University Press of Colorado.
- Koproski, L., Ferreira, M., Goldammer, J., & Batista, A. (2011). Modelo de Zoneamento de Risco de Incêndios para Unidades de Conservação Brasileiras: O Caso do Parque Estadual do Cerrado (PR). *Floresta*, 41(3). doi:10.5380/rf.v41i3.24049
- Leung, Y.F., Marion, J.L. (2000). Recreation impacts and management in wilderness: A state-of-knowledge review. In: Cole, D.N., McCool, S.F., Borrie, W.T., O'Loughlin, J., (Eds.), *Wilderness science in a time of change conference*. Proceedings RMRS-P-15-Vol- 5. Ogden, UT: USDA Forest Service, Rocky Mountain Research Station, Fort Collins, CO, pp. 23-48.
- Leung, Y.-F., Newburger, T., Jones, M., Kuhn, B., & Woiderski, B. (2011). Developing a monitoring protocol for visitor-created informal trails in Yosemite National Park, USA. *Environmental Management*, 47(1), 93-106. doi: 10.1007/s00267-010-9581-4
- Lin, H.-C., Leung, Y.-F., Hsu, S.-I., & Sheu, J.-E. (2009). Factors that influence the effectiveness of trail surfacing in minimizing recreational impact: A study in Yangmingshan National Park. *Journal of National Parks (Taiwan)*, 19(4), 65-79.
- Long, S. (1999). Action research, participative action research and action learning in organizations. In G. Yiannis & H. S. Schwartz (Eds.), *Organizations in Depth* (pp. 262-266). London: Sage Publications.
- Liu, J., Ouyang, Z., Pimm, S. L., Raven, P. H., Wang, X., Miao, H., & Han, N. (2003). Protecting China's biodiversity. *Science Journals*, 1240-1241. doi: 10.1126/science.1078868

- Maciel, L. A. (2011). *Controle mecânico da herbácea exótica invasora lírio-do-brejo (Hedychium coronarium Koenig) no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, SP*. Dissertação de Mestrado em Recursos Florestais, opção em Conservação de Ecossistemas Florestais. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.
- Marinho, A. (2008). Lazer, Aventura e Risco: reflexões sobre atividades realizadas na natureza. *Movimento*, 14(2), 181-206
- Marion, J. L., & Leung, Y.-F. (2001). Trail resource impacts and an examination of alternative assessment techniques. *Journal of Park & Recreation Administration*, 19(1), 17-37.
- Marion, J. L., Leung, Y.-F., & Nepal, S. (2006). Monitoring trail conditions: New methodological considerations. *George Wright Forum*, 23(2), 36-49.
- McLoughlin, J.B. (1970). *Urban and Regional Planning: A Systems Approach*. London : Faber & Faber.
- Matias, I., Almeida, M. & Lança, R. (2011). *Turismo Acessível na Natureza: reflexão sobre potencialidades e necessidades*. IV Congresso Internacional de Montanha – Turismo e Desporto de Natureza. Estoril.
- McNeely, J.; Ceballos-Lascurain, H.; Thorsell, J. (1992). *Guidelines: development of national parks and protected áreas for tourism*. Madrid: WTO; Paris:UNEP.
- Monz, C.A., Cole, D.N., Leung, Y.F., Marion, J.L. (2010). Sustaining visitor use in protected areas: future opportunities in recreation ecology research based on the USA experience. *Environmental Management* 45, 551-562. doi: 10.1007/s00267-009-9406-5
- Moore, S.; Smith, A.; Newsome, D. (2003) Environmental performance reporting for natural area tourism: contributions by Visitor Impact Management frameworks and their indicators. *Jornal of Sustainable Tourism*. 11(4) 348-375. doi: 10.1080/09669580308667211

- Newsome, D., Moore, S. A., & Dowling, R. (2013). *Natural area tourism. ecology, impacts and management (2nd ed.)*. Bristol UK: Channel View Publications.
- Olive, N.D., Marion, J.L. (2009). The influence of use-related, environmental, and managerial factors on soil loss from recreational trails. *Journal of Environmental Management* 90, 1483-1493. doi: 10.1016/j.jenvman.2008.10.004
- Oliveira, D. S., Batista, A. C., Soares, R. V., & Slutter, C. R. (2002). Fire risk mapping for pine and eucalyptus stands in Três Barras, State of Santa Catarina, Brazil. In *IV International Conference on Forest Fire Research & Wildland Fire Safety*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- OMT. (2001). *Tourism 2020 Vision: Global Forecasts and Profiles of Market Segments*, Vol.7., Madrid
- OMT. (2004). *Turismo y Desarrollo Local sostenible: elemento para un debate*. Disponível em: <http://www.world-tourism.org/>
- Orams, M. B. (1996). Using interpretation to manage nature-based tourism. *Journal of sustainable tourism*, 4(2), 81-94. doi: 10.1080/09669589608667260
- Page, S. J., & Dowling, R. K. (2002). *Ecotourism*. London: Prentice Hall.
- Perdigão, C. (2013). *Turismo em territórios insulares: modelo territorial vs. turismo na Região Autónoma da Madeira*. Seminário Internacional de Investigación en Urbanismo. "V Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, Barcelona-Buenos Aires, junio 2013". Barcelona. 1362-1374.
- Pickering, C. M., Hill, W., Newsome, D., & Leung, Y.-F. (2010). Comparing hiking, mountain biking and horse riding impacts on vegetation and soils in Australia and the United States of America. *Journal of Environmental Management*, 91(3), 551-562. doi: 10.1016/j.jenvman.2009.09.025
- Pina, P. (1988). *Portugal, o turismo no século XX*. Lisboa: Lucidus.

- Priskin, J. (2001) Assessment of natural resources for nature-based tourism: The case of the Central Coast Region of Western Australia. *Tourism Management* 2001, 22:637-48. [doi:10.1016/S0261-5177\(01\)00039-5](https://doi.org/10.1016/S0261-5177(01)00039-5)
- Portaria nº 1465/2004, de 17 de dezembro: Aprova o Regulamento do Desporto de Natureza na Área do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC), disponível em Diário da República Online (www.dre.pt)
- Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante de Base Regional (PITER II, disponível em: <http://www.turismo-portugal.com/incent/piter.htm>.
- Pröbstl, U., Wirth, V., Elands, B., & Bell, S. (2010). Introduction. In U. Pröbstl, V. Wirth, B. Elands & S. Bell (Eds.), *Management of Recreation and Nature Based Tourism in European Forests* (pp. 1-9). Berlim: Springer
- Rio + 20 *United Nations Conference of Sustainable Development*, consultado em abril 2012, disponível em: www.uncsd2012.org/rio20
- Rodrigues, J. & Neto de Carvalho, C. (2013). *Geoformas Graníticas do Geopark Naturtejo: Blocos Pedunculados*. Atas do VI Congresso Nacional de Geomorfologia – Coimbra.
- Rosa, P., Almeida, M., & Carvalhinho, L. (2011). *Desporto de Natureza em Espaços Naturais: Contributo para o Ordenamento em Áreas Protegidas*. Dissertação de Mestrado não publicada, Instituto Politécnico de Santarém: Escola Superior de Desporto de Rio Maior, Rio Maior.
- Rudis, V. A., Reams, G. A., McRoberts, R. E., & van Deusen, P. C. (2001). Land use, recreation, and wildlife habitats: GIS applications using FIA plot data. *General Technical Report-Southern Research Station, USDA Forest Service*, (SRS-47), 129-136.
- Sievänen, T., Arnberger, A., Dehez, J., Grant, N., Jensen, F. S., & Skov-Petersen, H. (2008). *Forest recreation monitoring-a european perspective*. Finnish Forest Research Institute.

- Silva, F., Cabral, P., Lopes, T. & Vidal, O. (2011). *Promoção do turismo de natureza nos Açores com base em WebSIG – O Projeto ZoomAçores*. IV Congresso Internacional de Montanha – Turismo e Desporto de Natureza. Estoril
- Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica (SIVETUR), disponível em: (<http://www.turismo-portugal.com/incent/sivetur.htm>);
- Talandier, M., Chardonnel, S., Tabaka, K., & André-Poyaud, I. (2014). *Recomposition et dynamique des espaces de vie dans les régions métropolitaines: définir les centralités urbaines de la grande région grenobloise*. Fronts et frontières des sciences du territoire, 348.
- The International Ecotourism Society. (2006). Disponível em <http://www.ecotourism.org/>
- United Nations (2000). *Declaração do Milênio das Nações Unidas*. Nova York; 2000.
- Vallejo, L. R. (2009). Unidade de Conservação: Uma Discussão Teórica á Luz dos Conceitos de Território e Políticas Públicas. *Geographia*, 4(8), 57-78.
- Vedeld, P., Angelsen, A., Sjaastad, E., & Berg, G. K. (2004). *Counting on the environment: Forest environmental incomes and the rural poor*. Environment Department Papers N°. 98. Washington, DC: The World Bank.
- Watson, D., Cole, D., Turner, D. & Reynolds, P. (2000). *Wilderness recreation use estimation: A handbook of methods and systems*. General Technical report RMRS-GTR-56, USDA - Forest Service, Rocky Mountain Research Station.
- WCED (1987). Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Our Common Future*. Oxford University Press: Oxford.
- Weaver, D. (2006). *Sustainable Tourism: Theory and Practice*. London: Elsevier.
- West Midlands Round Table. (2000). *Quality of Life: theFuture Starts Here*. West Midlands Round Table for Sustainable Development. Solihull.

- Wimpey, J., & Marion, J. L. (2010). The Influence of use, environmental and managerial factors on the width of recreational trails. *Journal of Environmental Management*, 91(10), 2028-2037. [doi:10.1016/j.jenvman.2010.05.017](https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2010.05.017)
- Wimpey, J., & Marion, J. L. (2011). A spatial exploration of informal trail networks within Great Falls Park, VA. *Journal of Environmental Management*, 92(3), 1012-1022. doi: 10.1016/j.jenvman.2010.11.015
- WTTC (2012) *Travel & Tourism Economic Impact 2012*. Portugal: World Travel and Tourism Council.

Conclusões Gerais

Conclusões Gerais

Este estudo pretendeu contribuir para um enriquecimento no conhecimento geral sobre as temáticas da prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo em ambientes naturais e sobre as áreas protegidas. Concomitantemente, especificando acerca do nosso caso de estudo, a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, proporcionou a recolha de informação e a aquisição de conhecimento baseado em diferentes metodologias científicas, no sentido de dar um contributo importante para a elaboração de ferramentas que melhor proporcionem o desenvolvimento desta área protegida. Além do contributo científico e académico, esta investigação pretende ter uma aplicabilidade prática no terreno, tornando-se num instrumento útil para as entidades oficiais responsáveis pela gestão deste espaço, pois esta área protegida encontra-se quase virgem de estudos e regulamentação específica.

No sentido de responder à problemática que desencadeou esta investigação e de responder aos objetivos propostos, tecemos as seguintes considerações gerais:

A Paisagem Protegida da Serra de Montejunto afigura-se como uma área protegida com elevado potencial para a prática de desporto de natureza e turismo ativo, sendo esta a perceção das entidades públicas e privadas do meio, mas encontra-se ainda pouco explorada, tanto pelas autarquias que abrangem este território, que são responsáveis pela sua gestão (integrando uma comissão diretiva), como pelos agentes locais sedeados nos concelhos envolventes, embora haja a clara noção das limitações naturais que o espaço apresenta, nomeadamente a sua reduzida área, comparativamente a outras áreas protegidas. Configura-se de potencial interesse o conhecimento e registo das entidades/empresas de animação turística que realizam atividades nesta região e a exploração das suas dinâmicas como núcleo de desenvolvimento das práticas de desporto de natureza e turismo ativo.

No contexto desportivo, é reconhecido e realçado o potencial para a prática de diversas atividades, destacando-se os percursos pedestres, a escalada e o BTT.

No âmbito da organização e desenvolvimento do território, realçamos a importância da criação de locais de prática específicos para a prática de outras modalidades, tais como o BTT e a sinalização e homologação de percursos pedestres, de modo a garantir uma maior segurança aos praticantes e restringir o uso de espaços inadequados à prática destas modalidades, contribuindo assim, também para a preservação da natureza.

As atividades de desporto de natureza e turismo ativo na PPSM são consideradas como um motor para o desenvolvimento local e possuem um enquadramento estratégico de investimento futuro por parte dos diversos agentes. Neste quadro, deve ser realizado um trabalho conjunto de políticas de investimento por parte das entidades públicas, facto que não se verificou no passado, mas percebemos que existe a intenção de uma mudança de atitude institucional.

A valorização dos recursos naturais é evidenciada, com especial ênfase ao aspeto cénico, cabendo o desafio de desenvolver projetos ao nível do alargamento da rede de percursos pedestres, da monitorização dos locais de prática das atividades de desporto de natureza e turismo ativo e também ao nível do aumento da oferta e diversificação do alojamento.

Locais degradados prejudicam a estética desta área protegida e tornam as condições de prática menos atraentes e mais inseguras. Os locais de prática, especialmente os percursos pedestres, estão sujeitos a alterações de degradação por evolução natural do meio ou mesmo por vandalismo. Devem ser ponderadas ações preventivas e mitigadoras de educação ambiental dirigidas às populações locais.

Os percursos pedestres analisados encontram-se bem marcados, apesar de a sinalização não ser a homologada pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal, guiando o praticante sem suscitar qualquer dúvida ao longo dos trajetos. Já os setores de escalada não possuem sinalização, ou esta encontra-se danificada, pouco enquadrada com a paisagem envolvente e pouco visível aos visitantes. Relativamente aos acessos, os setores do Montejunto Velho – Penha do Meio Dia não possuem acessos definidos, devendo assim, criar-se

corredores específicos permanentes, minimizando assim o risco de destruição da flora pelos praticantes através do pisoteio e até mesmo do corte de vegetação para conseguirem chegar aos setores.

Existe a necessidade de uma manutenção periódica dos locais de prática, tanto ao nível do equipamento como das acessibilidades, sob pena de ocorrer uma degradação irremediável da estruturas e impossibilitar a prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo.

No âmbito do planeamento e promoção dos espaços, revela-se necessário atualizar os dados e uniformizar processos de cedência de informação por parte das entidades responsáveis intervenientes, no sentido de estas se afigurarem fidedignas para o utilizador.

Paralelamente, um sistema de avaliação e classificação pode ajudar os visitantes a selecionar locais, melhorar a sua satisfação, e incentivá-los a agir de forma responsável. Para estes, a avaliação e classificação das áreas protegidas é uma oportunidade de se informarem sobre as oportunidades de recreação e recursos do destino de forma a selecionar os locais potencialmente mais agradáveis.

Em geral, os espaços analisados afiguram-se como grandes fatores de desenvolvimento para a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, pois constituem uma grande diversidade de atrações, possuem um nível baixo de degradação ambiental e boa acessibilidade, fatores muito valorizados pelos visitantes e praticantes de atividades de desporto de natureza e turismo ativo. Contudo, a entidade gestora deve ponderar o investimento em infraestruturas de suporte, de modo a garantir a satisfação e a fidelidade dos visitantes a esta área protegida.

A fraca participação dos agentes locais nos processos de planeamento e gestão das áreas protegidas podem limitar o melhor desenvolvimento destes locais no que respeita ao turismo de natureza e desenvolvimento da economia. A Paisagem Protegida da Serra de Montejunto não é exceção. É importante envolvê-los, dar-lhes poder de decisão nas questões relacionadas com o seu território e, ao mesmo tempo, responsabilizá-los pela preservação do mesmo. É

fundamental que os recursos da comunidade presentes nesta área envolvida por projetos de turismo sustentável sejam as próprias promotoras do desenvolvimento, uma vez que são a autenticidade e conservação destes valores que garantem o êxito da atividade turística.

Um dos mecanismos que poderá contribuir para o desenvolvimento sustentável e ordenamento das atividades de desporto de natureza e que se revela fundamental para a PPSM é a criação de uma Carta de Desporto de Natureza, no sentido de regulamentar a prática de atividades desportivas na natureza e de turismo ativo e efetuar a simbiose entre estas, a conservação da natureza e o desenvolvimento local.

Verifica-se também a necessidade de identificação de novos locais de prática e marcação de novos percursos que possibilitem a prática de novas modalidades e, ao mesmo tempo, impeçam os praticantes de realizar determinadas atividades em locais não aconselhados, podendo assim, perturbar ou mesmo destruir a fauna e a flora existentes.

Um adequado planeamento acarreta o intuito de harmonizar e otimizar a proteção do ambiente, o uso público e o desenvolvimento económico e social.

Limitações

A elaboração do presente estudo encarou uma limitação proveniente da própria estruturação do curso de Doutoramento e de questões legais que impossibilitaram a prorrogação do tempo que necessitávamos para realizar o estudo. Assim, em termos gerais, reconhecemos que as limitações temporais condicionaram o desenrolar da nossa investigação, não nos tendo permitido ir mais além e aprofundar determinadas matérias.

As dificuldades encontradas ao longo da realização desta investigação prendem-se, desde logo, pela escassez de estudos efetuados, até à data, acerca dos temas por nós desenvolvidos. De facto, não encontramos muitas investigações

realizadas neste âmbito, nomeadamente em determinados assuntos específicos abordados no decorrer do nosso trabalho, pelo que, muitas vezes, a pesquisa foi longa e complexa devido a esta carência. A área protegida sobre a qual recaiu o nosso trabalho também se constitui como “virgem” em estudos científicos no subsetor do desporto de natureza e turismo ativo. Por outro lado, a verificação desta situação também se constituiu como um incentivo para incidirmos o nosso estudo sobre este território, pretendendo assim chamar a atenção das entidades responsáveis para o seu “abandono” e contribuir para o seu desenvolvimento.

Além das limitações já referidas, transversais a todos os estudos efetuados, no primeiro estudo, reconhecemos não conseguimos obter uma visão integral sobre o potencial da PPSM para a prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo, pois não nos foi possível entrevistar a totalidade das empresas do campo de estudo definido (ver Metodologia do Estudo I), ainda que por fatores que não pudemos controlar. Contudo, consideramos que os resultados que obtivemos foram proveitosos e devem ser valorizados, pois refletem dois tipos de visão diferentes, o público, através das duas entidades que têm responsabilidades na gestão da área protegida, e do privado, que opera na região e pretende tirar benefícios desta.

Relativamente ao segundo estudo, admitimos que a avaliação de locais de prática relacionada com apenas duas modalidades constitui uma visão um pouco redutora da globalidade da paisagem protegida, mas a informação que possuíamos em relação aos locais de prática das restantes modalidades era insuficiente e pouco credível que nos permitisse caracterizar e analisar os mesmos. A limitação temporal, já mencionada, também não nos permitiu avançar no sentido de abranger outros locais de prática.

No terceiro estudo, reconhecemos a limitação de não termos considerado as opiniões dos turistas no método de classificação dos locais com eventual potencial turístico e de recreação. Por outro lado, admitimos alguma subjetividade no método de avaliação adotado. Tentámos reduzir esta subjetividade através de processos de aplicação coerente deste método. A

experiência, conhecimento e imparcialidade do investigador, enquanto observador, foi também importante para reduzir esta subjetividade.

Recomendações

Pretendemos, neste capítulo, apresentar algumas propostas para futuras investigações no âmbito da avaliação e desenvolvimento dos locais de prática de desporto de natureza e turismo ativo.

Findo o presente trabalho de investigação, temos a consciência de que este não está terminado. Pelo contrário, pretendemos que este seja um ponto de partida para investigações futuras, potencialmente de aprofundamento das temáticas abordadas e outras temáticas complementares.

Sugerimos assim, a realização de investigações que repliquem este estudo noutros locais, nomeadamente em áreas protegidas.

Sabemos que o desporto de natureza e turismo ativo se estabelecem como atividades incrementadoras do desenvolvimento de uma região. No entanto, julgamos que o seu êxito e asserção dependem da criação de documentos legais que permitam regulamentar este tipo de atividades na PPSM. Neste contexto, julgamos fundamental a realização de estudos englobando outras modalidades de desporto de natureza, produzindo assim um conhecimento mais consistente dos seus possíveis efeitos e impactes sobre este território.

Consideramos pertinente a realização de estudos que englobem a perspetiva de outros agentes locais, nomeadamente, escolas, associações e também praticantes de atividades desportivas e de turismo ativo na PPSM.

Apontamos também para a elaboração e validação de novos instrumentos de caracterização, avaliação e classificação de locais de prática de atividades de desporto de natureza específicos a cada modalidade, e também de turismo ativo.

Esperamos que o esforço efetuado na execução desta investigação proporcione um impulso no sentido de dar continuidade à investigação relacionada com este subsetor e se constitua como um contributo válido para o enriquecimento da parca bibliografia existente, especialmente na área protegida abordada, bem como para as entidades responsáveis por esta no sentido de constituir uma ferramenta de trabalho de base importante para a realização de processos de planeamento, gestão e monitorização da PPSM.

Anexos

--	--

Anexo I
Guião da Entrevista

Nota Introdutória

Os espaços naturais apresentam excelentes condições para o desenvolvimento de atividades de desporto de natureza e turismo ativo. Estas atividades atraem cada vez mais visitantes às áreas protegidas, constituindo um fator potencial de desenvolvimento económico. No entanto, este potencial só poderá ser devidamente explorado se garantirmos a sua conservação e sustentabilidade.

Com base nisto, a presente investigação pretende caracterizar a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto, e identificar o seu verdadeiro potencial para a prática de atividades de desporto de natureza e turismo ativo.

Nesse sentido, pretendemos realizar entrevistas semiestruturadas aos responsáveis das autarquias deste território (Alenquer e Cadaval) e das empresas de animação turística, sediadas nestes dois concelhos e com registo no RNAAT, que dinamizam atividades de Turismo de Ar Livre / Turismo de Natureza e Aventura nesta região, no sentido de aferir a sua opinião sobre este tema.

ENTREVISTA

1. Considera que a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto tem potencial (possui condições inatas favoráveis) para o desenvolvimento da dinamização de atividades de desporto de natureza e turismo ativo?
2. Que tipo de modalidades (desportivas e turismo ativo) considera que deveriam ser desenvolvidas nesta área protegida?
3. Como é que pensa que estas poderiam ser desenvolvidas?
4. Quais os projetos que esta autarquia / empresa tem previstos para desenvolver neste âmbito?
5. As práticas de desporto natureza e turismo ativo estão amplamente interligadas com uma boa gestão das áreas protegidas. Considera importante o desenvolvimento de projetos neste âmbito? Se sim, quais?

Anexo II

Transcrição da Entrevista CM1

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA - CM1

Legenda: Representante da CM1
Entrevistador (ENT)

1. Considera que a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto tem potencial (possui condições inatas favoráveis) para o desenvolvimento da dinamização de atividades de desporto de natureza e turismo ativo?

CM1: Sim, não tenho dúvidas quanto ao potencial que a Serra tem. A Serra no seu todo e a paisagem protegida. Prova disso é, mesmo sem termos aqui no Cadaval nenhum clube dedicado a este tipo de atividades, temos, podemos encontrar em grande parte pelo menos dos fins-de-semana, podemos encontrar gente de variadíssimos locais a praticar várias atividades. O *feedback* que temos é positivo. Quanto às condições que a Serra oferece?

ENT: Eu quando pergunto condições naturais favoráveis pode não englobar só condições mesmo do próprio meio em termos de natureza mas condições por exemplo a nível cultural, histórico, patrimonial, etc, paisagístico...

CM1: Pronto, no que toca às atividades de desporto natureza temos de facto condições naturais boas: escalada, BTT, os *Trails*, algumas outras que, vão sendo, vão começando a aparecer... ainda há dias estive aqui reunido por causa do *Downhill*, que é uma coisa... um BTT um bocadinho mais agressivo, com pedra. A pessoa que aqui esteve é praticante e tem experiência em alguns locais pela Europa e ele dizia-me que de facto esta aqui, a Serra é das que melhores condições têm. Em relação ao turismo ativo, pronto se de alguma forma pudermos diferenciar e são coisas diferentes, Desporto Natureza e Turismo Ativo, temos de facto a outra vertente do Turismo Ativo a: observação de pássaros e da flora, as condições muitíssimo boas para a prática de caminhadas, temos trilhos identificados...

ENT: Isso já vai tocar um pouco na segunda questão...

2. Que tipo de modalidades (desportivas e turismo ativo) considera que deveriam ser desenvolvidas nesta área protegida?

CM1: É assim, eu não tenho preferência por nenhuma em particular, podem ser todas desde que respeitem o ambiente e a norma. Como lhe digo, escalada é comum vermos praticantes na Serra, o BTT. Todas elas, todas, e as mais novas que eu nem sei o nome...

ENT: Na sua maioria, senão na sua totalidade atividades que se fazem livremente. Não são organizadas.

CM1: Sim, Sim. Nós também, não sei se isto vai um bocado aqui na próxima. Nós, estamos, nós paisagem protegida, estamos a, já podia até estar avançada, mas não está, por responsabilidade aqui do Cadaval, ficou combinado que, desenvolver-se, desenvolver-se não, fazer-se a Carta de Desporto Natureza, onde definindo condições e em termos de... condições de espaços, regras, etc... e a ideia é envolver as fundações das atividades que se costumam praticar ou que se podem praticar e que estão organizadas a nível nacional. Portanto envolver as fundações para termos um documento completo que contenha as várias vertentes, o que é que é mais caro e não é. Quanto tivermos a carta, esse documento elaborado, e se conseguirmos envolver de facto as federações, julgo que será normal, começarmos a ter mais procura por parte de organizações para desenvolverem atividades. Por enquanto tem sido mais ... ou atividades que são

desenvolvidas... não sei se já podemos passar aqui para esta (pergunta seguinte)?

ENT: Sim. Vai no encadeamento da terceira.

3. Como é que pensa que estas poderiam ser desenvolvidas?

CM1: Praticam-se, grande parte será de natureza voluntária. Voluntária é sempre, espontânea, de grupos...

ENT: Não são organizadas?

CM1: Organizadas na Serra temos de série de BTT, isso temos. Caminhadas também, essas são organizadas, assim como a maior parte das observações. Há quem faça individualmente. Mas aí já temos quer o CRASM que é o Centro de Recuperação de Animais Selvagens do Montejunto, quer outras, até faculdades de vez em quando. Eu falo com a experiência de um ano e pouco, aqui enquanto vereador com responsabilidade na Serra, aqui neste ano e pouco aconteceram 3,4,5 eventos desse tipo de observação de flora, de fauna e essas organizadas. Há também espeleologia com o grupo de espeleologia de Torres Vedras. De resto o que é que nós, Câmara Municipal, vamos este ano, já a acordamos com uma empresa que nos apresentou aqui uma proposta, patrocinar, vá lá, uma atividade por mês de Abril a Outubro ou de Abril a Setembro, atividades diversas, uma por mês.

ENT: Portanto só também para reforçar a terceira questão portanto a visão de como é que estas atividades se poderiam ser desenvolvidas? Além da Carta de Desporto Natureza ...

CM1: É nosso entendimento aqui que atendendo às condições e ao potencial da Serra, atendendo à nossa localização geográfica, que é favorável, estando perto da grande Lisboa, facilmente conseguimos se soubermos tirar partido daquilo que temos, não é muito difícil que as pessoas cá venham. Embora também não tenhamos o objetivo de tornar aqui a Serra num espaço de multidões. Nada de intensificar aquilo que existe agora. Embora em termos de procura já exista mais do que aquilo que às vezes possa pensar, vai sempre muita gente. Se formos lá agora quase de certeza que encontramos lá gente a fazer alguma coisa. Mas, ainda por cima agora que o tempo está a melhorar. Mas de qualquer forma eu entendo, que nos Município temos alguma responsabilidade, que é o de criar o hábito. A ideia é conseguirmos criar um calendário que irá ser conhecido agora durante o mês de Março, que poderá, com as atividades que nós vamos organizar, que poderá ser reforçado com atividades que essa empresa entenda também em levar acabo em nome próprio de forma a que possamos de facto habituar os amantes destas atividades a estarem pelo menos atentos ao que é que se vai passar junto... isto não são... também não temos meios, nem vamos investir em publicidade. Será uma situação que chega com o passa a palavra. Mas o que é certo é que pensamos que com este primeiro passo, termos um calendário com meia dúzia de atividades... por um lado...

4. Quais projetos que esta autarquia / empresa tem previstos para desenvolver neste âmbito?

ENT: Neste momento, peço desculpa por interromper, isso é um projeto da autarquia que já está a ser implementado ou...?

CM1: Portanto, está combinado para começar em Abril. Estão combinadas as datas e o que se vai fazer em cada uma delas. Isto... projetos em desenvolvimento na área de Desporto Natureza são estes. Já temos também

uma série de percursos pedestres que estão marcados e em desenvolvimento mais 1, temos 5 salvo erro.

ENT: Em termos propriamente, mais na área turismo ativo, mais concretamente a nível da oferta que existe? Ao nível do alojamento, restauração? Alguns projetos? Alguma ideia para isso?

CM1: É assim, nós em termos de turismo, para além do turismo natural, temos a Real Fábrica do Gelo que é um monumento classificado e que também atrai muita gente. Mas essa visita não implica ficar, não é?! Quem procura ficar é quem pretende usufruir durante algum tempo da paisagem e da beleza da Serra. Para ficar temos, o Parque de Campismo, para aqueles que são mais amantes da natureza e é um Parque de Campismo Rural, não é um Parque de Campismo onde encontre lojas, onde encontre cafés ou restaurantes. O que é que tem?! Têm espaço para montar as tendas e tem os balneários, tem uma zona de churrasqueira e é o que tem. Têm também durante o verão bastante procura. Depois alojamento de outro tipo?! No concelho estamos mal. Temos aqui uma residencial. Há em Pragança, portanto já na Serra, há um projeto que está a terminar de construção de um Hotel, eu não sei se é mesmo Hotel, aquilo até acho que tem alguma qualidade. Que está incorporado num restaurante de grande, em Pragança que é a Quinta do Castro e organiza eventos e o mesmo empresário tem também, ganhou também o concurso, a conceção de duas escolas primárias desativadas. Uma fica em Pragança outra em São Salvador, do outro lado, com o objetivo de Turismo Rural. Isto já foi há alguns anos, 6 anos talvez.

ENT: Esse projeto está em andamento?

CM1: Este projeto, nós sabemos que tem alguma importância. É uma candidatura aprovada pela LeaderOeste para implementar esse projeto nessas duas escolas. Mas, julgo que por dificuldades financeiras por enquanto ainda não avançou. Eu sei que ele está agora a mexer alguma coisa, porque ele já ca esteve por causa da EDP e da água. Sabemos que está a mexer, embora já tenha passado o tempo e já podíamos ter denunciado o concurso, mas como sabemos que há a candidatura aprovada. Enquanto não lhe disserem, “Olhe, já não consegue ir buscar esse dinheiro”, vamos tentar apoiar. Isso seriam dois, sempre com reduzido número de camas, mas de qualquer forma seriam mais dois que podíamos ter. Restauração, lá em Pragança temos dois restaurantes: a Quinta do Castro e outro também bom. Aqui no Cadaval há mais meia dúzia deles. Assim nada... temos a Quinta do Gradil, também um restaurante. Agora da responsabilidade da Câmara, houve apenas, lançar há uns anos a ideia de naquelas duas escolas desativadas, desenvolver turismo rural. O resto...já não foi no nosso executivo. Nós nesse âmbito não avançamos com nada. Não nos parece que tenha de ser a autarquia. Estamos cá para apoiar.

5. As práticas de desporto natureza e turismo ativo estão amplamente interligadas com uma boa gestão das áreas protegidas. Considera importante o desenvolvimento de projetos neste âmbito? Se sim, quais?

CM1: Considero importante. Concordo que estas práticas estão muito ligadas à qualidade da gestão das Áreas Protegidas. Nós, temos aqui um bocado, não sei se falamos aqui sobre isto da outra vez que aqui estivemos, no campo Montejunto, temos aqui um problema em relação à gestão da área protegida: que é a partilha. Precisamente vamos ter agora uma reunião no dia 13 com o

Secretário de Estado do Território. Vêm cá a Montejunto para ver se conseguimos ultrapassar, porque o que é que acontece?! Os instrumentos legais que existem neste momento, não permitem que exista uma... Não disponibilizam condições para que nós de facto, nós e Alenquer e o ICNF, também faz parte da comitiva, poderem de facto assumir uma gestão. Nós não temos orçamento e o que é que acontece?! Eu agora estou a falar na parte da gestão aqui mais ligada a esta, isto está a entrar na outra vertente, que é muito importante, que tem a ver com a reflorestação. Mas essa aí ainda é mais complicada. Mas mesmo nesta, por exemplo, aquilo que eu lhe disse, que vamos implementar as atividades, a lógica seria a Paisagem Protegida que aquilo é mesmo na Paisagem Protegida. Teria toda a lógica que fosse a comissão da Paisagem Protegida, no âmbito das atividades na Paisagem Protegida, toma-se essa iniciativa e dinamiza-se a aquele espaço. Mas, como não temos orçamento, não temos personalidade jurídica isto está tudo muito morto. O que é que acontece?! É no Cadaval, é na parte do concelho do Cadaval que se encontra o Parque de Campismo, a Real Fábrica do Gelo, aquele espaço, o Centro de Interpretação Ambiental, aquele espaço onde tem o Bar, aquele barzinho e o espaço de merendas. Aquilo fica tudo no Cadaval. O que acontece é que os funcionários que lá estão são do Cadaval...pronto! É mesmo assim. A ideia, o que se tem debatido, quer dizer eu compreendo e acho que é perfeitamente normal e legítimo, é que esse espaço fosse gerido pela Paisagem Protegida, depois cada município. Teremos de nos entender, em termos de orçamento, o que é que cada um põe... isso já será um passo à frente. E isso limita de alguma forma a gestão. Pelo menos de pensarmos mais além. Não tem autonomia nenhuma. É certo que há pouco tempo estivemos, vistamos, nós e Alenquer, duas áreas de Paisagem Protegida no Norte. Uma com muitas semelhanças à nossa, mas, com mais dinâmica, mais projetos implementados, mas com uma estrutura e o próprio município era semelhante ao Cadaval. E outra que é inconfundível com uma dimensão perfeitamente ...um outro mundo. Eles criaram, souberam tirar partido daquele espaço de Paisagem Protegida e conseguiram ir buscar (buscar, salvo seja), candidataram-se e conseguiram muito e aquilo está...Mas, quer num caso quer noutro, há uma situação que é, a área da Paisagem Protegida, está toda incluída no área do município, e o município gere como mais um setor. O que torna muito mais simples.

ENT: Exatamente facilita ali os processos.

CM1: Eles têm comissão diretiva também. O decreto regulamentar que cria as áreas de Paisagem Protegida, assim o exige, mas é quase como uma Divisão ou um Departamento da própria...é mesmo. Mas para ter uma ideia de Ponte de Lima, não sei se tem ou não?

ENT: Tenho até porque que também já assisti a uma apresentação.

CM1: Ali em Torres não?! Aliás foi na sequência dessa apresentação. Na sequência não! Eu também assisti, estavam lá as duas do norte e o Montejunto. E nos visitamos. Aqui há uns dias, no início do ano, umas chamadas, juntamo-nos: eu a vereadora o presidente da comissão executiva e os presidentes de Câmara os dois para em conjunto percebermos por onde...(telefonema)...Quando se falou para onde é que vamos, para onde não vamos e vamos gerindo aquilo com uns pareceres para as reflorestações ou pensamos em tentar fazer mais alguma coisa? E depois foi daí que surgiu a ideia. Fiz os contactos, foi eu que fiquei com os contactos e fomos lá. E visitamos e reunimos com os responsáveis. Ponte de Lima tem de receitas, embora eles tenham

também uma quinta pedagógica, tem de receita, tem uma despesa agora em 2014 à volta de 600 mil euros e tem 32 pessoas afetas aquilo e tem de receita à volta de 300 mil. Mesmo assim ainda são 300 mil. Já a outra, Paredes de Coura, é mais como a nossa: tem um Centro de Interpretação Ambiental e tem uma escola, com uma cozinha grande, que aproveitaram para camarata com condições. Recebem ali estudantes que vem fazer investigação. Tem uma pequena oficina para os miúdos da escola onde desenvolvem atividades ligadas ao ambiente.

Anexo III

Transcrição da Entrevista – CM2

TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA – CM2

Legenda: Representante da CM2

Entrevistador (ENT)

1. Considera que a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto tem potencial (possui condições inatas favoráveis) para o desenvolvimento da dinamização de atividades de desporto de natureza e turismo ativo?

CM2: Sim, Sim! A Serra tem de facto um enorme potencial no nosso entender, por duas razões: pelas características dela em si e pelo facto de estar aqui perto de uma grande metrópole, portanto tento um público-alvo de dois ou três milhões de pessoas aqui muito perto...

ENT: Capital.

CM2: e... e tem de facto a capacidade de oferecer algumas condições, portanto, aliando esta questão da proximidade à oferta... Não é... Não é para todas as modalidades, com certeza. Também temos de ter a noção da capacidade de carga, que é um espaço relativamente pequeno. Portanto, a serra, terá à volta de 4000 mil hectares, por aí, portanto não estamos a falar de um espaço muito grande e por vezes há uma certa concentração de atividades em espaços ainda mais... portanto não há uma distribuição homogénea da procura por aqueles 4000 mil hectares. Mas, potencial existe. Há também o aspeto fénico, que dá outro valor ao espaço. Quer dizer para além das características do terreno que permitem a realização de uma série de atividades.

ENT: Fala em condições favoráveis, não só... a nível da natureza?

CM2: Da própria morfologia, mas também paisagística.

ENT: Exatamente. Paisagística, cultura, histórica. Todos esses atrativos que a Paisagem Protegida poderá ter.

CM2: Sim, sim, sim... A componente histórica e cultural, pronto, na Serra, na Serra mesmo, dentro da Serra... Esta Serra tem uma particularidade que é, não tem população lá dentro. A Serra tem a população toda na periferia. Ahh, e portanto aquele interface Serra e urbano, agrícola e as aldeias, portanto... tem havido alguma descaracterização daquele espaço em termos de tradições e parte etnográfica. Mesmo assim ainda há algum potencial. Ainda há algum potencial e isso não tem sido, não tem sido, muito aproveitado e não tem sido muito ligado, esta parte do turismo de natureza e o turismo ativo. Mas, é assim, depois há algum património cultural também no interior da Serra, a Fábrica do Gelo, os conventos. Sim a Serra têm efetivamente, eu acho que muito potencial e isso vê-se na procura, não é?! A procura é grande para algumas atividades.

2. Que tipo de modalidades (desportivas e turismo ativo) considera que deveriam ser desenvolvidas nesta área protegida?

CM2: Pois, as atividades... vamos, vamos separar aquilo que é feito agora e aquilo que se poderia fazer. Aquilo que é feito agora é essencialmente, portanto... as caminhadas ou passeios pedestres ou o pedestrianismo, como queiramos chamar.

ENT: Sim.

CM2: O BTT, o *Downhill* também. Embora, o *Downhill* é uma atividade que, no meu entender, carece de um enquadramento que não tem. Portanto, neste momento o *Downhill*... ou melhor, neste momento as coisas são feitas sem qualquer regra.

ENT: Regra.

CM2: E nomeadamente, em atividades tipo *Downhill*, levantam-se problemas de incompatibilidade porque os carreiros que existem para subir a Serra não são muitos, e os que são usados para fazer caminhadas a pé, a subir, são usados para fazer *Downhill* a descer e portanto ainda não morreu ninguém por uma mera sor, não é?!

ENT: Ainda Não houve nenhum cruzamento infeliz.

CM2: Mas pode acontecer de um momento para o outro. Nós estamos a pensar regular, ou melhor interditar o acesso das bicicletas a alguns espaços...nomeadamente esses carreiros com maior declive e encaminha-los só para a corrida e para as caminhadas.

ENT: Essa questão do *Downhill* em termos ambientais em termos de impacto que poderão causar...

CM2: Sim, também têm. Também têm porque as bicicletas, e piro que as bicicletas, as motas. As motas, portanto começa a aparecer as motas a fazer esses carreiros a subir, essencialmente a subir ...começam a criar um pisoteio no local e isso vai levar a “arravinamento”, porque a água depois não se infiltra, vai fazer ali uma zona de erosão... pois há também o atravessamento de cascalheiras que são estruturas muito frágeis e que com o pisoteio, mesmo com até o pisoteio só das pessoas e com o atravessamento das bicicletas e das motas, com a travagem é muito complicado, as motas então a subir cavam as cascalheiras, não é?!

ENT: Exato.

CM2: Isso é complicado. Depois temos a escalada, que tem dois locais tradicionais, que também tem algum impacto que tem sido, nomeadamente no Montejunto Velho, que é... A Penha do Meio Dia, normalmente dá-se muita ênfase à questão da avifauna, mas têm-se de alguma forma negligenciado o impacto que a ação da escalada têm tido em termos da vegetação... Porque Montejunto têm, de facto, um valor muito grande em termos de vegetação e a maior parte... as espécies mais importantes estão nas rochas. Estão associadas às rochas e há um pisoteio muito grande, porque todas aquelas paredes foram equipadas sem qualquer critério... vá lá, critério do ponto de vista da compatibilização da atividade com o espaço, não é?!-

ENT: Sim, sim!

CM2: Portanto, aquilo tem uma concentração de vias, uma coisa impressionante. Portanto, toda a gente...quem queria chegava lá e equipava uma via.

ENT: E foi apenas com o intuito desportivo, vá la...

CM2: Exatamente, não houve qualquer cuidado e eu penso que ali no caso da Penha do Meio Dia, merecia a pena fazer uma avaliação... eu digo a Penha do Meio Dia, porque a outra, a Penha do Relvio, não é tão rica do ponto de vista da flora. Agora a Penha do Meio Dia merecia a pena fazer um balanço e definir as capacidades de carga daquele espaço. É muita gente, chega a ser muita gente a escalar num espaço relativamente exíguo, têm a vantagem de estar perto da estrada, portanto as pessoas também... esta questão de haver só dois espaços de escalada têm a vantagens e desvantagens: por um lado não incomodam os outros mas por outro lado as pessoas as vezes concentram-se ali, as vezes em demasia porque não há essa definição da capacidade de carga.

ENT: Também existe, nesse setor especialmente, existem também ali duas nuances, que poderão ser prejudiciais, e serão certamente... que é q questão da limitação derivada da...

CM2: nidificação das aves, sim.

ENT: Sim, portanto há ali um período de interdição.

CM2: Claro.

ENT: E também á acessibilidade aos setores de escalada, à parede. O acesso às paredes também é difícil. Não existe...

CM2: Não existe. Não há estacionamento. Não há essas coisas... sim, sim.

CM2: Haveriam outras paredes. Talvez, não tão grandes. Talvez até mais técnicas, mas como não tem acessibilidade ou têm má acessibilidade, acabam por não ser...portanto equipadas. Isto levanta aquele problema...e pro exemplo, há uma escarpa e uma escarpa onde foi o último local de nidificação da águia de *Boneli*, que ela agora saiu de cá. Está a nidificar numa árvore fora da área protegida. Essa escarpa foi equipada e foi escalada sem autorização de ninguém. Portanto, chegaram lá e equiparam aquilo e toca de subir. Não foi provavelmente por causa disso que a águia se foi embora, mas poderia ter sido. Mas, isto só para demonstrar que de facto neste momento, não há qualquer capacidade para intervenção, embora do ponto de vista da escalada, eles respeitem de um modo geral, aquela placa, que está lá, portanto aquilo não tem força nenhuma de lei, mas as pessoas respeitam aquilo, mas... é preciso... Há um problema subjacente. De um modo geral... o uso do espaço... nas diferentes modalidades, se calhar numas esse problema é mais exacerbado do que noutras que é uma certa tendência que as pessoas tem a considerar, pronto, que tem direito sobre o território. E como muitas vezes noutras zonas aqui perto, o caso de Sintra e o caso da Arrábida isso é muito mais...a pressão digamos da fiscalização é muito grande...

ENT: É mais controlado.

CM2: É mais controlado. Quando se chega a Montejunto como não há essa pressão...as pessoas pensam: isto é tudo nosso. Fazemos o que queremos e tal. E tem havido alguns problemas, sobretudo de alguns conflitos de espaço. Portanto de... imaginemos que temos uma zona de *paintball* e que depois na zona de *paintball* passa lá pelo meio o *Downhill*

ENT: Sim.

CM2: Coisas desse género...isso tem acontecido.

ENT: A sua resposta vem um pouco ao encontro ou no encalço da terceira questão que lhe quero colocar... que é como é que a autarquia pensa que estas modalidades poderiam ser desenvolvidas. Fala no conflito que existe ou no potencial conflito que existe de algumas modalidade e da falta de regra. Qual é que é a perspetiva em termos de desenvolvimento?

3. Como é que pensa que estas poderiam ser desenvolvidas?

CM2: Em termos de modalidades basicamente, portanto além das caminhadas e da corrida. A corrida está muito em voga agora, os *trails*. Isso está a agora em crescendo. Normalmente usam os mesmos espaços da caminhada e do BTT. Portanto há muitas zonas... o BTT, normalmente é sempre organizado, não há muito BTT espontâneo. É sempre em forma de prova, portanto não há muito BTT do pessoal que vai dar uma voltinha. É mais o... pronto. Para além disso penso que tínhamos zonas boas, principalmente na parte norte da Serra para por exemplo andar a cavalo... porque são zonas relativamente planas e bastante agradáveis de passear. Depois temos também a parte do parapente... que durante o verão tem alguma expressão. Há dois locais tradicionais de descolagem, um virado a nascente e outro virado a poente. Que são mais ou menos usados, mais o virado a nascente do que o outro.

ENT: Também há algum conflito em relação a isso?

CM2: Não, não!

ENT: Mais a nível das zonas de aterragem...

CM2: Mais a nível das zonas de aterragem porque são zonas privadas e portanto aí há... pronto... lá está a tal questão de as pessoas pensarem que é tudo nosso. Eles aterram em cima de uma seara e portanto... não é que não possam aterrar em cima da seara...

ENT: Mas os donos não gostam muito.

CM2: Exatamente! O problema é que não há aqui também... nunca houve aqui capacidade por parte da administração de haver aqui uma ligação. Em termos das atividades penso que basicamente serão estas. Agora em termos daquilo que me perguntou... Nós pensamos, nós área protegida e a câmara também. Pensamos que efetivamente a Carta de Desporto Natureza poderá... uma vez que não temos plano de ordenamento, poderá ser uma forma de regular as atividades. Até porque na própria elaboração da carta terão que se ouvidas as diferentes federações e portanto a ideia é incluí-los. Não é dizer: olha, eles são somente parte do problema mas eles serão efetivamente parte da solução. Esta situação da Carta de Desporto Natureza, é uma situação que nos ainda não conseguimos concluir, nomeadamente porque tem sido pensada com os meios das autarquias e efetivamente a câmara, as câmaras neste caso, não terão, não tem efetivamente, técnicos suficientes ou com conhecimento suficiente para fazer a totalidade da carta. Portanto a gente precisava aqui de um “aporte” externo efetivo que o ICNF, também, enfim, não nos tem dado. O ICNF têm-nos dado mais um certo encaminhamento... o caminho é por aqui e tal, mas vocês tem de fazer. Há coisas que nos não... há necessidade de fazer estudos de base, por exemplo a nível da flora para determinar se aquela escarpa pode ou não ser escalada. Portanto há aqui coisas, debates que tem de ser feitos, para ver como que aquilo encaixa uma coisa com a outra. Mas eu penso que o caminho terá de ser por aí. É claro que o que se está a pensar fazer agora enquanto não temos a Carta de Desporto Natureza concluída, neste casos pontuais por exemplo do *Downhill* com as caminhadas ou com os *trekkings* é mesmo interditar através de um edital municipal. Toda aquela zona ou grande parte daquela zona está sujeita a regime florestal é Rede Natura 2000 também e portanto nos temos que precaver ali também quer conflitos entre as modalidades, quer também que atravessa zonas sensíveis, nomeadamente as cascalheiras que eu disse à pouco. Temos algumas ideias, por exemplo há o caso, um dos sítios mais... mais atravessados, que é o Vale do Carreiro dos SS, o percurso inicial que era um percurso serpenteante já foi todo adulterado e portanto a nossa ideia é repor outra vez o percurso inicial porque vamos diminuir a erosão e o impacto e também se calhar, é uma ideia, não sei como é que a vamos concretizar, reabrir alguns caminhos que se perderam, porque ao abrirmos, por exemplo aqui na encosta do lado de Alenquer, se abrirmos mais dois caminhos que se perderam, vamos fazer com que as pessoas se espalhem mais, portanto não aja uma concentração tão grande. Neste momento só há dois caminhos para subir a Serra. Portanto seria uma solução.

ENT: Ok. Portanto esse também acaba por ser um dos projetos que a autarquia terá previsto para desenvolver?

CM2: Sim, sim!

ENT: Neste âmbito, existem outros projetos que estejam atualmente em desenvolvimento?

4. Quais os projetos que esta autarquia / empresa tem previstos para desenvolver neste âmbito?

CM2: Sim. A nível municipal vamos avançar com uma rede municipal de percursos pedestres, sinalizada e homologada pela federação, e portanto essa rede vai também passar dentro da área protegida e pensamos no futuro em vir a fazer coisas em conjunto com o Cadaval. Não fazer, portanto esses percursos são exclusivamente no concelho de Alenquer.

ENT: Municipal.

CM2: Sim, mas a ideia é que depois esses percursos possam ligar com os percursos do Cadaval e portanto haver rotas ou eventualmente grandes rotas que possam passar de um lado para o outro. Não faz sentido aquilo chegar ao limite do concelho e voltar para traz. Não têm...

ENT: Portanto, isto está neste momento a ser implementado?

CM2: Está. Esta neste momento na fase de, portanto os caminhos pedestres na fase, ainda não é de adjudicação. Isso foi ao orçamento participativo, foi aprovado e está-se na fase do caderno de encargos, na realização do caderno de encargos para lançar a empreitada. Portanto isso é uma coisa que vai avançar. Está orçamentado, está cabimentado, portanto há dinheiro.

ENT: Há algum outro projeto que esteja na eminência ou mais alguma ideia?

CM2: Há outro projeto que vamos tentar recuperar. Nós tínhamos no fundo, que vai dar base as restantes situações, é o plano de ordenamento. O plano de ordenamento tinha sido abandonado, não foi abandonado, foi-nos imposto pela administração central. Portanto nos tínhamos o plano de ordenamento quase pronto e a entrar em discussão pública e foi decisão do Secretário de Estado que uma vez que os planos de ordenamento destas quatro áreas protegidas de âmbito local que existiam, que existem ainda, que é Montejunto, Corno do Bico, Briteanes em Ponte de Lima e o Macedo de Cavaleiros, Azibo. Estas quatro áreas como já tinham ultrapassado os *timings* todos da realização dos planos de ordenamento e portanto os planos caíram. E portanto o que nos vamos ter que fazer, é pegar no plano de ordenamento, transpô-lo para dentro dos planos diretores municipais porque no futuro, os planos especiais vão ter de ser todos transpostos, mesmo os das áreas protegidas, vão ter de ser todos transpostos para dentro dos PDM e como temos o PDM em revisão, portanto fazer em conjunto com o Cadaval, como estamos os dois a fazer a revisão do PDM, transpor uma parte desse plano de ordenamento para dentro dos PDM para podermos ter alguma coisa que...porque muitas vezes também somos confrontados com solicitações para a realização de atividades, nomeadamente motorizadas que é uma outra parte que eu penso que não entra propriamente dentro do Turismo natureza mas que existe bastante, portanto os percursos ... agora temos lá um pedido para um ride de 75 viaturas, 75 jipes. Pronto, é claro que eles andam essencialmente nos estradões mas 75 jipes é...

ENT: Sim, causa impacto.

CM2: Portanto precisamos do plano para podermos ter alguma coisa para podermos autorizar ou não em função do valor ambiental. Porque neste momento falta-nos essa ferramenta. Não temos nada.

ENT: Isso também tem a ver com a última questão, que esta subjacente à gestão ou á boa gestão das áreas protegidas.

5. As práticas de desporto natureza e turismo ativo estão amplamente interligadas com uma boa gestão das áreas protegidas. Considera importante o desenvolvimento de projetos neste âmbito? Se sim, quais?

CM2: Sim, sim, sem dúvida. As áreas protegidas têm que ter... tem de estar viradas para as pessoas, não podem estar de costas para as pessoas e a começar para as pessoas que lá vivem ou que vivem nas imediações. Esse para mim, foi durante muitos anos e ainda é, um erro grave na gestão das áreas protegidas cá em Portugal. E depois também temos de ir buscar pessoas de fora que possam usufruir daquele espaço e que possam também dinamizar a economia local porque é fundamental que para além da conservação dos valores naturais e da paisagem, que haja também algum retorno económico para as populações da região. Isso é muito importante. E também é preciso encontrar condições, por um lado, para que as pessoas possam vir, para que haja condições e normas para que as pessoas possam saber como é que podem praticar os desportos naquele espaço. E criar forma que as pessoas também possam ter acesso a informação, e estamos a trabalhar nessa área, para que as pessoas possam depois, a nossa ideia é criar uma espécie de uma rede com várias camadas em que possamos ter os locais do auto caravanismo, os locais dos percursos pedestres, o alojamento, a restauração, pontos de interesse arqueológicos, etnográficos para que depois as pessoas possam migrar de camada para camada e não digo isto de forma estanque. Por exemplo, as pessoas que vêm fazer turismo natureza depois podem ficar alojadas aqui na zona ou podem almoçar aqui na zona ou não. Portanto criar, o conceito de rede é fundamental para que se possa criar algum valor acrescentado aqui na região. Por outro lado, é fundamental também que as autarquias se entendam e efetivamente isso não foi possível até à data porque o nosso decreto regulamentar tem um problema grave, muito grave que é: Nós somos a única área protegida de âmbito local que é abrangida por duas autarquias, portanto nós não temos número de contribuintes, nós não podemos passar faturas, não podemos passar recibos, não temos orçamento, não temos plano de atividades. ENT: Essa é a maior dificuldade.

CM2: Exatamente. Agora parece que vamos conseguir ultrapassar esse obstáculo. Em princípio através da criação de uma associação entre as duas autarquias que vai fazer a gestão corrente, digamos, da paisagem protegida. Isso vai permitir candidaturas a fundos comunitários, a realizar obra, cobrar taxas, comprar, vender, enfim... porque até à data as coisas tem estado um pouco, cada um vai fazendo as coisas por si, mas não há uma visão global e é muito importante que a Serra seja vista como um todo, em todos os aspetos: na gestão, no aspeto do turismo natureza, na conservação da natureza. Portanto tem de ser visto como um todo. E tem de se ter a noção efetivamente, na gestão, das capacidades de carga, tem que se conhecer bem o território, tem de se saber as características que o território tem, o que é que ele aguenta, os sítios que são possíveis de utilizar e os sítios que não são possíveis de utilizar. Quer dizer, também não podemos fazer disto um dogma, e dizer assim, "Ah, não isto agora é para utilizar tudo!", quer dizer tem que haver de facto esse conhecimento para que as pessoas possam fazer as atividades em segurança e para que as atividades possam ser compatíveis com o objetivo principal da área protegida que é: a preservação dos valores naturais e da paisagem, mas que as pessoas possam usufruir também dessa paisagem, porque de outra forma isto poderá isto a curto prazo poderá ser uma coisa muito interessante e até muito lucrativa eventualmente, mas que se vai esgotar, porque isto não tem efetivamente uma capacidade de carga que tem um Gerês ou uma Serra da Estrela que é uma coisa gigantesca. Isto tem 4000mil hectares, isto é uma coisinha menor. E

portanto se vamos meter aqui, por exemplo agora o próximo *trail* vai ter, parece-me 400 ou 500 participantes, está bem que é um dia não é?! A seguir já temos outro pedido, até de Torres Vedras para um outro *trail*, também com algumas centenas de participantes. Tem de haver aqui...

ENT: O objetivo não é a massificação.

CM2: Não de todo. Não. E não é massificação. É prestar na qualidade, na segurança, na compatibilização dos valores naturais e sobretudo é muito importante, também, não descurar esta parte económica. Esta questão de estar perto de Lisboa é uma vantagem e uma desvantagem porque se as coisas não estiverem bem planeadas, bem pensadas, se a oferta não for sólida, se não houver este conceito de rede, o mais natural é que as pessoas até vão tomar banho a casa. Fazem o BTT e se for preciso vão logo para casa e tomam banho em casa. A proximidade tem esta vantagem e esta desvantagem. Se houver locais de apoio, se houver infraestruturas, se houver toda essa oferta, as pessoas se calhar ficam, toma um banho, depois vão jantar ou vão ver o pôr-do-sol da Berlenga. Mas tem de haver aqui algumas ofertas por parte da administração.

Anexo IV

Transcrição da Entrevista – E1

ENTREVISTA Empresa1 (E1)

Legenda: Representante da E1

Entrevistador (ENT)

1. Considera que a Paisagem Protegida da Serra de Montejunto tem potencial (possui condições inatas favoráveis) para o desenvolvimento da dinamização de atividades de desporto de natureza e turismo ativo?

E1: Sim! A minha resposta a essa pergunta é sim, obviamente. Considero que a Serra de Montejunto tem condições naturais excelentes para isso, quer para a prática de montanhismo, mas todas as atividades ligadas com caminhadas a pé, penso que atividades desportivas que se englobam aqui perfeitamente. Têm um mercado também muito próximo dela, dada a proximidade de Lisboa ao Montejunto, que permite aqui uma proximidade grande, que permite ter aqui bastantes praticantes de várias modalidades. Eu penso que estas questões bem integradas e bem estruturadas podem ser uma mais-valia para a Serra e para as pessoas que aqui desenvolvem a sua atividade económica e eventualmente até como criador de postos de trabalho direta e indiretamente. E obviamente que sim e é por isso que estamos aqui a apostar nesta unidade de enoturismo.

ENT: Eu quando falo aqui, quando me refiro às condições favoráveis, refiro-me não são às condições naturais, mas também numa vertente histórica.

E1: Sim, como património cultural. Também existe património religioso. Património arqueológico, existem pelo menos dois castros com vestígios da época do paleolítico. Portanto é uma Serra rica também em cultura e em arqueologia, sem dúvida. O que eu acho que não é incompatível com a prática desportiva, não é?! Poderá ser conciliável e enriquecedora misturando uma parte desportiva com uma parte cultural. E até porque enfim, poderá haver e há e uma das coisas que eu penso ter aqui também são pequenas exposições alusivas a essa situação.

2. Que tipo de modalidades (desportivas e turismo ativo) considera que deveriam ser desenvolvidas nesta área protegida?

E1: Como lhe disse, eu nutro aqui alguma simpatia BTT. Por acaso é uma atividade que a serra do Montejunto tem boas condições para isso. Penso que já há algumas pessoas a praticar. O BTT, as caminhas, não é?! Penso que há agora uma nova atividade que não me lembro do nome dela que é, corrida, tipo corrida...

ENT: O trail!

E1: O trail, a escalada que também já é uma realidade ao que sei, ali nomeadamente na zona de Pragança. Ahhhh...

ENT: Tem ali dois setores para a prática de...

E1: Prática de escalada, exatamente. E que me lembre assim mais...quer dizer há sempre a espeleologia mas não está encarado na ótica desportiva, não sei. Não ei se tem enquadramento ou não.

ENT: Tem uma vertente desportiva também e técnica que está muito ligada ao desporto. A parte turística não é tão explorada neste momento.

3. Como é que pensa que estas poderiam ser desenvolvidas?

E1: Na perspetiva empresarial combinar a prática desportiva com o vinho. Com o Enoturismo e tentar oferecer aqui às pessoas um programa que passe pela prova de vinhos e pela enogastronomia também. Portanto, proporcionar também experiências gastronómicas as pessoas, aliado à prática vamos chamar-lhe

desportiva, de uma caminhada a pé, que é o que estamos a pensar em implementar. Que é acessível e portanto vertical, quer dizer horizontal a todas as famílias. Dos miúdos às pessoas de mais idade e também o BTT. Portanto, criar aqui grupos, até porque temos aqui instalações que permitem a tomada de um duche...

ENT: Exato.

E1: Tem essa situação toda. Barra uma experiência agrícola em que as pessoas poderão fazer e experimentar as atividades desenvolvidas aqui nas vinhas ou nos pomares.

ENT: Ou seja criar programas transversais

E1: Exatamente. Criar um produto em que se combina enoturismo, em que se combina vinho e prática de caminhadas a pé ou BTT, a ser montado de acordo com as preferências das pessoas, não é?!

ENT: Portanto isto vem já um pouco ao encontro da próxima pergunta. Esta vertente da criação de um produto que toque as duas áreas e as duas vertentes que a empresa explora, não é?

E1: Exatamente.

4. Quais projetos que esta autarquia / empresa tem previstos para desenvolver neste âmbito?

E1: Eu acho que a combinação das duas é interessante, porque a pessoa pratica alguma atividade e depois pode desfrutar de um almoço ou um bom lanche acompanhado de um bom vinho e isto acho que é uma mais-valia para a região. Cria aqui um nome que pode ajudar a promover a região e os vinhos da nossa região e a Serra. Portanto acho que aqui toda a gente sai a ganhar nestas situações.

ENT: Que é como dizer, a segunda parte é sempre a melhor...a dos comes e bebes é sempre a melhor parte.

E1. (Risos) Quando a pessoa vem cansada, saudavelmente cansada e como eu costumo dizer: bem-disposto mas cansado, até o vinho sabe melhor.

ENT: É verdade. Já finalizando também aqui esta nossa pequena entrevista...

E1: Há aqui uma questão que não está no âmbito das perguntas mas que eu gostava de frisar de alguma forma...

ENT: Mas podemos deixar para o final?

E1: Sim.

ENT: Só mesmo para respeitar a sequência.

E1: Cumprir o “road book”

ENT: E depois falamos sobre outras questões que queira abordar.

5. As práticas de desporto natureza e turismo ativo estão amplamente interligadas com uma boa gestão das áreas protegidas. Considera importante o desenvolvimento de projetos neste âmbito? Se sim, quais?

E1: Sim. De alguma forma vem um pouco ao encontro daquilo que eu estava a querer referir. Eu acho que sim, sem dúvida que sim e há aqui uma questão que eu acho que tem de ser focada. Que é eu considero que a Serra está um pouco dada ao abandono, nomeadamente relativamente à flora e fauna.

ENT: Em termos de gestão?

E1: Não tem sido acarinhado. Estou-me a lembrar da replantação de árvores. Da organização do espaço, da marcação dos trilhos, dos centros de acolhimento.

Portanto aí já há alguma coisa feita mas ainda mais... mas eu focar-me-ia na parte da natureza, portanto na replantação, na desmatação de alguns locais. Portanto numa gestão cuidada e ...

ENT: Portanto não tem havido grande controlo nesse aspeto...

E1: Não, um pouco. Acho eu. Isto de vez em quando arde, depois nasce espontaneamente, depois não é desbastado o que nasce em excesso, depois cria-se matéria combustível para mais de dez anos voltar a arder e eu tenho assistido a ciclos destes. Nasci aqui, apesar de não viver neste momento aqui... mas conheço a Serra e tenho uma estima pela Serra e entristece-me não vê-la cuidada como devia ser. Até fazer um trabalho nessa área do fogo, fazer uma gestão inteligente das plantações que hoje já é possível fazer isso, com espécies já existentes como o caso do sobreiro, por exemplo. Portanto é tudo, este conjunto de situações que não tem sido cuidado. Nem nunca foi tido em conta. Se calhar é uma questão cultural das pessoas... não valorizam isto.

ENT: Quem é que entende que seja o maior responsável por esta gestão?

E1: Por este descuido? Por esse não cuidado.

ENT: Sim.

E1: Eu penso que tem a ver com uma questão cultural das pessoas não valorizarem isto. Mas, se tivermos de apontar responsáveis se calhar temos de apontar o ICNF, temos que apontar alguma coisa também às câmaras ... as populações que elas próprias não reclamam...

ENT: Acha que as empresas que operam neste setores têm alguma responsabilidade nisso? Deveriam ter alguma intervenção?

E1: Acho que podem sempre se manifestar como eu estou a fazê-lo agora aqui. Podem sempre dar da sua, enfim... eu nomeadamente conversas que tenho com os dirigentes camarários, já lhes tenho referido essa sensibilidade, não é?!

ENT: OK. Não sei se quer abordar mais alguma questão?

E1: Não... uma questão que poderia também ser trabalhada aqui e que ia ajudar bastante a Serra e ajudar toda a gente de alguma forma e a região. é o fazer alguma promoção turística da Serra, dos produtos que aqui se podem desenvolver e aí teria de ser uma ação conjunta das duas câmaras e eventualmente os agentes animadores turísticos e pôr toda a gente a trabalhar neste sentido.

ENT: Também com a intervenção da Entidade de Turismo...

E1: Do Centro. Sim sem dúvida.

Anexo V

Sistema Categorial - Análise de Conteúdo

--	--

CATEGORIA A - Percepção sobre o potencial da PPSM	
Entidade	Unidade de contexto
CM1	<p>UC1 - “Sim, não tenho dúvidas quanto ao potencial que a Serra tem.”</p>
	<p>UC2 - “(...) podemos encontrar em grande parte pelo menos dos fins-de-semana, (...) gente de variadíssimos locais a praticar várias atividades</p>
	<p>UC3 - “O <i>feedback</i> que temos é positivo.”</p>
	<p>UC4 - “ (...) no que toca às atividades de desporto natureza temos de facto condições naturais boas.”</p>
	<p>UC5 - “A pessoa que aqui esteve é praticante e tem experiência em alguns locais pela Europa e ele dizia-me que de facto esta aqui, a Serra é das que melhores condições têm.”</p>
	<p>UC6 - “ (...) condições muitíssimo boas para a prática de caminhadas, temos trilhos identificados.”</p>
	<p>UC7 - “Embora também não tenhamos o objetivo de tornar aqui a Serra num espaço de multidões.”</p>
CM2	<p>UC8 - “Sim, Sim! A Serra tem de facto um enorme potencial no nosso entender (...) pelas características dela em si (...).”</p>
	<p>UC9 - “(...) tem de facto a capacidade de oferecer algumas condições, portanto, aliando esta questão da proximidade à oferta. (...) Não é para todas as modalidades, com certeza.”</p>

	<p>UC10 - “(...)temos de ter a noção da capacidade de carga, que é um espaço relativamente pequeno.”</p> <p>UC11 - “(...) a serra, terá à volta de 4000 hectares, por aí, portanto não estamos a falar de um espaço muito grande e por vezes há uma certa concentração de atividades em espaços ainda mais...portanto não há uma distribuição homogênea da procura por aqueles 4000 hectares. Mas, potencial existe.”</p> <p>UC12 - “(...) para além das características do terreno que permitem a realização de uma série de atividades.”</p> <p>UC13 - “Mesmo assim ainda há algum potencial. Ainda há algum potencial e isso não tem sido, não tem sido, muito aproveitado e não tem sido muito ligado, esta parte do turismo de natureza e o turismo ativo.”</p> <p>UC14 - “(...) a Serra têm efetivamente, eu acho que muito potencial e isso vê-se na procura, não é?! A procura é grande para algumas atividades.”</p> <p>UC15 - “Haveriam outras paredes. Talvez, não tão grandes. Talvez até mais técnicas, mas como não tem acessibilidade ou têm má acessibilidade, acabam por não ser...portanto equipadas.”</p> <p>UC16 - “(...) isto a curto prazo poderá ser uma coisa muito interessante e até muito lucrativa eventualmente, mas que se vai esgotar, porque isto não tem efetivamente uma capacidade de carga que tem um Gerês ou uma Serra da Estrela que é uma coisa gigantesca.”</p>
E1	<p>UC17 - “Sim! A minha resposta a essa pergunta é sim, obviamente. Considero que a Serra de Montejunto tem condições naturais excelentes para isso, quer para a prática de montanhismo, mas todas as atividades ligadas com caminhadas a pé, penso que atividades desportivas que se englobam aqui perfeitamente.”</p>

	<p>UC18 - “Poderá ser conciliável e enriquecedora misturando uma parte desportiva com uma parte cultural.”</p> <p>UC19 - “(...) é uma atividade (BTT) que a serra do Montejunto tem boas condições para isso.”</p> <p>UC20 - “(...) eu considero que a Serra está um pouco dada ao abandono, nomeadamente relativamente à flora e fauna.”</p>
--	--

CATEGORIA B – Valores		
Entidade	Subcategoria	Unidade de contexto
CM1	Naturais / ambientais	UC21 - “Quem procura ficar é quem pretende usufruir durante algum tempo da paisagem e da beleza da Serra.”
	Culturais	
	Geográficos	UC22 - “(...) atendendo à nossa localização geográfica, que é favorável, estando perto da grande Lisboa (...) não é muito difícil que as pessoas cá venham.”
	Património / infraestruturas	<p>UC23 - “(...) temos a Real Fábrica do Gelo que é um monumento classificado e que também atrai muita gente.”</p> <p>UC24 - “Para ficar temos, o Parque de Campismo, para aqueles que são mais amantes da natureza (...)”</p> <p>UC25 - “Têm espaço para montar as tendas e tem os balneários, tem uma zona de churrasqueira e é o que tem.”</p>

		<p>UC26 - “Depois alojamento de outro tipo?! No concelho estamos mal.”</p> <p>UC27 - “Restauração, lá em Pragança temos dois restaurantes.”</p> <p>UC28 - “(...) o Parque de Campismo, a Real Fábrica do Gelo, aquele espaço, o Centro de Interpretação Ambiental, aquele espaço onde tem o Bar, aquele barzinho e o espaço de merendas.”</p>
CM2	Naturais / ambientais	<p>UC29 - “Há também o aspeto cénico, que dá outro valor ao espaço.”</p> <p>UC30 - “Da própria morfologia, mas também paisagística.</p> <p>UC31 - “(...) normalmente dá-se muita ênfase à questão da avifauna, mas têm-se de alguma forma negligenciado o impacte que a ação da escalada tem tido em termos da vegetação.”</p> <p>UC32 - “(...) o Montejunto têm, de facto, um valor muito grande em termos de vegetação e a maior parte... as espécies mais importantes estão nas rochas.”</p> <p>UC33 - “Estão associadas às rochas e há um pisoteio muito grande, porque todas aquelas paredes foram equipadas sem qualquer critério (...) do ponto de vista da compatibilização da atividade com o espaço (...)”</p>

		<p>UC34 - “(...) a Penha do Relvio, não é tão rica do ponto de vista da flora.”</p> <p>UC35 - “(...) penso que tínhamos zonas boas, principalmente na parte norte da Serra para por exemplo andar a cavalo... porque são zonas relativamente planas e bastante agradáveis de passear.”</p> <p>UC36 - “(...) o objetivo principal da área protegida que é: a preservação dos valores naturais e da paisagem (...).”</p> <p>UC37 - “Sim, sim, sim, a componente histórica e cultural, pronto, na Serra, na Serra mesmo, dentro da Serra.”</p> <p>UC38 - “Esta Serra tem uma particularidade que é, não tem população lá dentro. A Serra tem a população toda na periferia.”</p>
	Culturais	<p>UC39 - “(...) tem havido alguma descaracterização daquele espaço em termos de tradições e parte etnográfica.”</p> <p>UC40 - “(...) estar aqui perto de uma grande metrópole, portanto tento um público-alvo de dois ou três milhões de pessoas aqui muito perto (...).”</p>
	Geográficos	<p>UC41 – “Esta questão de estar perto de Lisboa é uma vantagem e uma desvantagem porque se as coisas não estiverem bem planeadas, (...) se não houver este conceito de rede, o mais natural é que as pessoas até vão tomar banho a casa.”</p>
	Património / infraestruturas	<p>UC42 – “(...) há algum património cultural também no interior da Serra, a Fábrica do Gelo, os conventos.”</p>

E1	Naturais / ambientais	UC43 - “(...) é uma Serra rica também em cultura e em arqueologia, sem dúvida.”
	Culturais	
	Geográficos	UC44 - “Tem um mercado também muito próximo dela, dada a proximidade de Lisboa ao Montejunto, que permite aqui uma proximidade grande, que permite ter aqui bastantes praticantes de várias modalidades.”
	Património / infraestruturas	UC45 - “Sim, como património cultural. Também existe património religioso. Património arqueológico, existem pelo menos dois castros com vestígios da época do paleolítico.”

CATEGORIA C – Modalidades / Atividades	
Entidade	Unidade de contexto
CM1	<p>UC46 - “ (...) escalada, BTT, os <i>Trails</i> , algumas outras que (...) vão começando a aparecer.”</p> <p>UC47 - “(...) ainda há dias estive aqui reunido por causa do <i>Downhill</i> (...)”</p> <p>UC48 - “ (...) não tenho preferência por nenhuma em particular, podem ser todas desde que respeitem o ambiente e a norma. Como lhe digo, escalada é comum vermos praticantes na Serra, o BTT. Todas elas, todas, e as mais novas que eu nem sei o nome.”</p> <p>UC49 - “Organizadas na Serra temos de série de BTT, isso temos. Caminhadas também, essas são organizadas (...)”</p> <p>UC50 - “Há também espeleologia com o grupo de espeleologia de Torres Vedras.”</p>

	<p>UC51 - “Em relação ao turismo ativo, (...) temos de facto a outra vertente (...): observação de pássaros e da flora, as condições muitíssimo boas para a prática de caminhadas, temos trilhos identificados.”</p> <p>UC52 - “(...) aqui neste ano e pouco aconteceram 3,4,5 eventos desse tipo de observação de flora, de fauna e essas organizadas.”</p>
CM2	<p>UC53 - “Aquilo que é feito agora é essencialmente, portanto... as caminhadas ou passeios pedestres (...).”</p> <p>UC54 - “O BTT, o <i>Downhill</i> também. Embora, o <i>Downhill</i> é uma atividade que, no meu entender, carece de um enquadramento que não tem. Portanto, neste momento o <i>Downhill</i>... ou melhor, neste momento as coisas são feitas sem qualquer regra.”</p> <p>UC55 - “(...) temos a escalada, que tem dois locais tradicionais, (...) nomeadamente no Montejunto Velho (...).”</p> <p>UC56 - “(...) além das caminhas e da corrida. A corrida está muito em voga agora, os <i>trails</i>.”</p> <p>UC57 - “(...) andar a cavalo (...).”</p> <p>UC58 - “(...) temos também a parte do parapente.”</p> <p>UC59 - “(...) muitas vezes também somos confrontados com solicitações para a realização de atividades, nomeadamente motorizadas ”</p> <p>UC60 - “(...) temos lá um pedido para um ride de 75 viaturas, 75 jipes.”</p>
E1	<p>UC61 - “O BTT, as caminhadas (...).”</p>

	<p>UC62 - “(...) há agora uma nova atividade que não me lembro do nome dela que é, corrida, tipo corrida (<i>trail</i>).”</p> <p>UC63 - “O <i>trail</i>, a escalada (...).”</p> <p>UC64 - “(...) há sempre a espeleologia (...).”</p>
--	--

CATEGORIA D - Estratégias de implementação / desenvolvimento de atividades	
Entidade	Unidade de contexto
CM1	<p>UC65 - “(...)fazer-se a Carta de Desporto Natureza, onde definindo condições (...) de espaços, regras, etc., e a ideia é envolver as fundações das atividades que se costumam praticar ou que se podem praticar e que estão organizadas a nível nacional.”</p> <p>UC66 - “(...)envolver as fundações para termos um documento completo que contenha as várias vertentes (...).”</p> <p>UC67 - “(...) nós, Câmara Municipal, vamos este ano, já acordamos com uma empresa que nos apresentou aqui uma proposta, patrocinar, vá lá, uma atividade por mês de Abril a Outubro ou de Abril a Setembro, atividades diversas, uma por mês.”</p> <p>UC68 - “(...) não temos meios, nem vamos investir em publicidade. Será uma situação que chega com o passa a palavra.”</p> <p>UC69 - “(...)da responsabilidade da Câmara, houve apenas, lançar há uns anos a ideia de naquelas duas escolas desativadas, desenvolver turismo rural.”</p>

<p>CM2</p>	<p>UC70 - “Nós estamos a pensar regular, ou melhor interditar o acesso das bicicletas a alguns espaços...nomeadamente esses carreiros com maior declive e encaminha-los só para a corrida e para as caminhadas.”</p> <p>UC71 - “(...) a Carta de Desporto de Natureza poderá, uma vez que não temos plano de ordenamento, poderá ser uma forma de regular as atividades.”</p> <p>UC72 - “(...) na própria elaboração da carta terão que se ouvidas as diferentes federações e portanto a ideia é incluí-los.”</p> <p>UC73 - “(...) se abrimos mais dois caminhos que se perderam, vamos fazer com que as pessoas se espalhem mais, portanto não aja uma concentração tão grande.”</p> <p>UC74 - “(...) a nossa ideia é criar uma espécie de uma rede com várias camadas em que possamos ter os locais do auto caravanismo, os locais dos percursos pedestres, o alojamento, a restauração, pontos de interesse arqueológicos, etnográficos para que depois as pessoas possam migrar de camada para camada (...).”</p>
<p>E1</p>	<p>UC75 - “Criar um produto em que se combina enoturismo, em que se combina vinho e prática de caminhadas a pé ou BTT, a ser montado de acordo com as preferências das pessoas (...).”</p> <p>UC76 - “(...) uma questão que poderia também ser trabalhada aqui e que ia ajudar bastante a Serra e ajudar toda a gente de alguma forma e a região. é o fazer alguma promoção turística da Serra, dos produtos que aqui se podem desenvolver e ai teria de ser uma ação conjunta das duas câmaras e eventualmente os agentes animadores turísticos e pôr toda a gente a trabalhar neste sentido.”</p>

CATEGORIA E – Projetos / Ações		
Entidade	Subcategoria	Unidade de contexto
CM1	Atividades desportivas	<p>UC77 - “(...) Carta de Desporto de Natureza.”</p> <p>UC78 - “Já temos também uma série de percursos pedestres que estão marcados e em desenvolvimento mais 1, temos 5 salvo erro.”</p> <p>UC79 - “A ideia é conseguirmos criar um calendário que irá ser conhecido agora durante o mês de Março, que poderá, com as atividades que nós vamos organizar, que poderá ser reforçado com atividades que essa empresa entenda também em levar acabo em nome próprio de forma a que possamos de facto habituar os amantes destas atividades a estarem pelo menos atentos ao que é que se vai passar.”</p>
	Turismo ativo	<p>UC80 - “Há em Pragança, portanto já na Serra, há um projeto que está a terminar de construção de um Hotel, (...) acho que tem alguma qualidade. Que está incorporado num restaurante grande (...) e organiza eventos (...)”</p> <p>UC81 - “(...) o mesmo empresário tem também (...) a conceção de duas escolas primárias desativadas. Uma fica em Pragança outra em São Salvador, do outro lado, com o objetivo de Turismo Rural.”</p>
	Ações ambientais	

CM2	Atividades desportivas	<p>UC82 - “Esta situação da Carta de Desporto Natureza, é uma situação que nós ainda não conseguimos concluir, nomeadamente porque (...) as câmaras neste caso, não terão, não tem efetivamente, técnicos suficientes ou com conhecimento suficiente para fazer a totalidade da carta.”</p>
	Turismo ativo	<p>UC83 - “Temos algumas ideias, por exemplo há o caso, um dos sítios mais... mais atravessados, que é o Vale do Carreiro dos SS, o percurso inicial que era um percurso serpenteante já foi todo adulterado e portanto a nossa ideia é repor outra vez o percurso inicial porque vamos diminuir a erosão e o impacto.”</p> <p>UC84 - “(...) reabrir alguns caminhos que se perderam (...)”</p> <p>UC85 - “(...) vamos avançar com uma rede municipal de percursos pedestres, sinalizada e homologada pela federação (...)”</p> <p>UC86 - “(...) haver rotas ou eventualmente grandes rotas que possam passar de um lado para o outro.”</p>
	Ações ambientais	<p>UC87 - “(...) a Penha do Meio Dia merecia a pena fazer um balanço e definir as capacidades de carga daquele espaço.”</p> <p>UC88 - “(...) enquanto não temos a Carta de Desporto Natureza concluída, neste casos pontuais por exemplo do <i>Downhill</i> com as caminhadas ou com os <i>trekkings</i> é</p>

		<p>mesmo interditar através de um edital municipal.”</p> <p>UC89 - “Há outro projeto que vamos tentar recuperar (...) é o plano de ordenamento.”</p> <p>UC90 - “(...) o que nós vamos ter que fazer, é pegar no plano de ordenamento, transpô-lo para dentro dos planos diretores municipais (...)”</p>
E1	Atividades desportivas	
	Turismo ativo	<p>UC91 - “(...) na perspectiva empresarial combinar a prática desportiva com o vinho. Com o Enoturismo e tentar oferecer aqui às pessoas um programa que passe pela prova de vinhos e pela enogastronomia também.”</p> <p>UC92 - “(...) proporcionar também experiências gastronómicas as pessoas, aliado à prática vamos chamar-lhe desportiva, de uma caminhada a pé, que é o que estamos a pensar em implementar.”</p> <p>UC93 - “(...) estamos aqui a apostar nesta unidade de enoturismo.”</p> <p>UC94 - “(...) uma das coisas que eu penso ter aqui também são pequenas exposições (...)”</p>

		UC95 - “(...) uma experiência agrícola em que as pessoas poderão fazer e experimentar as atividades desenvolvidas aqui nas vinhas ou nos pomares.”
	Ações ambientais	

CATEGORIA F – Importância do desenvolvimento de projetos / Ações	
Entidade	Unidade de contexto
CM1	<p>UC96 - “Quando tivermos a carta, esse documento elaborado, e se conseguirmos envolver de facto as federações, julgo que será normal, começarmos a ter mais procura por parte de organizações para desenvolverem atividades.”</p> <p>UC97 - “(...) nós Município temos alguma responsabilidade, que é o de criar o hábito.”</p> <p>UC98 - “Este projeto (turismo rural em escolas desativadas) nós sabemos que tem alguma importância.”</p> <p>UC99 - “Considero importante. Concordo que estas práticas estão muito ligadas à qualidade da gestão das Áreas Protegidas.”</p> <p>UC100 - “Teria toda a lógica que fosse a comissão da Paisagem Protegida, no âmbito das atividades na Paisagem Protegida, tomasse essa iniciativa e dinamizasse a aquele espaço.”</p>
CM2	<p>UC101 - “Essa escarpa foi equipada e foi escalada sem autorização de ninguém. Portanto, chegaram lá e equiparam aquilo e toca de subir. (...) de facto neste momento, não há qualquer capacidade para intervenção (...).”</p>

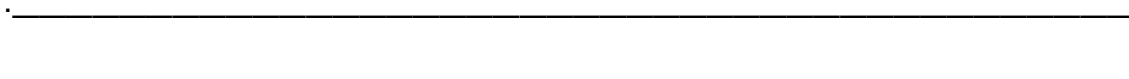
	<p>UC102- “Quando se chega a Montejunto como não há essa pressão...as pessoas pensam: isto é tudo nosso. Fazemos o que queremos e tal. E tem havido alguns problemas, sobretudo de alguns conflitos de espaço. Portanto de... imaginemos que temos uma zona de <i>paintball</i> e que depois na zona de <i>paintball</i> passa lá pelo meio o <i>Downhill</i>.”</p> <p>UC103 - “(...) há necessidade de fazer estudos de base, por exemplo a nível da flora para determinar se aquela escarpa pode ou não ser escalada.”</p> <p>UC104 - “(...) precisamos do plano (de ordenamento) para podermos ter alguma coisa para podermos autorizar ou não em função do valor ambiental. Porque neste momento falta-nos essa ferramenta. Não temos nada.”</p> <p>UC105 - “As áreas protegidas têm (...) de estar viradas para as pessoas, não podem estar de costas para as pessoas e a começar para as pessoas que lá vivem ou que vivem nas imediações.”</p> <p>UC106 - “(...) temos de ir buscar pessoas de fora que possam usufruir daquele espaço e que possam também dinamizar a economia local porque é fundamental que para além da conservação dos valores naturais e da paisagem, que haja também algum retorno económico para as populações da região. Isso é muito importante.”</p> <p>UC107 - “(...) é preciso encontrar condições, por um lado, para que as pessoas possam vir, para que haja condições e normas para que as pessoas possam saber como é que podem praticar os desportos naquele espaço.”</p> <p>UC108 - “(...) criar, o conceito de rede é fundamental para que se possa criar algum valor acrescentado aqui na região.”</p>
--	---

	<p>UC109 - “(...) é fundamental também que as autarquias se entendam e efetivamente isso não foi possível até à data (...).”</p> <p>UC110 - “Agora parece que vamos conseguir ultrapassar esse obstáculo. Em princípio através da criação de uma associação entre as duas autarquias que vai fazer a gestão corrente, digamos, da paisagem protegida.”</p> <p>UC111 - “Isso vai permitir candidaturas a fundos comunitários, a realizar obra, cobrar taxas, comprar, vender, enfim.”</p> <p>UC112 - “(...) não há uma visão global e é muito importante que a Serra seja vista como um todo, em todos os aspetos: na gestão, no aspeto do turismo natureza, na conservação da natureza.”</p> <p>UC113 - “Se houver locais de apoio, se houver infraestruturas, se houver toda essa oferta, as pessoas se calhar ficam, toma um banho, depois vão jantar ou vão ver o pôr-do-sol da Berlenga.”</p>
<p>E1</p>	<p>UC114 - “(...) estas questões bem integradas e bem estruturadas podem ser uma mais-valia para a Serra e para as pessoas que aqui desenvolvem a sua atividade económica e eventualmente até como criador de postos de trabalho direta e indiretamente.”</p> <p>UC115 - “(...) a combinação das duas é interessante, porque a pessoa pratica alguma atividade e depois pode desfrutar de um almoço ou um bom lanche acompanhado de um bom vinho e isto acho que é uma mais-valia para a região.”</p> <p>UC116 - “Cria aqui um nome que pode ajudar a promover a região e os vinhos da nossa região e a Serra.”</p>

	<p>UC117 - “Não tem sido acarinhado. Estou-me a lembrar da replantação de árvores. Da organização do espaço, da marcação dos trilhos, dos centros de acolhimento.”</p> <p>UC118 - “Isto de vez em quando arde, depois nasce espontaneamente, depois não é desbastado o que nasce em excesso, depois cria-se matéria combustível para mais de dez anos voltar a arder (...)”</p> <p>UC119 - “(...) fazer uma gestão inteligente das plantações que hoje já é possível fazer isso, com espécies já existentes como o caso do sobreiro, por exemplo.”</p>
--	---

Anexo VI

Modelo de Ficha de Caraterização de Percursos Pedestres



Esta ficha de observação é um instrumento que tem como intuito a caracterização de percursos pedestres

FC-PP

Ficha de Caracterização de Percursos Pedestres

Nome percurso:	Código:	Data	Observado(s):	Observador:
----------------	---------	------	---------------	-------------

A) Ficha técnica			
1. Localização			
1.1. Designação (Nº registo)			
1.2. Freguesia			
1.3. Concelho			
1.4. Distrito			
1.5. Mapa Topográfico			
2. Trilho pedestre			
2.1. Tipo de Solo			
Arenoso			
Argiloso			
Pedregoso			
Rochoso			
Outros			
2.2. Desnível			
Baixo (até 10%)			
Médio (entre 11 e 40%)			
Elevado (superior a 40%)			
2.3. Extensão do percurso (Km)			
2.4. Duração (horas)			
2.5. Tipo de percurso			
2.6. Localização (UTM/Geo)		Início Latitude:	Longitude:
		Final Latitude:	Longitude:
2.7. Pontos de Referência			
Fontes (nº do Km)			
Nascentes (nº do Km)			
Miradouros (nº do Km)			
Marcos Geodésicos (nº Km)			
Grutas (nº do Km)			
Linhas de Água (nº do Km)			
Outros			
2.8. Pontos Água potável (nº do Km)			
2.9. Sinalética		Homologada (FCMP):	
		Outra: <i>(Colocar sinalética nas observações)</i>	

2.10. Condicionantes					
Período					
Motivo					
2.11. Entidade responsável pela abertura do trilho					
2.12. Entidade Gestora					
2.13. População alvo					
Crianças		Jovens/adultos		Idosos	População especial
2.14. Capacidade Máxima Part.					
2.15. Altimetria (em km)					
<i>(Inserir gráfico de altimetria)</i>					

B) Caracterização do espaço envolvente			
1. Principais Acessos Rodoviários			
Norte:	Sul:	Centro:	
2. Extensão da Área Envolvente (m²)			
3. Acesso ao trilho pedestre			
Estradas Alcatroadas			
Carreiros			
Corta-fogos			
Caminhos de pé posto			
Caminhos de ferro			
Pontes			
Estradas de terra batida			
Outros			
4. Tipo de Vegetação envolvente			
Herbácea (até 20cm de altura)			
Arbustiva (até 5m de altura)			
Arbórea (mais de 5m de altura)			
5. Fauna dominante			
6. Relevo			
Aplanado (inferior a 20%)			
Planáltico (entre 21 e 40%)			
Montanhoso (superior a 40%)			
7. Infraestruturas de Apoio			
7.1. Balneários		Quantidade	
Chuveiros (Masculino/Feminino/Misto)			
Instalações Sanitárias (Masculino/Feminino/Misto)			
7.2. Café		Horário de Funcionamento	
7.3. Restaurante		Horário de Funcionamento	
7.4. Estacionamento			
Automóveis (capacidade)			
Autocarros (capacidade)			
Outros			

8. Outras Atividades Possíveis de Praticar										
Escalada										
Orientação										
Ori-BTT										
BTT										
Cicloturismo										
Montanhismo										
Outras										
9. Elementos Culturais/Naturais de Interesse										
C) Características da Segurança										
1. Sinalização										
1.1. Tipologia de Placas										
Placas de aviso de perigo			Placas da DGV			Placas da Autarquia				
Placas do ICNB			Placas de região de turismo			Outras				
1.2. Localização										
Acessos Principais			Acessos secundários			No local				
1.3. Conteúdos										
Horários		Mapas		Homologação do material						
Capacidade de carga		Rácio Monitor/Utente		Técnico Responsável						
Código de Conduta		Contactos Úteis		Outros						
2. Acessibilidade a Centros e/ou Equipas de Socorro										
Guarda Florestal			Km			Min				
Hospital			Km			Min				
Centro de Saúde			Km			Min				
Posto Médico			Km			Min				
Bombeiros			Km			Min				
Vigilantes da Natureza			Km			Min				
PSP / GNR			Km			Min				
Abrigo / Refúgio			Km			Min				
Outros, quais?			Km			Min				
3. Condições Climatéricas			Outono/Inverno			Primavera/Verão				
Temperatura média do ar			°C			°C				
Precipitação			M/m ²			M/m ²				
Vento dominante			Dir/Int			Dir/Int				
Humidade			%			%				
Pressão			mm/Hg			mm/Hg				
Nevoeiro			Pouco freq.		Frequente		Pouco freq.		Frequente	
Visibilidade			Boa	Média	Má	Boa	Média	Má		
4. Controlo Técnico e Pedagógico do Espaço					Quem?					
5. Meios de Comunicação										
Rede telemóvel (qual)			TMN e Vodafone							
Frequência de Rádio/Hz										

Anexo VII

Modelo de Ficha de Avaliação de Percursos Pedestres

Esta ficha de observação é um instrumento que tem como intuito a avaliação das condições dos percursos pedestres.

FA-PP

Ficha de avaliação de percursos pedestres

Nome percurso:	Código:	Data	Observado(s): _____	Observador:
-----------------------	----------------	-------------	-----------------------------------	--------------------

Esta ficha tem por objetivo permitir a avaliação de percursos pedestres, no que concerne à existência de problemas e à dificuldade para a sua resolução.

A avaliação é realizada:

1. Pela atribuição de 3 níveis de apreciação associados a cada uma das variáveis consideradas.
2. Do valor (em km), em termos de distância percorrida no percurso, onde o problemas de verifica.

Aos níveis correspondem:

- 1- O problema só pode ser resolvido pelo vigilante com recurso a equipamentos específicos.
Ex. Pintura / colocação de sinalética/Corte de ramos de árvores/entre outros
- 2- O problema só pode ser resolvido pelo vigilante com recurso a equipamentos mecânicos específicos ou maquinaria pesada.
Ex. Derrocada.
- 3- O problema não tem resolução possível.
Ex. Construção de uma moradia a intercalar o percurso.

Se não forem verificados problemas, as variáveis não devem ser preenchidas.

Associado a cada nível, no respetivo problema, deve ser indicado o quilómetro em que tal ocorre. Sempre que a resposta seja “Outros”, a situação deve ser descrita na caixa de observações.

Para que se realize uma correta avaliação dos percursos é necessária uma avaliação rigorosa, com respostas verdadeiras e o mais detalhadas possíveis.

1. Trajeto	1	2	3
1.1. Percurso facilmente identificável (O início do trilho foi descoberto sem qualquer problema)			
1.2. Obstáculos a impedir o caminho			
1.2.1. Rochas (Existem pedras/blocos de rocha no trilho)			
1.2.2. Árvores (Existem troncos ou ramos no trilho)			
1.2.3. Derrocada (Ocorreu uma derrocada, que resultou no bloqueamento do trilho, e consequente formação de trilhos secundários)			
1.2.4. Cercas ou cancelas (Foram construídas cercas ou cancelas, que impedem a realização do percurso no trilho)			
1.2.5. Cursos de água (Existem cursos de água a atravessar o trilho)			
1.2.6. Desabamentos (Ocorrência de erosão do trilho, que dificulta a passagem no trilho ou torna a passagem perigosa)			
1.2.7. Outras (Ocorrência de qualquer situação que não tenha sido descrita anteriormente)			
1.3. Visibilidade do percurso (O trilho não é facilmente identificável ao longo do percurso, e.g. devido à intensidade da vegetação)			
1.4. Cruzamento de Percursos (Existe cruzamento de trilhos, e a marcação pode ser confundida, levando à mudança de trilho)			

Observações:

--

2. Marcação e Sinalética	1	2	3
2.1. Desgaste na coloração da sinalética (A sinalética encontra-se desgastada, não sendo possível a identificação total ou parcial da mesma)			
2.2. Sinalética danificada (Postes de sinalização, tabuletas, etc., danificadas ou quebradas)			

2.3. Necessidade de sinalética (Existem troços do trilho onde deveria existir sinalização complementar)			
2.4. Sinalética Incorreta (Ao longo do trilho existe sinalização com informação errada ou confusa, e.g. o trilho segue para a esquerda e a sinalização indica virada à direita)			
2.5. Outras (Qualquer situação que não tenha sido descrita anteriormente, relativa à marcação de percursos)			

Observações:

--

3. Conservação do meio	1	2	3
3.1. Existe lixo ao longo do percurso (Existe lixo deixado indevidamente ao longo do trilho)			
3.2. Existem danos evidentes em árvores ou outro tipo de vegetação adjacente ao trilho (Existem marcas de deterioração ex. vestígios de fogueiras, cortes nas árvores)			
3.3. Problemas de drenagem (ex. mau escoamento de águas nos trilhos; poças de água no trilho)			
3.4. Depósitos para lixo (Falta de depósitos para o lixo, depósitos danificados, não é feita a recolha do lixo regularmente)			
3.5. Existência de trilhos secundários (O trilho principal foi alargado, existem outros trilhos além do trilho que está marcado)			
3.6. Outros (Qualquer situação que não tenha sido descrita anteriormente, referente à conservação do meio)			

Observações

--

4. Segurança do Percurso	1	2	3
4.1. Perigo de queda de pedras (Existem barreiras que evidenciam deterioração e não estão equipadas devidamente, ex. redes de proteção)			
4.2. Perigo de queda de árvores (Existem árvores que evidenciam perigo de queda, estão ocas ou com uma inclinação acentuada)			
4.3. Exposição à queda (Existência de troços onde pode existir exposição à queda, ex. precipícios)			
4.4. Animais selvagens (Existência de animais selvagens, que podem ser perigosos para quem realiza o trilho)			
4.5. Obras de proteção (Falta ou deterioração das obras de proteção, ex. corrimões, degraus, etc.)			
4.6. Indicação de zonas perigosas (Falta ou deterioração das sinalizações referentes a zonas de perigo)			
4.7. Outros (Qualquer situação que não tenha sido descrita anteriormente, referente à segurança do trilho)			

Anexo VIII

Modelo de Ficha de Caracterização dos Setores de Escalada

Esta ficha de observação é um instrumento que tem como intuito a caracterização de setores/vias de escalada

FC-SEsc

Ficha de Caracterização de Setores de Escalada

Nome do Setor:	Data	Observado(s):	Observador:
----------------	------	---------------	-------------

A) Caracterização do Espaço Envolvente		
1. Localização		
1.1. Designação		
1.2. Freguesia		
1.3. Concelho		
1.4. Distrito		
1.5. Mapa Topográfico		
2. Principais Acessos Rodoviários		
Norte:	Sul:	Centro:
3. Acessibilidade à Parede		
3.1. Tipo de Solo		
Arenoso		
Argiloso		
Pedregoso		
Rochoso		
Outros		
3.2. Tipo de Acessos		
Estradas Alcatroadas		
Carreteiros		
Corta-fogos		
Caminhos de pé posto		
Caminhos de ferro		
Pontes		
Estradas de terra batida		
Outros		
3.3. Desnível		
Baixo (até 10%)		
Médio (entre 11 e 40%)		
Elevado (superior a 40%)		
3.4. Distância a percorrer (Km)		
3.5. Tempo de deslocação (min.)		
3.6. Pontos de Referência		
Fontes (Km)		
Nascentes (Km)		
Miradouros (Km)		

Marcos Geodésicos (Km)	
Grutas (Km)	
Linhas de Água (Km)	
Outros	

4. Extensão da Área Envolvente (m²)			
5. Tipologia do meio			
Outdoor			
Indoor			
Misto			
6. Tipologia do Espaço			
Escola de Escalada			
Rocódromo			
Outro			
7. Classificação do Espaço			
Espaço de base recreativa			
Espaço de base formativa			
Espaço de base especializada			
8. Tipo de Vegetação			
Herbácea (até 20cm de altura)			
Arbustiva (até 5m de altura)			
Arbórea (mais de 5m de altura)			
9. Fauna dominante			
10. Relevo			
Aplanado (inferior a 20%)			
Planáltico (entre 21 e 40%)			
Montanhoso (superior a 40%)			
11. Infraestruturas de Apoio			
11.1. Balneários		Quantidade	
Chuveiros (Masculino/Feminino/Misto)			
Instalações Sanitárias (Masculino/Feminino/Misto)			
11.2. Café		Horário de Funcionamento	
11.3. Restaurante		Horário de Funcionamento	
11.4. Estacionamento			
Automóveis (capacidade)			
Autocarros (capacidade)			
Outros			
12. Outras Atividades Possíveis de Praticar			
Passeios Pedestres			
Orientação			
Ori-BTT			
BTT			
Cicloturismo			
Montanhismo			

Outras	
--------	--

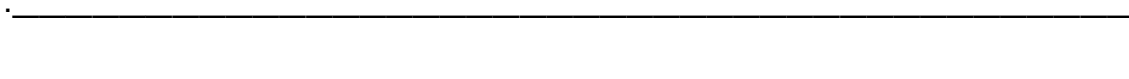
B) Caracterização Específica do Espaço de Escalada										
1. Altitude										
Mínima:					Máxima:					
2. Coordenadas (UTM/Geográficas)										
Longitude:										
Latitude:										
3. Vertentes de prática										
Escalada desportiva	Escalada Clássica	Bloco	Vários largos	Big Wall						
4. Condicionantes										
Período										
Motivo										
5. Entidade Gestora										
Setor Público		Setor Privado		Outro						
6. Paredes de Escalada										
6.1. Croqui	Existe		Não existe							
6.1.1.	Link/Livro/Panfleto									
6.2. Tipo de Parede										
Basalto										
Calcário										
Granito										
Outro										
6.3. Equipamentos Homologados										
Plaquetes	Tiges	Tops	Pernes	Outros						
6.4. Inclinação										
Positiva	Vertical	Negativa	Teto	Outra						
6.5. Nº Vias Equipadas??										
2	2+	3	3+	4	4+	5a	5b	5c	6a	6a+
6b	6b+	6c	6c+	7a	7a+	7b	7b+	7c	7c+	8a
8a+	8b	8b+	8c	8c+	9a	9a+	9b	9b+	9c	
6.6. Nº de Tops					Acessibilidade					
6.7. População Alvo										
Crianças		Jovens		Adultos		População Especial				
6.8. Nível dificuldade/prática										
Iniciação/Aprendizagem	Desenv./Aperfeiç.			Avançado			Elite			
6.9. Capacidade máxima de praticantes										

6.10. Data da última equipagem	
6.11. Nome do Instituição/equipador	

C) Características da Segurança											
1. Sinalização											
1.1. Tipologia de Placas											
Placas de aviso de perigo			Placas da DGV			Placas da Autarquia					
Placas do ICNB			Placas de região de turismo			Outras					
1.2. Localização											
Acessos Principais			Acessos secundários			No local					
1.3. Conteúdos											
Horários				Mapas				Homologação do material			
Capacidade de carga				Rácio Monitor/Utente				Técnico Responsável			
Código de Conduta				Contactos Úteis				Outros			
2. Capacidade de Carga do Espaço Envolvente (inclui praticantes na parede)											
3. Acessibilidade a Centros e/ou Equipas de Socorro											
Guarda Florestal						Km			Min		
Hospital						Km			Min		
Centro de Saúde						Km			Min		
Posto Médico						Km			Min		
Bombeiros						Km			Min		
Vigilantes da Natureza						Km			Min		
PSP / GNR						Km			Min		
Abrigo / Refúgio						Km			Min		
Outros, quais?						Km			Min		
4. Condições Climáticas			Outono/Inverno			Primavera/Verão					
Temperatura média do ar						°C			°C		
Precipitação						M/m²			M/m²		
Vento dominante						Dir/Int			Dir/Int		
Humidade						%			%		
Pressão						mm/Hg			mm/Hg		
Nevoeiro			Pouco freq.		Frequente		Pouco freq.		Frequente		
Visibilidade			Boa	Média	Má	Boa	Média	Má			
5. Controlo Técnico e Pedagógico do Espaço						Quem?					
6. Meios de Comunicação											
Rede telemóvel (qual)			TMN e Vodafone								
Frequência de Rádio/Hz											

Anexo IX

Modelo de Ficha de Avaliação dos Setores de Escalada



Esta ficha de observação é um instrumento que tem como intuito a avaliação das condições dos setores/vias de escalada

FA-SEsc
Ficha de Avaliação de Setores de Escalada
A) Avaliação do setor e espaço envolvente
B) Avaliação dos equipamentos fixos das vias

Nome do Setor:	Data:	Hora:	Observado(s): _____	Observador:
-----------------------	--------------	--------------	-------------------------------	--------------------

Esta ficha tem por objetivo permitir a avaliação dos espaços de escalada no que concerne à existência de problemas e à dificuldade para a sua resolução.

Para a componente A) a avaliação é realizada:

3. Pela atribuição de 3 níveis de apreciação associados a cada uma das variáveis consideradas.
4. Do valor (em metros), em termos de distância percorrida, no caso da 1ª dimensão em análise (trilho de acesso), onde o problema se verifica.
5. Do nº da via mais próxima/onde se verifica o problema

Aos níveis correspondem:

- 4- O problema só pode ser resolvido pelo responsável com recurso a equipamentos específicos.
Ex. Pintura / colocação de sinalética/Corte de ramos de árvores/Equipagem
- 5- O problema só pode ser resolvido pelo responsável com recurso a equipamentos mecânicos específicos ou maquinaria pesada.
Ex. Derrocada.
- 6- O problema não tem resolução possível.
Ex. Queda de grande bloco de rocha em local inacessível por maquinaria pesada.

Sempre que a resposta seja “Outros”, a situação deve ser descrita na caixa de observações.

Para que se realize uma correta avaliação dos setores é necessária uma avaliação rigorosa, com respostas verdadeiras e o mais detalhadas possíveis.

A) Avaliação do setor e espaço envolvente

1. Acesso ao setor de escalada	1	2	3
1.1 - Percurso facilmente identificável (O início do trilho foi descoberto sem qualquer problema)			
1.2 - Obstáculos a impedir o caminho			
1.2.1 Rochas (Existem pedras/blocos de rocha no trilho de acesso)			
1.2.2 Árvores (Existem troncos ou ramos no trilho de acesso)			
1.2.3 Derrocada (Ocorreu uma derrocada, que resultou no bloqueamento do trilho de acesso, e consequente formação de trilhos secundários)			
1.2.4 Cercas ou cancelas (Foram construídas cercas ou cancelas, que impedem a realização do trilho de acesso)			
1.2.5 Cursos de água (Existem cursos de água a atravessar o trilho de acesso)			
1.2.6 Desabamentos (Ocorrência de erosão do trilho de acesso, que dificulta a passagem no trilho ou torna a passagem perigosa)			
1.2.7 Outras (Ocorrência de qualquer situação que não tenha sido descrita anteriormente)			
1.3 - Visibilidade do percurso (O trilho de acesso não é facilmente identificável ao longo do percurso, e.g. devido à intensidade da vegetação)			
1.4 Cruzamento de Percursos (Existe cruzamento de trilhos, e a marcação pode ser confundida, levando à mudança de trilho)			

Observações:

--

2 Marcação e Sinalética	1	2	3
2.1 Desgaste na coloração da sinalética (A sinalética encontra-se desgastada, não sendo possível a identificação total ou parcial da mesma)			
2.2 Sinalética danificada (Postes de sinalização, tabuletas, etc., danificadas ou quebradas)			

2.3 Necessidade de sinalética (Existem locais onde deveria existir sinalização complementar)			
2.4 Outras (Qualquer situação que não tenha sido descrita anteriormente, relativa à marcação de percursos)			

Observações:

--

3 Segurança dos setores	1	2	3
3.1 Existe lixo nas zonas de escalada (Existe lixo deixado indevidamente nas zonas de escalada)			
3.2 Existem danos evidentes em árvores ou outro tipo de vegetação nas zonas de escalada (Existem marcas de deterioração ex. vestígios de fogueiras, cortes nas árvores)			
3.3 Existem danos evidentes na vegetação das vias de escalada (A vegetação existente nas vias está danificada)			
3.4 Depósitos para lixo (Falta de depósitos para o lixo, depósitos danificados, não é feita a recolha do lixo regularmente)			
3.5 Existem rochas claramente danificadas (Existem porções das vias ou outros afloramentos rochosos claramente danificados)			
3.6 Outros (Qualquer situação que não tenha sido descrita anteriormente, referente à conservação do meio)			

Observações:

--

4 Segurança dos setores	1	2	3
4.1 Perigo de queda de pedras (Existem vias/vertentes que sugerem a queda eminente de rochas e não estão equipadas devidamente, ex. redes de protecção)			
4.2 Exposição à queda (Os acessos aos topos, não estão devidamente equipados nem possuem possibilidades de serem realizadas proteções expeditas)			
4.3 Animais selvagens (Existência de animais selvagens, que podem ser perigosos para quem se encontra nos setores/vias)			
4.4 Indicação de zonas perigosas (Falta ou deterioração das sinalizações referentes a zonas de perigo)			
4.5 Outros (Qualquer situação que não tenha sido descrita anteriormente)			

Observações:

--

B) Avaliação dos equipamentos fixos das vias

Para a componente B) a avaliação é realizada da seguinte forma:

Certificação:

Avaliação da certificação/homologação dos equipamentos.

- **Sim:** Quando os equipamentos são certificados/homologados por uma instituição/grupo idóneo (UIAA, CE ou marca de um fabricante reconhecido)
- **Não:** Quando não se verifica a situação anterior

Adequação:

Quando os equipamentos utilizados são os mais adequados. Quando a sua especificidade corresponde exatamente à função que este desempenha.

- **Sim:** Quando os equipamentos são específicos para a atividade
- **Não:** Quando os equipamentos não são específicos para a atividade

Conservação:

Avaliação do estado dos equipamentos. Esta avaliação deverá ser efetuada de duas formas distintas: Visual e quinestésica.

- **1= Mau:** Equipamento apresenta condições totalmente inadequadas para a sua utilização.
- **2= Razoável:** Equipamento apresenta desgaste (visível) mas pode ainda ser utilizado (avaliação visual e quinestésica).
- **3= Bom:** O Equipamento apresenta boas condições de conservação e pode ser utilizado.

Observações:

Nas observações deve ser colocada alguma informação que considere pertinente (e.g. se existe potencial para equipar novas vias, entre outros.)

B) Avaliação dos equipamentos fixos das vias

Material Plaquetes + Pernos	Certificação		Adequação		Conservação		
	Sim	Não	Sim	Não	1	2	3
1ª							
2ª							
3ª							
4ª							
5ª							
6ª							
7ª							
8ª							
9ª							
10ª							
11ª							
12ª							
13ª							

Observações: (Deve ser preenchido um quadro por via de escalada)

Material Tiges	Certificação		Adequação		Conservação		
	Sim	Não	Sim	Não	1	2	3
1ª							
2ª							
3ª							
4ª							
5ª							
6ª							
7ª							
8ª							
9ª							
10ª							
11ª							
12ª							
13ª							

Observações (*idem*):

Material	Certificação		Adequação		Conservação		
Topo	Sim	Não	Sim	Não	1	2	3

Observações: (*Se possível, poderá ser utilizado apenas um quadro para todos os topos*)

Material	Certificação		Adequação		Conservação		
Outros	Sim	Não	Sim	Não	1	2	3
1ª							
2ª							
3ª							

Observações (*indique qual os equipamentos em questão*):

